

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

IVAN RODRIGO TREVISAN

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) E O PRIMEIRO  
GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES

IVAN RODRIGO TREVISAN

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) E O  
PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Porto Alegre

2021

IVAN RODRIGO TREVISAN

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) E O  
PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

T814i Trevisan, Ivan Rodrigo

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) / Ivan Rodrigo Trevisan. – 2021.

233 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. IHGB. 3. Governo Vargas. 4. Getúlio Vargas. 5. História do Brasil. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

IVAN RODRIGO TREVISAN

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) E O PRIMEIRO  
GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)

Tese defendida e aprovada em: 25 de agosto de 2021.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUC/RS  
Presidente da Banca e Orientador

---

Profa. Dra. Luciana Murari – PUC/RS  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUC/RS  
Membro Interno

---

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero – UFRGS  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani – UFSM  
Membro Externo

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de realizar alguns agradecimentos: em primeiro lugar, à CAPES e à PUCRS pelo imprescindível apoio para a realização deste trabalho. Ao IHGB por digitalizar e disponibilizar todo o acervo da sua Revista.

Aos meus professores de História, desde o colégio até o doutorado: Lizandro Rocha, Diorge e Gláucia Konrad, Luís Farinatti, Tatyana Maya e Marlise Meyrer.

À minha banca: Carlos Armani, meu primeiro orientador que aceitou o desafio de orientar uma monografia sobre Immanuel Kant; Marçal Menezes, uma referência e um “divisor de águas” na minha formação teórica; Carla Rodeghero, sem dúvida esta tese tem a sua assinatura e o seu direcionamento; Luciana Murari, pelo prestígio de ter aceito o convite. Fico muito agradecido e honrado com a formação e a qualidade desta banca.

Um agradecimento em especial ao meu orientador de mestrado e doutorado, Luciano Aronne de Abreu, pelo profissionalismo, dedicação e amizade nestes anos todos. Não poderia ter tido um orientador melhor. Tornou-se uma referência para mim do que é ser historiador.

Aos meus colegas de História: Leandro de Oliveira, Marcelo Martins, Pedro Pacheco, Rafael Lapuente, Guilherme Franco de Andrade, Diego Dal Bosco Almeida e, em especial, ao Gilson Olegário, por me fazer enxergar que eu tinha capacidade de ir para a pós graduação, e ao meu camarada nesta jornada, entre tantas outras, Fábio Roberto Wilke.

Aos meus pais, Ivan Solismar e Maxcemira de Pellegrin Trevisan, pelo apoio e incentivo fundamentais desde sempre. Às minhas irmãs, Ivana, Iava e Vanessa.

Por último, e mais importante, quero agradecer à minha companheira, em todos os momentos, nos bons e nos difíceis, sempre ao meu lado. Pela paciência, pelo carinho e incentivo de sempre – obrigado, Luiza Rizzi.

## RESUMO

Analisamos, neste trabalho, as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir de quatro fatores: (1) a relação institucional entre o Instituto e o chefe de Estado e as *redes* de pertencimento e circulação entre os membros do Instituto e do seu governo; (2) as manifestações e os posicionamentos políticos da Instituição, com relação ao governo e aos principais acontecimentos e debates políticos do período; (3) o financiamento do Instituto por parte do governo; e, por fim, (4) as atividades e projetos desenvolvidos conjuntamente entre o IHGB e o Governo Vargas direcionados para a área da História – sobretudo através do Ministério da Educação –, situando o IHGB na política cultural do regime varguista.

**Palavras chave:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; IHGB; Getúlio Vargas, Governo Vargas.

## ABSTRACT

In this doctoral dissertation, we analyze the relations between the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) and the first Getúlio Vargas Regime (1930-1945). Our study is based on four factors: (1) the institutional relationship between IHGB and the head of Brazil, which evinces that there was a networking group in which members of both the Institute and the government participated; (2) IHGB's political views on both government actions and the main events/political debates in Brazil at that time; (3) the government funding of IHGB; and finally, (4) the activities and projects IHGB developed along with Vargas' administration which were dedicated to the field of History—especially conducted within the Ministry of Education, where IHGB was considered to be a vector of Vargas' cultural policy.

**Keywords:** Brazilian Historical and Geographical Institute; IHGB; Getúlio Vargas; Vargas' government.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>HISTÓRIA, POLÍTICA E O PASSADO NACIONAL .....</b>	<b>20</b>
1.1 O primeiro Governo Vargas e seu <i>lugar</i> na História do Brasil .....	20
1.2. A compreensão histórica do chefe de estado.....	28
1.2.1. O período monárquico.....	33
1.2.2. A Primeira República (1889-1930) .....	35
1.2.3. A Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945).....	41
1.3. A história na política cultural do primeiro Governo Vargas (1930-1945) .....	48
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O IHGB E GETÚLIO VARGAS.....</b>	<b>63</b>
2.1 Introdução .....	63
2.2. Relação institucional .....	66
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E A RELAÇÃO FINANCEIRA</b>	
<b>ENTRE O IHGB E O GOVERNO .....</b>	<b>93</b>
3.1 Introdução .....	93
3.2. Relação política.....	95
3.3 Relação financeira.....	126
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>INICIATIVAS, ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS EM</b>	
<b>CONJUNTO ENTRE O IHGB E O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....</b>	<b>154</b>
4.1. O IHGB representando o governo em eventos internacionais .....	155
4.2. A participação do IHGB na comemoração de efemérides e atos cívicos do governo.....	159
4.3. A inserção do instituto na política educacional e no ensino de história – parcerias com o Ministério da Educação .....	169
4.4. A colaboração do IHGB na política patrimonial do Regime Vargasista.....	181
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>196</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>221</b>



# INTRODUÇÃO

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, se deu a partir das sessões nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), no ano de 1838, quando o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos apresentaram ao Conselho a proposta de criação de um Instituto Histórico e Geográfico. A proposta foi aprovada unanimemente em assembleia.<sup>1</sup> Os objetivos iniciais da instituição, estabelecidos no art. 1º do Estatuto de 1838, seriam os de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”, e a sua “missão institucional” teria como finalidade “preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional”, principalmente aqueles que “versando sobre a História e a Geographia do paíz devem ministrar grandez auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros”.<sup>2</sup>

A criação do IHGB deve ser pensada em sintonia com os institutos históricos estrangeiros fundados no contexto de consolidação dos Estados nacionais. Esses institutos eram encarregados de sistematizar o passado e a memória dessas nações forjando uma identidade comum entre os seus membros. A elaboração de uma memória seletiva e idealizada do passado por parte desses institutos auxiliava na consolidação dos Estados nacionais e na legitimação do poder central. Neste sentido, nação e história estavam intimamente ligadas no processo de criação de identidades no final do século XIX.<sup>3</sup> A relação com os institutos de outros países servia também ao IHGB como forma de legitimar-se internamente a partir do reconhecimento da sua capacidade científica diante da comunidade internacional, bem como da divulgação de determinada imagem do país diante das chamadas “nações desenvolvidas”. Dentre as instituições com as quais o IHGB relacionava-se, constavam 136 durante o período do Império, sendo o Instituto francês a grande referência para o Instituto brasileiro.

---

<sup>1</sup> No dia 21 de Outubro de 1838, reunidos no salão da SAIN, os 27 sócios fundadores, sob a condução de Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente daquela Sociedade, declararam fundado o IHGB e elegeram interinamente, até a aprovação dos estatutos: presidente, Visconde de São Leopoldo, 1º Secretário, Januário da Cunha Barbosa, e 2º Secretário, Emílio Joaquim da Silva Maia. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/fundacao-instituto.html>>. Acesso em: 10.05.2019.

<sup>2</sup> Ibidem. Nesta e nas demais citações de fontes históricas afins, optamos pela manutenção da grafia original.

<sup>3</sup> Cf. Callari (2001), Prado (2009) e Le Goff (2003).

A “missão” de sistematizar a História do Brasil situava o IHGB no centro do processo de consolidação do Estado Nacional, a partir da elaboração de uma *História Oficial* escrita pela elite imperial e patrocinada diretamente pelo Estado monárquico, delineando os contornos de uma identidade e imagem do Brasil que seriam usadas de forma pragmática, tanto interna quanto externamente.<sup>4</sup> A esta história instrumentalizada caberia o papel de organizar a memória nacional e elaborar um *passado comum* aos “brasileiros”, exaltando as glórias e os heróis da nação, em um movimento de definição do Brasil frente ao rol das “nações civilizadas”. E a essa historiografia “oficial” caberia configurar “um perfil para a nação e formar uma memória nacional coletiva, dentro da tradição da civilização e do progresso, próprios do Iluminismo” (PRADO, 2009), competindo, por sua vez, aos historiadores do IHGB a tarefa de recolher e organizar os arquivos e documentos oficiais e de encontrar nele os “feitos autênticos” e formadores da “nação brasileira” (PRADO, 2009). Dessa forma, os membros do IHGB estavam encarregados de fornecer uma *memória coletiva* para a nação que surgia no período pós-independência, o que Jacques Le Goff definiu como um movimento “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança”,<sup>5</sup> ou seja, o que deveria ser, oficial e institucionalmente, lembrado – e, automaticamente, o que deveria ser esquecido; por isso, a alcunha atribuída ao IHGB como “Casa da Memória Nacional”.

Criado majoritariamente por membros pertencentes à burocracia do Estado monárquico, o Instituto manteve uma relação de proximidade com o Estado brasileiro desde a sua fundação, estabelecendo vínculos, em maior ou menor grau, com os diferentes regimes e governos vigentes na história do Brasil. Alguns fatores estabeleceram e evidenciavam a relação orgânica mantida entre a instituição e as esferas do Estado, tais como: a crônica dependência do IHGB com relação às verbas estatais para a sua manutenção e funcionamento; o título de *Presidentes Honorários* da Instituição concedido a todos os chefes de Estado da nação; o ingresso e a circulação de políticos e membros da burocracia estatal no quadro de sócios do Instituto. Para além desses fatores institucionais, verificam-se, ainda, ao longo da história, inúmeras manifestações da instituição no âmbito de governos, movimentos e conjunturas políticas, contrariando a afirmação de não envolvimento com *questões políticas* e do *tempo presente*.

---

<sup>4</sup> Em 1845, o IHGB organizou um concurso sobre como deveria ser escrita “a História do Brasil”, tendo como texto vencedor o do viajante alemão Karl Philipp Von Martius, que formula uma história nacional e patriótica, no sentido de forjar uma identidade para a nação com destaque para o papel das raças e a subordinação do negro e do índio diante do Português: “nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia. MARTIUS, 1853. p. 201.

<sup>5</sup> Referindo-se aos *usos* da memória no contexto europeu do Século XIX, pós Revolução Francesa. (LE GOFF, 1924, p. 464).

Outro elemento dessa relação que se destaca é a participação do Instituto no desenvolvimento de políticas de governos voltadas para a área da História. Como a principal instituição produtora de saber e conhecimento histórico na segunda metade do século XIX e pelo menos até a primeira metade do século XX, o IHGB participou de inúmeras iniciativas e atividades em conjunto com distintos governos na elaboração e implementação de políticas e projetos direcionados à História do Brasil.

Como referência central na produção e divulgação de conhecimento histórico durante esse período, o IHGB tornou-se um objeto e uma fonte recorrente de historiadores e pesquisadores no presente, o que contribuiu para a proliferação dos estudos sobre a instituição dos anos 2000 para cá; no entanto, essas pesquisas, em sua grande maioria, ainda se concentram no século XIX – período de maior prestígio do Instituto, quando esteve fortemente identificado com a escrita de uma História Nacional –, decrescendo em quantidade nos anos da Primeira República e, gradualmente, até o Período Vargas. Em geral, essas pesquisas trabalham com indivíduos que fizeram parte do IHGB, muitos dos quais com uma trajetória política de destaque, e com pensadores que publicaram trabalhos em sua *Revista*; há, ainda, os estudos que tratam de temas específicos da História do Brasil, abordados no Instituto naquela época, a exemplo daqueles referentes ao período colonial, às independências, ao regime monárquico e vinculados também a temáticas sobre o imperador e a família real, a escravidão, os movimentos regionais/separatistas, as questões indígenas e dos negros, dentre incontáveis outros assuntos que foram abordados na instituição ao longo desse período e publicados em sua *Revista*.<sup>6</sup>

Registram-se também diversos estudos sobre historiografia e a escrita da história no IHGB, novamente com ênfase nos Oitocentos e início do século XX. Apenas recentemente, alguns trabalhos passaram a abordar o IHGB em períodos mais próximos, como os dedicados à relação do Instituto com a ditadura civil militar (1964-1985),<sup>7</sup> no âmbito institucional e político, assim como a participação do Instituto na discussão sobre manuais escolares de ensino da História do Brasil durante o regime autoritário.<sup>8</sup>

No que se refere ao período e ao tema abordado nesta tese, ou seja, sobre a relação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-

---

<sup>6</sup> Não pretendemos realizar um levantamento bibliográfico listando todas essas obras, até porque tal tarefa seria inviável. Essa constatação se dá com base em constantes e permanentes pesquisas em repositórios de trabalhos científicos realizadas pelo autor desde o início da sua pesquisa.

<sup>7</sup> A exemplo da minha dissertação de mestrado (TREVISAN, 2017a) ou de Daniela de Miranda dos Santos (2018).

<sup>8</sup> Em sua tese de doutorado, Vanessa Clemente Cardoso (2019) demonstrou como o IHGB, alinhado à historiografia tradicional (e ao regime militar), participou da oposição à chamada “História Nova do Brasil” comandada por Nelson Werneck Sodré.

1945), o que se verifica é uma lacuna na historiografia. Alguns trabalhos que se aproximam do tema aqui proposto são os das historiadoras Ângela Maria de Castro Gomes<sup>9</sup> e Lucia Maria Paschoal Guimarães,<sup>10</sup> e por esse motivo, o constante diálogo com as formulações dessas autoras ao longo deste trabalho.

Ângela Gomes (2013) abordou a política cultural do Estado Novo, procurando verificar o papel que a história ocupava no discurso estado-novista, bem como qual e por quem a História do Brasil estava sendo (re)escrita nesse período. Embora mencione a importância do IHGB nesse contexto, a autora utiliza como fontes o jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política* (em sua sessão “Recuperação do Passado Brasileiro”), ambas as publicações vinculadas ao regime de Vargas, e só mais adiante trabalhou especificamente com o IHGB. Em *A República, a história e o IHGB*, Gomes (2012) abordou questões como a constituição de uma história “moderna” do Brasil, os objetivos da disciplina como escola cívico-patriótica para crianças e adultos, relacionando-a com intenções e objetivos políticos em um contexto de formulação de identidade e sentimentos nacionais a partir da produção de um passado em comum para a nação. Como o recorte temporal estabelecido vai do final do século XIX até os anos 1940, e sobretudo pelos objetivos distintos, a autora não aprofundou a relação estabelecida entre o IHGB e o Governo Vargas, apesar de ressaltar a presença da instituição na implementação das políticas do Ministério da Educação e Saúde, sob o comando de Gustavo Capanema, direcionadas à área da História.

Já a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães (2006) procurou mapear as atividades desenvolvidas no IHGB e a formação dos seus quadros sociais, analisando a produção historiográfica no período correspondente ao fim da “imediata proteção” de Dom Pedro II ao início de um outro “mecenato”, o de Getúlio Vargas. Nessa obra, a autora analisa temas como as dificuldades (sobretudo financeiras) encontradas pela instituição com o advento da República, os presidentes do Instituto e as suas articulações com o poder, os projetos e eventos organizados pelo IHGB, como os três Congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938), a Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921) e as celebrações promovidas pelo IHGB por ocasião dos “fastos nacionais”, principalmente as “independências”.

---

<sup>9</sup> Professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Professora visitante na Unirio (2018-2020) e do Mestrado Profissional de História pela UFF.

<sup>10</sup> Professora titular de Teoria da História e Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua no curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História Política.

Quanto à relação entre o IHGB e o Governo Vargas, a autora menciona diversos elementos importantes (embora não os desenvolva), como o apoio financeiro do regime ao Segundo Congresso de História Nacional; a Presidência de Honra do evento concedida a Getúlio Vargas e ao seu ministro da Educação, Francisco Campos; as constantes visitas de Vargas aos salões do Instituto, inclusive presidindo sessões magnas; a manifestação favorável da instituição à Revolução de 30; a participação do IHGB na redação do anteprojeto da nova Constituição de 1934; o convite do Ministério para colaborar com o Plano Nacional da Educação de 1936, dentre inúmeras outras iniciativas selando o que a autora chamou de “um novo e fecundo mecenato”. Cabe ressaltar que a autora utilizou a *Revista* do Instituto como principal fonte, além dos anais dos congressos de História.

Embora o recorte temporal das pesquisas de ambas as autoras não seja exatamente o mesmo que o nosso, e ainda que os temas e questões específicas desenvolvidas por elas não se relacionem diretamente ao IHGB, uma importante semelhança entre os seus trabalhos e um dos nossos objetivos neste tese é a análise das relações, da circulação, das influências, articulações e sociabilidades estabelecidas entre membros do IHGB e indivíduos pertencentes às esferas política e estatal.

Ambas as autoras apontam para a necessidade de aprofundar os estudos sobre o IHGB e a sua relação com o Governo Vargas. Para Guimarães (2006), os estudiosos ainda não se ocuparam das relações entre Getúlio Vargas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fase, aliás, que a autora considera uma das mais ricas da instituição. Para ela, as investigações têm se concentrado nos documentos relativos aos discursos de Getúlio Vargas, às atividades do Departamento e Propaganda (DIP) e ao conteúdo das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, enquanto ainda passam ao largo da contribuição do Instituto para a construção do conhecimento histórico nas primeiras décadas dos anos 1900; ademais, ainda existem inúmeras fontes inexploradas pelos historiadores, como é o caso do Segundo e do Terceiro Congressos de História Nacional organizados pelo IHGB.

Nessa mesma direção, Angela de Castro Gomes (2012) ressalta que, embora diversos autores estejam “revitalizando o próprio IHGB e trazendo-o de volta para os historiadores”, ainda são pouco numerosos os estudos sobre a instituição, principalmente sobre o período republicano. A autora destaca a riqueza e a importância dos debates que se travaram no Instituto durante esse período, segundo ela a “mais importante sociedade de discurso do país” e de “uma importância especial, como palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história”, ressaltando as possibilidades de pesquisa que se abrem para outros investigadores da História do Brasil, da historiografia e da História da Educação.

Constatada a estreita e orgânica relação estabelecida entre o IHGB e o Governo Vargas e a ausência de estudos que desenvolvam essa questão, estabelecemos, em um primeiro momento, questionamentos referentes aos aspectos institucional, financeiro e político dessa relação. No âmbito institucional, pretendemos verificar como se deu o processo de nomeação de Vargas à Presidência Honorária do Instituto; que ministros e membros do governo ingressaram no quadro de sócios e frequentaram a instituição; a presença, a circulação, as influências e as *redes de sociabilidades* estabelecidas entre membros do IHGB e estes indivíduos vinculados ao regime. Podemos, inclusive, mapear os indivíduos que possuíam algum vínculo ou relação com o regime varguista e que ingressaram no Instituto nesse período e, em via de mão dupla, dos membros do IHGB que vieram a ocupar cargos no Governo Vargas (Tabela 1). É neste sentido que podemos questionar, afinal, como foi a relação financeira entre a instituição e o Governo Vargas, pensando se a proximidade com o poder influenciou no seu financiamento. Ademais, esse patrocínio foi utilizado para manutenção, realização de eventos ou publicação da sua *Revista*? Houve contratação e prestação de serviços do IHGB ao governo/MEC? E, politicamente, como o IHGB se manifestou em relação ao chefe de Estado do novo regime, ou a respeito do Movimento de 1930 ou, ainda, da instauração do Estado Novo em 1937? Teria o Instituto se pronunciado sobre algumas medidas e diretrizes adotadas pelo regime varguista, apesar das constantes alegações de “distanciamento” e de “neutralidade” no tocante a assuntos do presente? Estas são, dentre inúmeras outras, algumas questões que foram surgindo na pesquisa à medida que avançávamos na pesquisa às fontes.

A partir da bibliografia e de uma pesquisa inicial na própria *Revista* do Instituto, verificamos que o IHGB e o Governo Vargas desenvolveram e implementaram, em conjunto, inúmeras atividades, projetos e iniciativas direcionadas à área da História, em diferentes setores (tais como: ensino de história, patrimônio histórico e cultural, comemoração de efemérides, atos cívicos etc.). Outra importante informação a se ressaltar diz respeito ao fato de a instituição estar inserida no orçamento do Ministério da Educação (devendo a ele prestar contas); em outras palavras, o IHGB estava inserido na política educacional e cultural do regime varguista.

Em um segundo momento, abordamos mais profundamente algumas dessas iniciativas realizadas pelo IHGB em conjunto com o Governo Vargas, a exemplo da participação do Instituto na política patrimonial do regime (como a organização e a realização da inauguração dos monumentos), da preparação e realização de atos cívicos e solenidades promovidas pelo governo (como o Dia da Pátria), da comemoração de efemérides (os “heróis” e “feitos” da história nacional), das consultas do Ministério da Educação à instituição sobre questões relacionadas à História do Brasil e ao ensino de história (como a discussão se a História do



Brasil deveria ser uma disciplina autônoma ou não), dentre diversas outras questões afins envolvendo o Instituto e o Governo Vargas.

Todavia, antes de tratarmos especificamente do IHGB, pretendemos contextualizar a importância que a história e o passado do país assumiram nesse período, sobretudo como parte da agenda política e cultural do Governo Vargas – por um lado, através do fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identidade nacional em um contexto de fundação e discussão sobre o Estado Nação; por outro, através da mobilização do passado e da formação nacional para explicar, justificar e legitimar historicamente o novo regime. Como parte desse projeto estava a reorganização da periodização e da leitura da História do Brasil a partir da construção da Revolução de 30 e do Estado Novo e seus “lugares na história do país. Para isso, utilizamos a bibliografia relativa ao tema e discursos de Getúlio Vargas organizados e publicados sob o título de *A nova política do Brasil*,<sup>11</sup> bem como alguns trechos de obras de intelectuais vinculados ao regime, visando apenas a contextualizar conceitos e opiniões emitidas pelo chefe de Estado e que eram recorrentes nesse período.

\* \* \*

Por uma questão metodológica, esta tese está dividida em quatro capítulos, abordando os seguintes tópicos: (1) a contextualização da importância da História como parte da política cultural do Governo Vargas e no processo de legitimação do regime; (2) a relação institucional entre o IHGB e Getúlio Vargas; (3) as manifestações políticas e a relação financeira entre a instituição e o governo; e (4) os projetos, atividades e iniciativas desenvolvidas e implementadas conjuntamente pelo IHGB e o governo, por meio do Ministério da Educação, na área da História.

Utilizamos o conceito de *redes de sociabilidades* no mesmo sentido proposto por Sirinelli (2003) para analisar a trajetória política dos intelectuais, partindo das relações entre as elites culturais e os laços – especialmente políticos – com a sociedade na qual se inserem. Nesse sentido, o autor denominou de uma “história social e intelectual destas elites”, ou uma “história política dos intelectuais”, que se configura como “um campo histórico autônomo” situado no “cruzamento das histórias política, social e cultural” (Sirinelli, 2003, pp. 231-270).

Nessa mesma direção, como uma das possibilidades da chamada “história cultural”, Rioux e Sirinelli (1998, p. 21) apontam que “a história das políticas e das instituições culturais

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas>>. Acesso em: 11.05.2020.

– tão fielmente francesa – e a observação desse domínio institucional e normativo permitem conduzir comodamente uma perspectiva na direção das relações entre o político e o cultural, quer se trate de ideias, de agentes ou de culturas políticas”. Para complementar a definição conceitual, outro autor, entre tantos que trabalham com o conceito de *redes intelectuais*, é Eduardo Devés-Valdés, que o entende como “un conjunto de personas ocupadas en la producción y difusión del conocimiento, que se comunican en razón de su actividad profesional, a lo largo de los años”. Segundo ele, as formas de relação entre quem constitui essas redes podem ser variadas, como “participación en los mismos congresos, sociedades, agrupaciones y otras tantas formas en que se establecen articulaciones en el mundo intelectual”. Ademais, “estas mismas dan origen o se superponen con otros tipos de relaciones: afectivas, familiares, políticas, religiosas, etc. [e o conceito também é útil] “cuando se quiere pensar las relaciones entre la intelectualidad y otros sectores: autoridades, burocracias, diplomacia, sectores empresariales” (DEVÉS-VALDÉS, 2007, pp. 29-36). Outro pensador que deu uma relevante contribuição com a discussão sobre as relações entre a produção e a atividade intelectual e as relações de poder na sociedade foi o sociólogo Pierre Bourdieu (2007), através do conceito de *campo intelectual*.

A principal fonte a ser utilizada neste trabalho é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a RIHGB. Elaborada por um dos seus fundadores, Januário da Cunha Barbosa, e lançada um ano após a criação do Instituto, em 1839, a revista tinha como principal objetivo contribuir com a História do Brasil. Com variações em sua periodicidade – anual, semestral e, atualmente, trimestral –, o periódico mantém a sua publicação regularmente até os dias atuais constituindo-se como uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental, com alcance nacional e internacional. Todo o acervo se encontra disponível para consulta no site da instituição.<sup>12</sup>

A RIHGB está basicamente organizada em duas partes: na primeira, estão presentes os registros das atividades internas e externas da instituição, como atas de reuniões, de sessões ordinárias e magnas, atos administrativos, quadro e cadastro de sócios, biografias dos sócios, organização e realização de eventos, contabilidade e balanços financeiros, correspondências com órgãos do governo, levantamentos de acervos, registro de doações, registros de datas comemorativas do Instituto, como as efemérides e sessões para a nomeação de sócios e presidentes honorários, além dos seus respectivos discursos de posse, dentre outras informações. Na segunda parte da revista, situam-se os artigos e ensaios sobre história e

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb>>. Acesso em: 11.05.2020.

geografia – produzidos, em sua grande maioria, pelos sócios do Instituto – e a publicação de obras na íntegra.

Como se trata de uma documentação publicada pelo próprio IHGB (ou seja, configura-se como o que se chama de uma fonte oficial), deve-se levar em consideração o fator de edição do que deveria ou não ser publicado, o que implica escolhas, *silenciamentos* e mesmo censura nas informações e conteúdos selecionados para a publicação.<sup>13</sup> Nesse sentido, buscamos aqui, sempre que possível, nos servirmos de outras fontes externas – não apenas para contrapormos a informação oficial emitida pela instituição, como também para contextualizarmos o documento e os acontecimentos.<sup>14</sup> Além da bibliografia relativa ao IHGB e da produção historiográfica sobre o Período Vargas, serão utilizados, para consultas das biografias dos sócios do Instituto e de membros do Governo Vargas, arquivos como os do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), do Supremo Tribunal Federal (STF), da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

<sup>13</sup> A circunscrição e a delimitação dos assuntos a serem abordados nas sessões e na *Revista do IHGB* chegaram ao limite da censura através da chamada “Arca do Sigilo”, um instrumento previsto nos estatutos de 1850, conforme o seu artigo 1º, segundo o qual o Instituto passaria a dispor de uma Arca do Sigilo “onde guardará todos os manuscritos secretos, que devam ser publicados em época determinada”; quando chegado o seu devido tempo de abertura, “o presidente do Instituto convocará uma sessão para a abertura da Arca do Sigilo” (RIHGB, 1850, pp. 414-415). Este mecanismo de censura e de exclusão dentro do IHGB mostra que, apesar da aparente homogeneidade cultural e política, havia vozes discordantes e assuntos que não eram “bem-vindos” na instituição, devendo ficar “lacrados” até o momento certo de virem à tona. A definição e a delimitação do que deveria ir ou não para a Arca do Sigilo, ou a inconveniência de determinados assuntos nos salões do IHGB, demonstravam os limites e os direcionamentos políticos e historiográficos dominantes dentro da instituição.

<sup>14</sup> De acordo com Lara (2008, p. 22), “contextualizar” um documento significa dizer que não se deve buscar apenas o que foi escrito, mas também “como foi escrito, por que foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado”. Para além do seu “conteúdo”, um texto possui elementos materiais que, juntamente com o gesto que lhe deu origem, precisam ser levados em conta na análise, isto é, trata-se de atentar para as circunstâncias em que os textos foram escritos; esse seria, segundo a autora, o “contexto”: a situação na qual o texto foi produzido e circulou (p. 27). Afinal, “ao levarmos em consideração todos esses componentes de um documento textual, ampliam-se as possibilidades de conhecer e compreender as ações humanas no passado. Mais ainda, sem a análise simultânea deles, perdemos informações e não conseguimos transformá-los em fontes históricas” (p. 22). A autora ainda alerta para o modo esses textos foram escritos e das contendas políticas que levaram essas narrativas a dizerem o que dizem e do modo como dizem (p. 30).

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA, POLÍTICA E O PASSADO NACIONAL

### 1.1 O primeiro Governo Vargas e seu *lugar* na História do Brasil

*E como as vestimentas para o nosso corpo estavam renegadas nos porões do passado, fomos buscá-las para esta festa em que todos nós participamos para comemorar o redescobrimto de nós mesmos.*  
(ANDRADE, 1943)

Pretendemos, nesta primeira parte do capítulo, delinear um panorama geral<sup>15</sup> sobre a construção de uma nova periodização da História do Brasil elaborada pelo regime vencedor em 1930 e consolidada em 1937, durante o Estado Novo, com base na historiografia produzida sobre o tema e, eventualmente, alguma obra ou documento do período. Nessa releitura da história do país, a Revolução de 30 instituiu-se como um fato histórico inaugurador de um novo período na História do Brasil: ao passo que construía o presente, julgava o passado sobre o qual triunfara e direcionava as bases para o futuro do regime.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a dimensão estratégica do uso do termo “revolução” pelos agentes do movimento vitorioso em 1930. Nessa construção narrativa, a Revolução de 30 aparece como o grande evento fundador de uma nova era na história do país, supostamente rompendo com o seu passado político mais recente – a Primeira República. Em outras palavras, como um discurso produzido nas malhas do poder, a revolução se estabelece como um grande divisor de águas no processo histórico, projetando um *antes* e um período *pós-revolucionário*.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Assim como não se pode falar de uma doutrina homogênea e uníssona entre os “vitoriosos de 30”, delinaremos os traços gerais da nova periodização da História do Brasil considerando a existência de nuances, fissuras e tensões presentes também na perspectiva histórica do novo regime. A exemplo dessa heterogeneidade, podemos mencionar a visão positiva de Azevedo Amaral sobre a Primeira República, embora a crítica dos intelectuais vinculados ao regime sobre esse período seja comumente negativa.

<sup>16</sup> Na definição teórica de Norberto Bobbio (1998, p. 1121), o conceito de revolução caracteriza-se como uma “tentativa – acompanhada do uso da força – de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de promover profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”, tratando-se, portanto, de uma “ruptura com o passado”. Já para Hannah Arendt (1963, p. 28), só se pode denominar um movimento de revolução “quando a mudança se verifica com vistas a um novo início”. Embora se trate de definições teórico-conceituais, elas trazem dois importantes aspectos temporais relacionados

Nessas narrativas sobre o passado, especificamente em relação ao período sobre o qual a revolução triunfou, a Primeira República (1889-1930) será interpretada como um período dominado pelas oligarquias e pelo excesso de liberalismo. A crítica central direcionada ao regime republicano será a de tratar-se de um regime político em desacordo com a “realidade nacional”, devido à inadequação das instituições liberais à “realidade brasileira” (FIGUEIREDO, 1942) sendo o liberalismo avaliado como uma ideologia importada e, portanto, “estranha” ao país. A elaboração de uma imagem negativa da Primeira República mostrava-se estratégica para justificar o novo regime. Nessa construção, nada fortuita, logo a Primeira República tornar-se-á a “República Velha”, ou a “República Oligárquica”, em um movimento direcionado à legitimação dos novos detentores do poder.

Conforme Noé Freire Sandes (2009, p. 128), o controle sobre a avaliação do passado “era uma estratégia dos vitoriosos para atenuar a impetuosidade da crise política”. Ao recorrer ao conhecido recurso de demonizar o passado recente, “a Primeira República logo foi batizada de velha, e a sua experiência política deveria ser vetada como fonte de orientação para o presente” (ibidem). Assim, os derrotados “receberam a alcunha de ‘carcomidos’ ou ‘decaídos’, e as suas vozes, se percebidas, deveriam assemelhar-se a lamúrias” (ibidem).

Para Ângela de Castro Gomes (2012, p. 22), os termos “República Velha” aparecem principalmente entre os políticos e intelectuais vinculados à proposta autoritária estadonovista, evidenciando a existência de um ambicioso projeto político intelectual que incluía “a construção de uma imagem para o presente que se inaugurava e, em decorrência, para o passado que lhe antecedia e para o futuro, que seria sua própria criação”. Nessa negociação entre o passado e o presente, enquanto a “Revolução de 30” aparece como um grande e novo ponto de partida na História do Brasil, a Primeira República é vista como “um grande fracasso e equívoco político”, caracterizada como “liberal, oligárquica, fraca, inepta...” (ibidem, p. 23). Segundo a autora, essa construção/projeção do novo regime “tirou da Primeira República qualquer futuro, lançando-a no passado do esquecimento”, passando a situá-la como uma espécie de “interregno no curso da História do Brasil” (idem, ibidem).

A projeção feita sobre a Primeira República funcionou como forma de legitimar medidas e direcionamentos do novo regime, operando de maneira dicotômica e binária, em que o passado da República Velha era contrastado no presente com o Estado Novo: enquanto o primeiro era mencionado como um período de domínio das oligarquias, de desordem civil, desorganização nas finanças públicas, fraudes no sistema eleitoral etc., o segundo era tido como

---

ao uso do conceito de revolução, quais sejam: a ideia de ruptura com o passado e a de início de uma “nova era”, sendo a revolução o evento divisor no processo histórico.

modernizante, urbano, industrial, desenvolvimentista. Para justificar o presente e projetar o futuro, o novo regime mobilizava o passado.

Nessa mesma perspectiva crítica sobre a nova leitura da História do Brasil estabelecida pelo regime varguista, Edgar de Decca (2004) ressalta que o mais significativo no discurso da “Revolução de 30” é que ele operou como um “marco divisor de águas” que periodizou a História do Brasil em um antes e um depois da Revolução. Nesse “esforço de periodização”, esse discurso memorizou todo um passado anterior à Revolução – de domínio das oligarquias, fraudes eleitorais, desorganização governamental etc. – ou seja, a Revolução de 30 definiu e determinou historicamente o período sobre o qual ela prevaleceu:

Há um lugar a partir do qual deve-se ler a história – este é o passado memorizado como domínio das oligarquias – e a partir daí, a revelação da história se dá através da ideia-chave de revolução de trinta. Estabelecem-se as oposições entre o antes e o pós-revolucionário e a revolução cria um sujeito capaz de “caminhar pelos próprios passos”, isto é, a Nação. Com isso, o passado memorizado como domínio das oligarquias define-se pela ausência da Nação que dorme sob o “canto de sereias dos reguletes” e o seu despertar é datado por uma revolução: trinta. (DECCA, 2004, p. 73)

Denota-se que o projeto de uma nova periodização da História do Brasil concebe e mobiliza o passado, o presente e o futuro de forma simultânea e correlacionada, em que o discurso da Revolução não apenas reescreve o seu período antecessor, como opera no tempo presente para legitimar politicamente a nova ordem: desenhado o cenário catastrófico da Primeira República, a Revolução de 30 surge para libertar a nação da experiência trágica do antigo regime e iniciar a construção de uma nova ordem no país, sendo, pois, o evento fundador de um novo início na História do Brasil. De acordo com essa leitura – nitidamente determinista do processo histórico –, a Revolução de 1930 explica-se e justifica-se como evento inevitável,<sup>17</sup> construindo sobre si mesma a imagem de um movimento imprescindível e necessário.

Outro aspecto relevante do discurso de legitimação do novo regime foi o fato de apresentar a revolução como um movimento unitário e monolítico – portanto, sem dissidências. Dessa forma, o discurso do movimento vitorioso em 1930 suprimiu a existência de outros programas políticos – inclusive, propostas alternativas de revolução<sup>18</sup> – e de outras classes

<sup>17</sup> A passagem de Melo Franco na obra *Outubro*, prefaciada por Osvaldo Aranha e publicada em 1931, ilustra bem a ideia de inevitabilidade da revolução: “a revolução não foi boa nem má: a revolução foi indispensável e, como tal, invencível” (FRANCO, 1931, p. 469).

<sup>18</sup> Dentre as inúmeras propostas e estratégias de revolução no pré-30, podemos citar, a título de exemplo, as alternativas revolucionárias de Luis Carlos Prestes e a do Bloco Operário Camponês, o BOC, ambas elaboradas

sociais. Como um discurso produzido no interior do conflito de classes daquele contexto, o discurso da Revolução silenciou as vozes dos derrotados e dos dominados – em termos gerais, da própria classe operária.<sup>19</sup> Sob esta perspectiva, cabe ressaltar que o discurso da Revolução operou como um movimento ideológico,<sup>20</sup> legitimando o poder político do vencedor e construindo a memória histórica da Revolução de 30. Assim, a consolidação da Revolução de 30 como um fato histórico na História do Brasil constituiu-se em mais uma vitória dos vitoriosos.

Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, a nova periodização da História do Brasil ganhou roupagens oficiais. O autointitulado “novo regime” precisava ser explicado e, inclusive, buscar as suas origens historicamente; para tanto, construiu um esquema temporal a partir do qual iria definir e demarcar o seu lugar na História do Brasil e, concomitantemente, interpretando e apropriando-se do passado – tanto o recente quanto o mais remoto –, projetar e edificar os alicerces do Estado Nacional.

Nessa leitura do passado – por parte, sobretudo, dos intelectuais vinculados ao novo regime –, 1930 ocupará um lugar de destaque: o Estado Novo recupera a Revolução de 30 como o seu marco inicial e a interpreta como o momento de ruptura com o antigo regime, demarcando nesse evento a sua própria origem. De acordo com essa compreensão, 1930 e 1937 constituem-se em dois movimentos de um mesmo processo, sendo 1930 o primeiro momento de um processo revolucionário que, em uma perspectiva teleológica, necessariamente resultaria em 1937. É nesse sentido que a Revolução de 30 torna-se estratégica para o discurso estadonovista, que se apresenta como a continuidade, a conclusão definitiva dos ideais presentes em 1930.

No entanto, essa narrativa linear apresentava um inconveniente: 1934, que passou a ser interpretado como um “desvio” no caminho revolucionário, um interregno liberal no itinerário iniciado com a Revolução de 30, o que explica a imagem de uma linha direta entre 1930 e 1937, embora interrompida em 1934. Em termos gerais, a crítica à Constituição de 1934 foi a de aprofundar e retomar os males da Carta Constitucional de 1891, ou seja, tratava-se nitidamente

---

desde uma perspectiva de classe, entre outras proposições com conteúdos distintos mas comumente tendo como inimigo em comum as oligarquias, todas elas silenciadas pelo discurso vitorioso da Revolução de 30.

<sup>19</sup> Essa crítica tem como base o trabalho de Edgar de Decca: *1930. O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*, publicado originalmente em 1981. Nessa obra, o autor demonstra como a historiografia, mesmo afirmando-se crítica desse período, assumiu diversas das oposições constituídas pela memória histórica da Revolução: Nação-objeto *x* Nação-sujeito; economia agroexportadora *x* industrialização/mercado interno; inorganicidade das classes sócias *x* Estado criador das classes; liberalismo *x* autoritarismo etc. Pautas das quais os historiadores até então não haviam conseguido desvencilhar-se.

<sup>20</sup> Aqui, utiliza-se e compreende-se o conceito de *ideologia* no sentido marxista do termo, definido na obra *A ideologia alemã* (MARX & ENGELS, 2002).

de um retrocesso, um impasse que só seria resolvido com a proclamação do Estado Novo, quando definitivamente o país voltaria aos “trilhos” do seu percurso histórico.

Essa é uma concepção fundamental presente na perspectiva histórica do Estado Novo, a proposição de que o país seguia um caminho evolutivo natural e de que esse percurso histórico havia sido interrompido pela República oligárquica e liberal de 1889, interpretada como um grande e longo divórcio entre a nossa realidade física e cultural e o modelo político de Estado, tendo retomado o seu itinerário apenas com a Revolução de 30 e se consolidado com o Estado Novo, o que fundamenta e resulta na ideia de um recomeço na História do Brasil, ou o que se denominou comumente nesse contexto de “redescobrimto do Brasil”:<sup>21</sup> De acordo com Ângela de Castro Gomes:

A revolução de 1930, embora sendo apenas o primeiro momento deste processo revolucionário – o momento de libertação do antigo regime –, tem o grande mérito de tornar consciente o que existia apenas no subconsciente da nação. A necessidade de retomar o ritmo evolutivo de nossa história “que se desenvolvia lento mas seguro até o Império, mas que a República liberal interrompeu”. O gráfico da história do país é expressivo e demonstra que, até 1930, vivíamos na ignorância de nossa terra, o que se agravava com a República inundada de liberalismo. Foi para romper com esse passado que se fez a revolução, que marcou uma fase violenta em nosso processo político. Contudo, sua obra foi perturbada pelos descaminhos do liberalismo constitucional dos anos 32\34, só havendo uma real substituição do regime em 1937. Aí a Revolução entra em sua segunda fase, etapa de verdadeira constituição de uma nova ordem política. (GOMES, 1982, p. 118)

Por esse motivo, o Estado Novo se autointerpretou como um reencontro com a tradição política brasileira, não se tratando, todavia, de um suposto retorno ao passado,<sup>22</sup> mas de uma volta à linha evolutiva da nossa “realidade histórica”, o que explica o sentido “restaurador” atribuído ao processo revolucionário iniciado com a Revolução de 30 e que se completaria em 1937. Ainda de acordo com a autora:

---

<sup>21</sup> Segundo Pécaut (1990, p. 38), “em toda a parte era a hora do “redescobrimto do Brasil”.

<sup>22</sup> Para Ângela de Castro Gomes, não se poderia falar de um retorno ao passado “na medida em que estaria subentendido certo deslocamento na escala temporal. Isto não ocorre: o passado é vivo, o passado é presente. Incursionar pelo passado significa trazer à tona as estruturas permanentes ao longo da mudança da história. O que está em questão, portanto, é a continuidade, é a tentativa de recuperar, reajustar e integrar a “essência” que se encontra no passado. Este se conjuga com o presente; coexistentes e não podem ser vistos simplesmente como etapas sucessivas dentro de uma escala temporal linear”. Segundo a autora, “ordem e revolução, tradição e inovação formam um amálgama cujo sentido fundamental precisa ser explicitado para que o projeto político do Estado Novo surja em toda a sua dimensão transformadora e conformadora da realidade nacional” (GOMES, 1982, p. 114).



A “restauração”, a busca da tradição, não significava, no discurso de 1937, uma reforma de procedimentos políticos ou um retorno a um momento do passado. A “restauração” era aí perfeitamente compatível com um novo começo; com o ato da verdadeira fundação de um novo Estado [...]. Esse processo significa basicamente a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade. Tal esforço é fundamentalmente uma tarefa integradora de nossa realidade física – de nossa terra – e de nosso homem, ambos abandonados e incompreendidos. Retornar à tradição do país é identificá-la em dois fatores cruciais: a natureza e a cultura brasileira, síntese da realidade indestrutível presente no inconsciente nacional. (ibidem, p. 117)

Dessa forma, interpretando-se como o realizador desse passado, o discurso estadonovista apresentou-se como uma continuidade histórica entre o passado (pré-1889) e o presente. Para a compreensão dessa concepção temporal em toda a sua dimensão, deve-se considerar que ela abrange simultaneamente tanto a noção de ruptura (com o passado mais recente) quanto a de continuidade (com a trajetória tida como “natural” do país); ela associa e mobiliza tanto as noções de inovação e modernização quanto as de conservação e tradição. É sob essa percepção que o Estado Novo alegou estar “realocando” o Brasil nos trilhos do seu legítimo trajeto.<sup>23</sup> A recuperação do passado tornou-se fundamental a essa construção narrativa, pois, de acordo com essa leitura, é na formação do país que se encontram a autêntica nacionalidade e as raízes da cultura nacional, e, por conseguinte, o verdadeiro caminho da sua evolução histórica.

Há, ainda, um outro elemento que aparece de forma bem menos evidente na perspectiva histórica do Estado Novo: a ideia de que o novo regime resgatava os ideais republicanos de 1889, perdidos, sobretudo, pelo predomínio das oligarquias naquele período. Essa compreensão – manifestada, inclusive, pelo seu chefe de Estado (como veremos no item seguinte) – exaltava os próceres e propagandistas da proclamação da República, mas dificilmente os seus líderes ou presidentes. Como parte dessa concepção, o regime republicano é considerado como um regime político de tipo ideal, sendo a República associada à ideia de liberdade e à verdadeira democracia.<sup>24</sup> Nesta interpretação, o povo brasileiro é tido como republicano e democrático por natureza, e, por esse motivo, o Estado Novo argumentava estar readaptando os valores republicanos de 1889 desvirtuados pela chamada República Oligárquica.

---

<sup>23</sup> Segundo Catroga, essa “retrospectiva linear”, embora neste caso com interrupções, “se relacionaria bem com a lógica da história dos vencedores”, pois ela oculta toda a “pluralidade de expectativas e de memórias” contidas no decorrer do processo histórico (CATROGA, 2015, pos. 451).

<sup>24</sup> Cf. GOMES (2013, pos. 3980-3999).

Desse modo, o primeiro Governo Vargas constituiu e divulgou, como parte de um amplo projeto político cultural, uma nova periodização da História do Brasil, instituindo a Revolução de 30 e o Estado Novo como fatos históricos a partir dos quais a história do país deveria ser lida. Essa concepção fundamentava-se na e abarcava a ideia de que havia um ritmo evolutivo na história do povo brasileiro e sua cultura, uma “realidade histórica” (pré-existente) da qual o regime republicano havia nos desviado, mas que a Revolução de 30 e o Estado Novo haviam retomado; por essa razão, a autoatribuição do regime como inaugurador de um novo começo na história do país. Dessa forma, o Estado Novo interpretou-se como um divisor entre o “velho Brasil” e o “novo Brasil”, sob a alegação de tratar-se de uma experiência única na história do país, como demonstra o trecho seguinte, publicado em *Cultura Política*, a revista do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): “Estas páginas refletem esse espetáculo extraordinário de renascimento do Brasil Novo. Elas constituem um depoimento vivo e irretorquível do espírito de paz, de concórdia, de tolerância e de unidade que hoje desfrutamos”.<sup>25</sup>

Embora não seja a intenção aprofundar uma crítica a esse discurso, a historiografia vem demonstrando há um bom tempo as diversas continuidades entre os períodos anterior e posterior à Revolução de 30, em que a ideia de ruptura e de um novo início produzidas pelo regime buscou ocultar as inúmeras permanências no processo histórico,<sup>26</sup> não que não houvesse tido significativas mudanças e redirecionamentos nas diretrizes políticas e econômicas de governo. O conceito de “Estado de compromisso”, proposto originalmente por Francisco Weffort e desenvolvido por Boris Fausto, dedica-se justamente a evidenciar os aspectos de conciliação de setores e grupos tradicionais na conformação do Governo Vargas, diante da impossibilidade de qualquer um desses grupos – industriais, oligarquias, militares – assumir o poder em caráter exclusivo. Para exercício de crítica, poderíamos questionar, por exemplo, até que ponto o Governo Vargas rompeu definitivamente com as oligarquias, alvo central da crítica direcionada pelos dirigentes do novo regime à Primeira República.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Cf. *Cultura Política*, 1941, p. 240.

<sup>26</sup> A própria utilização dos prefixos *pré* e *pós* para delimitar determinados períodos reforça a ideia de ruptura, e não de continuidades no processo histórico.

<sup>27</sup> Segundo Daniel Pécaut (1990, p. 91), “as negociações políticas entre as oligarquias regionais e o poder central nada perderam de sua antiga importância”, ou seja, as oligarquias não perderam peso nas negociações com o governo central.

A projeção da imagem de uma revolução que se propunha a realizar profundas mudanças no sistema socioeconômico do país, como um movimento homogêneo e bem definido, caracteriza-se como uma construção *a posteriori* durante o Estado Novo. Como pesquisas e estudos têm apontado, os agentes de 1930 responderam mais a demandas e problemas de forma imediata e pragmática do que por meio de uma doutrina ou concepção política definida.<sup>28</sup> Segundo Schwartzman, os líderes de 30 respondiam de forma “difusa, incerta e indecisa às demandas oriundas dos setores mais urbanizados do país”, ao passo que tratavam de “manter uma situação de equilíbrio e composição com as elites políticas remanescentes do período anterior” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 206).

A permanência e a reprodução de alguns aspectos desse discurso até os dias de hoje, inclusive por parte de uma historiografia mais tradicional, demonstram o quanto se consolidou uma memória da Revolução constituída posteriormente pelo regime. Como um discurso produzido nas esferas do poder, essas narrativas sobre o passado estavam alinhadas com o ideário político do regime varguista, o que configura o uso político e ideológico dessas representações sobre o passado que vieram a desempenhar um papel fundamental no projeto político e cultural do primeiro Governo Vargas, mostrando-se estratégicas na construção de narrativas e memórias históricas adequadas à reprodução dos poderes então constituídos.

Como se percebe, todos os conceitos que se referem e acabam por definir politicamente um determinado período são construções históricas e objetos de disputa política, nomenclaturas quase sempre impostas pelos vencedores e detentores do poder na nova ordem social ou, *a posteriori*, por aqueles que protagonizaram hegemonicamente a (re)organização da memória pública<sup>29</sup> e a produção historiográfica com relação a um determinado período, movimento ou regime político. Como bem sintetizado por Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, nomear um “tempo” é, sobretudo, “um ato de poder” (GOMES & ABREU, 2009). Segundo Catroga, a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, “chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”, com esse objetivo, “os novos detentores do poder (sociais e políticos), para

---

<sup>28</sup> Wanderley Guilherme dos Santos define o Estado Novo como uma “mistura paradoxal de medidas econômicas liberalizantes, associadas ao aumento da intervenção regulatória nas relações sociais”, ressaltando o caráter “altamente heterodoxo e ambíguo do novo sistema” (SANTOS, 1998, p. 50).

<sup>29</sup> Considera-se aqui que a “memória pública” coexiste com a “memória privada”, sendo difícil não reconhecer que ambas “interagem e se formam em simultâneo”. Sendo assim, a formação da memória individual será “inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que situa e de como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como *projecto*” (CATROGA, 2015, pos. 95).

atacarem a aristocracia tradicional, reescreverão a história”, esse trabalho “passará a ser sinônimo do que virá a designar-se por memória nacional” (CATROGA, 2015, pos. 905).

Em síntese, o objetivo deste item introdutório foi fazer uma breve apresentação do gráfico temporal estabelecido a partir de 1930 e consolidado em 1937 através da reorganização do modo como deveria ser lida a História do Brasil, e demonstrá-lo como parte de uma construção do regime varguista, constatando a mobilização dessas interpretações e apropriações sobre o passado do país como parte de um movimento de legitimação política do novo regime, como veremos mais detalhadamente no item seguinte.

## 1.2. A compreensão histórica do chefe de estado

*Quem, atentamente, despojando-se de preconceitos e paixões, considerar o patrimônio que herdamos do passado e não tiver confiança nos nossos destinos, é indigno do legado que recebeu!* (VARGAS, 1934, p. 283)

Como delineamos um panorama geral sobre a nova periodização da História do Brasil e a perspectiva histórica do novo regime, pretendemos, nesta segunda parte, analisar individualmente a compreensão histórica de Getúlio Vargas bem como a importância que o chefe de Estado atribuía à história e ao passado nacional. Evidentemente, não pretendemos abarcar a totalidade da compreensão de Vargas sobre a formação nacional, se é que isso seria possível, mas abordar alguns aspectos da sua leitura sobre determinados momentos da História do Brasil. Por uma questão metodológica, apresentaremos as visões sobre a história política do Brasil do chefe do regime em ordem cronológica, em uma retrospectiva que, de acordo com as fontes utilizadas, vai basicamente desde o período Imperial, passando pela República de 1889 e chegando à Revolução de 30 e ao Estado Novo.

Para isso, utilizaremos como fontes discursos, manifestações, pronunciamentos e entrevistas do chefe de Estado reunidos e publicados sob o título de *A nova política do Brasil*,<sup>30</sup> nos quais Vargas frequentemente abordou a história e as lições do passado brasileiro. Como se trata de fontes oficiais, devem ser levadas em consideração algumas nuances, tais como a possibilidade de alguns discursos pronunciados por Vargas terem sido editados ou previamente

---

<sup>30</sup> Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas>>. Acesso em: 15.03.2019.

escritos por terceiros.<sup>31</sup> No entanto, ponderamos que, ao pronunciá-los, Vargas legitimava e avalizava o conteúdo destas mensagens. Além disso, muitas destas manifestações foram feitas em situações “de improviso” pelo chefe de Estado, como nas entrevistas ou nas manifestações ou recepções informais em locais públicos. Para além do carácter polissêmico do discurso, deve-se ressaltar que essas interpretações históricas também sofreram alterações ao longo deste período, não estando prontas e acabadas, mas em permanente construção e reinterpretação, inclusive em função de conjunturas políticas do tempo presente.

Para contextualizarmos algumas dessas concepções e opiniões de Getúlio Vargas sobre a história política do país e situá-las em contato, através de convergências e divergências, também com o campo intelectual, nos fundamentamos em algumas reflexões e conceitos de intelectuais daquele período, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Faz-se necessária, neste caso, a ressalva de que não pretendemos abarcar a totalidade da produção e da compreensão destes pensadores sobre a formação do Brasil, apenas alguns aspectos de obras suas que abordaram o passado nacional. Comumente reconhecidos como representantes de uma tradição do pensamento conservador e autoritário brasileiro,<sup>32</sup> esses pensadores mantiveram proximidade com o regime varguista e as suas interpretações sobre a formação do país foram mobilizadas na legitimação do regime varguista, sobretudo na justificativa do seu carácter “democrático”.

Em primeiro lugar, gostaríamos de abordar alguns aspectos relacionados à importância que a recuperação e a valorização do passado do país assumiram nesse contexto, neste caso em específico, nas concepções do chefe do regime, Getúlio Vargas, e também destes pensadores que se debruçaram e refletiram sobre a história nacional em suas obras, procurando demonstrar o porquê de essas interpretações e leituras sobre a formação do país ocuparem um lugar de destaque tanto na produção teórica destes intelectuais quanto na composição de suas proposições e posicionamentos políticos.

---

<sup>31</sup> Marco Antonio Cabral dos Santos analisa a influência da retórica campista nos discursos de Getúlio Vargas. Segundo o autor, uma aproximação com os discursos de Vargas “nos permite vislumbrar a extensão da influência de Francisco Campos e de seu vocabulário político na busca de imagens legitimadoras das novas feições que o regime assumia” (CAMPOS, 2007, pp. 43-44). Para o autor, a influência de Francisco Campos na retórica política do chefe de Estado “extrapola o campo dos discursos oficiais – muitos dos quais elaborados pelo próprio Campos – mas invade e impregna o discurso de Vargas mesmo naqueles momentos de expressão mais espontânea” (ibidem).

<sup>32</sup> Para uma discussão conceitual sobre a definição e a classificação destes intelectuais, recomendamos a consulta a Lamounier (1978, p. 359), Santos (1998, pp. 45-46) e Fausto (2001).

O conhecimento do passado e da nossa formação nacional eram considerados por Getúlio Vargas como uma fonte de lições e de aprendizados para o tempo presente, neste caso, com ênfase para a análise dos regimes políticos e formas de governos experimentados em diferentes períodos ao longo da nossa história. Sob essa perspectiva pedagógica, a história deveria ser consultada e compreendida para evitar que ocorressem os mesmos erros cometidos no passado. Na recomendação do próprio Vargas, “não deveríamos esquecer as lições da nossa experiência política” pois “o exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar”.<sup>33</sup>

Nesse sentido, a compreensão da formação histórica do Brasil deveria servir como orientação para a elaboração de projetos e modelos políticos adequados a realidade nacional, ou seja, o acesso ao passado revelaria os rumos que a nossa história, sobretudo política, deveria seguir. Esta concepção está sintetizada nesta declaração do chefe de Estado: “a época de renovação e reconstrução que atravessa o país precisa ser encarada dentro da realidade brasileira, consultando as nossas tradições e a experiência dos erros anteriores, considerados como lições para o futuro”.<sup>34</sup> Segundo Vargas, o país deveria passar por uma renovação política “que saiba equilibrar as lições da História e as soluções da época que atravessamos” (VARGAS, 1935, p. 267).

Relacionado a esse movimento de valorização da história estava a reprodução de um ideário cívico propagado pelo Governo Vargas de exaltação da pátria e de culto aos heróis escolhidos pelo regime. Este “apostolado cívico”, segundo Vargas, deveria “infundir o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”.<sup>35</sup> Como parte de um amplo projeto político e cultural, a construção de um passado em comum apresentava-se como um elemento chave na constituição da nacionalidade: “todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a nacionalidade”.<sup>36</sup> Percebe-se aqui, como vimos na primeira parte do capítulo, a ideia de que o país seguia um

---

<sup>33</sup> Em mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933 (VARGAS, 1935, p. 413).

<sup>34</sup> “Manifesto à Nação”, lido em sessão solene no edifício da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 1932 (VARGAS, 1935, pp. 225-267).

<sup>35</sup> Discurso pronunciado na cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal, 02.12.1937, p. 107. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/06.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

<sup>36</sup> Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo em celebração à “Hora da Independência”, no “Dia da Pátria”, 07.09.1936, p. 182. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/05.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

“rumo”, um trajeto ao qual Vargas projetava-se como o seu legítimo “herdeiro”, e portanto, dando continuidade à tradição política brasileira.

Esse é um outro aspecto presente na concepção do chefe de Estado sobre a história: a sua função legitimadora. As interpretações e as projeções de Vargas sobre determinados períodos do passado político brasileiro, como veremos a seguir, serviram para justificar o regime do qual ele era o comandante. Os argumentos recorrentemente utilizados por Vargas de que “a experiência histórica já havia demonstrado” ou de que “as lições do passado evidenciavam”, referindo-se aos regime políticos vigentes no passado, operaram no sentido de legitimar os moldes e as diretrizes políticas adotadas pelo novo regime.

Dessa forma, destacam-se e sobressaem-se dois aspectos que ajudam a explicar o interesse e a importância que Getúlio Vargas atribuía ao conhecimento da nossa formação nacional: o primeiro, de cariz pedagógico, que considerava o passado como uma espécie de guia que deveria ser consultado como forma de orientar e direcionar as decisões e os projetos políticos no tempo presente; e o segundo, diretamente relacionado ao primeiro, refere-se ao uso pragmático dessas narrativas históricas que, interpretadas em sintonia com as diretrizes políticas do governo, auxiliaram na explicação e na justificação do regime varguista.

A recuperação do passado brasileiro também assumiu um papel de relevância e de destaque nas produções e reflexões de boa parte dos intelectuais e pensadores daquele período, e de diversas áreas, que abordaram e refletiram em suas obras sobre o processo de desenvolvimento e da formação de uma identidade nacional.<sup>37</sup> Ao se proporem e estabelecerem como objetivo entender e interpretar a “realidade” brasileira, estes intelectuais tiveram que, necessariamente, voltar-se ao passado do país para através do conhecimento da nossa formação história, buscar compreender e descrever a realidade e o caráter da identidade nacional. Ou seja, o conhecimento do passado e da formação do país eram para estes pensadores imprescindíveis, uma condição *sine qua non* para a compreensão da alegada “realidade nacional”. É nesse sentido que a reconstrução e a interpretação do processo histórico brasileiro insere-se na obra deste pensadores. Nessa perspectiva, o conhecimento histórico e a atuação política estavam indissociados, sendo a história entendida enquanto uma fonte de orientação para a ação política no tempo presente, legitimada pelo *status* científico do saber histórico. Para Oliveira Viana, por exemplo, os “estudos históricos” tinham um “caráter pragmático”, servindo “como um guia na elaboração de um novo direcionamento político para o Estado”; em seu entendimento, a história

---

<sup>37</sup> Podemos mencionar Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Paulo Prado, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alberto Torres, entre diversos outros.

era mais que a “mestra da vida”, ela era a “mãe e mestra da política” (VIANA, 1923, p. 28) e, por esse motivo, o sociólogo não podia deixar de voltar-se para o passado a fim de compreender a realidade nacional.<sup>38</sup>

Essa incursão pelo passado do país tinha entre seus objetivos identificar as origens e as causas dos problemas nacionais, o que obrigou estes pensadores a realizarem um longo percurso pela sua formação para, com a contribuição das explicações históricas, elaborarem um diagnóstico sobre a realidade nacional contemporânea. De acordo com Maria Bresciani, estes pensadores voltavam-se para o passado do país para identificar os “pecados de origem ou percalços no percurso, causadores da presente situação problemática, de modo a oferecerem ao leitor explicações que a justificam”, o que os levava a utilizarem um procedimento explicativo que “iniciava com uma exposição da situação existente ou o tempo presente problemático e projetavam a solução ideal em um futuro possível e exequível pela vontade política” (BRESCIANI, 2010, p. 192). Nessa mesma direção, Luciano Aronne de Abreu coloca que Oliveira Viana e outros intelectuais conservadores “buscaram desvendar essa realidade dedicando-se ao estudo do passado nacional desde o período colonial, a fim de fazer um diagnóstico do presente e, com base nele, propor um modelo de organização política compatível com o que consideravam o Brasil real” (ABREU, 2008, p. 52). Conforme Bolivar Lamounier, as obras destes intelectuais geralmente eram iniciadas com uma reflexão histórico-sociológica sobre o passado colonial, seguidas de um diagnóstico do presente e concluídas com a proposta de um modelo alternativo de organização político-institucional (LAMOUNIER, 1978, p. 345).

Esse é um fator fundamental que constitui e envolve a perspectiva histórica destes intelectuais: as suas interpretações sobre o passado configuravam-se e direcionavam-se em formulações e proposições de um novo quadro político e institucional para o país. Como conhecedores da realidade e da identidade nacional – e, portanto, aptos a realizarem um diagnóstico sobre os problemas do país, essas interpretações sobre a formação do Brasil vinculavam-se e resultavam em concepções e projetos políticos daquele momento. Sob o argumento histórico-sociológico de que determinados regimes ou formatos políticos condiziam ou não com a formação histórica e a tradição política do país, essas narrativas sobre o passado poderiam ser mobilizadas para explicar e legitimar historicamente o novo regime.

---

<sup>38</sup> Conforme Pécaut, os intelectuais dos anos 20 e 30 “não faziam mais que invocar a ‘realidade nacional’: se havia um título que reivindicassem, era o de ‘realistas’”. Essa concepção se baseava na crença de que através de uma “ciência do social”, a sociologia, se poderia obter o conhecimento “científico do real”, o que explica o fato destes intelectuais não se considerarem “ideólogos”, mas antes científicos e, portanto, “realistas” (PÉCAUT, 1990, p. 42).



### 1.2.1. O período monárquico

Como vimos até aqui, a recuperação e a valorização do passado brasileiro assumiram relevância e fundamental importância nesse contexto, ocupando a arena da política e sendo frequentemente abordado pelo chefe de Estado em seus discursos. Em mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, o comandante de novo regime fez questão de incluir um tópico sobre as “lições do passado” brasileiro. Vargas iniciou o seu pronunciamento referindo-se ao 7 de abril 1831 como um movimento “verdadeiramente admirável como demonstração da vitalidade de uma consciência nacional” e que “deveria ter produzido com a abdicação, todas as consequências políticas que a independência frustrara” (VARGAS, 1935, p. 415). Em sua avaliação, o Golpe da Maioridade antecipada foi uma solução encontrada “para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional” (ibidem, p. 417). Ademais, para o chefe de Estado, o grande fator responsável pela manutenção da unidade foi “a vitória do Centro, e portanto, do poder monárquico” que “muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional” e, por esse motivo, o país “estabilizou-se num longo período de apaziguamento interior e de prestígio internacional”, sobretudo durante o Segundo Reinado, graças a “ação pessoal do Imperador” que, segundo Vargas, devido ao seu “temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante” (ibidem, p. 418). Isto é, na avaliação do chefe do novo regime, a Maioridade, o regime monárquico e a ação pessoal do Imperador foram fatores fundamentais para manutenção da unidade do país.

Um ano mais tarde, no dia 7 de setembro de 1934, em discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião da Cerimônia do Juramento à Bandeira, o chefe de Estado voltaria a abordar o tema da manutenção da unidade nacional, a qual classificou como uma “epopeia” que deveria “encher de orgulho a todos nós” brasileiros. Na concepção de Vargas:

A manutenção da unidade brasileira constitui fenômeno sem paralelo na história dos povos modernos. O centrifugismo foi a lei que imperou em nosso Continente. Enquanto, ao longo das nossas lindes, os vice-reinados espanhóis se desagregavam, decompondo-se em dezenas de Estados; enquanto, na Europa e na Ásia, poderosos impérios se desarticulavam, mantínhamos com inquebrantável fidelidade o ritmo da nossa união sagrada. Nada nos separou, nada teve o dom de afrouxar os elos que nos soldam numa cadeia indivisível. A unidade brasileira é um dogma inviolável e um exemplo que nos servirá sempre de bússola no rumo do porvir. (VARGAS, 1935, p. 648)

Percebe-se que a unidade nacional é um objeto recorrente e uma questão central na compreensão de Vargas sobre a formação do Brasil. Em sua leitura, um elemento se mostrou fundamental para a manutenção da unidade do país: o Imperador Dom Pedro II.

No evento de inauguração do “Mausoléu dos imperadores Dom Pedro II e D. Teresa Cristina”, realizado na Catedral de Petrópolis, em dezembro de 1939, e, portanto, durante o Estado Novo, o chefe de Estado pronunciou um discurso de exaltação do Imperador e dos seus “grandes serviços ao Brasil”. Segundo ele, as homenagens prestadas e a construção do mausoléu exprimiam bem “a estima e o constante respeito que sempre lhe tributaram o governo e o povo da sua Pátria”. Para Vargas, a figura do Imperador gerava reconhecimento inclusive entre os fundadores da República que “jamais deixaram de reconhecer-lhe e exaltar-lhe o devotamento cívico e as nobilíssimas virtudes pessoais”; nem mesmo “no período candente da propaganda republicana”, houve “quem o denegrísse; nem mesmo, na hora do ocaso e da despedida, quem o humilhasse; nem, depois, quem lhe vilipendiasse o nome” (VARGAS, 1939, p. 149). Ao render-lhe justiça exaltando “os seus serviços mais salientes ao país e no exaltar os seus méritos excepcionais”, o chefe de Estado não fazia mais do que “afirmar o pronunciamento da História”, visto que “o julgamento definitivo já teve tempo de se formar, com serenidade e isenção de ânimo”, consagrando-o como “um brasileiro ilustre, notável por todos os títulos, que honrou o seu país e a época em que viveu” (ibidem, p. 150).

Para além das homenagens, um ponto que chama a atenção nesse discurso é o argumento de Vargas de que “as restrições em relação à família imperial” desapareceram com o decorrer dos anos “à medida que o regime se consolidava como instrumento político apropriado ao nosso progresso e aspirações de povo livre” (ibidem, p. 149). Ou seja, percebe-se aqui a concepção e o argumento recorrente entre os intelectuais daquele período de que determinado regime político era ou não apropriado à realidade brasileira, e neste sentido, o regime monárquico foi definitivamente para o chefe de Estado, um regime apropriado ao nosso povo.

No restante do discurso, Vargas exaltou a personalidade de Dom Pedro II, o qual “a cultura humanista e o amor aos livros e à Ciência puseram-no em contacto íntimo com os maiores pensadores, poetas e filósofos do tempo”; ademais, “o seu espírito de tolerância, de moderação e generosidade afetiva, espelhava os traços fundamentais do caráter brasileiro, e essa identidade de temperamento explica, psicologicamente, a admiração e o prestígio populares que lhe aureolaram o nome”. Nota-se que o imperador é interpretado como possuidor das mesmas características do povo brasileiro, isto é, tratava-se de um chefe de Estado identificado com a população, e portanto, apropriado ao país. Vargas prossegue: “pela austeridade da sua vida de homem bom e justo, ele dominou todo o panorama do Segundo

Reinado, *pairando acima das competições pessoais, dos partidos e das paixões políticas*” (ibidem, p. 150, grifos do autor). Poderíamos nos questionar se o chefe de Estado estava apenas se referindo ao Imperador ou se estava projetando uma imagem de si próprio?

Por fim, vale mencionar a consideração de Vargas de que no longo reinado de Dom Pedro II “o Brasil viveu momentos decisivos: consolidou a sua vida interna pela integração nacional” (idem, ibidem). O Império, em seu julgamento, “tinha cumprido a sua grande missão histórica e esgotado a sua capacidade de ação” e o regime republicano, “viva aspiração desde os tempos coloniais”, vinha para substituí-lo, “abrindo novos horizontes ao desenvolvimento social e econômico do país” (ibidem, p. 151).

### **1.2.2. A Primeira República (1889-1930)**

Dois anos após a tomada do poder, em discurso aos representantes do Club 3 de Outubro no dia 4 de março de 1932, na cidade de Petrópolis, o chefe do novo regime, mencionando a possibilidade da volta do país ao regime constitucional, afirmou que esta não seria, nem poderia ser, uma “volta ao passado”, sob “a batuta das carpideiras da situação deposta” (VARGAS, 1935, p. 222); aqueles que, em seu julgamento “conspurcaram o nome e o conceito da República”, o que tipificou como um “crime”; antes, cumpria a Revolução fazer “a reconstrução moral e material da Pátria” (idem, ibidem). A contundente declaração demonstrava além do calor do momento, a vontade do novo regime, ainda em processo de estabelecimento e de legitimação, de se fazer distante de um passado ainda recente. Deve-se levar em consideração que devido à proximidade, temporal e política, as avaliações sobre a Primeira República muitas vezes se confundem com críticas e interesses do novo regime, sendo de difícil delimitação entre uma e outra. Porém, é possível distinguir, com maior clareza, como uma avaliação/interpretação histórica quando o chefe do regime se refere à Proclamação da República de 1889 como um acontecimento histórico.

No entanto, foi no chamado “Manifesto à Nação”, lido em Sessão Solene na Câmara dos Deputados, no dia 14 de maio daquele mesmo ano, que Getúlio Vargas dedicou maior atenção à “herança” deixada pelo antigo regime e apresentou um panorama geral e uma crítica ao regime deposto. Ao iniciar o seu pronunciamento ressaltando a importância das “lições” e dos “exemplos do passado” brasileiro, Vargas expôs aquele que avaliamos ser o ponto central da sua crítica ao regime republicano: a sua incompatibilidade com a realidade nacional. Em sua

avaliação, os republicanos de 1889 “foram vítimas desse erro de visão” ao não considerarem a realidade brasileira:

Implantando a República, adotaram o regime federativo e presidencial e construíram monumento político teoricamente perfeito, que concretizava todas as garantias inerentes aos governos democráticos. Só mais tarde verificaram, com desencanto, a falta de relação entre a obra ideada e a realidade. (VARGAS, 1935, p. 228)

Essa falta de correspondência do regime republicano com a realidade nacional resultou no que Vargas denominou de “falseamento do regime implantado”, configurando em sua opinião no problema central da política brasileira que “consistia no divórcio consumado entre governo e Nação”. A obra política criada pelo republicanos havia cometido o equívoco de deixar “a Nação fora do Estado”, e por esse motivo, o Estado estava alheio “aos problemas básicos da sociedade”. O diagnóstico do chefe de Estado apontava que o problema “era mais profundo e mais amplo”, pois o que havia fracassado em sua opinião era “o regime e não apenas os homens e os partidos” (ibidem, p. 234).

Essa é uma questão central e que perpassa toda a crítica de alguns intelectuais autoritários à Primeira República, tanto Oliveira Viana quanto Azevedo Amaral (assim como outros pensadores) compartilham do diagnóstico sobre a incompatibilidade entre o regime republicano e a realidade nacional. Para Oliveira Viana, a causa do fracasso de todas as construções democráticas no país – incluindo a Constituição de 1891, deve-se ao fato de que “nenhuma dessas construções se assentou sobre bases argamassadas com a argila da nossa realidade viva – da nossa realidade social – da nossa realidade nacional” (VIANA, 1927, p. 13). Na leitura de Viana, a formação do país, marcada pela dispersão dos latifúndios, predomínio dos clãs e pela ausência de solidariedade social, mostrava-se incompatível com um regime de moldes democrático liberal que tinha como pressupostos a existência de solidariedade e de organização entre as classes sociais e sobretudo uma opinião pública fortemente organizada. Nesse cenário, o sufrágio, os partidos e as eleições representariam apenas os interesses dos clãs (VIANA, 1923, p. 247).

Já Azevedo Amaral, embora crítico, não tem uma avaliação tão negativa sobre a Primeira República quanto Vargas e Oliveira Viana. Apesar de se aproximar das concepções de ambos sobre a inadequação das leis e instituições republicanas com a realidade nacional, Amaral avalia que o regime criado pela revolução de 1889 e cristalizado na Constituição de 1891 “representou indiscutivelmente um progresso considerável no sentido da aproximação da ordem política à das realidades nacionais” (AMARAL, 2002, p. 21).

A partir dessa crítica central, o chefe de Estado passou a descrever um quadro do regime republicano a começar pelo seu sistema político que, segundo ele, estava “circunscrito exclusiva e incondicionalmente, à conquista e manutenção do poder”, visto que, na mentalidade partidária, “desaparecera o espírito público, substituído pelas propensões egoístas” (VARGAS, 1935 [1932], p. 229). Os partidos políticos “como intérpretes do pensamento nacional haviam desaparecido”, os processos de representação “abastardavam-se”, transformando as eleições em “verdadeira burla” aonde “os eleitores votavam sem liberdade de escolha”, ou “a ata falsa substituía, sumariamente, a vontade do eleitorado” (ibidem, p. 230). Neste cenário, os deputados eram “simples mandatários da vontade arbitrária dos régulos estaduais”, o Senado, uma “maternidade para a desova das oligarquias” (ibidem, p. 231) e a Presidência da República, devido a necessidade de rotação e de cada presidente impor um programa próprio, acarretava em “lamentável descontinuidade administrativa” (ibidem, p. 232). Enquanto isso, os vinte estados brasileiros “debatiam-se presas de governos oligárquicos, que exploravam, em benefício próprio, as posições e os proventos materiais” (ibidem, p. 230).

Conforme o comandante do novo regime, o Brasil no pré-30 “aproximava-se do inevitável colapso” pela a situação em que se encontrava: “assoberbado pela derrocada financeira, pela crise econômica e pela desordem administrativa” (ibidem, p. 241). Nessa lógica interpretativa, a Revolução de 30 se autoexplicava como a salvadora de um “inevitável colapso” do país. Essa seria a “herança calamitosa” deixada pela Primeira República e encontrada pelo novo regime, descrita pormenorizadamente por Vargas nesse pronunciamento:

A ocasião é oportuna para me referir à desorganização financeira e à depressão econômica da maioria dos Estados da Federação ao implantar-se o novo regime. Não exagero resumindo-as no seguinte quadro: administração péssima; política, com raras exceções, oligárquica, estritamente partidária, sem visar o interesse coletivo; desbarato dos dinheiros públicos e orçamentos deficitários; a produção nacional estiolada pelas excessivas tributações e vítima ainda dos impostos interestaduais; deficiência de transportes e ausência de crédito agrícola. (ibidem, p. 247)

É interessante observar como algumas dessas críticas à Primeira República correspondem ao argumento utilizado para justificar medidas tomadas pelo novo regime: enquanto o antigo regime era marcado pela “desorganização financeira” e pelo *laissez faire* na área econômica, o novo regime opta pelo planejamento econômico estatal; se o sistema eleitoral republicano era uma “ficção”,<sup>39</sup> marcada por fraudes e pelos interesses partidários e

---

<sup>39</sup> Vargas desacredita fortemente o sistema eleitoral republicano: “em que consistia essa representação, antes do movimento revolucionário: alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos. Ora, o que

oligárquicos, eles podem ser abolidos e substituídos por outros meios e canais de representação, como os conselhos técnicos ou as associações de classes; se a administração republicana era “política” (significando aqui interesses privados), no novo regime, ela passaria a ser uma administração “técnica”. Dessa forma, a crítica ao regime republicano pôde ser utilizada como forme de legitimar e justificar medidas e diretrizes adotadas pelo novo regime.

Algumas das causas para o fracasso do antigo regime foram mencionadas por Vargas no discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Além da incompatibilidade do regime com a realidade nacional, o principal motivo considerado pelo chefe de Estado para o desvirtuamento da Primeira República foi o predomínio das forças oligárquicas que, segundo ele, criaram “uma espécie de casta governamental instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos”. Como consequência, o Congresso se tornou “um processo profundamente viciado” e os seus membros, com raras exceções, “não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas”, todos criados pela “máquina de puro artifício, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma política de favoritismos pessoais”, em que se exercia “escusamente e sempre à revelia dos interesses nacionais” (VARGAS, 1935 [1933], p. 425). Tudo isso foi tornando o poder público “alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação”, gerando um “inevitável descontentamento generalizado” entre a população (ibidem, p. 426).

Outro motivo mencionado por Vargas para o desvirtuamento da Primeira República foi a falta de uma “corrente de opinião”, “fortemente organizada” e “dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados”; a ausência desse elemento viria, segundo ele, “desvirtuar-lhe a finalidade” (ibidem, p. 423). Aqui, percebe-se claramente a influência de Oliveira Viana na retórica do chefe de Estado. Viana emprega o termo “opinião organizada” nesse mesmo sentido, para denunciar a ausência de uma opinião pública organizada no contexto da Constituição de 1891, nesse sentido, segundo ele, “os republicanos da Constituinte construíram um regime político baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada, militante. Ora, essa opinião não existia, e ainda não existe entre nós” (VIANA, 1927, p. 43). Essa seria, segundo Viana, a principal causa da falência do regime republicano: “Todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem, em síntese, esta causa geral: somos um povo em que a “opinião pública”, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe” (ibidem, p. 44).

---

legítima o poder é o consentimento dos governados; logo, onde a representação do povo falha, este poder será tudo, menos órgão legal da soberania da Nação” (VARGAS, 1935 [1933], p. 430).

Mais tarde, já durante o Estado Novo (1940), em um discurso feito “de improviso” perante a grande concentração operária na Esplanada do Castelo, no dia 9 de novembro de 1940, Vargas reafirmaria a sua crítica à Primeira República. O interessante a se observar é que, mesmo depois de tantos anos, o chefe de Estado ainda está se referindo e criticando a república deposta, utilizando-a em uma manifestação pública de legitimação do novo regime:

Sob o rótulo de liberal, o regime não passava de uma oligarquia. Com o poder transmitido quase que por sucessão de família, os governados não tomavam conhecimento, praticamente, da vida pública. Esse regime, por seus vícios e pela incapacidade para resolver os problemas nacionais, se decompunha lentamente e chegara, em 1930, à quase dissolução. (VARGAS, 1940, p. 144)

Um outro componente presente na interpretação do chefe de Estado sobre esse período é que, apesar de ser um crítico ferrenho do regime republicano, Vargas era um entusiasta da proclamação da República enquanto um acontecimento histórico. Para ele, a proclamação da República, “apreciada rigorosamente como fato histórico”, apesar de considerá-la “uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares”, tais circunstâncias não lhe tiram “o caráter de ato nitidamente revolucionário”. Porém, a proclamação deveria ter importado em uma “mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país”, para não se transformar “em mera substituição de normas teóricas de governo” (VARGAS, 1935 [1933], p. 422).

Tal percepção é confirmada na comemoração dos cinquenta anos da Proclamação República. Em discurso pronunciado antes do desfile das Forças de Terra e Mar, em 15 de novembro de 1939, o chefe de Estado ressaltou que o cinquentenário da República levava-o a “evocar com justificado orgulho, o denodo e o ardor dos seus propagandistas” e de todos aqueles que “irmanados pelo mesmo ideal, lutaram para fazê-lo triunfar, dispostos de coração e ânimo resolutos a quaisquer sacrifícios” (VARGAS, 1940 [1939], p. 131). A proclamação da República foi considerada por Vargas como uma “viva aspiração desde os tempos coloniais” – que vinha para substituir o Império que já “havia cumprido sua “gigante missão histórica” – abrindo “novos horizontes ao desenvolvimento econômico e social do país” (ibidem, p. 151). Percebe-se que Vargas exalta unicamente os propagandistas e os próceres da proclamação da República, e não os seus presidentes ou líderes da chamada “república oligárquica”:

Brasileiros: Homenageamos os próceres da República, e o fazemos em reconhecimento dos seus atos de alta benemerência patriótica. Mas, a forma atuante, a forma construtiva da nossa veneração, consistirá, sobretudo, em seguir-lhes o exemplo, aperfeiçoando o legado das suas lutas e dos seus esforços, sem temor a fetichismos políticos e doutrinários. Assim como eles

agiram na hora justa, no sentido das legítimas aspirações e necessidades nacionais, também nós, para salvar a Nação dos perigos que ameaçavam a sua segurança e integridade, instituímos o Estado Novo, readaptando os ideais republicanos de 89 às condições sociais e econômicas da atualidade brasileira. (ibidem, p. 134)

Aqui aparece mais um aspecto fundamental da perspectiva histórica do chefe de Estado: a ideia que o Estado Novo resgatava os ideais republicanos de 1889, perdidos e desvirtuados sobretudo pelas forças oligárquicas. Observa-se que se ressaltam mais os valores e os esforços patrióticos dos próceres da República, e, tendo em vista a crítica inicial de inadequação do regime republicano à realidade brasileira, Vargas advertia que o que devia-se seguir era o exemplo “sem temor a fetichismos políticos e doutrinários”, claramente referindo-se ao regime republicano. Consequentemente, esse “resgate” dos ideais republicanos deveria necessariamente passar por uma “readaptação” às condições socioeconômicas da realidade brasileira:

O povo brasileiro sempre encontrou em si mesmo a força necessária de coesão e bravura para realizar os grandes movimentos que o destino lhe tem reservado. Foi assim na proclamação da República e foi assim na instituição do Estado Novo, acontecimentos culminantes da nossa evolução política, aproximados através do tempo por idênticos objetivos regeneradores. Em ambos, as gloriosas forças armadas souberam interpretar as verdadeiras aspirações da nacionalidade, e ajudaram a consumir, sem lutas fratricidas, transformações políticas que a tantos outros povos custaram perdas cruentas e abalos profundos na estrutura social. (ibidem, p. 131)

De acordo com essa interpretação, a proclamação da República e a instituição do Estado Novo se aproximavam pelo mesmo objetivo “regenerador” da Nação e portanto estavam interligados na linha da “nossa evolução política” enquanto “verdadeiras aspirações da nacionalidade”. Nessa leitura, o Estado Novo projetava-se como o executor, o realizador dos ideais republicanos de 1889 perdidos e desvirtuados pelos motivos já mencionados. Para concluir, voltamos ao início do tópico: segundo Vargas, realizada a “reconstrução moral e material da Pátria”, a partir de uma “renovação política que saiba equilibrar as lições da história e as lições da época”, inaugurar-se-á a “Nova República”, o que nos revela que o regime político de tipo ideal para Vargas seria republicano, certamente distante daquele inaugurado em 1889 e deposto pelo movimento comandado pelo próprio em 1930.



### 1.2.3. A Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945)

As primeiras explicações de Getúlio Vargas para a Revolução de 1930 estão diretamente relacionadas às suas críticas direcionadas à Primeira República. Como mencionamos anteriormente, o cenário “anárquico” e a herança “calamitosa” deixadas pelo antigo regime ajudariam a explicar o movimento de Outubro de 1930. Conforme vimos, na interpretação de Vargas, o que havia fracassado era “o regime” republicano e não apenas os homens ou os partidos, diante dessa constatação, o comandante do novo regime justificou, por exemplo, o uso da violência e de meios que iam além dos parâmetros legais para a implantação do novo regime:

[...] conjugando as necessidades políticas do país com os imperativos da dignidade nacional e exigindo que se conquistasse pelas armas o que não se obtivera pelos meios legais. Esta força gerou a Revolução de Outubro, cujos efeitos de ordem política e social não poderiam restringir-se aos postulados da Aliança Liberal. Como processo violento, aplicado à transformação de um regime em bancarrota, ela somente se condicionaria às necessidades impostas pelo momento excepcional em que teria de atuar para reconstruir, de alto a baixo, o arcabouço institucional do país. (VARGAS, 1935 [1932], p. 236)<sup>40</sup>

Para Vargas, era inútil retrair as causas determinantes da Revolução, pois o antigo regime havia chegado à “completa falência” – falência “política, administrativa, financeira, econômica, moral e material” (VARGAS, 1938 [1934], p. 16).<sup>41</sup> Segundo o líder do novo regime, ao chegar a Revolução ao poder, o cenário “era de balbúrdia, de anarquia, de quase bancarrota a situação do Brasil” (VARGAS, 1935 [1933], p. 443);<sup>42</sup> este seria “o regime abatido pela Revolução de 1930” (VARGAS, 1938 [1932], p. 29).<sup>43</sup> Por esse motivo, Vargas caracterizou a Revolução de 30 como uma obra da “consciência cívica do povo brasileiro”, visto que este encontrava-se “abandonado pelos seus condutores e desatendido nas suas solicitações mais imperativas, só tendo pelos governos aversão, indiferença ou desprezo, e sempre pronto a aplaudir as atitudes de rebeldia” (ibidem, p. 30). Isto é, o cenário projetado sobre a Primeira República serviu para explicar e justificar tanto o movimento que a destituiu,

<sup>40</sup> Em “Manifesto à Nação”, lido em sessão solene no edifício da Câmara dos Deputados no dia 14 de maio de 1932.

<sup>41</sup> Em discurso pronunciado em Porto Alegre, em 23 de novembro de 1934, intitulado “Voltando ao Rio Grande depois de quatro anos”.

<sup>42</sup> Perante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

<sup>43</sup> Em “Manifesto à Nação”, lido em sessão solene no edifício da Câmara dos Deputados no dia 14 de maio de 1932.

a forma e os meios utilizados, como muitas das medidas tomadas em seguida pelo novo regime, como por exemplo, justificar como “útil” o formato ditatorial adotado pelo novo regime:

O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução, dentro da órbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interesse das conveniências políticas e das injunções partidárias. (ibidem, p. 48)

Porém, Vargas adverte que a ditadura se instalou como forma “providencial de governo”, pois, embora surgido de uma revolução, o Governo Provisório “nunca a considerou regime aplicável ao Brasil, nem procurou organizar-se visando semelhante *desideratum*” (em latim, *desejo*). O próprio qualificativo “Governo Provisório” era, segundo ele, uma “demonstração insofismável disso” (ibidem, p. 49). O chefe do novo regime alegava que a população temia “a volta aos Congressos inexpressivos, aos conciliábulos políticos, aos pactos impostos pelas exigências das facções e pelo exclusivismo dos partidos sobrepondo-se ao interesse impessoal da nacionalidade”, recordando aqui a sua crítica aos partidos políticos e ao sistema eleitoral republicano (ibidem, p. 55). Todos estes argumentos eram mobilizados para justificar o caráter ditatorial do regime vigente após a Revolução.

Embora afirmasse, ainda em 1932, que o governo instituído pela Revolução era inspirado pelos “nobres interesses da Pátria, interesses que se fundem com os grandes ideais históricos da nacionalidade”, Vargas considerava cedo para fazer um julgamento mais preciso sobre a Revolução e as causas que a determinaram, visto que ainda não havia chegado “o momento dos juízos definitivos sobre a Revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfecho”, pois, de acordo com ele, “a História aguardará do tempo, para o seu *verdictum*, que seja encerrado o vasto e completo inquérito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões” (ibidem, p. 47).

No entanto, apenas um ano mais tarde (1933), o chefe de Estado, em pronunciamento à Assembleia Nacional Constituinte, realizou uma avaliação e procurou explicar a Revolução de 30. Na explanação de Vargas, o cenário republicano justificava porque o movimento de Outubro perdeu o caráter de um “simples pronunciamento partidário” para “desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional”, impondo “conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político” (VARGAS, 1934 [1933], p. 25).<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Cf. nota 42.

Se, por um lado, o novo regime justificava-se através da herança “calamitosa” deixada pelo antigo regime, por outro, era preciso projetar valores e significados positivos e sobretudo dar um sentido construtivo ao movimento vitorioso de 1930. Nesse sentido, Vargas avaliou que “pela sua amplitude e profundidade”, o movimento revolucionário de 1930 “não teve similar em nossa história política” (ibidem, p. 25). Tratava-se de um governo “nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da grei organizada durante decênios para dominar o país” (ibidem, p. 26). Configurava-se assim, em sua leitura, uma “obra de reconstrução nacional” (ibidem, p. 28). Percebe-se como Vargas procurou dar uma maior amplitude ao movimento de Outubro, atribuindo-lhe uma dimensão e uma abrangência nacional, assim, não se tratava mais de um movimento setorial e partidário, de uma fração política, mas sim de um movimento *global*, no sentido totalizante do termo. Em sua definição:

A Revolução não fora obra de um partido, mas sim um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. (ibidem, p. 27)

Outro aspecto interessante nesse trecho é que o próprio Vargas confirmou, em 1933, que não havia “princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados” na Revolução de 1930, ou seja, esta é uma prova de que não havia uma doutrina uníssona e definida guiando o movimento que ascendeu ao comando do estado em 1930. Ressaltamos esse ponto pois, anos mais tarde, durante o Estado Novo, o próprio Vargas irá projetar uma imagem completamente diferente da Revolução de 30, como um movimento homogêneo e bem organizado que se propunha a realizar profundas reformas no sistema socioeconômico do país, ou seja, trata-se de uma imagem da Revolução de 1930 construída somente durante o Estado Novo, como observamos nessa retrospectiva feita pelo chefe de Estado em 1939:

A Revolução era o movimento profundo, a manifestação generalizada do descontentamento popular e o desejo de que se estabelecessem novos rumos. Tinha por *finalidade a restauração econômica e a renovação espiritual do Brasil*, a organização nacional em bases sólidas e definitivas. Agora, quando compareço perante vós e vindes a mim dizer que cumpri o meu dever, eu venho a vós para declarar que a Revolução não terminou. (VARGAS, 1943 [1939], p. 33)<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Improviso na manifestação recebida em Porto Novo da Cunha, em 24 de outubro de 1939 – grifos do autor.

Nesse pronunciamento evidencia-se mais um elemento fundamental da compreensão histórica do chefe do regime: a ideia que o Estado Novo era a continuação da Revolução de 1930. Em outra ocasião,<sup>46</sup> Vargas reforçou essa concepção afirmando que “a Revolução de 1930, revigorada em 1937, não parou” (VARGAS, 1941 [1940], p. 121). Segundo ele, o Estado Nacional que surgiu da Constituição de 1937, “consagrou os princípios básicos da Revolução de 1930” (ibidem, p. 166). Nessa interpretação, como dois momentos de um mesmo processo, o Estado Novo estaria resgatando e dando prosseguimento aos ideais presentes em 1930. Isto é, Vargas projetou, em 1940, na Revolução de 30 a origem e os princípios do Estado Novo, como parte da explicação para as causas e os motivos do novo regime.

Vale lembrar um item já mencionado e menos frequente da perspectiva de Vargas sobre o Estado Novo: aquele que o interpretava como resgatando e readaptando os ideais e valores republicanos de 1889, perdidos e desvirtuados pela chamada “república oligárquica”, o que demonstra como essas concepções estavam sujeitas a alterações e readaptações ao longo dos quinze anos do primeiro Governo Vargas.

Por fim, mas não menos importante, queremos destacar a concepção histórica e política de Vargas que considerava a democracia como o regime ideal ao povo brasileiro. Essa constatação se dava a partir da análise da experiência e do desenvolvimento histórico do país. Segundo ele, as “lições do passado” evidenciavam que o Brasil era “um país de ordem. Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência consciente e acatamento ao direito”, e nesse sentido, afirma que “repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania”, em uma clara tentativa de Vargas de afastar-se de qualquer associação com os regimes totalitários (VARGAS, 1938 [1936], p. 183).<sup>47</sup> Mais uma vez, o passado do país é mobilizado para confirmar e justificar a concepção política do chefe de Estado e a consequente legitimação de seu projeto político:

A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas, a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos. (ibidem, p. 183)

---

<sup>46</sup> Em discurso pronunciado na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, ao receber o diploma de *Doutor Honoris Causa*, em 20 de outubro de 1940.

<sup>47</sup> Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo em celebração à “Hora da Independência”, no “Dia da Pátria”, em 7 de setembro de 1936.

Certamente, o chefe de Estado não estava se referindo a uma democracia em abstrato, universal, estratificada em moldes liberais, mas a um regime democrático adaptado à realidade social, econômica e cultural da sociedade brasileira. Com base nessa definição e na sua interpretação sobre o conceito de democracia, Vargas classificou o regime instaurado em 1937 como “democrático”, pois, em sua justificativa, “o governo não tinha mais intermediários entre ele e o povo”, nem “mandatários e partidos”, não havia mais “representantes de grupos e não há mais representantes de interesses partidários” (VARGAS, 1938, p. 134),<sup>48</sup> lembrando a crítica de Vargas aos partidos que, segundo ele, “nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas” (VARGAS, 1938 [1937], p. 20).<sup>49</sup> A nova relação do Estado com o povo se daria de forma direta, mediante os conselhos técnicos, sindicatos e associações representativas. Dessa forma, Vargas reafirmou, em declaração no ano de 1938, que o novo regime era sim “democrático”:

O regime instituído a 10 de novembro é *democrático*, mantendo os elementos essenciais ao sistema: permanecem a forma republicana presidencialista e o caráter representativo. O reforço de autoridade do Chefe da Nação é *tendência normal das organizações políticas modernas*. (VARGAS, 1938, p. 187)<sup>50</sup>

Guardadas as devidas particularidades, essa é uma interpretação sobre o novo regime e de sua classificação enquanto democrático que se aproxima das explicações de outros intelectuais daquele período, dentre os quais Oliveira Viana e Azevedo Amaral.

Oliveira Viana exaltou o golpe de 10 de novembro como o responsável por “salvar a soberania da nação, o prestígio do governo central, os interesses fundamentais da ordem pública e da integridade nacional” que estavam, segundo ele, “ameaçadas pela sublevação dos Estados em iminência de secessão”; diante desse quadro “era preciso operar um movimento pronto, enérgico, imediato de reação e defesa”. Para ele, estava claro que “só por um golpe de Estado era possível isto” (VIANA, 1939, p. 121).

Considerando a sua leitura sobre a formação do país, a sua crítica às máquinas partidárias e a esterilidade do parlamento que representavam apenas interesses privados e facciosos, Viana avaliou a extinção dos partidos políticos como um ato de “mais puro realismo

---

<sup>48</sup> Em discurso pronunciado no palácio do governo do Rio Grande, em Porto Alegre, agradecendo a manifestação popular de 7 de Janeiro de 1938.

<sup>49</sup> “Proclamação ao povo brasileiro”, lida no Palácio Guanabara e transmitida para todo país na noite de 10 de novembro de 1937.

<sup>50</sup> “Problemas e realizações do Estado Novo”. Entrevistas à imprensa, dadas em Petrópolis em 19 de Fevereiro e em São Lourenço em 22 de abril de 1938.

político” do novo regime (ibidem, p. 195). Em sua opinião, as “eleições e eleitores não são coisas principais numa democracia; são meios para atingir o fim – e não são nem o meio único, nem o melhor dos meios”. O que era principal em uma democracia para Viana é “a existência de uma opinião organizada” (VIANA, 1923, p. 90), que se manifestaria através da “atividade dos seus cidadãos agindo como membro desta ou daquela corporação, como parcelas de um agrupamento, unidos pela consciência de um interesse comum, de classe” (VIANA, 1930, p. 119).

Com a predominância e a centralização no executivo, a figura do presidente seria a peça central nesse sistema, pois, segundo Viana, o Brasil precisava de um Presidente “que não divid[isse] com ninguém a sua autoridade; do Presidente em quem ninguém mand[asse]; do Presidente soberano, exercendo, em suma, o seu poder em nome da nação, só a ela subordinado e só dela dependente” (ibidem, p. 201). Essa opinião aproxima-se da sua compreensão sobre o papel desempenhado pelo Imperador no regime monárquico, conforme o paralelo estabelecido pelo próprio Viana: “no Estado Novo, em que se restaura, sob a forma republicana a tradição imperial, de que todo o poder pertence à nação – a fórmula de Itaboraí há de ser o mote dominador: o presidente preside, governa e administra” (ibidem, p. 205).

Para Viana, tratava-se de um pleonasmo denominar o novo regime de autoritário, pois o conceito de Estado implicava, em si mesmo, a ideia de autoridade, e por esse motivo, o que se instituiu em 1937 foi uma “democracia autoritária”, isto é, “uma democracia fundada na autoridade e não mais na liberdade, como princípio essencial” (ibidem, p. 149). Para ele, era possível existir um regime de “perfeita liberdade civil sem que o povo tenha a menor parcela de liberdade política”, o governo do “bom tirano” era uma prova disso (ibidem, p. 80).

Em direção semelhante, Azevedo Amaral avaliou como a grande diferença da Constituição de 10 de Novembro de 1937 para as cartas constitucionais anteriores o “caráter realístico da lei básica do Estado Novo”, tratando-se de um estatuto político feito “sob a influência da análise objetiva das nossas realidades, e por esse motivo ele trazia “impresso o sinete da brasilidade dos seus autores” (AMARAL, 2002, p. 77). O Estatuto, “pautado pelo ideal nacionalista”, tinha como intuito “articular a nova ordem política com a corrente histórica das tradições brasileiras” (ibidem, p. 78). Ao buscar afastar a Constituição de 37 de qualquer associação com os regimes fascistas, segundo o qual não havia “nenhum parentesco ou mesmo remota afinidade com o tipo de instituições elaboradas sob a influência do fascismo”, Amaral argumenta que o autoritarismo “é da própria essência da organização estatal e não pode ser divorciado do exercício de governo”, pois ele “aparece em todas as formas de organização política normais como condição imprescindível à ação eficiente do Estado no desempenho das

funções que são a razão de ser da sua própria existência” (ibidem, p. 86). Nesse sentido, “autoritários em maior ou menor escala são todos os governos onde o conceito de autoridade estatal oblitera-se de modo acentuado” (ibidem, p. 87).

Percebe-se que na concepção de Azevedo Amaral um Estado autoritário podia perfeitamente harmonizar-se com o essencial de um regime democrático, chegando a afirmar que “somente uma forma de governo autoritário é capaz de permitir o desenvolvimento normal da democracia e das suas instituições” (ibidem, p. 102). É interessante observar que assim como Vargas e Oliveira Viana, Azevedo Amaral também buscava e fundamentava em sua leitura sobre a formação do país a justificativa de porque o regime democrático, de acordo com a sua interpretação e definição, era o mais apropriado ao Brasil e ao povo brasileiro:

[...] o regime democrático, evidentemente o único compatível com as condições da realidade nacional e com os imperativos das tradições brasileiras. O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista. Estes dois traços conjugam-se em uma unidade harmoniosa que representa o equilíbrio entre os elementos da formação brasileira e o sentido histórico do nosso futuro. (AMARAL, 2002, p. 103)

Mais um vez, o passado do país é mobilizado para fundamentar tanto a concepção política de Azevedo Amaral, quanto a sua interpretação e legitimação do Estado Novo como um regime compativelmente democrático e autoritário. Assim, Amaral conclui que a Constituição do Estado Novo “imprimiu às novas instituições brasileiras um cunho tão nitidamente nacionalista, precisamente porque nelas se reafirma a histórica fisionomia democrática do nosso povo e das nossas tradições” (ibidem, p. 103).

Em síntese, percebe-se que, apesar das particularidades de cada interpretação sobre o processo de formação do país e de momentos mais recentes da sua história, estes intelectuais convergiam com o chefe de Estado quanto a avaliação do novo regime como “democrático”: para Oliveira Viana, tratava-se de uma “democracia autoritária”, para Azevedo Amaral, o Estado Novo era compativelmente “democrático e autoritário”. Consideradas as devidas especificidades, o que perpassa e fundamenta essas interpretações é, basicamente, a concepção de que democracia e autoritarismo não eram incompatíveis, excludentes ou antagônicos, mas, ao contrário, complementavam-se e mostravam-se perfeitamente compatíveis.

Outro fator que une estes pensadores é a reivindicação de um suposto “realismo” em suas leituras sobre a sociedade e o desenvolvimento do país. A utilização de um método avaliado como científico em seus estudos era o que legitimava e o que possibilitaria o acesso ao conhecimento e a descrição daquilo que alegavam ser a verdadeira “realidade nacional”.

Como parte dessa “empreitada”, afim de desvendar e compreender a realidade social, econômica e cultural brasileira, fazia-se necessária uma incursão pelo passado e pela formação do país, o que evidencia e correlaciona-se com a ideia da existência também de uma “realidade histórica” presente na perspectiva destes intelectuais, subjacente a uma compreensão da existência da Nação, da sua História e as suas tradições a *priori* de qualquer regime ou institucionalidade política.

Dessa forma, estes intelectuais contribuíram com o processo de legitimação e institucionalização do regime comandado por Vargas. Primeiro por fundamentá-lo e justificá-lo enquanto um regime democrático, mas sobretudo por considerá-lo adequado à realidade nacional, isto é, um regime supostamente estabelecido de acordo com a realidade social, econômica e cultural brasileira, assentado com base em nossas tradições, e portanto, condizente e avalizado pela realidade histórica do país. Não por acaso, esta tese seria exposta e defendida pelo próprio chefe do regime em agosto de 1939: “o Estado Novo é o Estado brasileiro, segundo as tradições brasileiras, orientado no sentido das nossas necessidades” (VARGAS, 1943, p. 61).

### **1.3. A história na política cultural do primeiro Governo Vargas (1930-1945)**

*Hoje, podemos afirmar que existe uma política brasileira que é uma autêntica expressão do nosso espírito nacional. Nesse espírito social ajustaram-se as necessidades do nosso presente às conquistas do nosso passado, para formarem esta permissão tríplice da política, que nos concede agir, pensar e criar o Brasil [...]. (ANDRADE, 1941c, pp. 228-229)*

Embora exista um histórico de iniciativas e de políticas voltadas para as áreas da educação e da cultura, e que não devem ser menosprezadas, pois, segundo Ângela de Castro Gomes, até os anos 30, “esse conjunto de ações político-culturais não pode lançar mão de mecanismos de propagação mais amplos, o que não implica, de maneira alguma, minimizar a sua importância” (GOMES, 2013, pos. 282), é somente durante o Estado Novo que estas áreas se tornaram objeto de uma ampla e sistemática política de Estado, o que resultou na criação e no fortalecimento de diversas instituições e aparatos culturais pelo regime varguista.

Essa valorização da educação e da cultura deve-se, em grande parte, à concepção destas enquanto poderosas ferramentas de transmissão dos valores e ideais do Estado Novo e, portanto, devem ser entendidas no contexto de desenvolvimento de um projeto político e ideológico do



regime varguista.<sup>51</sup> Mesmo tratando-se de um regime com viés autoritário, o Governo Vargas elaborou um amplo, complexo e bem articulado projeto político e ideológico, aonde a dimensão ideológica assumiu um peso fundamental como estratégia de explicação, justificação e legitimação política e institucional do regime diante da sociedade. Segundo Mônica Velloso (1982, p. 72), nenhum governo anterior teve tanto empenho em legitimar e nem recorreu a aparatos ideológicos tão sofisticados como o regime varguista. Assim, as áreas da educação e da cultura passaram a ocupar um lugar de destaque na agenda do Governo Vargas que criou e fortaleceu instituições culturais que produziam e difundiam os seus ideais, valores e objetivos para a sociedade, assim como se aproximou de e estabeleceu relações e vínculos com instituições e associações privadas ligadas ao setor da cultura. Conforme Rita Ferreira (2008, p. 22), a política cultural elaborada pelo Estado Novo e coordenada, principalmente pelo Ministério da Educação e Saúde, “obteve sob a direção de Capanema um amplo espaço para propagação dos ideais do regime, tendo na educação uma das principais estratégias de viabilização da construção do Estado Nacional”.

Outro elemento que nos ajuda a entender a importância conferida a questão cultural é o conceito de “cultura política” empregado nesse contexto.<sup>52</sup> O novo regime passou a conceber a cultura em termos de organização política a partir de uma nova concepção de cultura entendida como “cultura política”, que basicamente compreendia a unificação das esferas política e social então divorciadas pela ideologia “liberal” que, de acordo com essa interpretação, havia separado o homem – cujo domínio é o da cultura – do cidadão – cujo domínio é o da política.<sup>53</sup> Dessa união surgiria o “homem novo”<sup>54</sup> que, segundo o Estado Novo, inauguraria uma “nova era” na história do país.

Esse “elo” entre a cultura e a política deveria ser realizado sobretudo pelos intelectuais que serão reconhecidos pelo regime como os legítimos “porta-vozes” ou “tradutores” dos anseios e manifestações da sociedade. Aos intelectuais caberia a articulação entre o campo intelectual e a esfera da política; e, por esse motivo, o regime varguista reconhecia o papel vital

---

<sup>51</sup> Entendido aqui como um processo em permanente construção e que respondia muitas vezes mais a demandas pragmáticas e imediatas do que a doutrinas previamente estabelecidas, ou seja, devem-se considerar todas as tensões, nuances, fissuras e contradições que o projeto estadonovista comportava.

<sup>52</sup> Sintetizada nas palavras de Almir de Andrade: “Existe entre a cultura e a política traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum” (ANDRADE, 1941c, p. 7).

<sup>53</sup> Cf. VELLOSO, 1982, p. 88.

<sup>54</sup> A figura do “homem novo” faz parte da linguagem do Estado Novo.

a ser desempenhado pelos intelectuais como atores políticos e como autênticos interpretes da realidade nacional. Segundo Amir de Andrade, intelectual vinculado ao regime e editor da revista *Cultura Política* publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

A inteligência renasce. E renasce para servir o país por intermédio daqueles que fazem a opinião, que unem governo e povo, porque eles é que pensam, eles é que criam, eles é que em primeiro plano estão encarregados de fazer prolongar, para o futuro próximo, as indicações dos rumos que devemos seguir, traçados pela nova política do Brasil. (ANDRADE, 1941a, p. 263)

Desse modo, os intelectuais são chamados a cooperar com o projeto estadonovista que procurou absorver estes intelectuais reconhecendo e oferecendo amparo aqueles que ingressassem em suas fileiras, delineando uma proximidade e uma relação a partir da participação destes intelectuais, direta e indiretamente, no governo de Vargas. Certamente, estabeleceram-se diferentes tipos de relações entre os intelectuais e o regime, visto a variedade de interesses e os distintos posicionamentos políticos entre esses intelectuais; além do mais, não foram todos que aderiram, muitos mantiveram-se na oposição ou marginalizados do aparato estatal. Faz-se necessário a ressalva de que não se tratou de uma justaposição ou de uma submissão de um campo sobre o outro, ou seja, os intelectuais não eram meros “joguetes” da política varguista, tratava-se, antes, de relações com margens de autonomia, negociação e escolhas, interesses e comprometimentos mútuos.

A aproximação com o campo intelectual fazia-se estratégica na construção de legitimação do regime mediante a sua fundamentação, explicação e justificação político-teórica, bem como por meio da divulgação e propaganda do Estado Novo. Para Pécaut (1990, p. 57), o que ocorreu foi uma “sintonia entre estes intelectuais com outros setores, civis e militares”. Nessa mesma direção, Velloso (1982, p. 93) verificou uma “coincidência de interesses entre a política e os intelectuais”; já para Abreu (2008, p. 65), o que se sucedeu foram “mútuas e pragmáticas interferências entre os campos intelectual e político durante o Estado Novo”.

Considerando que a geração dos anos 1920 e 1930 manifestou a convicção da sua responsabilidade de se colocar a serviço da construção da nação, mostrando-se disposta a auxiliar e a influenciar os processos políticos, segundo Pécaut (1990, p. 22), essa geração “manteve uma linguagem que é a do poder”, proclamando “em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente”. A sua missão era em primeiro lugar, política. Conforme Lúcia Oliveira (1982, p. 15), a geração da qual estes intelectuais faziam parte “pretendia estar disposta a assumir um papel central no processo político”; segundo Ângela de Castro Gomes (2012, p.

26), no Brasil de fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, não era consistente assumir uma clara separação entre campo intelectual e político, sendo os intelectuais definidos como “profissionais da produção de bens simbólicos” e, portanto, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos. Essa demanda delinearía vínculos fortes e indissolúveis entre cultura e política.

O papel de destaque da educação e da cultura no projeto estadonovista fazia-se presente inclusive nos pronunciamentos e discursos do chefe do regime que constantemente manifestava-se sobre a importância destas áreas. Na opinião de Vargas, “todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo” (VARGAS, 1934, p. 124); para ele, nunca na história do Brasil “a educação foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública” (ibidem, p. 120).

Tamanha a relevância atribuída a função da educação evidencia-se no “chamado” feito pelo chefe do regime ao que denominou de um “cruzada educacional” àqueles que designou de “sacerdotes da religião da Pátria” (os professores), definidos por Vargas como os “construtores da nacionalidade” (ibidem, p. 283). Nessa concepção, à educação cabia o engrandecimento moral e intelectual da Pátria, não apenas pela transmissão de conhecimentos e saberes, mas como ferramenta forjadora da nacionalidade através da criação e do fortalecimento de uma consciência e de um sentimento cívico e patriótico, evidentemente, em consonância com o projeto político e ideológico do Estado Novo.

Em discurso pronunciado no Instituto da Educação no Distrito Federal, em dezembro de 1943, por ocasião da formatura de uma turma de professoras, Vargas comunicou a instituição do “Dia do Professor” pelo seu governo, como destinado a “celebrar, em todo o território nacional, a missão fundamentalmente patriótica do mestre-escola”. Nesta ocasião, o chefe de Estado explanou o que seria, em seu entendimento, a “função” dos professores:

Ensinar o que é Pátria, família, sociedade; temperar os ânimos para as lutas maiores; incutir a coragem cívica; estabelecer as normas salutaras do trabalho e da disciplina: são algumas das tarefas imediatas que tereis de desempenhar, de enorme repercussão vida dos indivíduos e conseqüentemente na vida da comunidade (VARGAS, 1943, p. 185).

Em outra ocasião, em pronunciamento da comemoração do primeiro centenário do Colégio Pedro II, a “convocação” que o chefe de Estado fez aos mestres do colégio ilustra bem o papel que a educação deveria cumprir na construção do novo Estado Nacional: “concito-vos,

por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico — infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil” (VARGAS, 1938 [1937], p. 107).

Para o comandante do regime, era uma tarefa urgente do Estado Novo dar “diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional”, pois, em sua opinião, tratava-se do “mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica”. Esse projeto educativo deveria necessariamente estar “adequado as nossas condições sociais”, o que consistia na “preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator consciente e entusiasta do engrandecimento pátrio” (ibidem, p. 105). Percebe-se como a educação é entendida de maneira instrumental, reforçando o seu caráter pedagógico à serviço do ideário cívico e patriótico do Estado-nação.<sup>55</sup>

Como parte integrante desse projeto político e cultural do Estado Novo estava a valorização e a recuperação da história e do passado do país, através da escrita e da divulgação de uma perspectiva sobre o desenvolvimento e a formação nacional, e como consequência desse reconhecimento, a elaboração e a implementação de diversos projetos e iniciativas nessa área, tornando a História do Brasil, nos seus variados aspectos e modalidades, objeto de políticas públicas de destaque nesse contexto.

Conforme Ângela de Castro Gomes, tratou-se de um “ambicioso projeto político cultural dos anos 30 e 40”, em um período estratégico da nossa história, “quando a construção de uma versão da história do Brasil tornou-se objeto de políticas públicas na área da cultura”. As interpretações da história do Brasil produzidas nesse período pelos setores especializados da burocracia de Estado “marcaram a cultura histórica durante muito tempo, sendo sentido seus ecos até hoje” (GOMES, 2013, pos. 95). No entanto, não se tratou de algo inédito na História do Brasil, desde o século XIX, a história foi protagonista na construção de uma identidade nacional, mas é somente nas décadas de 1930 e 1940 que ela ganha a amplitude e as diretrizes de uma política de Estado. Segundo Gomes, assim como Dom Pedro II, Getúlio Vargas se animava do mesmo desejo legitimador e assumia as mesmas funções de mecenato, mas partia de uma situação em que já havia todo um conjunto de realizações acumuladas ao longo de um “tempo”, definido pela memória coletiva como “vida nacional”. Dessa forma, tratava-se

---

<sup>55</sup> O ensino escolar era tido como um instrumento por excelência na “fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nações” (SCHWARTZMAN et al. 1984, pp. 51-176).

estrategicamente de “recriar essa tradição, relendo-a com a perspectiva futura do regime então vigente”.

Conforme vimos nos dois primeiros tópicos, a recuperação e uma releitura do passado e do desenvolvimento brasileiro pelo novo regime objetivavam, sobretudo, a construção do seu lugar na História do Brasil. Ao interpretar o processo de formação do país, o novo regime situava-se historicamente e projetava-se como uma continuidade no desenvolvimento do “ritmo evolutivo natural” do nosso legítimo “percurso histórico”, com isso, o regime explicava a razão da sua existência e justificava os moldes e as diretrizes adotadas, segundo o argumento estadonovista, de acordo com a nossa “realidade histórica”. Nesse sentido, a recuperação e a mobilização do passado nacional mostraram-se imprescindíveis no processo de legitimação política e institucional do regime varguista. A partir desse movimento de legitimação do Estado nacional através da história, o novo regime passou a ser explicado e justificado pela evolução da nossa história política: “A nova política do Brasil não inspira outra coisa senão a união da cultura com a vida. Realista, seus postulados se firmam em bases de uma segurança, que, existindo no presente, vai afirmar seu ponto de apoio nos alicerces do passado” (ANDRADE, 1941b, p. 237).

A área da história também se apresentava como um potencial instrumento para a reprodução e o fortalecimento dos elementos ligados ao civismo e ao patriotismo fomentados pelo Estado nacional. Através da comemoração de efemérides e da exaltação dos “heróis”<sup>56</sup> escolhidos pelo regime, a história e o passado do país operavam como uma eficaz ferramenta para a transmissão dos valores e ideais do Governo Vargas. Certamente os personagens do passado a serem exaltados e as datas a serem rememoradas tratavam-se de escolhas políticas que obedeciam aos critérios do projeto cultural e sobretudo à perspectiva histórica do regime, reforçando assim o uso e o cariz pedagógico da história.

Dessa forma, a história e o passado brasileiro tornaram-se fundamentais na construção discursiva estadonovista. Segundo Gomes (2013), a constituição de uma narrativa da história do Brasil era parte integrante e crucial dessa nova consciência cívica. São os historiadores, em conjunto com o MEC, que ordenam e selecionam os eventos e personagens que irão integrar o calendário cívico do país, assim como a produção de livros didáticos e de manuais escolares.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Gomes ressalta como “as biografias – sobretudo dos vultos nacionais – desempenhavam um papel-chave no sistema educacional” (GOMES, 2013, pos. 2974).

<sup>57</sup> Em sua dissertação, Wanessa Tag Wendt analisa a utilização do ensino de história no projeto varguista através do processo de fiscalização dos livros didáticos empreendidos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), demonstrando como as ações relativas aos assuntos educacionais no país, em especial os livros didáticos, tiveram como objetivo colocar em prática o projeto estatal nacionalista, tendo o Estado estabelecido medidas unificadoras,

Os historiadores,<sup>58</sup> assim como os literatos, sociólogos, médicos, engenheiros, etc., estavam incluídos neste “chamado” e imbuídos desse mesmo objetivo maior de contribuição na construção do novo Estado-nação. O historiador será “homenageado por sua contribuição básica ao país na área da história” (GOMES, 2013, pos. 458).

De acordo com Catroga – embora não esteja se referindo ao regime varguista –, em construções narrativas como essa, “os grandes momentos do passado são integrados numa sucessão em cadeia, a fim de os exemplos maiores serem eternamente prolongados como fama”, referindo-se ao que chamou de “manualização das narrativas oficiais (ou oficiosas) da história pátria, veículo em que, epicamente, se conta a história de um povo como se de uma galeria panteônica se tratasse”:

[...] é igualmente verdade que cada Estado-Nação conseguiu criar infraestruturas culturais e simbólicas para se ir interiorizando o ideal de pátria, deus maior de uma religião civil que teve no culto dos “grandes homens”, dos “grandes acontecimentos” e das respectivas ritualizações e símbolos, as suas maiores celebrações e liturgias. Naturalmente, o sistema educativo desempenhou um papel decisivo nesta inculcação, nos indivíduos, do sentimento de pertença a uma dada comunidade política. (CATROGA, 2015, pos. 986)

A centralidade estratégica que a história ganhou no projeto político e cultural do Estado Novo expressou-se e resultou em diversos projetos e iniciativas nessa área, com a participação direta ou indireta do Estado: quanto à política de preservação de monumentos históricos, podemos citar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pela Lei nº 378, e o artigo 134 da *Constituição do Estado Novo* (1937), que prevê a proteção dos “monumentos históricos, artísticos e naturais” que passaram a ser responsabilidades da Nação, Estados e Municípios, tornando quaisquer “atentados contra eles cometidos equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional” (BRASIL, 1937); livros didáticos e manuais escolares com uma abordagem de exaltação dos heróis e feitos da Pátria, produzidos e organizados com o protagonismo dos historiadores; uma sessão na revista *Cultura Política*, intitulada “A recuperação do passado”, em um nítido esforço de conhecimento e divulgação da História do Brasil; a reforma do ministro Capanema, de 1942, que reorganizou o ensino de

---

modernizantes e centralistas no ensino. Nesse sentido, as diretrizes nacionalistas do novo regime influenciaram decisivamente na elaboração e na utilização dos livros didáticos em sala de aula afim de garantir que as obras difundissem as diretrizes de orientação patriótica e nacionalista na formação dos alunos (WENDT, 2015).

<sup>58</sup> Definimos como historiadores os intelectuais que trabalham e abordam o passado e a formação nacional em seus estudos. Visto que não havia formação profissional na área da história até as décadas de 1930 e 1940, geralmente, os indivíduos que se ocupavam dos estudos históricos eram literatos, diplomatas, políticos etc.

História do Brasil, transformando-a em uma disciplina única e autônoma em relação à História Geral; o aumento do mercado editorial destinado aos estudos históricos nesse período;<sup>59</sup> o fortalecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das suas entidades estaduais, patrocinados e prestigiados pelo governo, na realização em conjunto de eventos e comemorações de efemérides; a criação do Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, e do Museu Imperial, em 1940, através do Decreto-Lei nº 2.096, entre diversas outras iniciativas que demonstram a extrema e complexa relevância que a história assumiu nesse período.

O conceito de “cultura histórica”, de Jörn Rüsen, ajuda-nos a pensar o fenômeno da história no espaço público para além do círculo restrito dos profissionais da área, mas abrangendo a investigação acadêmica, o ensino escolar, a conservação de monumentos, os museus e outras instituições que manifestam “uma aproximação abrangente e comum do passado”. Nesse sentido, o conceito de “cultura histórica” engloba “a universidade, o museu, a escola, a administração, os *medios*, e outras instituições culturais como um conjunto de lugares da memória coletiva” (RÜSEN, 1994, p. 2), integrando o que o autor chamou de “unidade global da memória histórica”; em síntese, trata-se da “história na vida de uma sociedade”. Sobre a dimensão política da “cultura histórica”,<sup>60</sup> que é o que nos interessa neste trabalho, Rüsen destaca a importância dos usos do passado e da memória histórica nos processos de legitimação política dos regimes modernos:

La dimensión genuinamente política de la cultura histórica está basada en que cualquier dominio forma de necesita del consentimiento de los afectados; la memoria histórica juega un papel importante en este asentimiento. No es casualidad que el dominio político se presente con símbolos cargados de resonancias históricas. Esto se hace evidente en las fiestas nacionales, que generalmente deben recordar el origen de la comunidad política, de tal manera que muestren una obligación normativa inicialmente establecida como duradera. La rememoración histórica tiene una función genuinamente política de legitimación. Ésta se cumple generalmente en la forma de una consciente construcción y cuidado de las tradiciones, a lo que tampoco pueden renunciar, fundamentalmente, los estados modernos, por mucho que quieran entender su legitimidad jurídicamente como legalidad. (RÜSEN, 1994, p. 18)

Um outro aspecto que tornou necessária e relevante a história e o passado do país refere-se ao processo de construção da nacionalidade e de uma identidade nacional durante o Estado

<sup>59</sup> Esse é um dado trazido por Ângela de Castro Gomes (2013).

<sup>60</sup> A política é apenas uma das três dimensões da *cultura histórica*; as outras duas são a estética e a cognitiva. Segundo Rüsen, “las tres dimensiones de la cultura histórica se compenetran mutuamente, y solamente en esa compenetración la consciencia histórica realiza su acción cultural característica, la rememoración histórica” (RÜSEN, 1994, p. 21).

Novo.<sup>61</sup> Em contextos de fundação e de discussão sobre o Estado Nação, como nas décadas de 30' e 40' no Brasil, tornam-se imprescindíveis análises e reflexões sobre o passado, o presente e o futuro de um país. A proposta de fundação de um novo Estado Nacional projetava não apenas um futuro a ser alcançado, como necessitava fundamentar-se em bases históricas sobre as quais será edificado o Estado Nação. A recuperação e a construção do passado é parte do mesmo processo de projeção do futuro. Conforme Ângela de Castro Gomes (2013, pos. 345), “o futuro não se faz sem o passado e este é um ato humano de rememoração”. Seria básica a realização de um processo de “narração” da história, que identificasse os acontecimentos, os personagens e os “sentidos dos seus atos”.

A recuperação do passado – ou a sua montagem<sup>62</sup> – assegurará ao Estado Nacional estabelecer os seus referenciais históricos e de origem. Por esse motivo, o passado fazia-se estratégico para o novo regime que, como vimos, pretendia-se inaugurar um novo período na História do Brasil a partir de uma perspectiva de continuidade (não sem desvios) no desenvolvimento histórico brasileiro. Assim, o Estado Novo ancorou as suas bases em um determinado passado político do país, porém, não se tratava de forma alguma de uma espécie de retorno a esse passado, mas antes um manancial de inspiração para o projeto varguista e as suas projeções de futuro. Segundo Gomes (2013, pos. 3015), “o passado recuperado, valorizado e não mais temido era o fundamento da nacionalidade que o Estado Novo impulsionaria para o futuro”.

Evidentemente que, apesar da singularidade do caso brasileiro, não se trata de um fenômeno único ou isolado, mas de um processo com semelhanças e recorrente na constituição dos Estados-nação ao longo da história. Referindo-se ao século XIX europeu,<sup>63</sup> Catroga (2015) destaca como os novos Estados-nação procuraram no passado – como havia feito a antiga aristocracia – a sua legitimação. Em função disso, a organização de uma “memória nacional”<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> Sobre os usos do passado na formação de identidades, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, Rüsen destaca que “una y otra vez el pasado ha de ser usado, mediante actividades de la conciencia histórica, en el esfuerzo social por obtener reconocimiento; sobre las historias se estabilizan y desestabilizan identidades, se afirman y critican, se cambian y confirman, – y eso a todos los niveles de la existencia de una persona: del individuo singular, pasando por el grupo y la comunidad política, al ámbito cultural más extenso, hasta la humanidad” (RÜSEN, 1994, p. 12).

<sup>62</sup> Utilizamos os termos construção, elaboração ou organização do passado, pois não se tratava apenas de uma invenção, mas sim da seleção e escolhas de elementos pré-existentes na história do país.

<sup>63</sup> A identificação do século XIX como o “século da história” e como o “século da edificação da ideia de nação” revela como a história está intrinsecamente vinculada ao processo de construção da nação.

<sup>64</sup> Se a memória é instância construtora e cimentadora de identidades, alerta Catroga, “a sua expressão colectiva também actua como instrumento e objecto de poder(es) mediante a selecção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia”. Visto que, “quando ela funciona como metamemória, a margem de manipulação e de uso político-ideológico aumenta” (CATROGA, 2015, pos. 923).



resultou no crescimento da importância social (e política) das representações sobre o passado. Em razão disso é que teria se dado o “reconhecimento do valor social e político da investigação, ensino e popularização das interpretações do passado” e, concomitantemente, o “reconhecimento da utilidade social e político-ideológica do uso de leituras do passado como argumentos legitimadores de interesses do presente-futuro”. Essa valorização e reconhecimento “traduziu-se em práticas de divulgação e de cariz pedagógico (ensino primário, secundário, universitário), assim como na construção de “lugares de memória” (estátuas, edifícios, toponímia etc.) e no lançamento de novas ritualizações da história” (CATROGA, 2015, pos. 969), assim como no caso do regime varguista. Em processos como esse, de acordo com Catroga, não está em causa “o uso passadista do passado, mas a exploração da sua mais-valia como arma de legitimação de um regime de tempo de cariz prospectivo” (ibidem, pos. 1032).

Nesse sentido, a elaboração e a divulgação de um passado em comum tornaram-se um elemento fundamental para fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identificação entre os cidadãos e a Nação.<sup>65</sup> Nesse processo, a história funcionou como uma pedagogia da nacionalidade, sendo os historiadores os protagonistas (mas não os únicos<sup>66</sup>) na organização de uma memória nacional.<sup>67</sup> Desse modo, a história do país e a organização de um passado comum tornaram-se objetos de investimentos e de políticas públicas durante o Estado Novo, visto que, “através da história que o Estado pode mobilizar um povo nação que compartilha um único passado” (GOMES, 2013, pos. 352).

O incentivo, a valorização e a divulgação dessa cultura histórica pelo Estado Novo estava inserida em uma ampla política cultural que abarcava outras instituições das áreas educacionais e culturais, como por exemplo, a Academia Brasileira de Letras (ABL), instituição de reconhecido prestígio no meio intelectual e que estabeleceu uma relação de proximidade com Getúlio Vargas.

O chefe de Estado foi eleito membro pela ABL em 7 de agosto de 1941 e compareceu à instituição para tomar posse dois anos mais tarde, no dia 29 dezembro de 1943, na cadeira número 37. Antes disso, Vargas havia comparecido duas vezes na instituição por iniciativa

---

<sup>65</sup> François-Xavier Guerra (2003) alerta para o risco de “coisificação” que sempre ameaça o estudo das identidades coletivas. Palavras como nação ou pátria, por exemplo, são sempre “polissêmicas e remetem a uma constelação de significados”. Em perspectiva semelhante, José Carlos Chiaramonte (2003) entende que o problema histórico relativo ao uso do conceito de nação consiste em considerar tais mutações de sentido, não como correspondendo à verdade ou falsidade de uma definição, mas a processos de explicação do surgimento dos Estados nacionais.

<sup>66</sup> Como vimos, diversos intelectuais nesse período abordavam o passado em seus trabalhos e reflexões.

<sup>67</sup> István Jancsó classificou a conformação da memória da nação (“esse terreno de moldagem social das vontades coletivas”) como um irrecusável estatuto de problema político de grande magnitude (JANCÓS, 2003, p. 18).

própria, “sem aviso prévio nem protocolo”: a primeira para conhecer a biblioteca da Academia, e a segunda, para agradecer a sua eleição como membro da casa. Destas visitas, ficou registrado a “deslumbrante recordação de sua opulência e majestade” (VARGAS, 1943).<sup>68</sup>

Na cerimônia de ingresso, Vargas foi recebido com um pronunciamento de Ataulfo de Paiva, membro da ABL e do IHGB. O orador recordou dois decretos presidenciais que, segundo ele, “uniram” o nome do chefe de Estado à instituição: o primeiro deles que instituiu como culto nacional o centenário de Machado de Assis, patrono da instituição; e o segundo, o decreto presidencial que reconheceu o terreno onde funcionava a academia como propriedade da instituição.

No pronunciamento de Ataulfo de Paiva, destacam-se dois aspectos: a exaltação da biografia de Vargas, com ênfase no seu “amor e culto as letras”, desde a adolescência, o que parece contribuir para justificar a sua eleição como membro da casa; e o segundo, o posicionamento político do orador, que se pronunciava em nome da Instituição, com relação ao chefe de Estado e ao seu governo. A reverência ao movimento de Outubro de 1930 seguiu-se de uma avaliação dos treze anos de “esplendida floração” do novo regime, “em criações e reformas, muitas das quais já produzindo suculentos frutos que nutrem o crescimento espiritual e material do Gigante, que dia a dia mais se avanta, estimulando os influxos do Estado Nacional”. Citando *Os Sertões* de Euclides da Cunha – obra que também teria empolgado o jovem Getúlio –, o orador ressaltou o contraste entre a “opulência da natureza com a penúria estoica dos seus habitantes”, segundo Paiva, “a espera de um homem que as harmonizasse numa compreensão superior, num esforço de largo fôlego, numa organização de amplo sentido nacional. Esse homem o Brasil o encontrou afinal” (idem, *ibidem*) em uma clara analogia a Getúlio.

Em meio a tantas menções favoráveis ao chefe de Estado e ao regime, as quais não pretendemos analisar aqui pormenorizadamente, sobressai a definição de Vargas como o “fundador da justiça social no país” e líder do que o orador classificou como o “maior movimento de libertação já registrado na História e na mais profunda reação da consciência universal”. Ataulfo de Paiva ainda fez premeditações sobre o julgamento que a história faria deste governo: “Vosso nome entrelaçar-se-á à constelação dos gloriosos estadistas que viram justo e souberam arrancar da premeditada ignomínia as pátrias ameaçadas de escravidão”. Vargas e seu governo também foram elogiados pelas iniciativas tomadas em prol das

---

<sup>68</sup> Discurso de recepção por Ataulfo de Paiva. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-recepcao>>. Acesso em: 15.08.2019.

instituições culturais ligadas à história, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil e o fortalecimento da rede de museus nacionais, aonde o “culto do passado” era considerado como uma “uma escola do futuro” (idem, *ibidem*).

Na mesma ocasião, Vargas pronunciou o seu discurso como novo membro da Academia Brasileira de Letras. Embora não seja nosso objetivo aqui analisá-lo detalhadamente, é interessante observar alguns aspectos relativos a compreensão do chefe de Estado em relação ao papel dos intelectuais no novo regime. Vargas iniciou o seu discurso afirmando que para ele “a atividade intelectual é uma imposição da vida política”, fundamentando a sua crítica ao que denominou de “divórcio” então existente “entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas”. Isto é, para ele, havia uma nítida separação\afastamento entre o mundo intelectual e a realidade brasileira. Segundo Vargas, desde a República, “políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro”, somente no terceiro decênio é que teria se operado “a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação”.<sup>69</sup>

É expressivo o contraste entre a concepção apresentada pelo chefe de Estado e a do orador da ABL quanto a função da intelectualidade e das instituições culturais: Afonso de Taunay iniciou o seu pronunciamento demarcando literalmente a separação entre o “lado de fora” da Instituição (“num ambiente de todo diverso daquele em que a poucos metros de distância passam e repassam transeuntes, rolam veículos e a vida urbana trepida em seu rotineiro vai vem”) do “do lado de cá”, aonde “se cuida o espírito”. Era exatamente contra essa separação que Vargas fundamentava todo o seu discurso. Em seu entendimento, caberia às academias “uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador”.<sup>70</sup> O recado dado pelo chefe de Estado na – e para a – ABL era bastante objetivo: “O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento”.<sup>71</sup>

A relação de Vargas com a ABL ilustra bem a proximidade do chefe de Estado com diversas instituições culturais nesse período. Tratava-se sobretudo de uma relação com vias de

---

<sup>69</sup> Discurso de posse de Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>>. Acesso em: 18.08.2019.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

mão dupla: por um lado, o chefe de Estado prestigiava a instituição, patrocinava-a e fortalecia-a mediante medidas e políticas públicas do seu governo, por outro lado, o governo esperava e convocava essas instituições e os seus intelectuais para colaborarem na construção do projeto estadonovista.<sup>72</sup>

Outra instituição da sociedade civil que Vargas manteve proximidade foi com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Embora já houvesse iniciativas de instituições representativas do setor anteriores, como o IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), é somente após a Revolução de 1930 que seria fundada e reconhecida pelo Governo Provisório a Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo Marco Vanucchi, a OAB é “filha da Revolução de 30” (VANNUCCHI, 2016, pp. 506-525), visto que a entidade foi instituída através de um decreto<sup>73</sup> baixado pelo novo regime em novembro de 1930.

Constituída como um órgão corporativo capaz de controlar a atuação profissional dos advogados do Brasil, a criação da OAB deve ser pensada no contexto de regulamentação das profissões liberais que a partir de 1930 estabeleceu a exclusividade de atuação no mercado aos indivíduos credenciados pelas entidades corporativas do Estado. Dessa forma, ao criar os conselhos profissionais, o Governo Vargas consolidou o poder das elites que lhe eram próximas, nesse sentido, a criação da OAB é “indissociável do processo de formação do estado de compromisso” (ibidem, p. 521), em que as classes médias desempenharam importante papel nesse processo político. Como corolário dessa relação, no ano 1938, a Ordem dos Advogados do Brasil elegeu Getúlio Vargas como seu sócio honorário – não sem oposição: 30 votos favoráveis e 22 contrários (VANNUCCHI, 2013, p. 4).

Porém, embora tenha sido criada inclusive para “amparar politicamente o novo regime”, a entidade teria frustrado esse objetivo inicial ao direcionar críticas e contestações ao governo. Embora tenha inicialmente proporcionado apoio social ao regime, a instituição logrou determinada autonomia e com o passar do tempo tornou-se um polo de oposição ao regime varguista. Conforme Vanucchi (ibidem, p. 3), o Conselho Federal da OAB engajou-se plenamente na oposição do regime a partir de 1944, subvertendo a estrutura corporativista do regime concebida inicialmente como canal de representação dos interesses dos advogados

---

<sup>72</sup> “Os homens de cultura, os estudiosos e pesquisadores, os escritores e os artistas nunca ficaram à margem da minha ação governamental, e espero continuar a dar-lhes o papel de relevo que devem ter na vida de um povo civilizado”.

<sup>73</sup> Através do decreto n. 19.408, datado de 18 de novembro de 1930.

juntos ao Estado e, portanto, por ele deveria ser controlada, transformando-se num foco de contestação do regime.

Outra instituição inserida nesse contexto de organização, regulação e investimento nas associações profissionais e culturais pelo Estado Novo foi a Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, entidade fundada na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 1908, com o objetivo de instituir, entre outros objetivos, a “carteira de jornalista”, o que equivalente atualmente ao título de habilitação profissional conferido pelos cursos de jornalismo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, on-line).<sup>74</sup>

Além de reconhecer essas associações, o Estado investia amplamente em diversas delas, como no caso da ABI, que conseguiu construir a sua sede própria nesse período graças aos investimentos diretos do Governo Vargas (quatro milhões de Cruzeiros), mediante a articulação do presidente da ABI, Herbert Moses e do ministro Osvaldo Aranha, seu amigo próximo (MARTINS, 2016, p. 26). Nesse período, segundo Petrarca, a entidade teve o seu patrimônio enriquecido por meio das doações em dinheiro de Getúlio Vargas, tal fato teriam lhe rendido o título de Presidente de Honra e de sócio benemérito da instituição. Essa medida teria causado enorme polêmica entre os jornalistas que consideravam Vargas indigno de tal honraria, por haver perseguido e censurado a imprensa (PETRARCA, 2010, p. 88).

Lembrando que o início da relação entre o Governo Provisório e a ABI havia sido conturbada, devido ao empastelamento do *Diário Carioca* ocorrido em fevereiro de 1932 por um grupo de militares do 1º Grupo de Cavalaria Divisionária, o que gerou greves de jornais por todo o país. Este episódio, a censura e a deportação de jornalistas teriam estremecido o relacionamento entre o governo de Vargas e a associação que se manifestou pedindo a suspensão da Lei de Imprensa, também conhecida como “Lei Infame”. Neste momento, em sua primeira visita a sede da ABI, o chefe de Estado teria recebido uma “estrondosa vaia” de centenas de familiares de presos políticos. Somente anos mais tarde, antes da queda do Estado Novo, em outubro de 1945, tendo concedido anistia aos jornalistas cassados e já como Presidente Honorário da Instituição, Vargas voltou a visitar a nova sede da ABI, dessa vez sendo recebido com “consagração” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, on-line).

Ao analisarmos estes casos denotam-se diversos elementos em comum na relação entre o regime e o chefe de Estado com essas instituições culturais: o ingresso de Vargas no seu

---

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-imprensa-abi>>. Acesso em: 05.09.2019.

quadros de sócios ou recebendo a sua presidência honorária, a presença e a circulação de membros do governo nessas associações, o patrocínio estatal para a manutenção e a realização das suas atividades, o desenvolvimento de projetos e iniciativas culturais e educacionais em conjunto com essas entidades, entre outros fatores que configuraram uma política cultural do governo direcionada a estas instituições.

Outro ponto que chama atenção é que, embora algumas destas associações estivessem inseridas na organização corporativa do Estado e, portanto, teoricamente subordinadas a ele, analisando estes casos, percebe-se que estas entidades lograram margens de autonomia diante do poder estatal, chegando inclusive a voltar-se contra ele, como o próprio caso da OAB, fundada pelo Governo Provisório e que no final do Estado Novo havia-se tornado um polo de oposição ao Governo Vargas, ou seja, a relação do governo com estas entidades não caracterizava-se somente pela subordinação do primeiro sobre os segundos, mas antes, tratava-se de uma relação com margens de autonomia e espaços de negociação.

## CAPÍTULO II

### A RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE O IHGB E GETÚLIO VARGAS

#### 2.1 Introdução

A análise da formação inicial do quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro revela a sua proximidade com o Estado monárquico, sendo composto majoritariamente por membros oriundos da burocracia estatal e de importantes cargos políticos da época (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, on-line).<sup>75</sup> A Instituição foi formada basicamente por membros da elite letrada e política do Brasil Imperial, visto que, dentre os seus vinte e sete membros fundadores, quatorze deles ocupavam cargos políticos, o que demonstra a intrínseca formação e vínculo com o Estado brasileiro desde a sua gênese. Entre os fundadores do Instituto oriundos da burocracia estatal, podemos destacar membros da Contadoria Geral do Tesouro, da Secretaria dos Negócios do Império e da Junta de Comércio, deputados, procuradores, desembargadores e diplomatas, militares de carreira e membros da administração estatal. O seu primeiro presidente, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1838-1847), o Visconde de São Leopoldo, ocupava os cargos de conselheiro de Estado e senador (idem, ibidem).

Talvez o principal fator de aproximação do IHGB com o Estado é o título de *Presidentes Honorários* da Instituição concedido aos chefes de Estado no exercício do cargo. Um ano após a sua inauguração, em 1839, o IHGB decidiu declarar o imperador Dom Pedro II como o “protetor” do Instituto, sendo encaminhada uma comissão para comunicar o monarca o intuito da Instituição de solicitar a sua “proteção” (RIHGB, 1839, pp. 66-67),<sup>76</sup> sendo prontamente atendidos pelo jovem monarca que naquele momento ainda não havia sido coroado imperador. Durante mais de meio século o imperador prestigiou a Instituição estando presente “em mais

---

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 20.05.2019.

<sup>76</sup> No corpo do texto, para uma melhor contextualização do leitor, optamos por nos referir à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* como RIHGB, seguida da data de publicação da edição aludida e respectivo(s) número(s) de página. Quanto a esta numeração, cabe ressaltar que citamos conforme a paginação dos arquivos PDF, evitando, assim, qualquer confusão entre edições devidamente paginadas e aquelas sem paginação. Na bibliografia final da tese, a RIHGB consta como “Fontes primárias”, estando todos os seus números disponíveis em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>.

de 500 sessões no Instituto” (RIHGB, 1964, p. 284). No entanto, era preciso regular a matéria nos estatutos da Instituição, mudança que ocorreu no ano de 1841 quando foi proposta e aprovada por unanimidade a criação de uma nova categoria de sócios: os *Presidentes Honorários* do Instituto a ser unicamente conferida “aos Príncipes da Família Imperial Brasileira e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros, a quem o Instituto dirige e deseja essa contemplação”:

Entrou em discussão a seguinte proposta da Comissão de Estatutos – que se crie uma nova classe de sócios com o título de Presidentes Honorários, que será unicamente conferido aos Príncipes da Família Imperial Brasileira, e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros com quem o Instituto queria ter essa contemplação. – Foi aprovada, e deliberou o Instituto que em observância do artigo 42 dos Estatutos o Sr. Secretário levasse quanto antes ao conhecimento do Governo Imperial o novo artigo aditivo. (RIHGB, 1841, p. 236)

Com uma reforma dos estatutos realizada no ano de 1890, a categoria de presidentes honorários da instituição, antes dedicada a príncipes e soberanos da família imperial brasileira, passou a ser destinada ao presidente da República e a chefes de Estado estrangeiros. A reforma sinaliza uma adaptação do IHGB aos novos tempos advindos com a nova ordem política após a proclamação da República em 1889. A mudança está registrada nas atas da Primeira Sessão Ordinária ocorrida no dia 1 de Março de 1890, na qual consta a nova categoria:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se comporá: de Sócios efetivos, de Sócios Correspondentes, de Sócios honorários, de Sócios Beneméritos. Além do Título de Sócio Protetor, que compete ao S. Dom Pedro de Alcântara, haverá também uma classe de sócios *com o título de Presidentes Honorários, o qual poderá ser conferido unicamente ao chefe de estado e aos chefes de outras nações.* (RIHGB, 1890, p. 630, grifos nossos)

Tamanho o prestígio e a relevância do Instituto na esfera intelectual e no campo político está na constatação da maioria dos governantes terem sido empossados como seus presidentes honorários. Desde a Monarquia, passando pela Primeira República, o Estado Novo, a Ditadura Civil militar de 1964 e após a redemocratização, a grande maioria dos chefes de Estado do país se fizeram presentes na Instituição e foram intitulados como seus presidentes honorários. O título foi concedido a todos os chefes republicanos (com exceção do Marechal Floriano Peixoto) quando no exercício dos seus mandatos como presidentes da República. Após Getúlio Vargas (1934), outros chefes de Estado continuaram sendo agraciados com o título: Eurico Gaspar Dutra em 1947, Café Filho e Juscelino Kubitschek em 1961, Castelo Branco em 1964, Costa e Silva em 1967, Emílio Garrastazu Médici em 1970, Ernesto Geisel em 1974, João Figueiredo



em 1978, José Sarney em 1987, Fernando Collor em 1991 e Fernando Henrique Cardoso em 1999. Entre os chefes de Estado que não assumiram a Presidência Honorária do Instituto estão: Jânio Quadros, João Goulart, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – com exceção dos que ocuparam o cargo interinamente ou não chegaram a tomar posse como presidentes (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, on-line).<sup>77</sup> Além de inúmeros chefes de Estado e autoridades políticas estrangeiras que receberam tal honraria<sup>78</sup>.

O título serviu historicamente como um *meio* de aproximação entre a Instituição e a esfera do Estado, permitindo estabelecer, muitas vezes, mais do que um relação institucional, uma relação política e simbólica com alguns dos chefes de Estado, nesse sentido, a honraria funcionou como uma *ponte* de acesso e contato entre o Instituto e os diferentes governantes, em maior ou menor grau, dependendo do caso, delineando um vínculo e uma proximidade da Instituição com o Estado brasileiro ao longo da sua história.

Em minha dissertação de mestrado (TREVISAN, 2017a), analisei a relação e a proximidade do IHGB com os chefes de Estado da Ditadura Civil Militar (1964-1985), através dos fatores institucional, político e financeiro. Embora esses fatores perpassem a trajetória do Instituto, devemos ressaltar que essa trajetória não foi linear nem homogênea, visto que, além dos elementos e aspectos de continuidades, houve significativas particularidades e inúmeras nuances na relação da Instituição com cada governante e regime político. Qualquer análise mais detalhada constatará isso.

Nesse sentido, pretendemos neste capítulo analisar a relação institucional estabelecida entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Getúlio Vargas (1930-1945), sobretudo a partir do título de presidente honorário da instituição concedido ao chefe de Estado e as ocasiões em que Vargas compareceu ao Instituto para presidir as suas Sessões Aniversárias. A partir dessa questão central, outros elementos também serão abordados, como a circulação e o ingresso de ministros de Estado no Instituto e, em sentido inverso, de sócios do IHGB ocupando cargos no primeiro escalão do regime varguista, o que delineava *redes* de sociabilidades entre estes indivíduos e tornava o IHGB por excelência um espaço de sociabilidades política e

---

<sup>77</sup> *Presidentes de Honra*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em: 12.05.2019.

<sup>78</sup> Como Dom Fernando (1841) e Dom Carlos (1896), reis de Portugal; Cristiano IX (1843), rei da Dinamarca; Leopoldo I (1863) e Alberto I (1920), reis dos Belgas; Sadi Carnot (1892), presidente da França; Grover Cleveland (1896), presidente dos EUA; Miguel Juárez Celmán (1889), Julio Rocca (1899), Saens Peña (1911) e Agustín Justo (1934), presidentes da Argentina; Walter Hauser (1900), presidente da Suíça; Francisco Higinio Craveiro Lopes (1957) e Américo Rodrigues Tomás (1971), presidentes de Portugal (idem, ibidem).

intelectual, além de configurar uma relação de proximidade entre a instituição e a elite política dirigente no pós-1930.

Para isso, utilizaremos como principal fonte o *site* e a Revista do Instituto (RIHGB), mais especificamente a parte do periódico em que estão registradas as atas das sessões e atividades do Instituto, dentre elas, as ocasiões em que o chefe de Estado e as autoridades do seu governo estiveram presentes na instituição, as manifestações e correspondências trocadas entre ambos, assim como os estatutos da instituição que também serão consultados. Outras fontes poderão ser acrescentadas para auxiliar na compreensão de algumas questões, como o diário de Getúlio Vargas, arquivos digitais do Governo Federal, da Câmara dos Deputados e Senado Federal, dos Ministérios da Educação (MEC) e Relações Exteriores (Itamaraty), museus e instituições congêneres, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobretudo para consulta biográfica. Além das fontes primárias, serão utilizadas as bibliografias referente ao período para fins de contextualização, e sobre a temática da relação entre o IHGB e Vargas que, conforme mencionamos, é bastante escassa.

## 2.2. Relação institucional

Um ano após tomar o poder, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, foi convidado pelo IHGB para presidir a Sessão Magna que comemoraria o 93º aniversário da instituição a realizar-se no dia 21 de outubro de 1931. A pedido do seu Presidente, conde de Afonso Celso<sup>79</sup>, a instituição enviou uma comissão composta pelos sócios Ramiz Galvão, Vieira Souto, Alfredo Lage e Rodrigo Octavio Filho, para solicitar o comparecimento do “chefe do Governo Provisório”, assim designado pelo Instituto (RIHGB, 1931, pp. 511-545). O chefe de Estado do novo regime aceitou o convite e compareceu aos salões do IHGB, inclusive presidiu<sup>80</sup> aquela sessão que contou com a presença de membros do alto escalão de seu governo,

---

<sup>79</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo Filho, o *Conde* de Afonso Celso, ocupou a presidência do IHGB durante o período de 1912 a 1938, sucedendo José Maria da Silva Paranhos Jr., o *Barão* do Rio Branco, que presidiu o Instituto entre os anos de 1907 e 1912. Filho do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e seu presidente em duas oportunidades, 1925 e 1935. Foi deputado federal por Minas Gerais e autor da conhecida obra *Porque me ufano de meu país*, publicada em 1900. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>>. Acesso em: 05.06.2020. Consultar também: <<https://www.academia.org.br/academicos/presidentes>>. Acesso em: 14.08.2020.

<sup>80</sup> Os estatutos do Instituto, aprovados em 1926, em seu art. 56, previam que “quando comparecer o chefe de Estado ser-lhe-á oferecida a presidência, ocupando o presidente do Instituto a cadeira do 1º Secretário” (RIHGB, 1940, p. 747).

como os ministros da Justiça, Oswaldo Aranha, do Exterior, Afrânio de Mello Franco, da Guerra, Leite de Castro e representantes dos demais ministérios, autoridades militares e membros de instituições culturais congêneres (RIHGB, 1931, p. 559). Não era a primeira vez que Getúlio Vargas visitava o Instituto, pois o havia frequentado na década de 1920' quando ainda exercia o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul. De acordo com Guimarães, Vargas procurava estabelecer contato com o autor de *Populações Meridionais do Brasil* e sócio do IHGB, Oliveira Vianna.<sup>81</sup> Na abertura da sessão, o orador, Ramiz Galvão, manifestou a satisfação em ter o chefe do Governo Provisório no Instituto, “cuja honrosa presença, realçando a do avultado e finíssimo auditório, a quem igualmente agradece, bastaria para conferir grande gala a sessão” (RIHGB, 1931). Com esse gesto, o IHGB aproximava-se de Getúlio Vargas, reconhecia e legitimava-o como o novo chefe de Estado da nação e dava início a uma longa e profícua relação entre Vargas e seu governo com a prestigiosa e tradicional Instituição.

Nos dois anos seguintes, 1932 e 1933, Getúlio Vargas compareceu novamente ao Instituto e presidiu as Sessões Aniversárias da Instituição. No ano de 1932, mais uma vez, autoridades da cúpula do seu governo estiveram presentes na sessão, dentre estes, o chefe do Estado Maior do Governo Provisório, Raul Tavares,<sup>82</sup> que também era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que nos revela previamente um dado expressivo e pertinente: a presença de indivíduos que pertenciam ao IHGB integrando o primeiro escalão do Governo Provisório (RIHGB, 1932, p. 808). Na ocasião, o presidente, Conde de Afonso Celso, agradeceu a presença de Getúlio como um dever de “inclinarse reverente e reconhecido ante o chefe de Estado, agradecendo a desvanecedora distinção de ter vindo, com o seu comparecimento, exaltar pessoal e oficialmente a significação e o lustre da solenidade” (RIHGB, 1932, p. 734). O presidente do Instituto fez questão de ressaltar que a presença do chefe de Estado no salão “compartia a unanimidade dos consócios” (ibidem), presumindo-se a inexistência de oposição ao novo chefe de Estado na Instituição. Vargas fez questão de registrar em seu diário pessoal que “à noite, assisti uma sessão no Instituto Histórico” (VARGAS, 1995,

---

<sup>81</sup> Conforme Guimarães, Vargas tomou conhecimento de que Oliveira Vianna pretendia dar continuidade à obra *Populações Meridionais do Brasil* com a preparação de um segundo volume, por esse motivo, pretendia convidá-lo para excursionar pelo seu estado, “a fim de observar *in locu* a realidade gaúcha e colher informações para o seu novo trabalho” (GUIMARÃES, 2006, p. 34).

<sup>82</sup> Durante o Governo Provisório foi criado o chamado Estado Maior (atual Casa Militar) do qual Raul Tavares, Capitão de Mar e Guerra, comandou entre 01 de janeiro de 1931 a 01 de maio de 1931. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. Estado-Maior do Governo Provisório. Disponível em: [https://www.gov.br/gsi/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico/historico\\_1930](https://www.gov.br/gsi/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico/historico_1930). Acesso em: 10 de agosto de 2020.

p. 143), diário no qual constavam apenas os eventos mais relevantes na agenda do chefe de Estado.

Getúlio Vargas se fez presente mais uma vez aos salões do Instituto, em 21 de Outubro de 1933, para presidir a Sessão Magna que comemoraria o 95º aniversário da Instituição. O chefe de Estado foi o responsável por abrir a sessão e em seguida passar a palavra para o presidente, Afonso Celso, que enalteceu e agradeceu a presença do “máximo Chefe da Nação”, “cujo terceiro honroso comparecimento à Casa bastaria a lhe cativar a gratidão, se já [...] ela não lhe tributasse por numerosas finezas” (RIHGB, 1933, pp. 771-772). Era a terceira vez consecutiva que Getúlio Vargas comparecia e presidia as sessões aniversárias do IHGB desde que assumira o comando do país, o que demonstra, além da estima e reverência da instituição diante do chefe de Estado, a notoriedade e a importância do Instituto naquele contexto.

Lucia Maria Paschoal Guimarães levanta uma hipótese que contribui com o entendimento sobre a aproximação de Vargas com o Instituto. Segundo a autora, havia nos quadros sociais do IHGB um conjunto de personalidades comprometidas com a Aliança Liberal (grupo político constituído pela articulação das lideranças de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba com o movimento dos tenentes que patrocinara a chapa Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos à Presidência da República), dentre estes, o ex-presidente Epitácio Pessoa, que costumava comparecer regularmente ao Instituto e participar das comissões internas de trabalhos, e o deputado Afrânio de Melo Franco, sócio do IHGB desde 1912 e que na composição do ministério de Washington Luís, assumiu a chancelaria antes mesmo que a Junta revolucionária transmitisse o governo a Vargas. Para Guimarães, é “factível inferir que esses políticos, por meio do tráfico de influências, teriam favorecido a aproximação de Getúlio com o Instituto” (GUIMARÃES, 2006, p. 35).

Dando prosseguimento à política estatutária do Instituto, conforme os termos do seu artigo 29º, no ano de 1934, Getúlio Vargas é indicado à Presidência de Honra do IHGB. Para além do cumprimento das normas estatutárias que previam a nomeação do chefe de Estado da nação à Presidência Honorária da Instituição, na justificativa para a indicação de Vargas constava como argumento que o chefe de Estado havia “dispensado ao Instituto várias significativas demonstrações de acatamento”, como por exemplo, “a de lhe haver presidido a todas as sessões solenes celebradas durante a administração de Sua Excelência” (RIHGB, 1934, pp. 303-304). Embora Vargas houvesse visitado e presidido as três sessões aniversárias consecutivas do Instituto, é provável que a Instituição tenha esperado a resolução de uma situação de indefinição durante o chamado *Governo Provisório* para só então conceder-lhe o

título. Com a promulgação da Carta Constitucional de 1934<sup>83</sup> e a eleição de Vargas como Presidente da República, o IHGB pôde nomeá-lo como seu *Presidente de Honra*. Um indício disso é que, nesse mesmo ano, o Instituto registrou o recebimento de um telegrama de Getúlio Vargas agradecendo os parabéns enviados pela Instituição devido à sua eleição como “Presidente Constitucional da República”, o que revela (embora o Instituto não tenha registrado em suas atas) que o IHGB enviou congratulações reconhecendo e legitimando a eleição de Vargas como Presidente da República em 1934 (RIHGB, 1934, p. 396).

Após ser nomeado como seu Presidente de Honra, Vargas não compareceu mais pessoalmente à Instituição ao longo de todo o período em que esteve no comando do Estado, nem mesmo para receber o seu título. É possível conjecturar que nos primeiros anos após a sua chegada ao poder, Vargas buscava legitimar-se como o novo chefe da Nação e o reconhecimento de uma instituição secular e de prestígio como o IHGB certamente contribuía nesse processo, no entanto, após a sua eleição em 1934 e a construção da sua legitimidade como Presidente da República, o chefe de Estado não necessitaria recorrer prioritariamente a este tipo de mecanismo ou recurso para legitimar-se, o que pode explicar o fato de Vargas não ter mais comparecido à instituição, embora a relação entre ambos e com o seu governo tenha prosseguido durante todo o período em que esteve no poder.

Embora não se fizesse mais presente na instituição, frequentemente Vargas enviava algum representante seu nas sessões comemorativas e de maior destaque. Nesse ano (1934), por exemplo, Vargas enviou como seu representante no 96º aniversário da Instituição, o General Pantaleão da Silva Pessoa (RIHGB, 1934, p. 491), chefe do estado-maior do presidente da República, exercendo também, como atribuição do cargo, a Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional.<sup>84</sup> No ano seguinte, foi a vez de Francisco José Pinto representar o chefe de Estado em sessão no IHGB, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, sendo nomeado “sócio honorário” da instituição em 1938. Anos mais tarde, em 1940, o encarregado de representar Getúlio Vargas foi Octávio Figueiredo de Medeiros, o qual, durante o Estado Novo, foi subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1939), sendo promovido a capitão-

---

<sup>83</sup> Getúlio Vargas foi eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte formada em 1933, com 175 votos contra 71 dos demais candidatos. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>. Acesso em: 16.06.2020. A Carta Constitucional de 1934 previa em seu artigo 1º das suas *Disposições Transitórias* que “Promulgada esta Constituição a Assembleia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional” (BRASIL, 1934).

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pantaleao-da-silva-pessoa>>. Acesso em: 17.06.2020.

de-mar-e-guerra em janeiro de 1941. Nesse mesmo ano, representou o chefe de Estado, Geraldo Ildfonso Mascarenhas da Silva, que, a partir de 1937, tornou-se auxiliar do Gabinete Civil, exercendo essas funções durante todo o Estado Novo. O último encarregado de representar Vargas no IHGB, já em 1943, foi Firmo Freire do Nascimento, nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em setembro de 1942.

Referindo-se às “recompensas” dadas aos intelectuais que serviam ao governo, Sérgio Miceli (1979) sugere que alguns destes intelectuais eram indicados pelo Governo Vargas para ingressarem na Academia Brasileira de Letras (ABL). Procedimento semelhante pode ter ocorrido em alguns casos com relação a membros do governo que ingressaram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a possível influência do cargo que ocupavam no Governo Vargas. Ao analisarmos a nomeação para *Sócio Honorário* do Instituto, em 1938, do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar do Governo Vargas e representante do chefe de Estado em sessões no Instituto, inclusive na comemoração do seu Centenário, obtivemos esse indício. Na justificativa para a sua indicação consta a “grande relevância social e contínuos serviços prestados a esta associação” e também por “preencher perfeitamente as exigências dos nossos estatutos, contidas no artigo 7º” (RIHGB, 1938, p. 764). Na comemoração do Centenário do Instituto, foi feito um agradecimento especial ao general que, “assiduamente tem nos auxiliado” e que havia compreendido “nitidamente o valor do Instituto” (RIHGB, 1938, p. 931).

Os estatutos do Instituto preveem, conforme o seu artigo 7º, que “os sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social *ou* que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, Geografia, de Etnografia ou Arqueologia” (RIHGB, 1937, p. 452, grifo nosso), ou seja, o general Francisco José Pinto ingressava na Instituição pelo requisito estatutário de “representação social”, e não pela produção nas áreas exigidas.<sup>85</sup> Conforme verifica-se nos estatutos do Instituto, no que se refere à admissão de sócios, a única categoria que não exigia produções nas áreas de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia é a de *Sócios Honorários*, na qual um indivíduo poderia ser indicado apenas pela “alta representação social”, disso conclui-se que, se algum indivíduo foi indicado pela influência ou por fazer parte do Governo Vargas, foi nessa categoria de sócios – na qual, por exemplo, o chefe da Casa Militar do Governo Vargas encontrava-se. Por outro lado, o governo não tinha a possibilidade de indicar alguém para sócio efetivo do Instituto sem que o mesmo

---

<sup>85</sup> Com uma extensa carreira militar, Francisco José Pinto deixou apenas duas obras: *Notas do curso de artilharia e O que deve a infantaria saber da artilharia*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJPinto.html>>. Acesso em: 20.07.2020.

tivesse produções nas matérias exigidas e que fosse submetido ao escrutínio. O Instituto era composto pelas seguintes categorias de sócios, em ordem hierárquica crescente: correspondentes, efetivos, honorários, beneméritos e grandes beneméritos; ademais, os cargos e funções (membros de comissões, oradores, secretários, presidente) e os títulos e honrarias (Presidentes Perpétuos, Presidentes de Honra) cada qual com as exigências e pré-requisitos necessários de acordo com os estatutos da Instituição.<sup>86</sup>

Uma informação relevante e que amplia a nossa hipótese verifica-se em um parecer emitido pelo presidente da Comissão de Admissão de Sócios, Eptácio Pessoa,<sup>87</sup> em 1931, aonde ele argumenta que poderiam ser atendidas as propostas de candidatos que “hajam prestado notórios serviços ao Instituto” e que “tenham se salientado pela sua competência e pelos seus serviços de amor ao Instituto” (RIHGB, 1931, p. 453), o que sinaliza uma flexibilização na admissão de *Sócios Honorários* na Instituição a partir desse período.

Diversos outros acontecimentos e componentes configuraram e ilustraram a relação entre o IHGB e Getúlio Vargas durante desse período, como por exemplo, na Sessão Especial, ocorrida no dia 19 de Abril de 1939, e portanto, durante o Estado Novo, o secretário Max Fleiuss propôs – devido à coincidência da data daquela sessão com o natalício do “Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República e Presidente Honorário” e que “tanto tem feito pelo Instituto” – que “fosse consignado em ata um voto de congratulações a S. Ex., o que foi unanimemente aprovado” (RIHGB, 1939, p. 744). O IHGB não apenas recordava do aniversário do chefe do regime em uma sessão, como aprovava o envio de congratulações pela data comemorativa – destaca-se: “unanimemente”. Novamente, o Instituto fazia questão de ressaltar que o chefe de Estado era uma unanimidade dentro da Instituição, o que nos leva a presumir que não havia resistências ao nome de Vargas entre os sócios do Instituto. Nesta mesma sessão, o presidente Macedo Soares comunicou “a oferta do Sr. Getúlio Vargas do exemplar nº 14, em papel Fabriano, com dedicatória autografada, da sua obra *A nova política do Brasil*; ficou decidido ainda que “a mesa do Instituto agradeça pessoalmente a S. Excelência” (RIHGB, 1939, p. 785). *A Nova Política do Brasil* consiste em uma coletânea organizada em onze volumes e lançada em 1938 com os pronunciamentos, discursos, manifestos, entrevistas, entre diversos outros assuntos abordados pelo chefe do regime, Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1945.

---

<sup>86</sup> Anexo no final deste tópico.

<sup>87</sup> Em 30 de março de 1901, foi eleito sócio honorário do IHGB. Passou a benemérito em 1917 e a presidente honorário em 11 de outubro de 1919. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ESPessoa.html>>. Acesso em: 11.09.2020. Guimarães também registra que, quando se elegeu presidente da República de 1919 a 1922, Eptácio Pessoa concedeu uma série de benefícios ao Instituto, inclusive elevando a subvenção anual do Tesouro para 40 contos de réis (GUIMARÃES, 2006, p. 33).

Descobrimos que, de sua edição original, foram tirados “vinte e cinco exemplares em papel Fabriano” e “setenta e cinco exemplares em papel Vergê”, “todos assinados pelo autor” (VARGAS, 1933 [1932], p. 7).<sup>88</sup> Isto é, uma dessas vinte e cinco cópias em papel Fabriano foi apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que demonstra a notoriedade e o reconhecimento da Instituição diante do chefe de Estado e seu governo. Estas trocas e iniciativas evidenciam uma relação de proximidade entre a Instituição e o chefe de Estado, mesmo que alguns destes gestos sejam “institucionais” (no sentido de algumas vezes serem impessoais), eles revelam – como na própria iniciativa do Instituto de ir pessoalmente agradecer a Getúlio Vargas – um canal de acesso e de diálogo aberto com o chefe de Estado. Aliás, esta não é a primeira vez que o IHGB menciona visitas e comitivas pessoais ao comandante do regime.

Em outro caso, por ocasião do falecimento do presidente do Instituto, Conde de Afonso Celso no ano de 1938,<sup>89</sup> o secretário do Instituto, Max Fleiuss, comunicou aos presentes o recebimento de um telegrama do Sr. Presidente da República com a seguinte mensagem: “Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico – Acusando o recebimento do vosso telegrama de ontem. Apresento a esse Instituto sinceros pêsames por motivo do falecimento de seu ilustre presidente, conde de Afonso Celso” (RIHGB, 1938, p. 828), concluindo-se, desse modo, que Fleiuss havia comunicado Vargas do falecimento do presidente do Instituto.

Formado em direito e com um extenso currículo na área da história, Max Fleiuss<sup>90</sup> tornou-se sócio do IHGB em 1900 e galgou todos os postos dentro da Instituição, sendo eleito o seu *Secretário Perpétuo* desde 1907. Junto com Afonso Celso e Ramiz Galvão, formou o que Guimarães chamou de “*A Trindade do Silogeu*”, que esteve à frente da Instituição orientando todas as suas atividades entre 1912 e 1938. Como primeiro secretário do Instituto nesse período, Fleiuss foi o principal interlocutor com o governo e inclusive com o próprio Vargas, com o qual mantinha diálogo e uma certa proximidade, visto as inúmeras trocas de correspondências entre ambos e os registros de ocasiões em que se encontravam juntos. Fleiuss, então “secretário perpétuo” do IHGB, foi nomeado por Getúlio Vargas, “presidente da República dos Estados

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/view>>. Acesso em: 13.07.2020.

<sup>89</sup> No lugar de Afonso Celso de Assis Figueiredo Filho (1912-1938), ocupou interinamente a Presidência do Instituto o 1º vice-presidente, Manuel Cícero Peregrino da Silva (1938-1939), até a eleição no ano seguinte de José Carlos de Macedo Soares como presidente do IHGB (1939-1968). Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>>. Acesso em: 13.07.2020.

<sup>90</sup> Max Fleiuss foi eleito sócio efetivo do IHGB em junho de 1900, passando a honorário em 1914, a benemérito em 1917 e a grande benemérito em 1920. Em 1906, assumiu a Primeira Secretaria, sendo logo após proclamado secretário perpétuo (1907). Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MFleiuss.html>>. Acesso em: 03.08.2020.



Unidos do Brasil”, para ser o representante oficial do Brasil e do IHGB no Segundo Congresso Internacional de História da América,<sup>91</sup> a realizar-se em Buenos Aires em julho de 1937 (RIHGB, 1937, p. 580). A nomeação consta no livro de leis, decretos e portarias do Ministério das Relações Exteriores, assinada por Mário de Pimentel Brandão, embaixador que nesse período comandava a Secretaria do Itamaraty a convite do então titular da Pasta, José Carlos de Macedo Soares, sócio do IHGB e, no ano seguinte, presidente do Instituto.<sup>92</sup> Na imagem anexa,<sup>93</sup> vemos Max Fleiuss acompanhando Getúlio Vargas nas comemorações do Dia do Soldado, em 1938, no Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro. No registro, o Secretário Perpétuo do IHGB e o chefe de Estado observam a espada que pertenceu ao Duque de Caxias<sup>94</sup> que, aliás, foi doada ao Instituto em 1925 e desde então permanece sob os seus cuidados. Posteriormente, em suas “memórias”, Fleiuss recordaria “à estima e o auxílio”, que o IHGB “sempre obteve de Dom Pedro II, e dos presidentes da República, especialmente dos Srs. Rodrigues Alves, Epiácio Pessoa e Getúlio Vargas” (FLEIUSS, 1941).

O Instituto manteve contato inclusive com a primeira dama, a senhora Darcy Vargas. Por ocasião da comemoração da Independência do Brasil, no dia 7 de Setembro de 1938, o Instituto visitou, “como de costume”, o sarcófago da Imperatriz Leopoldina, localizado no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.<sup>95</sup> No registro da ocasião,<sup>96</sup> o Instituto destacou que “mais uma vez tal visita foi honrada com a presença da Sra. Getúlio Vargas, esposa distintíssima do Sr. Presidente da República”.<sup>97</sup>

---

<sup>91</sup> Tratava-se da segunda edição do Congresso Internacional de História da América, realizado em 1937, na cidade de Buenos Aires. A primeira edição ocorreu no Rio de Janeiro em 1922. Organizados pelo IHGB e pela Junta de Historia y Numismática Americana da Argentina, esses congressos eram parte de um esforço de aproximação e integração entre Brasil, Argentina e demais países ibero-americanos através da pesquisa, ensino e escrita de uma História da América (SILVA, 2015).

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brandao-mario-de-pimentel>>. Acesso em: 19.08.2020.

<sup>93</sup> Cf. Anexo III.

<sup>94</sup> Luiz Alves de Lima e Silva, o barão, conde, marquês e duque de Caxias, também foi membro do IHGB, sendo eleito sócio honorário da Instituição em 27 de março de 1847. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LALSilva.html>>. Acesso em: 11.08.2020.

<sup>95</sup> Maria Leopoldina morreu no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1826. Foi sepultada no Convento da Ajuda, na atual Cinelândia. Quando o convento foi demolido, em 1911, os restos foram trasladados para o Convento de Santo Antônio, também no Rio de Janeiro, onde foi construído um mausoléu para ela e alguns membros da família imperial. Em 1954, foram transferidos definitivamente para um sarcófago na Capela Imperial, sob o Monumento do Ipiranga, na cidade de São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,oito-centimetros-impediram-sepultamento-de-pedro-i,8904,0.htm>>. Acesso em: 18.06.2020.

<sup>96</sup> Ver anexo III.

<sup>97</sup> A nota não menciona o nome de Darcy Sarmanho Vargas, visto que, nesse período, não era incomum referir-se a uma senhora apenas pelo nome do seu marido.

Um ano antes, em 1937, Darcy Vargas já havia comparecido na inauguração do mausoléu.<sup>98</sup> O IHGB declarou que “ninguém deixará de reconhecer a beleza desse gesto da atual primeira dama de nossa pátria, em reverência à Paladina da Independência” e que a Instituição “tem sempre assinalado sua gratidão a virtuosíssima senhora Vargas, modelo da verdadeira brasileira, possuidora dos mais puros e elevados predicados que se concretizam no acrisolado amor de esposa e de mãe” (RIHGB, 1938, p. 930).

Além do próprio Vargas e dos seus representantes presentes nas sessões de maior destaque do Instituto, diversos membros do primeiro escalão do seu governo estabeleceram e mantiveram uma relação de proximidade com o IHGB, visitando e frequentando a Instituição, e alguns deles, vieram a ingressar em seu quadro de sócios. Dentre os que estabeleceram uma relação de maior proximidade com o Instituto, destacamos os titulares do Ministério da Educação, visto que, além de tratar-se de uma instituição de natureza cultural e educacional, e por isso a compatibilidade com a pasta, logo após a vitória do Movimento de 1930, o Instituto havia estabelecido contato com o novo regime e aberto um canal de diálogo com o recém criado Ministério da Educação.

O primeiro titular no comando da pasta a visitar o Instituto foi o então primeiro ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório,<sup>99</sup> Francisco Campos, no ano de 1932. Na ocasião, segundo o relato da visita, o ministro expressou “palavras de admiração por tudo quanto lhe foi dado observar”, no entanto, o ministro da pasta teria notado “a insuficiência da instalação dos vários, e constantemente em aumento, serviços da associação”, comprometendo-se a “providenciar a respeito” (RIHGB, 1932, p. 696).

Posteriormente, no ano de 1934, foi a vez do ministro a frente da pasta da Educação, Gustavo Capanema,<sup>100</sup> fazer a sua primeira visita à instituição, por ocasião da sessão magna comemorativa do 96º aniversário da Instituição (RIHGB, 1934, p. 511). No ano seguinte, em 6 de dezembro de 1935, Capanema fez uma nova visita ao Instituto, acompanhado do diretor do seu gabinete, Carlos Drummond de Andrade. Dessa vez, a visita não foi motivada por alguma

---

<sup>98</sup> Disponível em: <<http://conventosantoantonio.org.br/historico>>. Acesso em 18.06.2020.

<sup>99</sup> O Ministério da Educação foi criado no Brasil em 14 de novembro de 1930 com o nome de “Ministério da Educação e Saúde Pública”. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro. O primeiro ministro da Pasta foi Francisco Campos que ficou no cargo até 16 de setembro de 1932. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>. Acesso em: 18.06.2020.

<sup>100</sup> Gustavo Capanema Filho assumiu o Ministério da Educação em 26 de Julho de 1934 e permaneceu no comando da pasta por um longo período, até o final do Estado Novo em 29 de Outubro de 1945. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>. Acesso em 18 de Junho de 2020.

sessão comemorativa, sinalizando tratar-se de uma visita habitual. Conforme o relato dessa ocasião, “todas as dependências do Instituto foram percorridas por S. Ex. que teve palavras de extrema bondade para tudo quanto viu” (RIHGB, 1936, p. 404). No ano seguinte (1936), Gustavo Capanema se faria novamente presente para prestigiar o 98º da Instituição que homenagearia um dos seus “sócios mais ilustres”, Ramiz Galvão.<sup>101</sup> Nessa ocasião, o ministro Capanema estava ocupando um dos “lugares especiais no recinto”, acompanhado dos ministros Aaulfo de Paiva, ministro do Supremo Tribunal Federal e do ministro da Corte Suprema, Carlos Maximiliano (RIHGB, 1936, p. 311). Os ministros da Educação do regime varguista frequentando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro refletem, além de uma relação de proximidade da Instituição com os titulares da pasta, todo o prestígio e o reconhecimento da centralidade do IHGB como uma das principais instituições culturais e de saber daquele período, se não, a principal (RIHGB, 1940, p. 512). Ao prestigiarem-na, reciprocamente, os ministros eram por ela reconhecidos e prestigiados, visto a notoriedade da instituição nesse período.

É difícil estabelecer um parâmetro comparativo entre as instituições de maior prestígio em um determinado período, no entanto, certamente o IHGB, uma instituição secular e de tradição assentada, era a principal referência na produção e divulgação do conhecimento histórico e geográfico daquele período, sendo a associação mais antiga do país voltada para essas áreas do saber. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2012), tratava-se da “mais importante “sociedade de discurso” existente no país”, e que, junto com a ABL, formavam “os dois grandes lugares de consagração nacional”. Nas palavras de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil, o IHGB era “o mais respeitável entre os grandes conselheiros da vida brasileira” (RIHGB, 1940, p. 512).

Um questionamento possível sobre essa relação seria: por que os ministros da Educação do Governo Vargas não foram nomeados “sócios honorários” do IHGB, assim como o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha? Seria para não formalizar explicitamente uma imagem de dependência e adesão do Instituto ao Ministério e manter a autonomia frente à Pasta, tendo em vista a proximidade da instituição com o Ministério da Educação?

A troca de correspondências e telegramas contendo requisições, congratulações, consultas, informações etc., entre o Instituto e o Ministério da Educação também foi uma constante ao longo de todo esse período. Para mencionar apenas dois exemplos: em 1933, o

---

<sup>101</sup> Ramiz Galvão foi eleito sócio correspondente do IHGB em agosto de 1872, passando a honorário e benemérito em 1909 e a grande benemérito em 1917. No Instituto, foi orador durante muitos anos e diretor da sua *Revista*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/bfdrgalvao.html>>. Acesso em: 04.08.2020.

secretário do Ministério da Educação, Affonso Costa, enviou um telegrama em nome do ministério apresentando congratulações pelo 95º aniversário da instituição que, segundo a mensagem, “tanto honra a cultura e a sciencia nacionaes” (RIHGB, 1933, p. 802). Nesse mesmo ano, Affonso Costa já havia comparecido ao Instituto em uma sessão extraordinária no dia 20 de setembro de 1933 (RIHGB, 1933, p. 752).

Em outro caso, ocorrido em 1944, a instituição comunicou em sessão magna o recebimento de um telegrama de felicitações pelo aniversário do Instituto do ministro da Educação, Gustavo Capanema (RIHGB, 1944, p. 305). Certamente, devemos considerar a probabilidade de algumas destas mensagens terem sido enviadas por secretários da pasta, no entanto, essas “trocas” denotam o contato e um diálogo constante entre o Instituto e o Ministério da Educação – para além das atividades e projetos realizados em conjunto, como veremos mais adiante.

O IHGB também registrou, no dia 26 de setembro de 1934, a visita do então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Vicente Rao, que esteve à frente dessa Pasta entre os anos de 1934 a 1937.<sup>102</sup> Na descrição da sua “minuciosa visita” (que não era em data de sessão), o “professor Raó”, assim chamado pelo Instituto, não havia “hesitado um instante em patentear as impressões antagônicas que o possuíam no momento; de satisfação pelo que via e examinava, de tristeza, reconhecendo a insuficiência das instalações” (RIHGB, 1934, p. 494) – assim como o ministro Francisco Campos havia observado. Por ocasião do aniversário da instituição e do seu centenário a ser comemorado em 1938, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através do seu Departamento de Propaganda, transmitiu via rádio, no programa *O Dia do Brasil*,<sup>103</sup> a mensagem que reproduzimos na íntegra:

---

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>>. Acesso em: 19.06.2020.

<sup>103</sup> Embora não tenhamos encontrado qualquer registro do programa radiofônico “O Dia do Brasil”, pressupomos que esse possa ter sido o programa anterior que daria origem ao “A Hora do Brasil”, criado em 1935. O programa tinha como objetivo divulgar os principais acontecimentos do país e, principalmente, os atos do presidente da República. Em 1939, A Hora do Brasil passou a ser produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e incluía, além dos atos do Poder Executivo, uma programação cultural com músicas brasileiras, comentários sobre arte popular e pontos turísticos do país, e “recordações do passado” em que se exaltavam os heróis nacionais. A partir de 1946, o programa passou a se chamar “A Voz do Brasil”, nome que mantém até hoje. CAMARÁ DOS DEPUTADOS. Rádio Câmara. Disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/380280-em-1935-surgiu-a-hora-do-brasil-mais-conhecida-como-a-voz-do-brasil/>. Acesso em 19 de Junho de 2020. FGV-CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). “Hora do Brasil”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em: 19 de Junho de 2020.

Eis porque, no dia de hoje, por motivo da passagem de mais um aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é justo que se lhe rendam todas as homenagens que tanto lhe são devidas, pelo seu passado, que é tão grandioso, como pelo seu futuro, que daquele, por certo, não desmerecerá. É daqui a três anos, quando festivamente for comemorado o centenário da venerável associação, é preciso que esse fato assuma uma feição eminentemente nacional, todo o país se congraçando nesse preito de admiração a uma das mais antigas das suas sociedades científicas e culturais. (RIHGB, 1935, p. 556)

A presença, o trânsito e o ingresso destes membros do alto escalão do governo de Getúlio Vargas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possibilitavam a constituição de *redes* de sociabilidades entre estes indivíduos com os sócios da instituição, ao estabelecerem no IHGB um espaço de contatos, circulação, interação, experiências, articulações, debates e diálogos, influências recíprocas, e também vínculos de amizades, políticos, profissionais, estes indivíduos estabeleciam conexões e delineavam uma proximidade entre o Instituto e o regime varguista.

Na ocasião do centenário da Instituição, a ser comemorado em 21 de outubro de 1938, a celebração contou com a presença, entre diversas autoridades políticas e de instituições culturais, do representante do Presidente da República, o general Francisco José Pinto (que “ocupou um lugar na mesa, à direita do presidente”) e do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (“que se sentou-se na cadeira de que é o patrono o marechal Cunha Mattos”) (RIHGB, 1938, p. 918). Como se percebe, integrantes da cúpula do Estado Novo, entre eles o ministro da Educação, compunham a Mesa Diretora da sessão que comemoraria o Centenário do IHGB, o que comprova, por um lado, o prestígio e a importância da instituição e, por outro, a relação de proximidade estabelecida entre o IHGB e o regime varguista. Na ocasião, o presidente do Instituto agradeceu “com o maior respeito” o “inexcedível auxílio concedido para o surgimento desse trabalho pelo dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, Presidente Honorário do Instituto e, providamente, nosso grande amigo” (RIHGB, 1938, p. 928). Como veremos no tópico seguinte, o próprio Vargas havia se comprometido com patrocinar as comemorações do Centenário do Instituto, e assim o fez.

Analisando os *Segundo e Terceiro Congresso de História Nacional* organizados pelo IHGB e realizados respectivamente em 1931 e 1938, Lucia Maria Paschoal Guimarães menciona como na sessão preparatória do Segundo Congresso foi sugerido pelo dr. Manuel Tavares Cavalcante – político e intelectual paraibano ligado a Epiácio Pessoa – que o presidente do Instituto, conde Afonso Celso, dividisse a Presidência de Honra do Congresso com quatro autoridades: Getúlio Vargas (chefe do Governo Provisório), Oswaldo Aranha

(ministro da Justiça), Afrânio de Melo Franco (ministro das Relações Exteriores e sócio do IHGB) e Francisco Campos (ministro da Educação). Segundo a autora, as autoridades políticas não compareceram ao Congresso, mas ofereceram o apoio financeiro ao evento (GUIMARÃES, 2006, p. 35).

No Terceiro Congresso, realizado em 1938 como parte das comemorações do Centenário do Instituto, Lucia Guimarães destaca como a presidência de honra do evento seria novamente compartilhada entre um “grupo de notáveis”, dentre eles, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e o chefe de Estado, Getúlio Vargas, que aliás, a propósito do Centenário da Instituição, “comprometera-se de doar os bustos dos fundadores do grêmio, o marechal Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, a serem inaugurados nas respectivas campas, no cemitério de São Francisco de Paula” (ibidem, p. 187).<sup>104</sup> De acordo com Guimarães (ibidem, p. 189), na véspera da abertura do encontro, Vargas abriu as portas do Palácio do Catete para receber a direção do Instituto e todos os congressistas inscritos, demonstrando todo o seu apreço pela instituição.

Por outro lado, como uma via de mão dupla, diversos membros do IHGB vieram a ocupar cargos no primeiro escalão do Governo Vargas, compondo o chamado Governo Provisório (1930-1934), no período constitucional (1934-1937) e durante o Estado Novo (1937-1945). No entanto, faz-se necessário ressaltar que não estamos afirmando que estes indivíduos necessariamente vieram a compor o Governo Vargas unicamente pelo fato de serem do IHGB – até porque muitos deles faziam parte de outras instituições culturais e alguns já tinham uma trajetória política anterior a 1930, tratando-se, possivelmente, mais de um fenômeno de casualidade do que de causalidade, embora não se possa descartar essa última hipótese, devido à importância e à visibilidade da instituição nesse período.

Talvez o exemplo mais significativo desse tipo de caso seja o de José Carlos de Macedo Soares: Sócio Correspondente do IHGB desde 1921 e presidente do Instituto entre os anos de 1939 e 1968, Macedo Soares foi Secretário do Interior no Governo Provisório, desempenhou missões diplomáticas na Europa durante o ano de 1932, Constituinte em 1934, ministro das Relações Exteriores de 1934 a janeiro de 1937 e nomeado ministro da Justiça em julho de 1937. Outro exemplo expressivo é o de Afrânio de Melo Franco, sócio-correspondente do IHGB desde 1921 e honorário em 1937, foi designado para o Ministério das Relações Exteriores logo após Vargas ser empossado chefe do Governo Provisório, cargo que ocupou até dezembro de 1933. Também presidiu a comissão nomeada por Vargas para elaborar o anteprojeto da

---

<sup>104</sup> A autora utilizou como fonte as memórias do secretário do IHGB, Max Fleiuss (1941).

Constituição entre novembro de 1932 e maio de 1933. O próprio Oliveira Viana, nomeado consultor jurídico do Ministério do Trabalho entre os anos de 1932 a 1940, tendo participado ativamente na formulação da legislação social e sindical do Estado Novo e sendo considerado um dos principais intelectuais vinculados ao regime varguista, também era sócio do IHGB desde 1924 (RIHGB, 1931, p. 425).

A presença destes indivíduos que eram sócios do IHGB – ocupando altos cargos no Governo Vargas e na máquina administrativa do Estado e, em direção contrária, de membros do primeiro escalão do governo frequentando e ingressando no Instituto –, além de estabelecer laços sociais e afetivos entre eles,<sup>105</sup> viabilizava um *meio* de contato e acesso da instituição com as altas instâncias do Governo Vargas, configurando um vínculo entre a instituição e a esfera estatal.

Uma evidência emblemática que comprova e ressalta essa interferência entre o Instituto e o Estado é o fato de o IHGB comunicar ao Governo Federal a composição da sua diretoria. Verificamos esta informação na eleição de 1935, quando o presidente Conde de Afonso Celso, após proclamar o resultado das eleições daquele ano, informou que comunicaria ao Governo Federal a composição da nova mesa diretora do Instituto, conforme os termos do artigo 27 dos seus estatutos (RIHGB, 1935, p. 383).

O IHGB também manteve uma relação orgânica e de proximidade com o Ministério das Relações Exteriores (o Itamaraty<sup>106</sup>) do Governo Vargas. Além de várias iniciativas e projetos em conjunto, como conferências e eventos comemorativos, alguns membros das Relações Exteriores frequentaram e vieram a ingressar no quadro de sócios da instituição. O principal deles, o ministro da Justiça e Negócios Interiores (1930-1931), da Fazenda (1931-1934) e mais tarde comandando a Pasta das Relações Exteriores (1938-1943),<sup>107</sup> Oswaldo Aranha, foi

---

<sup>105</sup> Conforme Sirinelli, relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais. A noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo. SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. p. 231-270. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história Política*. 2. ed. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2003. p. 252-253.

<sup>106</sup> Ministério das Relações Exteriores e Itamaraty são considerados sinônimos, pois, até 1970, a sede do Ministério das Relações Exteriores era o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro e, informalmente, o Ministério passou a ser conhecido pelo nome do edifício que o abrigava. O costume foi mantido na época da mudança para Brasília, pois o Palácio dos Arcos – nome original do edifício concebido por Oscar Niemeyer – não tardou a ser chamado “Palácio Itamaraty”. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-as-carreiras-do-servico-exterior>>. Acesso em: 06.07.2020.

<sup>107</sup> Vitorioso o Movimento de 30, do qual foi um dos líderes, Oswaldo Euclides de Souza Aranha assumiu a Pasta da Justiça e Negócios Interiores. No final de 1931, trocou o Ministério da Justiça pelo Ministério da Fazenda. Deixou o ministério logo após a promulgação da nova Carta, em julho de 1934. Em seguida, assumiu o posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos e, em março de 1938, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Em fevereiro de 1947, foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade. Em abril do mesmo ano, presidiu a I

indicado para *Sócio Honorário* da Instituição no ano de 1939<sup>108</sup>. Na justificativa para a sua nomeação constavam dois argumentos: o primeiro, o Embaixador do Brasil em Washington, Oswaldo Aranha, havia representado o IHGB na *Segunda Assembleia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*<sup>109</sup>, reunida naquela capital em outubro de 1935; naquela ocasião, Aranha havia “proferido um discurso de alto valor histórico”. O segundo motivo: “na qualidade de ministro das Relações Exteriores”, Oswaldo Aranha “tem prestado notáveis serviços à nossa associação” (RIHGB, 1939, p. 1028). Destacamos o fato do então embaixador nos EUA, Oswaldo Aranha estar representando o IHGB em uma assembleia internacional sobre história e geografia, o que evidencia a intimidade e o estreito vínculo entre Oswaldo Aranha e o Instituto.

A indicação do ministro Oswaldo Aranha para *Sócio Honorário* do Instituto apresenta semelhanças com a do general Francisco José Pinto. Como vimos, em sua nomeação constava como argumento que Oswaldo Aranha teria prestado “notáveis serviços” ao Instituto (RIHGB, 1939, p. 1028), isto é, o então ministro das Relações Exteriores também não ingressava na Instituição pela sua produção ou mérito nas áreas de conhecimento exigidas,<sup>110</sup> o que corrobora a probabilidade de a sua nomeação ter sido influenciada e estar relacionada com o cargo que ocupava no Governo Vargas; aliás, foi Oswaldo Aranha, como ministro da Justiça e Negócios Interiores, quem aprovou as contas do Instituto ao governo em 1931 (RIHGB, 1931, p. 11), e este pode ter sido um dos “serviços” prestados. Como veremos no tópico seguinte, o IHGB prestava contas ao Poder Público.

---

Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. Ainda em 1947, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. Em junho de 1953, no segundo Governo Vargas, voltou a assumir o Ministério da Fazenda. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo\\_aranha](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha)>. Acesso em: 22.06.2020.

<sup>108</sup> No *site* do IHGB consta que Oswaldo Aranha foi eleito Sócio Honorário do Instituto em dezembro de 1930, informação que não procede, pois, como vimos, Aranha foi nomeado Sócio Honorário em 1939, comparecendo no ano seguinte para receber o título. Obs.: solicitamos um pedido de esclarecimento à instituição. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/OAranha.html>>. Acesso em: 09.07.2020.

<sup>109</sup> O Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) é um órgão técnico e científico da Organização dos Estados Americanos (OEA), especializado nas áreas de História, Geografia, Cartografia e Geofísica. Desde a sua fundação em 7 de fevereiro de 1928, durante a VI Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, Cuba, o IPGH promove em toda a América conferências e a organização de cursos e palestras, assim como patrocina projetos de cooperação e pesquisa e a publicação de livros e revistas especializadas. As Comissões se dividem em quatro áreas – História, Geografia, Cartografia e Geofísica – e são as responsáveis pelo desenvolvimento e execução dos programas científicos e técnicos do IPGH e também promovem e coordenam o desenvolvimento científico e técnico em seus respectivos campos nos Estados-Membros. É composto por 21 Estados-Membros, dentre os quais, o Brasil. Cada um dos países membros do IPGH nomeia uma Seção Nacional para representá-lo nos diferentes órgãos do IPGH. Disponível em: <<https://ipgh.org/quienes-somos.html>>. Acesso em: 02.07.2020.

<sup>110</sup> Além de artigos, conferências, discursos e relatórios, Oswaldo Aranha publicou apenas uma obra – *O sindicalismo no Rio Grande do Sul*, publicada em 1929.



No ano seguinte, em sessão ordinária realizada no dia no dia 7 de agosto de 1940, o então ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, compareceu ao IHGB para receber o título de “sócio honorário” da instituição.<sup>111</sup> O ministro proferiu um longo discurso agradecendo “a inspiração generosa que me trouxe a esta casa e a acolhida que hoje me fez esta nobre família de sábios brasileiros”, presidida por um “dos mais eminentes e devotados servidores do Brasil”, nesse período, José Carlos de Macedo Soares (1939-1968).<sup>112</sup> Repare-se que se tratava-se do então ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, Oswaldo Aranha, exaltando o ex-ministro dessa Pasta entre 1934 e 1937 e presidente do IHGB, Macedo Soares, que também havia comandado o Ministério da Justiça em 1937, do qual Aranha havia sido o titular no Governo Provisório (1930 a 1931). Segundo Aranha, ao investir-lhe nos “honrosos deveres que me impôs a vossa generosa escolha”, queria dizer-lhes que “é na geografia e na história que devemos, os brasileiros, procurar, nesta hora, a lição, a energia e a clarividência necessárias aos homens e aos povos que querem sobreviver” (RIHGB, 1940, pp. 507-509).

O pano de fundo adotado no discurso de Oswaldo Aranha refletia o momento pelo qual o país estava passando e a centralidade da sua pasta e do seu cargo diante daquele cenário internacional projetado em 1º de setembro do ano anterior (1939), quando havia se iniciado a Segunda Guerra Mundial e logo o Brasil haveria de abrir negociações e possivelmente sofrer pressões para posicionar-se diante do conflito mundial. Para finalizar, Oswaldo Aranha exaltou e destacou a importância do IHGB, segundo ele, “o mais respeitável entre os grandes conselheiros da vida brasileira”, o qual “já coube uma tarefa sem par em nossa vida, tarefa que o presente vai acrescer de problemas e responsabilidades” (RIHGB, 1940, p. 512). No encerramento do seu pronunciamento, expressou qual deveria ser a função que o Instituto deveria desempenhar naquele contexto – que, como se percebe, não deveria restringir-se ao estudo do passado:

---

<sup>111</sup> Cf. Anexo III.

<sup>112</sup> José Carlos de Macedo Soares ingressou como sócio-correspondente no IHGB em agosto de 1921 e passou a benemérito em abril de 1939. Chegou à Presidência da instituição em 1939, cargo que ocupou até 1968. Foi aclamado “presidente perpétuo” em 1941. No Governo Provisório, foi secretário do Interior e, durante o ano de 1932, desempenhou missões diplomáticas na Europa. Foi constituinte em 1934, ministro das Relações Exteriores de 1934 a janeiro de 1937 e ministro da Justiça em julho de 1937. Interventor federal em São Paulo de 1945 a 1947 e, novamente, ministro das Relações Exteriores entre os anos de 1955 e 1958. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>>. Acesso em 03.07.2020.

Estudar, examinar, investigar e, ao fim de incansáveis esforços, concluir e aconselhar, é a vossa missão, nessa hora de tão ameaçadoras perspectivas para a nossa e para a sorte dos demais povos. Estarei convosco, honrado com a vossa companhia e orgulhoso de poder colaborar nesse hora de reajustamento geográfico e histórico, sem o qual está o Brasil ameaçado, por indiferença e incompreensão, de ser arrastado à voragem que abisma, em outros continentes, nações e povos, que entregaram as suas terras e perderam sua independência, por haverem desprezado as lições do passado, desconhecido as leis de sua segurança e renunciado às aspirações de um porvir melhor (idem, *ibidem*)

Em discurso de agradecimento a Oswaldo Aranha, o orador oficial do Instituto, Pedro Calmon, relembrou a representação da instituição pelo ministro no Congresso Pan-Americano de História e Geografia nos EUA e destacou “o grande interesse do Sr. Oswaldo Aranha pelo desenvolvimento e eficiência dos trabalhos relativos à história pátria nas secções culturais do Itamaraty”, segundo Calmon, “acessíveis aos homens de estudo, e sempre abertas aos investigadores animados de um ideal superior de verdade e de civismo” (RIHGB, 1940, p. 513). O orador mencionou a “boa tradição do Itamaraty na defesa e no engrandecimento espiritual do Brasil” (idem, *ibidem*) e finalizou o seu discurso com a seguinte declaração: “honramos o passado, que assim nos adverte e nos instrui. Dele também auferimos as lições definitivas – que não de inspirar, como sempre inspiraram, a política exterior do país, no Itamaraty” e que “constituem, no Instituto Histórico, o plástico material dos estudos mais desvelados” (*ibidem*, p. 514), manifestando uma concepção de história enquanto lição\instrução para o tempo presente e, por esse motivo, deveria guiar e orientar a política, neste caso, a política externa do Brasil não deveria prescindir dos seus ensinamentos.

Dois anos mais tarde (1942), o ministro Oswaldo Aranha retornou ao Instituto para celebrar o *Dia Pan-Americano*, em 14 de abril, desta vez como o responsável por ministrar a conferência da comemoração.<sup>113</sup> Na abertura do evento, o orador do Instituto, Pedro Calmon, além de elogiar e exaltar a política externa adotada pelo Governo Vargas através do seu Ministério das Relações Exteriores, personalizada na figura do agora sócio honorário da Instituição, Oswaldo Aranha, declarou abertamente o alinhamento (ou a “associação” sob os “mesmos princípios”) entre o IHGB e o Itamaraty:

---

<sup>113</sup> Cf. Anexo III.

Ainda uma feita o Instituto Histórico – casa do Brasil, lar de suas tradições invioláveis – e o Itamarati – onde os interesses da Pátria estão confiados à perícia, à inteligência e à austeridade que são apanágios da nossa diplomacia, se associam para significar à América, a toda a América, a sinceridade de sua crença – na justiça, na liberdade, na independência dos povos unidos, na paz e na luta, pelo culto dos mesmos princípios – espírito de sua civilização, força de sua vida, vocação de seu sangue, alma de sua cultura. (RIHGB, 1942, p. 515)

O IHGB e o Ministério das Relações Exteriores também desenvolveram inúmeras atividades e projetos em conjunto durante esse período; dentre eles, a comemoração do centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão de Rio Branco” (1845-1912),<sup>114</sup> a ser celebrado no ano de 1945. Rio Branco ingressou no IHGB em 1867, aos 22 anos, como Sócio Correspondente e foi progredindo de postos até assumir a presidência da Instituição entre os anos de 1907 e 1912.<sup>115</sup> Ainda hoje, o Barão de Rio Branco é considerado o “patrono” da diplomacia brasileira pelo Itamaraty, segundo o qual, o “seu maior legado foi a resolução pacífica das disputas de fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos” e por “ter consolidado a tradição de pragmatismo da diplomacia brasileira – é considerado o patrono dos diplomatas do Brasil”.<sup>116</sup>

O caso de Paranhos Junior ilustra bem esse trânsito entre o IHGB e o Itamaraty: enquanto presidia o Instituto, Rio Branco comandava o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1902 a 1912), estabelecendo uma ligação entre a instituição e o Ministério. Segundo Guimarães (2006, p. 31), Paranhos Júnior “estabelecera uma via de mão dupla entre a chancelaria e a corporação”, de um lado “utilizava-se da pretensa neutralidade das instâncias acadêmicas, para reforçar sua atuação no ministério e emitir pronunciamentos acerca das orientações que imprimia à política externa brasileira”, e de outro, “devido à proximidade com o poder e à popularidade que desfrutava no país, carregava prestígio, público e verbas para o reduto intelectual que dirigia, livrando-o do ostracismo”. Como mencionamos, o caso de Rio Branco evidencia como a relação e a proximidade entre o IHGB e o Itamaraty é anterior ao Governo Vargas e muito provavelmente prosseguiu após ele.

---

<sup>114</sup> Com uma extensa carreira político-diplomática, José Maria da Silva Paranhos Júnior, ocupou os seguintes cargos: cônsul-geral do Brasil em Liverpool (1876-1893), superintendente de Emigração para o Brasil na Europa (1892), ministro plenipotenciário em missão especial nos Estados Unidos da América (1893-1898), ministro plenipotenciário em missão especial na Suíça (1898-1900), ministro plenipotenciário no Império Alemão (1900-1902) e ministro das Relações Exteriores (1902-1912), entre inúmeras missões diplomáticas. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>116</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-as-carreiras-do-servico-exterior>>. Acesso em: 01.07.2020.

No registro da organização do evento, realizado em 30 de maio e presidido pelo presidente do Instituto, José Carlos de Macedo Soares, constava que “o Instituto Histórico e o Itamaraty ufanaram-se da carinhosa dedicação que lhes demonstrou o preclaro Chanceler” (Rio Branco) e, por esse motivo, “aliaram-se com o mais compreensível entusiasmo patriótico para, irmanados pelos mesmo impulsos, festejarem a data grandiosa” (RIHGB, 1945, p. 80). Dessa forma, a conferência “prevista para ser proferida no ambiente discreto do Instituto, ganhou maior amplitude, quando o ministro das Relações Exteriores, Dr. J. R. de Macedo Soares, convidado a presidir a sessão”, atribuiu-lhe “o realce inaugural da série que o Ministério promovera em honra a quem soubera crescer-lhe a fama” (idem, *ibidem*). O ministro mencionado era João Roberto de Macedo Soares, irmão do Presidente do IHGB e que presidia aquela sessão, José Carlos de Macedo Soares. João Roberto ocupava naquele momento interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores. Como podemos verificar, as *redes* e os vínculos familiares permeavam e entrecruzavam as relações entre os membros da Instituição e do Itamaraty.

O conferencista escolhido para a ocasião foi o embaixador Hildebrando Acióli, que “achava-se a gosto para explanar tema que tanto interessava a uma como a outra instituição”, o qual, encarregado de dissertar a respeito do tema *Rio Branco e a Segunda Conferência de Haia*, “valeu-se grandemente de copiosa documentação inédita, conservada nos arquivos do Itamaraty como verificou a douda assistência, a que não faltaram diplomatas de alta hierarquia” (idem, *ibidem*), o que certifica novamente a presença e a circulação de membros da diplomacia brasileira no IHGB e a utilização dos arquivos do Itamaraty por parte destes indivíduos. Para o Instituto, tratava-se de uma “feliz coincidência” o fato de Acióli fazer parte do IHGB e do Itamaraty, sendo considerado “uma das figuras ilustres de seus quadros, por igual um dos nomes mais acatados entre os mestres de Direito Internacional” (*ibidem*, p. 152).

Gestos simbólicos também fizeram parte da relação entre o IHGB e o Itamaraty, como na ocasião do enterro de Max Fleiuss, “secretário perpétuo” do IHGB, ocorrido no ano de 1944, em que o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, fez-se representar pelo chefe da Divisão do Cerimonial do Itamaraty, José Roberto de Macedo Soares,<sup>117</sup> que, segundo consta

---

<sup>117</sup> Após o Movimento de 1930, José Roberto de Macedo Soares passou a servir na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores e, em setembro de 1931, foi promovido a primeiro-secretário. Entre diversas missões diplomáticas, foi conselheiro da delegação brasileira na Conferência de Paz para a Solução do Conflito do Chaco, em julho de 1934. Em 1935, foi removido para Buenos Aires e, em dezembro de 1936, chefiou a delegação brasileira, sendo vice-presidente da Conferência de Paz para a Solução do Conflito do Chaco. Em 1937 foi promovido a ministro plenipotenciário de segunda classe, no ano seguinte, foi removido para a Secretaria do Ministério das Relações Exteriores. Em 1939, foi o encarregado de constituir a Seção de Segurança Nacional do Itamaraty. De 1940 a 1941, chefiou a Divisão de Atos, Conferências e Congressos Internacionais do Departamento Diplomático e Consular da Secretaria de Estado. Promovido a ministro plenipotenciário de primeira classe em

no registro da ocasião, “mandou depositar sobre o féretro duas coroas, uma em seu próprio nome, e outra no do Itamaraty (RIHGB, 1944, p. 70).

O ingresso de diplomatas de carreira reforçava a relação estabelecida entre o IHGB e o Itamaraty, como o caso do Dr. Joaquim de Sousa Leão Filho,<sup>118</sup> ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, descrito pelo Instituto como um diplomata “à maneira de Joaquim Caetano da Silva, Vernhagen, Oliveira Lima e poucos outros” que “souberam consagrar os lazes do árduo ofício, nos postos por onde jornadaaram, ao estudo do passado brasileiro e à pesquisa da sua história”. Segundo o Instituto, “ao epígono sobram talentos e boa vontade para a tarefa que se impôs e que vem tendo desempenho brilhante”; impressiona o “jovem e estudioso”, “tudo quanto nas bibliotecas, arquivos e catálogos dos grandes antiquários europeus possa interessar aos fastos e as tradições brasileiras”. Dessa forma, o Instituto ressaltava que “em boa hora o elegeu seu sócio correspondente”, em 1934, e que, por esse motivo, tem sido “em grande parte beneficiado por suas pesquisas e informações sobre assuntos de sua alçada: livros raros que tratam do Brasil, peças iconográficas e documentos preciosos” que tem “opulentado as coleções da associação” graças a “diligência de seu prestimoso correspondente” (RIHGB, 1943, p. 17). O caso de Joaquim de Souza exemplifica, além do ingresso de membros da diplomacia brasileira no IHGB nesse período, a articulação desse sócio “correspondente” em arquivos europeus – mediante a Embaixada Brasileira – para o envio de documentos relacionados à História do Brasil diretamente para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, naturalmente, se declarava “beneficiado” com a presença desse sócio em seus quadros.

Como denotamos, as linhagens e os vínculos familiares estavam presentes no IHGB, perpassando e influenciando as relações entre os seus membros. Um caso evidencia e ilustra bem esse fator: em sessão realizada em agosto de 1931, diante da proposição para sócio correspondente de José Alcantara Machado de Oliveira, a Comissão de Admissão de Sócios do

---

1941. Em 1942, assumiu a Divisão de Cerimonial do Itamaraty e, em 1944, mais uma vez esteve à frente da Secretaria-Geral. Em 1944, foi designado para chefiar o Departamento Diplomático e Consular do Ministério, permanecendo no cargo até 1945. Irmão do embaixador José Carlos de Macedo Soares. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-roberto-de-macedo>>. Acesso em: 19.06.2020.

<sup>118</sup> Foi secretário das embaixadas do Brasil em Washington, Londres, Lima e das Legações em Berna, Berlim e Quito. Oficial de Gabinete do ministro das Relações Exteriores (1936). Como conselheiro, serviu em Washington (1938) e Londres (1939). Teve a seu cargo na embaixada em Londres os interesses italianos na Grã-Bretanha (1940/42). Foi chefe do Cerimonial do Itamaraty (1945), ministro nos Países Baixos (1950), embaixador na Venezuela (1953 e em 1956). No IHGB, foi eleito sócio-correspondente em dezembro de 1934, transferido para a categoria de efetivo em julho de 1963. Em setembro de 1968, foi eleito sócio benemérito e, em maio de 1969, foi nomeado segundo-secretário do Instituto. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jdsifilho.html>>. Acesso em: 29.06.2020.

Instituto alegou – além dos títulos e dos trabalhos produzidos pelo candidato – a “circunstância de ser neto do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira e filho do doutor Brásilio Augusto Machado de Oliveira, ambos sócios do Instituto”, o primeiro eleito em 1840 e o último em 1890 (RIHGB, 1931, p. 435). O fato de o avô e o pai de José Alcantara Machado de Oliveira terem sido sócios da instituição constava como um argumento a mais para a sua admissão como sócio.

Outro elemento emblemático que evidencia a ligação histórica do IHGB com o Estado, bem como a notoriedade e o prestígio que a instituição detinha nesse período, é o fato de o Instituto frequentemente fazer parte do roteiro de visitas dos chefes de Estados estrangeiros que estivessem no Brasil. No ano de 1937, o Instituto realizou um levantamento dos chefes estrangeiros que haviam “distinguido” a instituição com as suas visitas – dentre estes, o general Roca (Julio Argentino Roca, presidente argentino entre os anos 1880 a 1886 e de 1898 a 1904 e embaixador no Brasil em 1913);<sup>119</sup> Theodore Roosevelt (presidente dos Estado Unidos entre 1901 e 1909);<sup>120</sup> António José de Almeida (presidente de Portugal entre 1919 e 1923);<sup>121</sup> o rei Alberto I e a rainha Elisabeth (família real Belga em visita ao Brasil entre 19 de setembro e 15 de outubro de 1920);<sup>122</sup> o general Agustin Justo (presidente argentino entre 1932 e 1938);<sup>123</sup> e o “cardeal patriarca de Lisboa” (não identificado) (RIHGB, 1937, p. 435).<sup>124</sup>

Em 11 setembro de 1942, esteve presente no Instituto o ex-presidente argentino, General Agustin Pedro Justo,<sup>125</sup> nomeado Presidente de Honra do IHGB na mesma ocasião em que

---

<sup>119</sup> Disponível em: <<https://www.casarsada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/theodore-roosevelt>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>121</sup> Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>122</sup> Disponível em: <<http://www.belgianclub.com.br/pt-br/visita-do-rei-albert-i-e-da-rainha-elisabeth-da-b%C3%A9lgica-em-belo-horizonte-em-1920>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>123</sup> Disponível em: <<https://www.casarsada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>124</sup> Presumimos que seja o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa entre os anos de 1929 e 1971. Existem diversos registros de visitas suas ao Brasil nesse período. Cf. CASA, 2009; GUIMARÃES, 1935; RTP ARQUIVOS, 1968; GUERRA, 2005, p. 39; MOURA, 2017. Consultar, ainda, a fotografia da visita ao Brasil feita pelo cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, que se encontra disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/24022-visita-ao-brasil-de-sua-emin%C3%A2ncia-o-cardeal-dom-manuel-gon%C3%A7alves-cerejeira,-legado-pontif%C3%ADcio-%C3%A0-inaugura%C3%A7%C3%A3o-de-bras%C3%ADlia.html>>. Acesso em: 01.07.2020.

<sup>125</sup> Agustin Pedro Justo Rolón foi presidente da República Argentina entre 1932 e 1938. Disponível em: <<https://www.casarsada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 24.06.2020. O general Justo estreitou relações com o Brasil, visitando Getúlio Vargas em 1935, que no mesmo ano retribuiu a visita à Argentina. Na ocasião, Justo foi declarado general honorário do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/OA/audiovisual/visita-do-presidente-argentino-agustin-justo-ao-brasil>>. Acesso em: 24.06.2020. Ambos os chefes de Estado foram responsáveis pela construção da “Ponte Internacional Agustin Justo – Getúlio Vargas”, que liga Uruguaiana, no Brasil, a Paso de Los Libres, na Argentina. Foi a primeira ponte construída entre Brasil e Argentina e a maior da América do Sul na década de 1940.

Getúlio Vargas (1934), lembrando que o estatuto também previa a concessão do título a chefes de Estado estrangeiros<sup>126</sup>. O general foi convidado a presidir a sessão especial intitulada “Em Homenagem ao Ex. Sr. General Agustin P. Justo”. Na ocasião, o presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares, relembrou a “ação combinada com a do nosso presidente Getúlio Vargas no sentido da política da ‘boa vizinhança’”, e da visita do presidente brasileiro a Buenos Aires, em 1935, na qual, segunda ele, teria se formado “o ambiente que permitiu a paz do Chaco”.<sup>127</sup> Destacamos o fato de que José Carlos de Macedo Soares (naquele período sócio-correspondente do Instituto) ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas (desde 1934 até 1937), sendo o embaixador do Brasil em Buenos Aires na ocasião das negociações e da assinatura do Protocolo da Paz no Chaco,<sup>128</sup> o que demonstra que o Ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas era comandado por um membro do IHGB e que mais tarde se tornaria o seu presidente, certificando e corroborando a existência de uma “conexão” estabelecida mediante a presença e o trânsito destes indivíduos entre o IHGB, o Ministério das Relações Exteriores e, por consequência, o Governo Vargas. Macedo Soares ainda aproveitou para exaltar os dois “eminentes chefes de governo, nossos insignes Presidentes de Honra”, e que, “na hora em que recebemos com entusiasmo e carinho o Sr. general Justo”, desejava “reafirmar a confiança integral deste sodalício no preclaro condutor de destinos do Brasil”, o senhor Getúlio Vargas (RIHGB, 1942, p. 618).

Além da presença e do ingresso no quadro de sócios da Instituição, alguns ministros e membros do governo de Getúlio Vargas chegaram inclusive a ministrar palestras e conferências no IHGB, como o caso de Artur de Souza Costa,<sup>129</sup> um dos nomes mais importantes do primeiro governo de Vargas, comandando o ministério da Fazenda por um longo período, sendo o ministro que mais tempo permaneceu à frente da pasta, entre 1934 e 1945, deixando o cargo

---

Informação disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448008&view=detalhes>>. Acesso em: 24.06.2020.

<sup>126</sup> Lista dos Presidentes do Honra do Instituto: membros da Casa Imperial Brasileira, chefes de Estado nacionais e Soberanos, Príncipes e chefes de Estado estrangeiros. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-de-honra-falecidos.html>>. Acesso em: 09.07.2020.

<sup>127</sup> Macedo referia-se à “Paz del Chaco”, um protocolo de paz assinado entre Paraguai e Bolívia depois de três anos de guerra entre os países pela disputa da região do Chaco Boreal após a suposta descoberta de petróleo na região. O protocolo foi assinado em Buenos Aires, Argentina, em 12 de junho de 1935. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/pais/2020/06/12/paz-del-chaco-se-cumplen-85-anos-del-final-de-la-guerra-sudamericana-mas-importante-del-siglo-xx>>. Acesso em 25.07.2020.

<sup>128</sup> Idem, ibidem.

<sup>129</sup> O quadro em que constam os ministros da Fazenda nessa época está disponível em: <<https://web.archive.org/web/20080313004802/http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep029.asp>>. Acesso em: 14.07.2020.

apenas ao término do Estado Novo. Souza Costa foi convidado pelo Instituto, no ano de 1944, para falar sobre o primeiro ministro da Fazenda do Brasil, Martin Francisco,<sup>130</sup> por ocasião da comemoração do seu centenário, a partir da pergunta: “o que pensa o atual ministro da Fazenda daquele que primeiro exerceu tais funções na vida independente da Nação?” (RIHGB, 1944, p. 254). Em seu pronunciamento, o atual ministro da Fazenda associou o primeiro, Martin Francisco – o qual “tinha um sentido de unidade nacional” – com o chefe do regime, Getúlio Vargas, que sentia – citando-o textualmente – que “um país não é apenas um conglomerado de indivíduos, dentro de um trecho do território, mas principalmente a unidade da raça, a unidade da língua e a unidade do pensamento nacional” (ibidem, p. 268). Segundo Souza Costa, nas medidas de Martin Francisco, “transluzia a ideia dessa unidade” através de ações como as que “recomendavam às províncias a constância de um esforço comum, ajudando-se umas às outras, para nivelar as desigualdades que naturalmente se estabeleceram na divisão territorial do país” (ibidem, p. 168). Isto seria, nas palavras de Souza Costa, “o que do primeiro ministro da Fazenda pensa o atual”, que, assim como o primeiro, “procurava ansiosamente igualar no amor à Pátria e no desejo ardente de servi-la” (ibidem, p. 269).

Outro caso é o de Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque, militar de carreira que, após a vitória do Movimento de 1930, chefiou de 1932 a 1933 o Gabinete do ministro da Guerra, o general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, a quem substituiu interinamente em dezembro de 1933, exercendo a função até Janeiro do ano seguinte<sup>131</sup>. Autor de diversas obras sobre a história política e militar do Brasil, pertenceu a outras instituições culturais, como a Sociedade Brasileira de Geografia e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura<sup>132</sup>. Pedro Cavalcanti foi indicado a sócio do IHGB em 1944 e compareceu à instituição nesse ano para expressar o seu discurso de agradecimento. O general confessou estar “comovido neste templo de sabedoria e da austeridade” (RIHGB, 1944, p. 161), na instituição em que “estão vivos e presentes os legados do espírito que perpetuam a memória dos homens e o renome da

---

<sup>130</sup> Membro de uma família com intensa participação política, Martin Francisco Ribeiro de Andrada participou junto com seus irmãos, José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrada e Silva, do processo de independência do Brasil. Com uma longa trajetória política, foi o primeiro secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Brasil Império, de 1822 a 1823. Eleito nesse ano deputado para a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil pela Província do Rio de Janeiro. Durante a Maioridade, foi chamado para o Conselho da Coroa pelo jovem imperador. Retornou como ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no Segundo Reinado, de 1840 até 1841. Foi presidente da Câmara dos Deputados nos anos de 1831, 1842 e 1843. E membro do IHGB. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/martim\\_andrada\\_pai2.html](https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/martim_andrada_pai2.html)>. Acesso em: 14.07.2020.

<sup>131</sup> Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>>. Acesso em: 14.07.2020.

<sup>132</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-de-alcantara-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 14.07.2020.



Pátria”, manifestando estar “reverente à honra do mandato” que recebia (idem, ibidem). Destacamos a concepção expressada por Pedro Cavalcanti segundo a qual “os conceitos da história valem como mandamentos e exemplos” (ibidem, p. 164); de acordo com o general, “a história – senhores – é realmente mestra, e, como registro que figuram a observação, os contrastes e lições da experiência, e a sabedoria acumulada no tempo, obriga a conhecer e meditar” (ibidem, p. 163). Nesse sentido, a “tarefa” do Instituto, na visão do general, deveria ser “preponderante no propósito de guiar e esclarecer, porque o que ganhamos nestes quatro séculos e meio de vida há que ser conservado e preservado” (ibidem, p. 164). O general ainda relembrou a crítica que fez – há vários anos no Colégio Militar – à ausência de uma cadeira de História do Brasil no ensino, o que se tratava, para ele, de “um ato de desnacionalização partido de casa” (idem, ibidem). “À mocidade brasileira”, de acordo com o general, “cumpre que se ensine a História do Brasil” (idem, ibidem). Quando foi nomeado para instalar a Inspetoria Geral do Ensino do Exército, em 1937, Pedro Cavalcanti implantou o ensino de história e geografia do Brasil nos colégios militares.<sup>133</sup>

O IHGB também era composto e frequentado por indivíduos que faziam parte de outras instituições congêneres e que mantinham participação e atividades na política, como o caso de Gustavo Barroso. Com uma extensa trajetória política, foi eleito deputado federal (1915-1918), ocupou importantes cargos na administração pública, como secretário da Justiça do Ceará (1914), participou de missões diplomáticas (foi designado secretário da delegação brasileira à *Conferência de Paz de Versalhes* em 1919) e trabalhou em redações de jornais. Membro de diversas instituições culturais, foi diretor do Museu Histórico Nacional em 1922 (RIHGB, 1945, p. 303) e eleito presidente da Academia Brasileira de Letras em 1932, 1933, 1949 e 1950.<sup>134</sup> Autor de uma vasta bibliografia e com inúmeras condecorações internacionais, foi um dos principais nomes do integralismo no Brasil, tornando-se o comandante geral das suas milícias e membro do seu Conselho Superior.<sup>135</sup> Gustavo Barroso tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1931.

---

<sup>133</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-de-alcantara-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 14.07.2020.

<sup>134</sup> Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/presidentes>>. Acesso em: 14.08.2020.

<sup>135</sup> Com o fechamento da Associação Integralista Brasileira (AIB) por Vargas, logo após a implantação do Estado Novo, passou a conspirar contra o governo. Esteve envolvido no levante integralista de maio de 1938, preso por esse motivo. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_barroso](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_barroso)>. Acesso em: 15.07.2020.

Um dos exemplos mais significativos desse trânsito de indivíduos entre o IHGB, outras instituições e a esfera do Governo Vargas, é o de Levi Fernandes Carneiro. Formado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Levi foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o seu primeiro presidente, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1936, sendo eleito seu presidente no ano de 1941.<sup>136</sup> Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teve uma conferência sua ministrada na ABL publicada na *Revista do IHGB* no ano de 1945, intitulada “Rio Branco e seu espírito de tradição” (RIHGB, 1945, p. 113). Quanto a sua relação com o Governo Vargas, logo após a vitória do Movimento de 30’, foi nomeado Consultor-Geral da República (1930-1932). Foi de sua autoria o Decreto nº 19.398 que regulamentou juridicamente a existência do novo governo e autor da nova lei de imprensa que levou o seu nome. Entre várias funções desempenhadas, como presidente da Comissão de Revisão de Contratos do Ministério da Viação e da Comissão Legislativa Federal, foi membro de destaque da Assembleia Nacional Constituinte de 1934<sup>137</sup>. A título de curiosidade, no governo do marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967), Levi Carneiro integrou a equipe de juristas que elaborou o anteprojeto da nova Constituição de 1967, o que evidencia os aspectos de continuidades na trajetória destes indivíduos que perpassaram por diferentes governos e regimes políticos ao longo da história republicana.

Alcindo de Azevedo Sodré também é um expoente deste tipo de fenômeno: médico, iniciou a sua carreira política como vereador na cidade de Petrópolis e, após a instauração do Estado Novo, foi nomeado prefeito da cidade, em 1938.<sup>138</sup> Nesse mesmo ano, havia sido diretor do Museu Histórico de Petrópolis. Foi o grande mentor e organizador do Museu Imperial, criado pelo Governo Vargas em 29 de março de 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.096 e inaugurado no dia 16 de março de 1943, na cidade de Petrópolis. Alcindo Sodré foi nomeado por Vargas o primeiro diretor do Museu Imperial.<sup>139</sup> Sodré tornou-se sócio-correspondente do IHGB em maio de 1939, passando a efetivo em Julho de 1943.<sup>140</sup> No ano de 1945, compareceu ao Instituto para ministrar a conferência intitulada *Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul*, na qual abordou (e exaltou) o papel de Dom Pedro II e de Caxias no que chamou de “processo de pacificação” do Rio Grande do Sul (RIHGB, 1945, p. 56).

---

<sup>136</sup> Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>>. Acesso em: 14.08.2020.

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levi-fernandes-carneiro>>. Acesso em: 20.08.2020.

<sup>138</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adasadre.html>> Acesso em: 15.07.2020.

<sup>139</sup> Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br>>. Acesso em: 15.07.2020.

<sup>140</sup> Cf. nota 138.

Um dado expressivo e relevante que obtivemos através da análise da relação entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras é que, além de indivíduos pertencendo às duas instituições, a presidência da ABL foi ocupada diversas vezes por indivíduos que eram membros do IHGB, como Gustavo Barroso em 1932, 1933, 1949 e 1950 (sócio do IHGB desde 1931), Ramiz Galvão em 1934 (sócio desde 1872, grande benemérito em 1917 e orador do Instituto), Ataulfo de Paiva em 1937 (sócio do IHGB desde 1912 e honorário em 1931), Levi Carneiro em 1941 (sócio do Instituto), Pedro Calmon em 1945 (orador oficial do IHGB de 1939 a 1968, sócio benemérito em 1943, grande benemérito em 1958 e presidente do Instituto de 1968 a 1985). Destacamos os casos de Afonso Celso que, como presidente do IHGB entre 1912 a 1938, foi presidente da ABL em 1925 e em 1935, acumulando a presidência das duas casas, ou seja, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinham o mesmo presidente no ano de 1935. O mesmo fenômeno voltou a ocorrer com José Carlos de Macedo Soares, presidente do IHGB entre 1939 e 1968, tornou-se o presidente da ABL em 1942, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1936 a 1951, acumulando a presidência das três instituições neste período.<sup>141</sup> Ademais, na ocasião em que Vargas compareceu à ABL para assumir a sua cadeira, no ano de 1943, o presidente na ocasião era José Carlos de Macedo Soares, então presidente do IHGB e ex-ministro de Getúlio.

Estes casos evidenciam a existência de uma *rede* de pertencimento e circulação de intelectuais e políticos pelas instituições culturais do país, dentre as quais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que demonstra que muitos membros não faziam parte exclusivamente do IHGB, mas integravam e transitavam por outras instituições e, muitas vezes, atuavam ainda na esfera da política e/ou na máquina administrativa do Estado. Isso indica também que o IHGB não era uma instituição isolada das demais, mas estava interligada e conectada através destes indivíduos que transitavam entre o Instituto, outras instituições congêneres e as esferas da política e do Estado,<sup>142</sup> o que tornava o IHGB, por excelência, um espaço de sociabilidades políticas e intelectuais.

---

<sup>141</sup> Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/presidentes>>. Acesso em: 14.08.2020.

<sup>142</sup> Conforme havia assinalado Ângela de Castro Gomes, na primeira metade do século XX, no Brasil, “não é consistente (empírica e teoricamente) assumir uma clara separação entre campo intelectual e político”. Ressaltando essa intersecção entre os campos intelectual e político, Gomes aborda os intelectuais como uma “categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos”, ou seja, como “produtores e mediadores de interpretações de realidade social que possuem grande valor político”; nesse sentido, o intelectual, “como ator político do campo da cultura, é tratado como um personagem integrado a redes de sociabilidades diversas e com diferentes formatos organizacionais” (GOMES, 2012, p. 26).

Como procuramos demonstrar, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não apenas manteve relações com o poder político e proximidade com a esfera do Estado – como fez ao longo de toda a sua história –, como também estreitou os laços e vínculos com o Governo Vargas e com o próprio Getúlio Vargas entre 1930 e 1945. Tendo como foco as relações institucionais entre o Instituto e o Governo Vargas, verificamos, por um lado, a presença, o trânsito e o ingresso de membros – com ênfases nos ministros – do governo no quadro de sócios da Instituição, com destaque para a relação estabelecida entre o chefe de Estado e o Instituto. Ademais, levantamos a hipótese de alguns destes indivíduos terem ingressado no IHGB por influência ou em função do cargo que ocupavam no Governo Vargas. Por outro lado, demonstramos como diversos indivíduos que eram sócios do IHGB vieram a ocupar cargos no primeiro escalão do Governo Vargas, possibilitando um canal de acesso e de contato da Instituição com o regime. O pertencimento e o trânsito desses indivíduos entre o Instituto e o Governo Vargas estabeleceram redes de contatos, diálogos, influências, experiências, articulações, laços afetivos e sociais, configurando o IHGB como um espaço de sociabilidades e um ponto de encontro entre estes sujeitos, delineando uma proximidade e um vínculo entre a Instituição e o regime varguista. Em síntese, podemos afirmar que, além de uma relação institucional, estabeleceu-se uma “aliança” entre o IHGB e Getúlio Vargas, com *benesses* para ambos: ao aproximar-se do governo, o IHGB obtinha acesso a esfera estatal e angariava, além do prestígio das autoridades, os recursos necessários para as suas atividades – como veremos na sequência. Por outro lado, ao aproximar-se de uma das Instituições de maior prestígio daquele contexto, reciprocamente, Getúlio Vargas era por ela reconhecido e legitimado.

## CAPÍTULO III

### AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E A RELAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O IHGB E O GOVERNO

#### 3.1 Introdução

Além da relação institucional com o chefe de Estado e com membros do seu governo que, conforme vimos, foi muito além de uma relação meramente protocolar ou estatutária, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também estabeleceu relações política e financeira com o governo de Getúlio Vargas, constatada a partir do levantamento das fontes e pela historiografia sobre o Instituto que mencionou estes fatores, ainda que não os tenha desenvolvido.

Embora sejam constantes ao longo da sua história as afirmações e alegações do Instituto de *distanciamento*, imparcialidade e independência com relação aos assuntos de ordens política e partidária, sobretudo por tratar-se de uma instituição “científica”, sabemos que inúmeras vezes o Instituto pronunciou-se sobre questões, debates e acontecimentos políticos em diferentes períodos da História do Brasil. Como por exemplo, o apoio dado pelo Instituto ao golpe de 1964 e a todos os chefes de Estado do regime autoritário, conforme demonstrei em minha dissertação de mestrado (TREVISAN, 2017a) e, de maneira mais sintética, no artigo homônimo publicado na revista *Tempos Históricos* (TREVISAN, 2017b).

Deste modo, pretendemos na primeira parte deste capítulo analisar a relação política do IHGB com o primeiro Governo Vargas (1930-1945), ou seja, as manifestações e os posicionamentos da instituição tanto em relação ao chefe de Estado quanto diante do Movimento de 1930, da eleição a presidente de Vargas em 1934 e da instauração do Estado Novo em 1937. Abordaremos também os pronunciamentos e as posições assumidas pelo Instituto diante de importantes debates e eventos políticos e sociais daquele período relacionados ao Governo Vargas, além dos pareceres emitidos pela instituição sobre medidas, projetos e diretrizes do governo, principalmente aquelas direcionadas às áreas da História e Geografia do país.

As principais fontes utilizadas são a *Revista* e o arquivo/site do IHGB. Também foram consultados órgãos do governo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); arquivos da Presidência da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Ministério das Relações Exteriores; as Cartas Constitucionais de 1934 e 1937; o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além da bibliografia relativa ao período, visando contextualizar os acontecimentos e debates políticos, e dos trabalhos historiográficos que abordaram, ainda que brevemente, a relação política entre o IHGB e o Governo Vargas.

Na segunda metade do capítulo, trataremos da relação financeira estabelecida entre o IHGB e o governo de Getúlio Vargas. Embora trate-se de uma instituição de caráter privado, desde a sua fundação o Instituto obteve o auxílio financeiro do Estado para a sua manutenção e a realização das suas atividades, tornando imprescindível e crônica a sua dependência com relação as verbas de origem estatal, conforme demonstramos em um levantamento da questão financeira do IHGB no decorrer da sua história (TREVISAN, 2017a). No entanto, a trajetória desse financiamento nem sempre foi “linear” ou estável, mas marcada por nuances e oscilações, variando de acordo com o período ou a relação de proximidade com os diferentes governos, resultando em momentos difíceis para a instituição, como após a proclamação da República, quando o Instituto – fortemente identificado com a monarquia – teve os seus subsídios cortados pela metade pelo Congresso Nacional, chegando-se inclusive a cogitar o encerramento das suas atividades (TREVISAN, 2017c, p. 141).

Sendo assim, objetivamos neste tópico verificar como foi a relação no âmbito financeiro entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Governo Vargas mediante o auxílio econômico do governo concedido à instituição investigando como, quando e quais foram os valores repassados ao Instituto ao longo desse período e examinando as medidas e os atos do governo direcionados à questão financeira da instituição, tanto para a sua manutenção como especificamente para a realização de eventos e projetos desenvolvidos pelo Instituto.

Além das fontes mencionadas anteriormente, utilizaremos os Atos do Governo Provisório (1930-1934), Atos do Poder Executivo (1934-1940) e Decretos-leis do Governo Vargas para verificar as medidas e os recursos concedidos pelo Governo Vargas ao IHGB. Consultaremos *sítios* sobre a história da moeda e do salário mínimo no Brasil visando a contextualização destes valores.

### 3.2. Relação política

O emblema do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Pacifica Scientiae Occupatio* (“Ocupação Pacífica da Ciência”, em tradução livre), presente desde a fundação do Instituto e impresso na capa da sua Revista desde 1889 até os dias atuais,<sup>143</sup> demonstra um dos princípios norteadores da instituição: ocupar-se unicamente de temas e questões relacionadas ao conhecimento histórico e geográfico sobre o país. Ao longo da sua trajetória, foram constantes as manifestações do Instituto de “neutralidade” e “imparcialidade” com relação a assuntos externos ou “estranhos” ao seu propósito, principalmente questões políticas e sociais do tempo presente, por esse motivo, as alegações da Instituição de estar “acima” das paixões e dos interesses políticos e partidários.

Em seu discurso de posse como novo presidente do IHGB, em 1907, José Paranhos Junior, o Barão de Rio Branco (1907-1912), abordou este tema ao afirmar que a “crescente simpatia que o Instituto inspirava à nação e aos seus mais altos representantes” explicava-se pela “importância, pela nobreza e desinteresse da missão, que ele se impôs, de ir registrando, neste calmo recinto em que jamais penetraram paixões partidárias” os “feitos honrosos dos contemporâneos” e “pesquisando e divulgando tanto as ações gloriosas dos nossos maiores como os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento” (RIHGB, 1945, p. 21). Nessa mesma perspectiva, conforme o *secretário perpétuo* do IHGB, Max Fleiuss, em um relatório apresentado no dia 21 de Outubro de 1930, o Instituto tratava-se de um “ambiente austero e tranquilo da sciencia, onde as paixões humanas jamais penetram” (RIHGB, 1930, p. 806). De acordo com essas concepções, entre inúmeras outras nesse mesmo sentido, a Instituição situava-se “nas instâncias superiores da ciência”, aonde, supostamente, não entrariam ou abordar-se-iam assuntos “mundanos” ou “estranhos” ao seu propósito. As alegações de imparcialidade e isenção política e partidária da Instituição são verificadas com frequência nesse período – nas décadas de 1930 e 1940:

Essa companhia que se desvanece no convívio da ciência e se inflama da grandeza da Pátria como do amor das suas instituições e da memória dos seus ilustres feitos, guardou sempre a maior serenidade e completa isenção a quaisquer paixões políticas em sua obra colossal, e quase secular, do engrandecimento do Brasil novo dentro da ordem e da paz. (RIHGB, 1931, p. 542)

---

<sup>143</sup> Na medalha de fundação do Instituto estavam alcunhadas as seguintes insígnias: *Auspice Petro Secundo* (“Sob Auspício de Pedro Segundo”) e *Pacifica Scientiae Occupatio* (“Ocupação Pacífica da Ciência”). Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/primeira-sessao-instituto.html>>. Acesso em: 23.11.2020.

Em uma nota publicada no jornal *Correio da Manhã*, com data de 22 de outubro de 1932, o IHGB expressou publicamente o seu distanciamento em relação aos assuntos ou questões externas e estranhas à sua finalidade, que, de acordo com o seu estatuto, estabelecia e delimitava-se a “coligir, publicar ou arquivar tudo quanto interessa à História e à Geografia do Brasil”:

Serenos, imparcial, discreto, alheio aos assuntos estranhos à sua especialidade, o INSTITUTO HISTÓRICO cumpre o programa da sua finalidade, coligindo, metodizando, publicando ou arquivando tudo quanto interessa à História e à Geografia do Brasil. (RIHGB, 1932, p. 816)

Como denota-se, essa era uma questão e uma problemática pertinente no IHGB que frequentemente fazia questão de ressaltar e reafirmar a sua independência e distanciamento com referência aos assuntos e temas estranhos à sua finalidade, como aqueles relacionados a questões sociais e do tempo presente, mas sobretudo aos eventos e discussões de ordens política e partidária; no entanto, ao longo da sua história – e, nesse caso, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas –, a prática da instituição pode não ter correspondido a essas reiteradas afirmativas e alegações.

As manifestações do Instituto sobre os acontecimentos e a conjuntura política do país antecedem o Governo Vargas. Em meio às turbulências e protestos consequentes da eleição do paulista Júlio Prestes à Presidência da República em 1º de março de 1930 e posteriormente ao assassinato de João Pessoa (candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas na chapa da Aliança Liberal) no dia 26 de julho daquele ano, o general José Maria Moreira Guimarães, deputado federal (1912-1914), militar de carreira e sócio do IHGB desde 1911,<sup>144</sup> proferiu da tribuna do Instituto, no dia 15 de setembro desse ano, um discurso – em comemoração ao centenário da morte de Joaquim Xavier Curado<sup>145</sup> – em que alertou para o perigo da desordem e da ruptura política em nosso país:

Não se rompe, impunemente, a continuidade histórica. Com a descontinuidade que a golpes de todas as audácias vão os homens pretendendo resolver os problemas sociais mais complexos nesta e naquela Pátria, nada mais fazem esses homens do que perturbar a evolução dos acontecimentos. O progresso é a ordem, desenvolvendo-se. Em busca do futuro, os Brasileiros, precisamos de caminhar, não na desordem, não ao acaso, tropeçando ali e acolá, tudo

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JMMGuimaraes.html>>. Acesso em: 30.11.2020.

<sup>145</sup> Joaquim Xavier Curado (1743-1830) é considerado o primeiro militar nascido no Brasil que conseguiu altos postos no exército colonial. Segundo Azevedo (2002), Xavier Curado foi uma figura central para a política expansionista portuguesa nas regiões platinas, tanto no período joanino quanto no reinado de Pedro I. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*.



confundindo, perturbando tudo, mas em meio da ordem inteligentemente, seguindo o rumo do nosso destino. (RIHGB, 1930, p. 793)

Neste mesmo ano, a sessão comemorativa do 92º aniversário do IHGB contou com a presença do general Augusto Limpo Teixeira de Freitas,<sup>146</sup> chefe da Casa Militar e representante de Washington Luís, então presidente da República – visto que o candidato vitorioso em 1º de março daquele ano, Júlio Prestes, não chegou a assumir o cargo. Segundo o relato da ocasião, o general Teixeira Freitas “colocou no peito do Sr. Conde de Afonso Celso a Medalha de Ouro, com a efígie de *presidente perpétuo* do Instituto” (RIHGB, 1930, p. 811). Ao final da apresentação do relatório referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto naquele ano, o secretário perpétuo, Max Fleiuss, pediu permissão à Casa, “como um dos seus mais antigos membros” e “como brasileiro” para que “elevasse a Deus uma prece ardentíssima pelo reestabelecimento da paz em nossa Pátria” (ibidem, p. 812). Esta sessão ocorreu no dia 21 de outubro de 1930, portanto, três dias antes da deposição do presidente Washington Luís pelo movimento político e militar que havia eclodido em 3 de outubro daquele ano e que alçaria Getúlio Vargas ao poder no dia 3 de novembro, pondo fim à Primeira República e dando início a chamada “Era Vargas”.

Aproximadamente um ano após assumir o poder, na primeira visita de Getúlio Vargas como o novo chefe de Estado ao IHGB, na mencionada sessão aniversária de 21 de Outubro de 1931 e que inclusive foi presidida pelo próprio chefe de Estado, o *orador perpétuo* do IHGB, Ramiz Galvão, da tribuna do Instituto, pronunciou-se diretamente sobre aquele momento político, a situação administrativa e governativa na qual o país encontrava-se, a atuação e as medidas do novo governo comandado por Getúlio Vargas e, indiretamente, uma crítica sobre a “herança” deixada pelo governo predecessor:

Se em todos os tempos, desde que a Nação se constituiu independente, esse foi um dever sacrossanto – hoje, senhores, na hora difícil e quase angustiada, em que o digno Governo Provisório se esforça por sanar males financeiros e lapsos administrativos de alto porte, contrariando pretensões indébitas, recompondo um organismo depauperado e irrequieto – hoje, que repercutem na Terra da Santa Cruz perturbações mundiais de todo gênero, ao lado de perigosíssimas doutrinas que ameaçam a segurança da família e da sociedade, assim como os benéficos ensinamentos da sua Moral, - hoje aquele dever sobreleva a todos. (RIHGB, 1931, p. 558)

---

<sup>146</sup> Foi alçado a chefe do Gabinete do Estado Maior do Exército em 1923, à chefia da Escola de Estado Maior em 1925 e a chefe de Gabinete Militar da Presidência da República durante o Governo Washington Luís (1926-30). Com a vitória do Movimento de 1930, e em função dos seus vínculos com o governo predecessor, reivindicou ser colocado na reserva. Disponível em: <<http://expagcrj.rio.rj.gov.br/teixeira-de-freitas-augusto-afonso-limpo>>. Acesso em: 30.11.2020.

Além de uma avaliação favorável ao que denominou de “digno” Governo Provisório, que estava, em sua análise, como que “salvando” e reerguendo o governo brasileiro em função da crise deixada pelo governo (ou regime) antecessor (“um organismo depauperado e irrequieto”), Ramiz Galvão considerava um “dever” a participação dos presentes nos acontecimentos políticos daquele momento, chegando inclusive a mencionar a necessidade de uma “Frente única” para essa “colaboração” com um movimento que seria conduzido centralmente pelo Governo Vargas e que visava, segundo ele, “salvar o Brasil”. Na sequência de seu pronunciamento, o orador direcionou os seus elogios e exaltou o próprio comandante do novo governo que presidia aquela sessão da mesa diretora do IHGB:

À frente dos nossos destinos se ostenta agora, vigoroso, iluminado e apercebido, um chefe, glorioso filho do meu torrão natal, a cuja atividade solerte auxiliam estadistas de provado conceito, desejosos de servir à causa pública com vigor e talento. Hoje portanto, senhores, mais do que nunca, mais do que em 1822, em 1831, e em 1889, a colaboração franca, honesta e vigorosa de todos os patriotas, a Frente única, inflamada de santo ardor, se faz indispensável para salvar o Brasil e conduzi-los aos seus altos destinos (ibidem, p. 559)

Considerado pelo orador oficial da Instituição como um chefe de Estado “vigoroso”, “iluminado” e “glorioso”, Getúlio Vargas estava, de acordo com Ramiz Galvão, servindo à causa pública “com vigor e talento” e que encontrava-se naquele momento “à frente dos nossos destinos”. Outro aspecto que chamou a atenção nesse pronunciamento é a relação estabelecida pelo orador entre o passado nacional com o momento político presente através da mobilização de datas e de eventos da História do Brasil relacionando-os a questões e debates daquela conjuntura política e social. Ramiz Galvão referia-se, respectivamente, aos seguintes eventos da História do Brasil: Independência do Brasil (1822), abdicação de Dom Pedro I e início do Período Regencial (1831) e, por fim, à Proclamação da República (1889).

Essas manifestações foram realizadas pelo orador oficial do IHGB, o que, indubitavelmente, configuravam uma adesão e a aprovação da Instituição ao novo governo e ao seu comandante, Getúlio Vargas. Como esse posicionamento e essa avaliação sobre o novo governo e com relação ao chefe de Estado foi expressada pelo orador oficial do Instituto; tratava-se, portanto, de uma manifestação institucional do IHGB, e não apenas uma opinião pessoal do orador que, naquela ocasião, falava *em nome* da Instituição. Ademais, certamente o seu discurso foi escrito e/ou avalizado pela diretoria do IHGB e pelos seus consócios antes de ser pronunciado.

Nessa mesma sessão, o presidente conde de Afonso Celso afirmou que o IHGB era “alheio a dissensões partidárias” e que “acolhia em seu grêmio prosélitos de todas as crenças, pelo critério único da competência e da moralidade”; o ideal político da instituição consistia, segundo ele, em que “predominem sempre no Brasil a capacidade, a honradez e o civismo” (RIHGB, 1931, p. 530). Na ata desta sessão aniversária, publicada no *Jornal do Commercio*, o Instituto reafirmou que “jamais tergiversou nem transgrediu com a mais serena isenção de animo partidário, no passado, como no presente” e que se manteve “sempre superior a qualquer espírito de conveniência ou paixão política” (ibidem, p. 561).

Por outro lado, da parte de Getúlio Vargas, apenas um ano após assumir o comando do Estado, mostrava-se fundamental e estratégico o reconhecimento de uma instituição secular e de prestígio como o IHGB, uma das instituições culturais mais importantes daquele período (se não, a mais), sobretudo no processo de legitimação política e institucional do novo chefe de Estado que, como mencionamos, não havia chegado ao poder mediante o processo eleitoral, mas através de um movimento político e militar que depôs o presidente Washington Luís. Nesse sentido, Vargas procurava construir e fortalecer a sua legitimidade diante da sociedade e o IHGB sem dúvidas contribuía — e muito — com esse objetivo. Ao convidá-lo para presidir a sessão aniversária daquele ano, o Instituto não apenas chancelava Getúlio Vargas como o novo chefe de Estado — como havia feito com a maioria dos seus predecessores — como manifestava claramente a sua aprovação e adesão ao novo chefe de Estado (“vigoroso”, “iluminado” e “glorioso”, etc.) e ao seu “digno” Governo Provisório.

Analisando o *Segundo Congresso de História Nacional*, organizado e realizado pelo IHGB entre os dias 7 e 14 de abril de 1931 e que teve como temática o Centenário da Revolta de 7 de abril de 1831 que culminou com a abdicação de Dom Pedro I, Lucia Maria Paschoal Guimarães (2006, p. 35) demonstra como nesse evento “levantou-se o véu da pretensa neutralidade do ateliê dos historiadores, e legitimou-se o movimento revolucionário de outubro de 1930”. O Congresso teve como presidentes de honra — por sugestão de Manuel Tavares Cavalcanti, político e intelectual paraibano e membro da Aliança Liberal<sup>147</sup> — Getúlio Vargas (chefe do Governo Provisório), Oswaldo Aranha (ministro da Justiça), Afrânio de Mello Franco (ministro das Relações Exteriores, e sócio do IHGB) e Francisco Campos (ministro da Educação), embora as autoridades não tenham comparecido ao evento, ofereceram apoio

---

<sup>147</sup> Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1911. Ingressou na política em 1907, elegendendo-se deputado estadual e, em seguida, deputado federal, exercendo vários mandatos durante 20 anos. Concorreu a senador pela Aliança Liberal em 1930. Foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e redator da ata de sua fundação em 1905. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial8.htm>>. Acesso em: 25.01.2021.

financeiro para a sua realização. Conforme a autora, a repercussão do evento chegou ao Palácio do Catete, visto que, “as sessões plenárias serviram como pano de fundo para pronunciamentos políticos, acompanhados de profissões de fé no novo governo, no país e na divina providência” (GUIMARÃES, 2006, p. 35), a começar pela cerimônia de abertura em que o presidente Conde de Afonso Celso desejou “paz, prosperidade e glória” ao país que, segundo ele, “há de superar quaisquer crises”.<sup>148</sup> Na sessão de encerramento, conforme relata Guimarães, Alfredo Valladão,<sup>149</sup> relator do Congresso, “deixou de lado a retórica e tocou diretamente no assunto”, arrematando “a síntese dos trabalhos acadêmicos com os últimos acontecimentos políticos que haviam alterado os destinos da Nação”; tomando o 7 de abril como um evento exemplar, Valladão afirmou categoricamente: “que ele nos inspire, em toda a sua grandeza, para que a Revolução Nacional, que acaba de sair vitoriosa, conduza a nossa querida Pátria, para melhores e maiores destinos, como Deus há de permitir” (idem, *ibidem*). Na saudação de despedida dos congressistas, Ramiz Galvão foi ainda mais longe e incisivo: “A revolução é um direito dos povos [...]. Assim como se glorificou no transe 1831, há de vencer agora as agruras da situação melindrosa, a que passados erros e também abalos econômicos do mundo o conduzirem [...]. Dias mais serenos e luminosos nos aguardam, depois de desfeita a tormenta, é a esperança dos ilustres patricios que dirigem a nau do Governo”. Na conclusão de Guimarães (2006, p. 35), “a história da insurreição de 7 de abril legitimava o golpe de outubro de 1930”.

Na segunda visita de Getúlio Vargas ao IHGB, no dia 21 de outubro de 1932, em sessão aniversária novamente presidida pelo chefe de Estado, o responsável por apresentar o relatório das atividades realizadas pelo Instituto naquele ano, o secretário perpétuo, Max Fleiuss (que, conforme mencionamos no primeiro tópico, tinha uma relação de proximidade com Getúlio Vargas), informou aos presentes que “duas resoluções de origem oficial vieram pôr em foco o justo prestígio do Instituto”: uma delas, a solicitação para “a sua colaboração na organização do anteprojeto da Constituição, a convite do sr. ministro da Justiça, designando o nosso presidente o sr. Agenor de Roure para o seu delegado na respectiva comissão” (RIHGB, 1932, pp. 791-792). Isto é, o ministro da Justiça convidou o IHGB, como Instituição, para compor a

---

<sup>148</sup> Durante o 2º Congresso de História Nacional, sessão preparatória de 4 de abril de 1931 (GUIMARÃES, 2006).

<sup>149</sup> Alfredo de Vilhena Valladão foi jornalista, advogado, professor e jurista. Em 1914 tornou-se professor de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito de Minas Gerais e de Direito na Universidade do Rio de Janeiro. Um ano depois foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, aonde ficou por 20 anos, até sua aposentadoria em 1935. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 1912, passou a benemérito em 1932 e a grande-benemérito em 1951 e vice presidente em 1952. Publicou inúmeras obras jurídicas e sobre a História do Brasil. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-alfredo-de-vilhena-valladao-1915-1935.htm>>. Acesso em: 25.01.2021.

comissão responsável por elaborar o anteprojeto da nova Constituição, ao que o seu presidente indicou o sócio Agenor de Roure para representar o Instituto.

É difícil precisar quem foi o ministro da Justiça que realizou o convite ao IHGB; porém, é provável que seja Francisco Campos, pois o mesmo comandou interinamente a Pasta entre 4 de março a 17 de setembro de 1932, sendo que o decreto que criou a Comissão foi emitido em 14 de maio de 1932. Campos foi sucedido por Afrânio de Mello Franco que também comandou interinamente a Pasta entre 17 de setembro a 7 de novembro de 1932, sendo sucedido em 7 de novembro de 1932 por Francisco Antunes Maciel Junior, que permaneceu no cargo até 24 de julho de 1934,<sup>150</sup> sendo o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos na Comissão. Como a notícia foi veiculada pelo IHGB no dia 21 de outubro de 1932 – portanto, anterior a posse de Francisco Maciel –, o convite foi feito por Francisco Campos ou Afrânio de Mello Franco, certamente avalizada ou mesmo solicitada pelo chefe de Estado.

A chamada *Subcomissão do Itamaraty*, de acordo com o art. 2º do seu decreto, seria composta por “tantos membros quantos forem necessários a elaboração do referido anteprojeto e por forma a serem nela representadas as correntes organizadas de opinião e de classe, a juízo do Chefe do Governo”.<sup>151</sup> Ou seja, embora a comissão estivesse sob a presidência do ministro da Justiça e Negócios Interiores (conforme o seu art. 1º),<sup>152</sup> a palavra definitiva (ou o “juízo final”) de quem viria a compor a comissão seria do chefe do governo, portanto, foi o próprio Vargas quem escolheu e\ou aprovou o IHGB para compor a comissão. Na prática, a Subcomissão foi composta por cinco ministros do Governo Provisório: Antunes Maciel (Justiça), Oswaldo Aranha (Fazenda), José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas), Afrânio de Mello Franco (Relações Exteriores e presidente da Comissão) e Assis Brasil (Agricultura); mais Antônio Carlos de Andrada, Calos Maximiliano, Arthur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure (IHGB), João Mangabeira, Góis Monteiro, Themistocles Brandão Cavalcanti e Oliveira Vianna.<sup>153</sup>

Observando a baixa composição numérica da comissão (apenas nove indivíduos, fora os membros do governo) temos a dimensão do prestígio e da notoriedade que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha diante do Governo Vargas, sendo escolhido entre tantas

---

<sup>150</sup> Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>>. Acesso em: 07.04.2021.

<sup>151</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21402.htm)> Acesso em: 02.04.2021.

<sup>152</sup> *Ibidem*.

<sup>153</sup> Barreto (2002, p. 128) analisa a composição, as votações e discussões na Subcomissão do Itamaraty.

entidades e indivíduos para fazer parte da restrita comissão. O convite revela também a confiança (inclusive política) que o Ministério da Justiça e o chefe de Estado depositavam no Instituto, convidando-o para fazer parte do seletivo grupo encarregado de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Ademais, a participação do IHGB na Subcomissão corrobora como a Instituição estava inserida no debate político nacional.

Após apresentar as atividades e balanços referentes aquele ano, Max Fleiuss pronunciou-se sobre a atuação do governo e seu comandante diante do conflito contra o Movimento Constitucionalista<sup>154</sup> protagonizado pelo Estado de São Paulo – embora o movimento não tenha sido mencionado nominalmente pelo secretário:

Graças a tenacidade do tão bravo como generoso chefe do Governo, que nos honra com a sua presença; graças ao concurso de generais e soldados, que dignificaram qualquer milícia do mundo; graças a cooperação entusiástica desse Norte da República, que, a uma voz, acudiu brilhantemente ao reclamo da benemérita Minas Gerais e do valoroso Rio Grande do Sul – defensores impertérritos da legalidade nunca assaz louvados; graças a esse conjunto de preciosos elementos, a tormenta suscitada e alimentada pelas ambições da politicalha astuta, teve o seu termo desejado: a vitória da Justiça, a vitória da Lei. (RIHGB, 1932, p. 807)

Além de enaltecer os atributos pessoais de Getúlio Vargas, considerado por Fleiuss como um chefe de Estado “bravo”, “tenaz”, “generoso” e um “Norte da República” que, segundo ele, havia derrotado o que designou de “as ambições da politicalha astuta” (referindo-se aos “sediosos” do Movimento Constitucionalista), o secretário comemorou na tribuna do IHGB a vitória do Governo Vargas sobre o Movimento Constitucionalista, o que definiu como: “a vitória da Justiça” e “a vitória da Lei”. Repare-se ainda que Fleiuss refere-se ao Movimento vitorioso em 1930 (“da benemérita Minas Gerais e do valoroso Rio Grande do Sul”) que alçou Getúlio Vargas ao comando do Estado como os “defensores impertérritos da legalidade”. Novamente, o passado brasileiro foi mobilizado e vinculado aos acontecimentos políticos daquele momento, desta vez, o secretário Max Fleiuss relacionou a vitória do Governo Vargas sobre o Movimento Constitucionalista com a estabilidade garantida pelo Império diante das revoltas ocorridas durante o período Regencial:

---

<sup>154</sup> Não pretendemos aqui aprofundar essa discussão conceitual, utilizaremos o termo *Movimento Constitucionalista* ou mesmo *Levante Paulista*, na mesma perspectiva historiográfica crítica que entende não se caracterizar tal movimento como uma “Revolução” – *strictu sensu* – que objetivasse mudanças profundas e estruturais na sociedade. Para introduzir essa discussão, cf: *Levante paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da história*, de João Paulo Rodrigues (2010); *O Movimento de 1932: a causa paulista*, de Maria Helena Capelatto (1981); *O Levante Constitucionalista de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*, de João Paulo Rodrigues (2009); e *1932: Imagens Construindo a História*, de Jeziel de Paula (1999).

Foi por tal forma que o Império sanou as feridas do agitado período das Regências, abrindo uma nova era de trabalho que nos deu quase meio século de progresso com a clarividência dos grandes estadistas. A República, que também felizmente os possui, não deixará de realizar obra semelhante de forma que a pátria querida prossiga seu destino de grande Nação com o fulgor de outrora. (RIHGB, 1932, p. 807)

Para finalizar o seu pronunciamento, Max Fleiuss, em nome da Instituição, reforçou os seus votos de confiança no país exaltando o chefe de Estado, afirmando que “tendo ao leme o ilustre Rio-Grandense, destemeroso patricio de Osório – o Bayard gaúcho – e de Andrade Neves – o galhardo barão do Triunfo – a Pátria, repito, prosseguirá seu destino honroso”; estes seriam, segundo ele, “os votos ardentes do Instituto Histórico e do seu humilde orador” que “jubilo quer hoje bradar, como de outras vezes: Viva o Brasil unido e indiviso! Viva o Brasil próspero e feliz!” (ibidem, p. 808). Dessa forma, o IHGB, utilizando o propósito da unidade nacional, declarava o seu apoio e a sua confiança no governo e seu comandante, neste ano em especial, frente ao conflito contra o Levante Paulista.

Neste mesmo pronunciamento, o secretário do Instituto fez questão de manifestar o *distanciamento* da Instituição com relação aos assuntos de ordens política e partidária. De acordo com ele, o IHGB, “superior, desde a sua origem, a quaisquer paixões e ao choque de interesses partidários” sempre soube “cumprir com exatidão rigorosa seu dever máximo, de fiel guarda e divulgador exato da memória dos homens, das coisas e dos feitos nacionais, para maior grandeza do Brasil e glória dos nossos antepassados” (RIHGB, 1931, p. 787). O secretário reforçou a concepção da instituição frente às questões de natureza política e partidária: “fora de quaisquer dissensões partidárias, pairando sempre nas regiões superiores da ciência, a que exclusivamente se destina, consiste no ideal do INSTITUTO” (RIHGB, 1932, p. 794). Para o IHGB, declarar apoio ao Governo Vargas e, nesse caso, com relação ao conflito contra o Movimento Constitucionalista, não representava “tomar partido” e assumir um posicionamento político; ou, por outro lado, a instituição pretendesse justamente se contrapor ao que na prática não se verificava, isto é, a sua suposta neutralidade e imparcialidade diante dos assuntos de ordem política.

Provavelmente por influência do principal acontecimento político daquele ano (1932), a Revolta Constitucionalista, temas como a unidade nacional e territorial do Brasil, a geopolítica nacional, reajustes territorial e administrativo, separatismo e afins, ultrapassaram “os muros” da Instituição e pautaram inúmeras das sessões e debates no IHGB, muitas vezes levantadas pelos sócios ou trazidas por indivíduos externos diretamente vinculados ao Governo Vargas, e,

conforme vimos, frequentemente estes tópicos da história e formação nacional eram relacionados com debates, eventos e questões políticas e sociais do tempo presente.

No dia 28 de outubro de 1932, o general Mario Augusto Teixeira de Freitas realizou uma conferência no IHGB que teve como tema central a reorganização territorial do Brasil. Na apresentação do conferencista, o presidente do Instituto, Conde de Afonso Celso, mencionou os “relevantíssimos serviços ao Estado de Minas Gerais” e à “União no Ministério da Educação e Saúde Pública” prestados pelo general (RIHGB, 1932, p. 816). Mario Augusto Teixeira de Freitas iniciou a sua carreira no Estado de Minas Gerais aonde participou da reforma da organização estatística e interadministrativa do governo do Estado. Em 1930, a convite do Governo Provisório, colaborou na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, do qual passou a chefiar a Direção de Informações, Estatística e Divulgação. Mais tarde, colaborou com o ministro da Agricultura, o general Juarez Távora, na criação de um serviço de estatística de produção. Foi o relator da Comissão Interministerial que estudou a organização do Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934 e posteriormente chamado de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do qual foi o seu primeiro secretário-geral.<sup>155</sup> Teixeira de Freitas tornou-se sócio efetivo do IHGB apenas em 1944,<sup>156</sup> ou seja, tratava-se de uma conferência “encomendada” pelo Instituto de um indivíduo que, neste período, trabalhava para o ministério da Educação do Governo Vargas.

Em sua conferência intitulada *O reajustamento territorial do quadro político do Brasil*, aonde explanou sobre diversos tópicos, entre eles a sugestão de Belo Horizonte como a nova capital do país, Teixeira de Freitas abordou como tema central a questão da unidade nacional, de acordo com ele, o “mais histórico dos nossos temas”, pois tem por objeto “o que há de mais essencial em nossa história, o que lhe dá a própria razão de ser – a *unidade nacional*” (RIHGB, 1932, p. 817). No entanto, essa era uma questão que definitivamente não resumia-se ao nosso passado, mas “também dos tempos que hão de vir”, porque a unidade nacional era, segundo Teixeira Freitas, “a herança sagrada dos brasileiros que já se foram, síntese admirável dos sacrifícios e heroísmos, obra de *titans* e de santos, legada aos brasileiros da hora presente” (idem, *ibidem*). Por esse motivo, o general alertou os presentes para os perigos do separatismo e da desintegração da unidade nacional, possivelmente referindo-se à presença dos grupos e

---

<sup>155</sup> Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>>. Acesso em: 08.12.2020.

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MATFreitas.html>>. Acesso em: 08.12.2020.



ideias no Movimento Constitucionalista que defendiam a separação do Estado de São Paulo do restante país:<sup>157</sup>

Ora, é exatamente o que ocorre no momento presente da História Brasileira. As atordoadas de um separatismo deliberadamente preparado não tem felizmente sombra de fundamento. Em parte alguma do Brasil pensarão brasileiro sinceramente em tão nefasta empresa. Mas o instinto da raça, manifestando-se por vozes várias, de tom e sentido profético, nos está avisando de que chegamos a um daqueles pontos críticos. Se no tumulto das horas agitadas em que vivemos não soubermos fixar o que há de essencial para os destinos da República, se corajosamente não alvejarmos e não rompermos a nuvem negra que obscurece os horizontes políticos do Brasil, será ele amanhã, numa fatalidade inexorável, a tromba d'água contra a qual nada possam forças humanas... (RIHGB, 1932, p. 818)

Nesse sentido, o general Teixeira precaveu para os riscos do separatismo no país, do contrário, “o seu desaparecimento pela desagregação estará inscrito irrevogavelmente no grande livro do destino das Nações” (ibidem, p. 819); no entanto, os brasileiros poderiam “ficar tranquilos” pois, segundo Teixeira Freitas, “mandato suficiente para a execução dessa vontade tem-no de sobra o chefe do Governo Provisório” como “autoridade suprema revestida de poderes discricionários para reorganizar o País e extirpar pelo golpe de decisões rápidas, incontestáveis, irrecorríveis, as grandes deformações que estavam destruindo visceralmente a República” (idem, ibidem). Isto é, Vargas, chefe do governo ao qual Teixeira de Freitas servia, não apenas derrotaria as forças “separatistas” e garantiria a manutenção da unidade nacional, como também deveria recorrer ao seu “poder discricionário” para eliminá-las, de acordo com o orador, justificadamente.

Neste mesmo ano (1932), o sócio do Instituto, Agenor de Roure também foi convidado para ministrar uma palestra sobre o artigo intitulado “Reverbero Constitucional Fluminense”, publicado em 30 de abril de 1822 e que, segundo Roure, teria tido uma grande repercussão na época e até mesmo influenciado a opinião pública no processo de Independência do Brasil. Mais uma vez, assim como Teixeira de Freitas, Agenor de Roure não limitou-se a falar do passado e relacionou o artigo e o contexto da sua produção com o momento e à conjuntura política do presente, inclusive reivindicando – assim como em 1822 – uma constituinte:

---

<sup>157</sup> Sobre a presença de grupos e ideias separatistas no Movimento Constitucionalista de 1932, recomendamos os seguintes trabalhos: *Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932*, de Barbara Weinstein (2003); *Tradição e retórica imagética: a construção da propaganda visual oposicionista no levante de 1932 em São Paulo*, de João Paulo Rodrigues (2011); e *O Levante de 1932: fatores econômicos e políticos*, de Francisco Quartim de Moraes (2016).

Estamos rendendo uma homenagem aos homens de 1822. É justa. Mas, não devemos limitar-nos a recordar. Porque não imitá-los? Como há 110 anos, o Brasil se encontra num desses momentos únicos, que não tornam quando escapam. Aproveitá-lo para fazer obra de patriotismo, é dever nosso. Pede-se hoje, como se pedia em 1822, - a Constituinte. Não há quem se oponha a ela. Nem poderia haver, pelas razões expostas em relação à data do *Reverbero*. Os brasileiros de hoje não são menos brasileiros nem são menos patriotas. Divergências, se ainda existem no momento em que falo, são pequenas, em questões de detalhes. Também naquele tempo existiam e mais profundas. Em 1822, estavam reunidas em *frente única*, como é moda dizer hoje, republicanos e monarquistas, exaltados e moderados. Juntava-os a força maior da defesa nacional, que fazia calar discordâncias, que gritavam dentro deles sem poderem abafar a voz portentosa do patriotismo e quebrar a união sagrada em torno do Brasil estremecido... (RIHGB, 1932, p. 675)

A conferência, ministrada em sessão ordinária no dia 30 de abril de 1932, fazia menção a uma pauta presente desde os primeiros momentos do Governo Provisório: a reconstitucionalização do país. Essa seria a principal reivindicação da chamada “Revolução Constitucionalista” iniciada no Estado de São Paulo em 9 de julho daquele ano e que exigia, entre outras pautas, uma nova carta Constitucional para o país. Após o término do conflito com a derrota do movimento no início do mês de Outubro, o Governo Federal convocou eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte que foi instalada no dia 15 de novembro de 1933 e no ano seguinte, em 17 de Julho de 1934, elegeu Getúlio Vargas como presidente da República.<sup>158</sup>

É interessante constatar que o conferencista, Agenor de Roure,<sup>159</sup> nesse período presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), além de representar o IHGB na mencionada Subcomissão do Itamarati, ele também havia participado – como o responsável interino pelo ministério da Fazenda – da Junta Governativa que assumiu o governo após a deposição do presidente Washington Luís e posteriormente transferiu-o a Getúlio Vargas, o que nos comprova novamente a presença e a circulação destes indivíduos entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – no qual muitas vezes pronunciavam-se sobre questões políticas e sociais do presente – e as esferas da política e do Estado.

---

<sup>158</sup> Disponível em: <[www.senado.leg.br/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v3\\_1934](http://www.senado.leg.br/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934)>. Acesso em: 19.01.2021.

<sup>159</sup> Agenor Lafayette de Roure tornou-se membro do IHGB em 1917 e sócio honorário em 1924. Com longa trajetória no jornalismo, foi secretário da Presidência da República de Epitácio Pessoa em 1919 e em 1922 nomeado pelo chefe de Estado, presidente do Tribunal de Contas da União, o TCU, cuja Presidência viria a ocupar também anos depois (1931-1933). De 25 de outubro a 4 de novembro de 1930, respondeu interinamente pelo Ministério da Fazenda da Junta Governativa que assumira o poder após a deposição de Washington Luís (1926-1930). Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-agenor-lafayette-de-roure-1922-1934.htm>>. Acesso em: 04.12.2020.

Ao final da sua conferência, Agenor de Roure prosseguiu relacionando 1822 a 1932, novamente conclamando os presentes à participação ativa nos acontecimentos políticos e sociais daquela conjuntura. Destacamos o trecho em que Roure classificou aquele momento – abril de 1932 – como um momento de “reconstrução nacional” aonde se poderiam lançar os “alicerces” de um “Brasil Novo”. Cabe deduzir ou perguntar: essa “reconstrução nacional” seria uma empreitada conduzida centralmente pelo Governo Vargas? Tratava-se de uma afirmação que poderia muito bem ser dita pelo chefe de Estado, a qual reproduzimos na íntegra:

Sejamos dignos do momento em que atravessamos, para que o INSTITUTO HISTÓRICO do ano dois mil possa dizer dos brasileiros de hoje o que o INSTITUTO HISTÓRICO tem dito e está dizendo dos de 1882. Aproveitemos o instante em que a alma nacional vibra e o pensamento dominante é um só – o da reconstrução nacional – para que, reunindo esforços e capacidades, conciliando opiniões e doutrinas, esquecendo ódios e ressentimentos, jogando fora ambições e preconceitos, possamos lançar os alicerces de um Brasil Novo, que será o orgulho dos nossos filhos e netos, contentando-nos, nós outros, que vivemos esta hora difícil, com a satisfação de não havermos deixado escapar o momento único de que falou o *Reverbero* no artigo de 30 de Abril de 1822... (RIHGB, 1932, p. 675)

Na terceira e última vez que Getúlio Vargas compareceu ao IHGB para a sessão magna comemorativa do 95º aniversário da Instituição, realizada em 21 de outubro de 1933 e presidida pelo próprio chefe de Estado, o secretário perpétuo, Max Fleiuss, após apresentar o relatório das atividades da Instituição daquele ano, manifestou-se sobre a atual situação e a inserção do Brasil no contexto internacional. De acordo com Fleiuss, enquanto em todo mundo “se agita e se perturba a humanidade, entregue a dissensões políticas ou a conflitos de território, ao absurdo de doutrinas falsas ou de costumes pervertidos que envenenam as almas”, o Brasil, “apesar de contratempos e de divergências”, estava agora “sob os auspícios da nova República” e encontrava-se “em caminho de saneamento e de concórdia, progride e reconstitui o seu organismo” (RIHGB, 1933, p. 801). Na sequência do seu pronunciamento, o secretário, ao comentar a visita que Vargas havia realizado ao Nordeste, aproveitou para enaltecê-lo e reiterar o posicionamento favorável da Instituição ao chefe de Estado e seu governo:

Tivemos ainda há pouco a excursão triunfal do ilustre Chefe do Governo, que, galhardo Riograndense, foi levar consolo, vida, augúrios confortantes aos nossos amados irmãos do Norte que o receberam entre palmas e flores, certos de que o futuro lhes dará pão e água, escolas e luz, de que tanto carecem para ombrear com os melhores patrícios. A escassa cultura no sertão e o flagelo das estiagens foram calamidades a que o eminente dr. Getúlio Vargas, com patriótico descortino, prometeu atender quanto lhe permitirem as forças da Nação. Chegaram aos nossos ouvidos e corações os discursos altamente patrióticos que proferiu na Bahia e em Fortaleza; e o denodado campeão da

República nova, que gere desde 1930 a nossa máquina administrativa com calma e segura visão, certo não faltará à sua honrada palavra de acordo com os ditames da Constituinte, que dentro em pouco se reunirá, porque ele quer o domínio da Ordem e da Lei, quer a grandeza e o renome da Pátria. (idem, *ibidem*)

O cenário desenhado no salão do IHGB era o seguinte: Getúlio Vargas, sentado na mesa diretora, assistia o secretário do Instituto referindo-se a ele como um “ilustre Chefe do Governo”, o “galhardo Riograndense”, um “eminente” e “patriótico” chefe de Estado, o “denodado campeão da Nova República” que, segundo ele, desde 1930 administra a máquina do Estado com “calma e segura visão”. Max Fleiuss que, como vimos, era próximo a Vargas, tomou a liberdade de garantir que o chefe de Estado respeitaria a Constituinte reunida naquele ano, pois, segundo ele, Vargas queria o “domínio da Ordem e da Lei” (idem, *ibidem*). Para concluir, Max Fleiuss manifestou que o quase centenário Instituto Histórico não pretendia “assumir ares proféticos”, porém, “tão íntima segurança tem do valor do exímio Brasileiro e dos seus auxiliares no Governo” que “não trepida em anunciar a vitória, clamando como de outras vezes: *Viva o Brasil, próspero e indiviso!*” (RIHGB, 1933, p. 802). Assim, o Instituto reiterava o seu apoio a Getúlio Vargas novamente utilizando a “bandeira” da unidade nacional como uma referência e um objetivo maior em comum entre a instituição e o Chefe de Estado.

Como relatamos no primeiro tópico, no ano seguinte o IHGB enviou as suas congratulações a Vargas pela sua eleição à Presidência da República no dia 17 de julho de 1934. O presidente Vargas respondeu enviando um telegrama ao Instituto agradecendo os parabéns emitidos pela Instituição devido à sua eleição como “Presidente Constitucional da República” (RIHGB, 1934, p. 396). Desse modo, o IHGB reconhecia e legitimava a eleição de Getúlio Vargas como o novo Presidente da República eleito pela Assembleia Nacional Constituinte.

O IHGB, conforme o seu presidente Conde de Afonso Celso, “sempre superior a qualquer espírito de conveniência ou paixão política”, e segundo o secretário perpétuo, Max Fleiuss, mantendo a “completa isenção a quaisquer paixões políticas” em um “ambiente austero e tranquilo da sciencia, onde as paixões humanas jamais penetram”, manifestou-se e posicionou-se constantemente – muitas vezes de maneira incisiva e veemente – sobre os principais acontecimentos e debates políticos desse período, como os eventos anteriores e posteriores relacionados à implementação do Estado Novo.

Após a tentativa de golpe contra Getúlio Vargas, liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935, que ficaria conhecida como a

*Intentona Comunista* ou Revolta Comunista de 1935,<sup>160</sup> o presidente em exercício do IHGB, Manoel Cícero,<sup>161</sup> em sessão realizada no dia 12 de Dezembro de 1935, comunicou que sendo aquela a primeira vez que reuniam-se depois dos “graves acontecimentos que em fins de novembro vieram perturbar a ordem e ameaçaram subverter as instituições”, teve a honra de dirigir ao Ex. Sr. Presidente da República, em nome da Instituição, um telegrama de congratulações “por haver restabelecido o prestígio da lei” (RIHGB, 1935, p. 559). O Instituto não apenas se manifestou e se posicionou sobre o acontecimento, como nomeou uma comissão para enviar semelhante resolução pessoalmente ao chefe de Estado. A comitiva foi composta pelos sócios Souza Docca (que era próximo a Vargas, como veremos a seguir), Alfredo Lage e Virgílio Correia Filho.

Na comemoração do 99º aniversário do Instituto, realizado no dia 21 de outubro de 1937, Ramiz Galvão, dirigindo-se ao “Sr. representante do Sr. Presidente da República”, denunciou da tribuna do IHGB o que chamou de “as tentativas insidiosas da hidra comunista” que procuravam, segundo ele, “abalar os fundamentos da nossa sociedade”, o que requeria “medidas de exceção por parte do governo” (RIHGB, 1937, p. 645). Ramiz Galvão referia-se ao chamado *Plano Cohen*, um documento divulgado pelo Governo à nação em 30 de setembro de 1937 aonde relatava um plano em que os comunistas pretendiam tomar o Estado, assassinar militares e ministros de Estado, realizar greves gerais, incêndios e saques, etc.<sup>162</sup> Todavia, tratava-se de um plano simulado de ação comunista elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ou seja, o IHGB exigia medidas de exceção por parte do Governo Vargas, o que, conseqüentemente, estava em simetria e contribuiria com a legitimação da instauração do Estado Novo, proclamado poucos dias depois, em 10 de novembro daquele ano, visto que, com base no Plano Cohen, Getúlio Vargas

---

<sup>160</sup> A Intentona Comunista foi um levante organizado pela Aliança Nacional Libertadora liderada por Luís Carlos Prestes com o apoio do Partido Comunista do Brasil no ano de 1935 na tentativa de derrubar Getúlio Vargas do poder e instalar um governo revolucionário comandado por Prestes. Esse levante aconteceu no Rio de Janeiro (então Capital Federal), em Natal (RN) e em Recife (PE). O operariado não aderiu ao movimento e as tropas federais derrotaram brevemente os comunistas que foram presos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>>. Acesso em: 28.01.2021.

<sup>161</sup> Manuel Cícero Peregrino da Silva foi eleito sócio efetivo do IHGB em 21 de julho de 1905, passou a honorário em 1914 e a benemérito em 1917. Foi primeiro vice-presidente e assumiu a presidência em julho de 1938 devido a morte do Conde de Afonso Celso, entregando-a em maio de 1939 ao terceiro vice-presidente e depois presidente eleito Macedo Soares. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCPSilva.html>>. Acesso em: 28.01.2021.

<sup>162</sup> Disponível em: <[memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1937\\_13158.pdf](memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1937_13158.pdf)>. Acesso em: 28.01.2021.

solicitou imediatamente ao Congresso autorização para decretar o estado de guerra pelo prazo de 90 dias. A aprovação da medida abriu caminho para o golpe do Estado Novo.<sup>163</sup>

No ano anterior à proclamação do Estado Novo, na sessão comemorativa do 98º aniversário do Instituto, realizada em 21 de outubro de 1936, que contou com a presença do representante do Presidente da República, Capitão de Mar e Guerra, Américo Pimentel, e do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, o presidente do Instituto, Conde de Afonso Celso, em seu discurso de abertura daquela sessão, fez uma citação do historiador e estadista François Guizot: “O estudo da história deve ser considerado como condição especial da ciência do Estado, satisfazendo, acima de um interesse de curiosidade, o do ensinamento” (RIHGB, 1936, p. 398). Intencionalmente ou não, parecia um recado dado às autoridades políticas ali presentes de que elas não deveriam prescindir dos ensinamentos da história – logo, do IHGB – para a administração do Estado. Na sequência, o presidente do Instituto expôs um panorama com uma visão extremamente favorável e otimista do Brasil naquele momento:

Veneração ao passado da Pátria, confiança nos seus destinos, certeza do seu radioso porvir, tal a síntese do seu sentir e pensar. Crê firme e inabalavelmente: - Assim como o Brasil já é um dos principais países do mundo, pelo território e a população, sê-lo-á também pela superioridade de seus exemplos, podendo asseverar à comunhão planetária que tem obtido excepcional facilidade todas as maiores reformas, a da Independência, a da liberdade civil e religiosa, a das reivindicações femininas e do operariado – prova de que alcançará sem violência tudo quanto for adiantado e legítimo, sempre que a consciência nacional o quiser. (RIHGB, 1936, pp. 398-399)

Pouco após a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o IHGB convocou uma assembleia para a eleição da sua diretoria e das comissões permanentes a ser realizada no dia 15 de dezembro daquele ano. Após o resultado das eleições, o secretário perpétuo, Max Fleiuss, manifestou uma proposta de congratulação aos artigos da nova Constituição implementada pelo Estado Novo que estabeleciam: “A Constituição Brasileira, de 10 de Novembro desse ano, em seus arts. 2º e 184, 1º e 2º, torna obrigatório o uso da Bandeira, do Hino, do Escudo e das Armas nacionais, não havendo outras bandeiras, hinos, escudos e armas e extingue as questões de limites entre os Estados” (RIHGB, 1937, p. 701).<sup>164</sup> Na

<sup>163</sup> A fraude do Plano Cohen só foi revelada após o término do Estado Novo, em 1945. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>>. Acesso em: 28.01.2021.

<sup>164</sup> A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de Novembro de 1937 estabelecia em seu Art. 2º.: A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais. E em seu Art. 184º.: Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais”. 1º - Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em Juízo Arbitral, as questões de limites entre Estados. 2º - O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvida ou litígios, e fará as necessárias

justificativa do seu pedido, Max Fleiuss argumentou que “considerando a grave importância destas medidas para a unidade nacional”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem “a honra e o prazer de apresentar ao preclaro Chefe da Nação, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, sinceras congratulações” (RIHGB, 1937, p. 702). A proposta foi unanimemente aprovada. Desse modo, o IHGB avalizava e reproduzia em sua Revista artigos da Constituição promulgada pelo Estado Novo, um regime de caráter centralizador e autoritário, além disso, o argumento utilizado pelo Instituto para ressaltar a importância dessa medida para a “unidade nacional” estava em consonância com uma das justificativas presentes na Constituição que arguia em sua introdução: “sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade”, por esse motivo, a nova Carta Constitucional garantia “assegurar à Nação a sua *unidade*” (idem, *ibidem*, grifo nosso). Compreende-se assim que as manifestações e os posicionamentos políticos do IHGB apresentavam *pontos em comum* com o discurso de justificação e legitimação política e institucional da implementação do Estado Novo.

Já no final do Estado Novo, no ano de 1945, em conferência realizada no IHGB sobre a história do Rio Grande do Sul e o papel dos tropeiros gaúchos na formação nacional, o sócio Aluísio de Almeida,<sup>165</sup> arrematou o seu levantamento histórico (de caráter cronológico e linear) concluindo que “enfim, um autêntico monarca da coxilha desdobrou em 1930 a bandeira do liberalismo e, ajudado da terra e da gente do sul, derrubou um regime que os gaúchos ajudaram a erguer”; prossegue Almeida, “e em 1937, outrem podia fortificar a unidade da pátria em perigo. Não foi mister, porque o mesmo homem do sul, fiel à história e à raça, imolou o liberalismo no altar da Pátria, una, indivisa e gloriosa” (RIHGB, 1945, p. 133). Como se percebe, os trabalhos históricos no IHGB estavam longe de restringir-se a um passado distante, mas abordavam e emitiam julgamentos sobre eventos e períodos recentes da história política do Brasil.

Conforme verificamos, a questão geográfica e territorial do país esteve fortemente presente no Instituto durante esse período, tendo pautado inúmeras sessões, debates e conferências realizadas na Instituição e frequentemente sendo relacionados tópicos do passado nacional com questões do tempo presente, como a unidade nacional por exemplo. Ademais, o

---

demarcações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 29.01.2021.

<sup>165</sup> Aluísio de Almeida era o pseudônimo de escritor de Luiz Castanho de Almeida. Publicou inúmeras obras e artigos sobre história, folclore, genealogia, religião. Na casa aonde viveu o “monsieur Castanho”, foi fundado em 1954, por iniciativa do mesmo, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Disponível em: <<http://cultura.sorocaba.sp.gov.br/casaaluisiodealmeida>>. Acesso em: 12.05.2021.

IHGB reiteradamente manifestava-se sobre os temas e debates relacionados à história e à geografia do Brasil, pronunciando-se e emitindo pareceres com relação aos projetos, às políticas e diretrizes do Governo Federal nestas áreas, muitas vezes, como veremos, enviando pareceres e congratulações ao chefe de Estado.

Em sessão realizada no dia 30 de Abril de 1932, o presidente do IHGB, Afonso Celso, propôs que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “apresente suas congratulações ao sr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório” e aos Estados de São Paulo e Minas Gerais pela “resolução de uma antiga questão de limites entre estes Estados”<sup>166</sup>. O presidente ainda desejou “sinceros votos para que as demais pendências interestaduais tenham semelhante resolução”. O voto de congratulações ao governo foi “sem debate e unanimemente aprovado” (RIHGB, 1932, p. 668). Anos depois, em 1936, o secretário Max Fleiuss propôs, “considerando a importância para a *unidade nacional* que advém das soluções de limites interestaduais”, que o Instituto apresentasse – pela decisão final do litígio Minas-São Paulo – as suas “congratulações aos exmos. srs. Presidente da República, dr. Getúlio Vargas”, aos governadores do Estado de São Paulo, dr. Armando Salles e de Minas Gerais, dr. Benedicto Valadares, e ao “árbitro” da disputa, o general Ximeno Villeroy” (RIHGB, 1936, p. 411, grifo nosso). Repare-se que a unidade nacional é invocada para avaliar essa medida política e territorial do Governo Vargas e dos governos estaduais, como um balizador e uma importante conquista do passado nacional a ser preservada.

Durante o Estado Novo, no ano de 1943, o sócio Thiers Fleming<sup>167</sup> sugeriu que fosse enviado ao Presidente da República um telegrama de felicitações pela criação de cinco territórios nacionais.<sup>168</sup> O telegrama parabenizava Vargas pela “medida administrativa de alto

---

<sup>166</sup> A disputa territorial entre os estados de São Paulo e Minas Gerais remonta ao século XVIII quando ocorreu a primeira demarcação oficial no ano de 1720. A partir dessa data, houve inúmeras e sucessivas tentativas de encerrar essas disputas. Conforme Piccinato Junior e Salgado, com a instauração da República no Brasil (1889), novamente mineiros e paulistas tentaram chegar a um acordo acerca das divisas de seus estados: “convênios, acordos, projetos, decretos, relatórios, entre outros, foram elaborados, porém nenhum deles proporcionou uma conciliação de comum acordo”. De acordo com os autores, somente em 25 de maio de 1935 que o Decreto Constitucional do Governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, “conseguiu a fixação de uma linha conciliatória para a solução definitiva da questão de limites”, pondo fim a um conflito que perdurou por mais de dois séculos (PICCINATO JUNIOR & SALGADO, 2014, p. 12).

<sup>167</sup> Com uma extensa carreira militar, Thiers Fleming atingiu o posto de Capitão de Mar e Guerra e foi Sub chefe e chefe do Estado-Maior do presidente Venceslau Brás. Geógrafo, publicou inúmeros trabalhos sobre limites interestaduais e engenharia naval. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 10 de junho de 1918. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/tfleming.html>>. Acesso em: 20.01.2021.

<sup>168</sup> Os cinco novos territórios nacionais foram criados através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que estabelecia em seu art. 1º: São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Esses territórios eram administrados diretamente pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Segundo Pinto, o objetivo da criação desses territórios nacionais inseria-se no contexto da tentativa de colonização do interior do Brasil, no processo conhecido como “Marcha para o Oeste”, em um “esforço para



alcance patriótico” e ao “Conselho Nacional de Geografia – pela publicação de Cartograma de Divisão Municipal do Brasil – de real utilidade” (RIHGB, 1937, p. 155). A proposta do sócio – “dada a relevância do assunto” – foi encaminhada pelo presidente do Instituto a uma comissão especial para dar o seu parecer, o que revela que esse tipo de manifestação relacionada às medidas de Governo Federal passava pela discussão e votação em uma comissão específica antes de serem publicadas ou mesmo enviadas ao governo.

Na comemoração do 101º aniversário do Instituto, em 1939, com a presença do chefe da Casa Militar e representante do chefe de Estado no salão, o general Francisco José Pinto, o presidente do IHGB, Macedo Soares, ex-ministro do Governo Vargas, abordou em seu discurso de abertura questões relacionadas à geografia, à estatística e ao território nacional. Após iniciar afirmando que o presidente Vargas “tem cogitado da estatística sem perder de vista os seus pontos de conexão com os estudos geográficos” (RIHGB, 1939, p. 952), Macedo Soares exaltou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>169</sup> (IBGE) que, segundo ele, “veio assegurar aos nossos levantamentos numéricos a coordenação e ritualidade de que eles estavam carecendo”; de acordo com o presidente, o novo órgão, “agindo como um poderoso instrumento de racionalização e cultura imprimiu novos impulsos ao ritmo funcional da geografia e da estatística brasileira”, pois “sistematizou e disciplinou, tecnicamente, as suas atividades; deu-lhes continuidade e coerência” (RIHGB, 1939, p. 953). A seguir, o presidente enalteceu a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que “orientou em todo o Brasil a campanha admirável pelo cunho de sabedoria política e previdência administrativa que foi a execução do Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938”, que dispunha sobre a reorganização territorial do país, a delimitação, a jurisdição e a administração interdistritais e intermunicipais, dentre outras providências.<sup>170</sup> Na avaliação de Macedo Soares:

---

diminuir os vazios populacionais do território brasileiro”. O outro objetivo seria “evitar o desmembramento e perda de parte do território nacional caso houvesse a transposição dos conflitos da Segunda Guerra Mundial para a América do Sul”. Nesse sentido, a criação dos territórios nacionais era também “uma forma de garantir a Segurança Nacional” (PINTO, on-line).

<sup>169</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, foi criado pelo Governo Vargas durante o Estado Novo através do Decreto-Lei Nº 218, de 26 de Janeiro de 1938, que estabelecia em seu artigo 1º: “O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção – o de Geografia e o de Estatística – com a denominação de “Conselho Nacional”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20.01.2021.

<sup>170</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20.01.2021.

A importante lei, cognominada *Lei Geográfica do Estado Novo* e que nos proporcionou a sistematização da divisão territorial brasileira, ficamos a dever uma série de medidas do mais vasto alcance, pelos objetivos de racionalização que as inspiravam. A publicação das linhas divisórias interdistritais e intermunicipais, os levantamentos dos mapas municipais e a definição dos quadros urbanos e suburbanos de todas as cidades e vilas do país completarão essa cruzada magnífica de integração do Brasil no exato e minucioso conhecimento do âmbito onde se exerce a sua soberania. (idem, ibidem)

Para o presidente do IHGB, a realização desse grande projeto seria mérito do “eminente Chefe da Nação” que, em sua avaliação, “com tão larga visão tem procurado solucionar os problemas geográficos brasileiros”. Para finalizar, Macedo Soares mencionou o Censo Geral de 1940<sup>171</sup>, em seu julgamento, “um plano de grande envergadura” que “constitui entre todas as iniciativas do Presidente Getúlio Vargas a de mais profunda ressonância na vida nacional” e que para cujo êxito “cumprir mobilizar quantas vontades e energias se mostrem sinceramente inclinadas a bem servir o Brasil” (RIHGB, 1939, p. 956). O presidente do IHGB não apenas enaltecia a importância do Censo a ser realizado no ano seguinte, como colocava o Instituto à disposição do governo para colaborar com a sua realização:

Só os resultados do censo geral de 1940 poderão permitir ao Governo da República e dos Estados, a organização conscienciosa de planos de administração pública. O nosso venerando sodalício não pode negar o seu aplauso a um programa de ação tão vasto, e que se inspira em objetivos de tão alta relevância cívica e cultural. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro participará quanto possível da vastíssima cruzada de patriotismo a se desdobrar no correr do ano de 1940, e assim servirá ao Brasil, cooperando para a sua grandeza, pois outro não é o ideal sob cujo signo hoje se vencem nesta casa 101 anos de labores fecundos. (idem, ibidem)

---

<sup>171</sup> O Recenseamento Geral de 1940 realizou-se no dia 1º de setembro de 1940, sendo o primeiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e correspondeu ao quinto censo da população, ao segundo da agricultura e da indústria e ao primeiro do comércio, dos transportes, comunicação e serviços. Ao invés da “Lista da Família”, utilizada no Censo de 1920, o Censo de 1940 substituiu-a por outros instrumentos, um Boletim de Família, um Boletim Individual, a Lista de Domicílio Coletivo e a Caderneta do Agente Recenseador, facultando a obtenção de dados sobre os logradouros, os prédios e respectivos pavimentos, os domicílios e as pessoas neles recenseadas. A caderneta também tinha várias indagações de natureza cultural e política, como a naturalidade e nacionalidade, filiação em sindicatos, religião, a língua falada no lar, com o “objetivo de focalizar o desenvolvimento da instrução do povo brasileiro”. Os resultados do Censo de 1940 sofreram retardamento em razão de várias causas, como “deficiência quantitativa do equipamento mecânico disponível, demora na devolução do material de coleta preenchido, dificuldades de transporte, grande extensão territorial do País”, tendo os seus resultados conhecidos somente em 1946. O Censo de 1940 registrou 41.165.289 habitantes no Brasil. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 21.01.2021.

Como demonstramos no primeiro tópico, o IHGB estabeleceu um vínculo e uma relação intensa com o ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas, através da presença e circulação de membros do Itamaraty na Instituição, sobretudo com o comandante da pasta e Sócio Honorário do Instituto, Oswaldo Aranha, e também da realização de iniciativas e projetos em conjunto. Além destes fatores, o IHGB constantemente pronunciava-se e posicionava-se com relação às políticas, medidas e diretrizes adotadas pelo Itamaraty. Na sessão em que o então ministro das Relações Exteriores (1938-1943), Oswaldo Aranha, compareceu ao IHGB para receber o título de *Sócio Honorário* da Instituição, no dia 7 de agosto de 1940, o chanceler proferiu um longo discurso aonde expôs um panorama das conjunturas interna e externa nas quais o Brasil encontrava-se naquele momento:

Chegamos ao período inicial da maturidade, aquele que já nos permite começar a construir com os próprios meios e recursos e pelo livre exercício de nossa vontade. Outros povos, antes colaboradores pacíficos do nosso progresso, hoje se transformam em fontes de perturbação e ameaças. Em nós mesmos, na lição de um passado digno e na ambição de um futuro melhor, devemos procurar e encontrar os elementos de proteção e construção atual. O trabalho e o estudo, o labor da terra e o exame de nós mesmos, dar-nos-ão a consciência plena de nossos destinos, permitindo-nos, em meio a subversão de outras nações, criar, organizar, nacionalizar, enfim, abrasileirar o Brasil. Essa obra não é nem pode ser unicamente governamental, por mais poderes que o Estado enfeixe ou venha a enfeixar em suas mãos. Ela deve brotar da devoção de cada um e de todos os brasileiros aos interesses supremos, nesta hora da defesa da terra, da religião e da civilização brasileiras. (RIHGB, 1940, p. 511)

O *tom* adotado no discurso do chanceler brasileiro refletia o momento pelo qual o país estava passando em suas relações externas e a centralidade da sua pasta e do seu cargo diante daquele cenário internacional projetado em 1º de setembro do ano anterior (1939), quando havia se iniciado a Segunda Guerra Mundial e logo o Brasil haveria de abrir negociações e possivelmente sofrer pressões para posicionar-se diante do conflito mundial. A avaliação da situação interna positiva do país governado pelo Estado Novo contrastava com as “perturbações e ameaças” externas, por essa razão, Oswaldo Aranha fazia uma convocação para a defesa “da terra, da religião e da civilização brasileiras” e também para o que chamou de “nacionalizar” e “abrasileirar” o Brasil; nesse processo, de defesa (externa) e construção (interna), seria fundamental, segundo o ministro, consultar a “lição de um passado digno” como o brasileiro.

Oswaldo Aranha retornou ao IHGB dois anos mais tarde (1942), para comemorar o *Dia Pan Americano*, celebrado todo dia 14 de abril em homenagem a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos realizada em Washington (D.C) e concluída em 14 de

abril de 1890.<sup>172</sup> O chanceler foi convidado pelo Instituto para ministrar a conferência temática daquela comemoração. Logo na abertura do evento, o orador do Instituto, Pedro Calmon, deixou evidente a aprovação e a adesão do IHGB aos rumos e às medidas adotadas pela política externa do Governo Vargas através do ministro das Relações Exteriores e Sócio Honorário do Instituto, Oswaldo Aranha:

Perduram os ecos das aclamações que selaram, como um veredito público, a Conferência dos Chanceleres. Subsiste a adesão nacional ao seu espírito, a unânime aprovação de suas conclusões, o assentimento enérgico e decidido do Brasil à sua sentença de repúdio à agressão, de formal e solene condenação da violência. Cerrou fileiras a Nação em torno ao Governo, atendendo-lhe ao apelo, em bem da Pátria, para a sua preservação, para a sua segurança, para a sua defesa. Nos entusiasmos justos e gerais dessa harmonia que se estabeleceu entre a política externa da República e os seus mais fundos sentimentos cívicos, a figura de V. Excia., adquiriu impressionante nitidez. Tem poucos o privilégio, que lhe foi concedido então, de dar corpo e vida, animação e forma, ao mais generoso dos nossos idealismos: esse velho amor da América, antes nebuloso e platônico, que se revestiu por fim da utilidade e do caráter de uma “união sagrada”. (idem, *ibidem*)

A *Conferência dos Chanceleres*, mencionada por Calmon, foi a III Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 15 e 28 de Janeiro de 1942, convocada pelos EUA em seguida ao ataque japonês a Pearl Harbor em Dezembro de 1941. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento das relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com os países do Eixo. Devido a recusa argentina e chilena, foi aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento das relações. Todavia, a conferência aprovou uma série de resoluções que consolidavam a colaboração dos países do continente com os esforços de guerra dos Estados Unidos. Como parte da sua estratégia de negociação de alinhamento aos Estados Unidos, o Brasil anunciou a sua decisão de romper relações diplomáticas com as forças do Eixo apenas no dia de encerramento da Conferência, após obter do governo Roosevelt o compromisso de reequipar as suas Forças Armadas, marcando o fim da neutralidade brasileira no conflito. O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, foi o presidente da Conferência dos Chanceleres.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> A data celebra a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos realizada em Washington (D.C) e concluída em 14 de abril de 1890, na qual decidiu-se criar a União Internacional das Repúblicas Americanas que seria a precursora da Organização dos Estados Americanos, a OEA. Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/nossa\\_historia.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp)>. Acesso em: 26.01.2021.

<sup>173</sup> Cf. ARGUELHES, 2015.

A conferência ministrada por Oswaldo Aranha teve como pano de fundo as decisões tomadas pelo governo brasileiro a partir da mencionada *Conferência dos Chanceleres*, sintoma disso é que, em seu discurso, o ministro já falava *em nome* da “América” e do “continente americano”, agredido por “potências estrangeiras” – em referência aos países do Eixo.<sup>174</sup> As relações entre a história nacional e o momento presente perpassou toda o discurso do ministro que uniu, sob os mesmos princípios, líderes da História do Brasil (incluindo Getúlio Vargas) com os da história Norte-Americana. Dessa forma, o passado brasileiro era mobilizado visando legitimar e justificar a política externa adotada pelo Governo Vargas diante da Segunda Guerra Mundial:

Estou certo de que os insignes compatriotas, cuja memória enche de respeito este Instituto, aprovariam com fervor a orientação do nosso Governo nos dias que correm porque neles, nas suas grandes vidas e nos seus nobres exemplos nos fomos inspirar. Nada regateamos à causa da América, que é a nossa, que é a causa do recíproco entendimento dos povos do continente para uma existência digna, tranquila e independente. Nunca nos animaram um propósito estranho a esses princípios inabaláveis. Unimo-nos contra os agressores da América, pela sua salvaguarda, pela sua liberdade, para não cairmos na escravidão. Agimos exatamente como pensavam há um século Monroe e José Bonifácio, Pedro II e mais tarde Lincoln, Wilson e Wenceslau Braz, Roosevelt, e Getúlio Vargas. Queremos no presente aquilo que eles defenderam no passado. Queremos que as razões de existência moral, a integridade de nossas Pátrias, os seus supremos interesses, a que os antepassados deram, mais do que o prestígio de sua opinião, o sangue do seu sacrifício, resistiam, impávidos, aos tumultos dos nossos dias, que por esse mundo afora, põe por terra as colunas da civilização histórica que experimentaram a solidez dos muros cristãos que a sustentam na América. E fazemos por que não se percam, na confusão e no horror os legados das gerações extintas. (RIHGB, 1942, p. 521)

Em suas considerações finais, o chanceler ressaltou a importância da história nacional e dos seus ensinamentos enquanto um “guia” para orientar ou “iluminar” as ações – sobretudo políticas – no tempo presente, com base na concepção de que a história do país seguia um percurso traçado pelos antecessores e no qual o próprio Oswaldo Aranha (e o Governo Vargas) projetavam-se como os seus os legítimos prosseguidores (semelhante a concepção de Vargas vista no primeiro capítulo). Dessa forma, o ministro chancelava a união entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Governo Vargas – mediante o Itamaraty – em torno do apoio à decisão tomada pelo governo frente à Segunda Guerra Mundial:

---

<sup>174</sup> Em agosto desse ano, submarinos alemães torpedearam e afundaram seis navios mercantes brasileiros, levando Vargas a declarar guerra à Alemanha nesse mesmo mês. O ataque a navios brasileiros já havia ocorrido no ano anterior, mas foram os fatos de agosto que levaram Vargas a declarar a guerra. No total, foram trinta e cinco navios brasileiros afundados durante a Segunda Guerra. Cf. PEREIRA, 2015; RODRIGUES, 2019.

Só há confiança, só há vigor e serenidade, quando os países fazem das advertências de sua história o farol de sua navegação. Então, possuídos de energia indomável, não temem as escolhas nem os outros traiçoeiros perigos das águas revoltas. Anima-os a convicção de que seguem o rumo verdadeiro. E para iluminar a sua jornada contam com o clarão e a influência dos valores imortais, de que se compõe a Pátria através dos tempos. Quando ela se iniciava, fraca e pequena, pôde resistir com os próprios elementos a todas as sortidas que vieram perturbar a sua prodigiosa formação. Tirou de si mesmo, pela junção das raças, pela previsão dos seus destinos, o heroísmo necessário para rechaça-las. É a herança dessa bravura incorruptível que circula no nosso sangue. E, para honrar os seus magníficos exemplos, temos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que nesta solenidade se une ao Governo da República, para cimentar, na hora presente, a decisão e a reação do povo brasileiro. (RIHGB, 1942, p. 521)

Nessa mesma sessão, o sócio Claudio Ganns apresentou uma proposta, com base nas comemorações anuais do *Dia Pan Americano*, visando uma “maior consonância dos acontecimentos contemporâneos com as tradições da Diplomacia Brasileira”, e solicitou que “seja transcrito na ata dos trabalhos o memorável artigo que o Barão de Rio Branco publicou em 1905, com o pseudônimo de J. Penn no “Jornal do Comércio”, sob o título: *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*”. Na justificativa para a proposta constava a “indiscutível autoridade do Barão de Rio Branco para esclarecer, no citado trabalho, as raízes históricas das nossas preferências internacionais” que advinham, segundo Ganns, “não só da sua reputação e presidente perpétuo que foi desta Casa, como ainda de sua grande e merecida fama, que então ele tinha como chanceler do Brasil”, função na qual teria sido um “propugnador e incentivador dessa admirável política de franca aproximação com os Estados Unidos da América, tão sabiamente seguida pela nossa diplomacia” atual que, no “dramático momento do presente, por motivos óbvios, torna-se cada dia mais sagrada a nossa comunhão de vistas e cada vez mais presente na defesa recíproca dos interesses americanos” (RIHGB, 1943, p. 524). Mais uma vez, verifica-se a mobilização do passado brasileiro, nesse caso, a história da diplomacia brasileira representada e exaltada pela figura do chanceler Barão de Rio Branco, para referendar e legitimar a atuação e as diretrizes das Relações Exteriores do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Um outro dado relevante observado é como os temas relacionados aos Estados Unidos, a sua história e as suas relações com o Brasil, o Pan-Americanismo e o Monroísmo, a união e a história do continente americano, se tornaram constantes no IHGB a partir desse período, tanto nas sessões e conferências quanto na *Revista do Instituto*, muito provavelmente como uma

consequência e um reflexo do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial<sup>175</sup>.

Neste ano, em uma Sessão Especial em *Homenagem do Centenário da Ação Pacificadora do Duque de Caxias*, realizada em 21 de agosto de 1942, e portanto, logo após o afundamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães, tendo o acontecimento pautado boa parte da sessão, a começar pela proposta apresentada pelo *Secretário Perpétuo*, Max Fleiuss, para que o IHGB “registre na sessão de hoje sua profunda indignação pelo atentado a navios mercantes brasileiros que navegavam em águas territoriais”, o que classificou como uma “violência cometida por nação que ainda não está em estado de guerra com nossa Pátria” (RIHGB, 1942, p. 612). O secretário também registrou “um voto de irrestrita solidariedade ao Senhor Presidente da República” (idem, *ibidem*). No dia seguinte à sessão, Vargas, reunido com seus ministros no Palácio Guanabara, declarou guerra à Alemanha e a Itália.<sup>176</sup> Na sequência, o orador do Instituto, Pedro Calmon, relacionou a figura de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva) com o atentado aos navios brasileiros, segundo ele, “a comemoração de Caxias coincide com o luto nacional, pelas vítimas da barbaria que ronda as nossas águas territoriais e acaba de ofender tão brutalmente a nossa dignidade de povo soberano” (RIHGB, 1942, p. 613). A associação estabelecida entre a figura do Duque de Caxias e o cenário de conflito internacional em que o Brasil encontrava-se naquele momento pautou uma boa parte do pronunciamento de Calmon:

Diz que a festa de Caxias, nesta hora, em que todos os brasileiros oferecem ao Governo a sua fidelidade patriótica, nos protestos que são desde logo a resposta do país à inominável agressão, toma um caráter de profunda aliança, da alma do Brasil de hoje e do velho heroísmo que o general nunca vencido simbolizava. Se a violência nos força a assumir atitudes contrárias à tranquilidade que sempre nos foi apanágio, cumpre estejamos à altura destas responsabilidades, ouvindo as advertências da História. O Brasil é pacifista, não inerte ou apático na sua calma vocação de ordem jurídica. O seu pacifismo não é um fim: a paz pela paz. Senão um meio: a paz para a vida feliz e digna. Se o preço da desonra for a paz, repudiaremos o pacifismo, porque – ao contrário – é ao som dos clarins que evocamos a formação laboriosa do Brasil, a sua defesa volante contra os invasores, a sua integridade forjada ao fogo das lutas, cuja poesia enche de inspirações marciais o nosso espírito. Vimos duma procedência portuguesa varonil e enérgica. (*ibidem*, p. 618)

---

<sup>175</sup> Cf. edições n. 177, de 1942; 178, 179, 180 e 181, de 1943; e 182, de 1944.

<sup>176</sup> Cf. RAHMEIER, 2015.

Na mencionada visita ao IHGB do ex-presidente argentino, General Agustin Pedro Justo, em 11 setembro de 1942, o orador oficial do Instituto, Pedro Calmon, no discurso em homenagem ao chefe de Estado argentino, repudiou “o imperialismo, o racismo e a violência” do que denominou de “o atacante bestial, o cálculo de bandoleiro astuto, a brutalidade do forte sem compromissos morais, a ferocidade do instinto e a selvageria da conquista primária e insaciável” (referindo-se aos nazistas); as quais “não reconhecemos, não a queremos, levantamo-nos contra ela – toda a América, na legítima defesa duma atitude uniforme, que a vingança dos mortos inocentes faz imperiosa e sagrada”. Da tribuna do IHGB, o orador denunciava a agressão aos navios brasileiros, segundo ele, “atacados covarde e injustamente, revidamos a agressão”, conclamando o apoio do povo ao governo brasileiro: “o governo brasileiro comandou: e todos os brasileiros se lhe apresentaram, formando, imediata, a milícia maciça, de 50 milhões de almas, que é o denso exército, consciente e invencível, da Pátria em pé de guerra”. Em seguida, Calmon reafirmou os votos de apoio ao Presidente Vargas, o qual teria a “unanimidade do apoio nacional para a grande luta” (RIHGB, 1942, p. 623). Por fim, Calmon dirigiu-se ao general Agustin - “o general que continua a tradição de San Martin, solícito defensor das Repúblicas amigas, e de Mitre, soldado irresistível da aliança com o Brasil” (ibidem, p. 624) – e reforçou os laços históricos entre o Brasil e a Argentina e a necessidade de união de toda a América na luta contra o fascismo:

Juntos nada tememos. A América está unida, porque a América foi atacada. O Monroísmo não é mais uma palavra vaga, a consciência continental deixou de ser uma utopia, a coesão dos povos passou o limite teórico das promessas literárias, a compreensão interamericana perdeu a obscuridade das sentenças inócuas, mergulhadas na nebulosa dos conceitos escolásticos. A nossa resposta foi simples: e nítida. América, não permitiríamos que o inimigo se valesse da timidez dalgum dos teus Estados para quebrar-te a unidade ideal! A Sanguinária loucura teutônica encarregou-se de dar ênfase e fogo à nossa resposta: na matança dos inocentes, surpreendidos no mar territorial pelos piratas que o violaram, significou a disposição de nos negarem o direito de ter uma Pátria livre e varonil. À guerra, pois! Guerra triunfante e valorosa – que nos enche de um entusiasmo patriótico, benéfico e audaz, fogueira de divino clarão, onde se tempera o aço da nossa força, e a cuja luz o perfil do general Agustin P. Justo, grande cidadão americano, adquire a beleza e o simbolismo dos chefes imortais! Bem haja a América, que criou na generosa seiva de sua cultura heróis dessa estirpe cristã e providencial! (idem, ibidem)

Distante de manter-se “indiferente” ou “alheio” (termos utilizados pela Instituição) às questões e aos acontecimentos que se passavam do *lado de fora* da instituição, da sua tribuna, o orador do Instituto conclamava aos brasileiros e os presentes na sessão: “à guerra!”. Após as manifestações em nome do Instituto, foi a vez do General Agustin Justo fazer o seu



pronunciamento no qual expressou a sua avaliação sobre aquela circunstância e referendou as posições do Instituto e do governo Brasileiro reforçando a necessidade de união entre o Brasil e a Argentina e de toda a América pela defesa da “democracia” e da “liberdade”:

Eis aí, meus senhores, o que se está defendendo nesta guerra, sem precedentes nos anais humanos; mais do que o direito de viver, o direito de pensar livremente, sem o qual nada vale aquele, pois, a vida sem liberdade é vida de irracionais e não de homens sobre cujas fontes Deus acendeu a centelha de sua imortalidade. Com a liberdade, estamos defendendo a democracia, pois um e outro conceito são coincidentes e inseparáveis, e ambos – como disse Massarik – possíveis unicamente, dentro de uma concepção de mundo, que, repousa na confiança a que falta possibilidades quando a força triunfa sobre o direito e o direito capitula diante das armas. (ibidem, p. 628)

Na comemoração do *Dia Pan Americano* no ano seguinte, em 14 de abril de 1943, o general Emílio Fernandes Souza Docca,<sup>177</sup> sócio do IHGB desde 1921, ministrou uma conferência sobre a “Tradição Pan-Americanista do Brasil”. De acordo com Guimarães (2006, p. 33), foi Souza Docca quem apresentou e acompanhou Getúlio Vargas em suas primeiras visitas ao IHGB na década de 1920, quando este ainda exercia o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1924-1926), ou seja, ambos nascidos na cidade de São Borja (RS), tinham uma próxima relação de longa data e da qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fazia parte.

Entre os diversos tópicos abordados, tendo como pano de fundo as relações estabelecidas ao longo da história entre o Brasil e os EUA, o general tratou da “ratificação de Getúlio Vargas” que ele considerou como um “legítimo e fiel intérprete do sentimento brasílico, no sentido da solidariedade continental, que é a mais alta expressão do Pan americanismo”. Segundo ele, quando o “perigo do domínio dos totalitários ameaçavam a paz e a civilização do Hemisfério Americano” Getúlio Vargas teria confirmado “a nossa tradicional política de fraternidade nas américas” ao afirmar que (Docca reproduz textualmente a fala do chefe de Estado): “as nossas armas nunca deverão voltar-se contra os irmãos; a preparação bélica dos povos americanos é defensiva e, propriamente, não pertence somente à Nação que a detém – pertence a todos que constituem o arsenal do continente” (RIHGB, 1942, p. 136). O general

---

<sup>177</sup> Iniciou a carreira militar como soldado do 6º Batalhão de Infantaria em 1889. Foi sucessivamente promovido a primeiro, segundo e terceiro-sargento. No posto de sargento-ajudante fez a Campanha do Contestado em 1914 e 1915. Ingressou no oficialato do Exército, sendo nomeado segundo-tenente em 1919. Promovido a capitão em 1921, a major em 1923, a tenente-coronel em 1928, a coronel em 1934 e a general de brigada intendente em 1941. Dirigiu a Biblioteca Militar e foi vice-presidente do Clube Militar e da Comissão Fiscalizadora do Monumento a Caxias, no Rio de Janeiro. No IHGB, foi membro da Comissão de História. Eleito sócio correspondente do Instituto em 6 de agosto de 1921. Passou a benemérito em 14 de abril de 1939. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/EFSDocca.html>>. Acesso em: 29.06.2020.

prosseguiu reproduzindo as declarações de Vargas sobre a guerra e a necessidade de união do continente americano e do alinhamento aos EUA:

Não está no espírito, como não está na linha política da América agredir nenhum povo ou violar o direito de outrem [...]. O que existe, entretanto, arraigado no coração de todos, das praias do Atlântico às do Pacífico, é o sentimento de inviolabilidade do patrimônio cultural. Qualquer agressão que venha de onde vier, há de encontrar-nos formando o bloco mais numeroso de nacionalidade que jamais constituiu uma aliança defensiva [...]. Agredido um país deste hemisfério mesmo que não fosse a nobre Nação Americana, a quem nos vincula um século de leal estima e estreita colaboração, era dispensável invocar obrigações assumidas em congressos internacionais. Não subsistiam dúvidas sobre a atitude a seguir e, na primeira hora, a definimos manifestando nossa solidariedade aos Estados Unidos. (ibidem, p. 137)

Souza Docca classificou como uma “atitude heroica e nobre a campanha de solidariedade Pan-Americana”, o que comprovava, segundo ele, que o “Brasil não mudou, que continua, com o mesmo entusiasmo e animado pelos mesmos sentimentos manifestados em 1824, postos em prática em 1917, repetidas em 1942, sustentados neste momento cruciante da humanidade” e reafirmou que “assim permanecerá, nos dias futuros, por mais difíceis e mais ásperos que eles sejam”. O general finalizou conclamando: “Irmãos Continentinos! o Brasil de hoje é o mesmo camarada de todos os tempos – contai com ele, sem restrições, para a luta e para a glória” (ibidem, p. 138). Novamente, constatam-se a mobilização e o resgate de datas e eventos da História do Brasil para legitimar e chancelar a posição assumida pelo governo brasileiro em 1942; nesse caso, Souza Docca referenciava-se respectivamente à promulgação da 1ª Constituição do Brasil<sup>178</sup> e às entradas do Brasil na Primeira e Segunda Guerra Mundiais.

A exaltação e o apoio à política externa do Brasil não se resumiam às decisões e posições assumidas pelo Governo Vargas na Segunda Guerra Mundial, visto que frequentemente o IHGB pronunciava-se sobre às iniciativas, medidas e diretrizes adotadas pelo Itamaraty nas relações externas do país. Por ocasião da comemoração do “Dia Pan Americano” no ano de 1939, o sócio e secretário do Instituto, Caio de Melo Franco<sup>179</sup> – que nesse período ocupava a chefia da

<sup>178</sup> Encomendada pelo então Imperador D. Pedro I, a primeira Constituição Brasileira (*Constituição Política do Império do Brasil*), foi promulgada em 25 de março de 1824 e substituída em 24 de fevereiro de 1891 pela constituição republicana. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/03/historia-25-marco-1824-promulgada-constituicao-imperio>>. Acesso em: 08.07.2020.

<sup>179</sup> Com uma extensa carreira diplomática, Caio de Melo Franco ingressou na diplomacia em 1917 e foi promovido a segundo-secretário em 1919. Serviu em Paris até 1932, transferido para Haia em 1933, e a partir de abril de 1934 atuou como encarregado de negócios do Brasil na Holanda. Em 1935, foi transferido para a embaixada brasileira em Londres aonde atuou como secretário da delegação brasileira junto à Liga das Nações. Foi promovido a ministro de segunda classe em 1938 e, entre janeiro do ano seguinte e maio de 1941, respondeu pela chefia da Divisão de Cerimonial do Itamaraty. Foi membro da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores. Em 1941 serviu como ministro plenipotenciário no Equador, de 1942 a 1944 no Canadá, em 1945 em

Divisão de Cerimonial do Itamaraty – proferiu da tribuna do IHGB uma manifestação de apoio ao governo brasileiro no caso “Letícia”:

Como vimos, o incidente de Letícia, foi solucionado com os conselhos do Chefe de Nação, cuja inteligência aguda e profundamente intuitiva, não só ausculta os íntimos anseios do seu povo, como penetra na consciência de outros povos. Após Havana, todas as vezes que o sentimento Pan americano esteve em jogo, presente esteve também, ou pessoalmente, como em Buenos Aires, ou pela voz dos seus delegados, o Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. E, na serenidade deste Instituto, esquecido das minhas qualidades de funcionário, qualidades que me vedam o direito de julgar ou discorrer sobre o primeiro magistrado da Nação, mas unicamente investido do direito que assiste ao intelectual e ao historiador, membro desta Casa, predigo que o nome do atual chefe de Nação brasileira encherá uma era, que será do Pan americanismo e da solidariedade continental. (RIHGB, 1929, p. 740)

O caso que ficou conhecido como “Letícia” foi a invasão de forças peruanas à cidade de Letícia (situada na fronteira com o Brasil), apossando-se daquela região pertencente ao território colombiano<sup>180</sup>. A solução para o conflito se deu com a assinatura do “Protocolo da Amizade” entre o Peru e a Colômbia na cidade Rio de Janeiro em 1934. O governo brasileiro, mediante o Itamaraty, comandando pelo chanceler Afrânio de Melo Franco,<sup>181</sup> que inclusive presidiu aquela conferência, teria desempenhado um papel decisivo na resolução do conflito.

---

Nova Iorque, e em 1948, no Egito. Ainda nesse ano, esteve à frente da Comissão de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Ascendeu a ministro de primeira classe em 1949, sendo designado em julho seguinte embaixador do Brasil na Índia, aonde permaneceria até 1951. Representante brasileiro no Peru entre 1952 e 1953, foi nomeado embaixador do Brasil na França no ano seguinte, exercendo essa função até agosto de 1955. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-caio-de-melo>>. Acesso em: 29.06.2020.

<sup>180</sup> Esta área em questão vinha sendo reivindicada pelos dois países desde as guerras da Independência no século XIX, até que em 1922 foi assinado um tratado que ficou conhecido como Salomón-Lozano, numa homenagem aos ministros que o negociaram, assegurando a posse do território à Colômbia. Porém, este tratado provocou fortes resistências entre os peruanos, que contestavam sua legitimidade por haver sido assinado durante o regime ditatorial do presidente Augusto Leguía. Na noite de 31 de agosto para 1º de setembro de 1932, em operação não assumida oficialmente pelo governo de Lima, tropas peruanas tomaram de assalto a cidade colombiana de Letícia. Com esse ataque desencadearam-se ações de guerra local entre os dois países. O conflito foi solucionado em 1934 em grande parte devido à mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações. Cf. WANDERLEY, 2018.

<sup>181</sup> Com uma extensa carreira política e diplomática anterior a 1930, Afrânio de Melo Franco (pai de Caio e de Virgílio de Melo Franco) foi designado para o ministério das Relações Exteriores dias após Vargas ser empossado chefe do Governo Provisório. Desempenhou um importante papel na mediação dos conflitos do Chaco, que opunha Bolívia e Paraguai, e do porto de Letícia, disputado por Peru e Colômbia. Por conta de sua atuação nas negociações referentes a esses conflitos, teve seu nome indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1935. Presidiu a comissão nomeada por Vargas para elaborar o anteprojeto da futura Constituição do país entre novembro de 1932 e maio de 1933. Em dezembro de 1933 deixou o Itamaraty em protesto contra o fato de seu filho Virgílio ter sido preterido por Vargas na escolha do interventor federal em Minas Gerais. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado estadual constituinte em Minas Gerais. Nos anos seguintes desempenhou funções diplomáticas representando o Brasil em importantes conferências internacionais até o início da década de 1940. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afranio\\_de\\_melo\\_franco](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afranio_de_melo_franco)>. Acesso em: 29.06.2020.

No julgamento de Caio Franco, “o governo do Sr. Getúlio Vargas permanece atento a esses compromissos, empenhado em consolidar a paz entre os dois países vizinhos, aos quais nos prendem fraternos e indestrutíveis laços de amizade” (RIHGB, 1929, p. 740). Caio Franco, sócio do Instituto e membro do Itamaraty, referia-se e enaltecia o seu pai, Afrânio de Melo Franco, chanceler brasileiro que também foi sócio do IHGB,<sup>182</sup> verificando-se, assim, como os vínculos e as *redes* familiares estavam presentes tanto no IHGB quanto no Itamaraty, perpassando e influenciando as relações estabelecidas entre os sócios do Instituto e os membros do Ministério das Relações Exteriores.

Como procurou-se demonstrar ao longo deste tópico, longe de permanecer “imparcial”, “isento” ou “superior” às questões de ordens política e partidária, o IHGB manifestou-se e posicionou-se constantemente sobre os principais acontecimentos e debates políticos e sociais durante esse período, sobretudo aqueles relacionados diretamente com o Governo Vargas, por exemplo, o apoio e a posterior comemoração da vitória do Governo Federal sobre o Movimento Constitucionalista de São Paulo em 1932, ou quando o Instituto exigiu da sua tribuna “medidas de exceção” por parte do Governo para conter a “hidra comunista” às vésperas do Estado Novo, entre inúmeras outras medidas do Governo Vargas sobre as quais o Instituto emitia seus pareceres, muitos deles direcionados – alguns pessoalmente – ao chefe de Estado.

O aspecto mais relevante e expressivo destas manifestações do Instituto é a utilização do passado nacional para avaliar e legitimar a atuação do Governo Vargas, através da mobilização e do vínculo estabelecido entre determinados eventos e “personagens” da História do Brasil com medidas, projetos e diretrizes do Governo Vargas e também com os acontecimentos políticos e sociais deste período. A mais importante delas foi, sem dúvidas, a questão da unidade nacional, considerada pelo Instituto como a grande conquista do passado nacional a ser preservada e uma referência central que balizava a avaliação e aprovação de medidas do Governo Vargas nessa área, mas também em sua vitória sobre o Movimento Constitucionalista. Dessa forma, a unidade nacional constituiu-se como o grande *ponto em comum* entre o Instituto e o governo. O objeto (conquista) e objetivo (manutenção) da Unidade Nacional unia o passado ao presente, a história à política, o IHGB ao Governo Vargas.

Ao convidar Getúlio Vargas para comparecer na sessão aniversária de 1931, o IHGB chancelou Vargas como o novo chefe de Estado do país e por consequência legitimou o movimento político-militar que colocou Vargas no poder em 1930 e comandou o “digno”

---

<sup>182</sup> Afrânio de Melo Franco foi eleito Sócio Correspondente do IHGB em maio de 1921 e passou a Sócio Honorário em maio de 1937. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/admfranco.html>>. Acesso em: 08.07.2020.

Governo Provisório. O Instituto também avalizou a eleição de Vargas à presidência da República pela Assembleia Nacional Constituinte em 1934 e as manifestações políticas da Instituição estiveram em sintonia com o discurso de legitimação política e institucional da implementação do Estado Novo em 1937. Em síntese, podemos afirmar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apoiou e legitimou 1930, 1934 e 1937.

Além disso, Getúlio Vargas, Presidente Honorário do Instituto, foi imensamente exaltado e reverenciado em todas as ocasiões em que visitou a Instituição, tanto aos seus atributos pessoais como em sua atuação enquanto chefe de Estado. Dessa forma, concluímos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aderiu e manteve o seu apoio a Getúlio Vargas durante todo o período do seu primeiro governo. Registra-se ainda que não foi encontrado qualquer vestígio de objeção ao nome de Vargas ou aos pronunciamentos favoráveis da Instituição ao seu governo.

Considerando as particularidades e continuidades inerentes ao processo histórico, certamente as manifestações políticas do IHGB existiam anteriormente e prosseguiram posteriormente ao Governo Vargas,<sup>183</sup> no entanto, este importante apoio de uma das mais tradicionais e prestigiosas instituições culturais e a principal referência na produção e divulgação de conhecimento histórico do país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao governo de Getúlio Vargas, mostrava-se necessário, seja para a própria história do Instituto, sobre a qual não havia sido escrito este capítulo, uma contribuição ao entendimento da legitimação e sustentação social<sup>184</sup> de um regime autoritário como o Estado Novo, e por consequência à História do Brasil republicano, ou mesmo para a reflexão sobre as complexas relações estabelecidas entre o *métier* da história e as instâncias do poder.

---

<sup>183</sup> Em minha dissertação de mestrado, demonstrei como o IHGB apoiou o golpe de 1964 e todos os chefes de Estado da ditadura civil-militar (TREVISAN, 2017a).

<sup>184</sup> O entendimento dos regimes autoritários como produtos sociais nos ajuda a compreender, por exemplo, como as ditaduras permanecerem por tanto tempo no poder, não só através da repressão e da violência, mas também pela sua base de sustentação social. Denise Rollerberg e Samantha Quadrat, em comparação com a revisão historiográfica sobre o fascismo nas décadas de 1970 e 1980, ressaltam que o principal problema dessas interpretações foi o de “não ter compreendido os regimes autoritários como produto social”, “obscurecendo o apoio de amplos setores sociais ao golpe e mesmo a manutenção do regime” (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2011, pp. 2-3).

### 3.3 Relação financeira

Desde a sua fundação, a proximidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com as esferas do Estado brasileiro, mediante inúmeros fatores, viabilizou e garantiu os recursos necessários para o seu funcionamento e a realização das suas atividades através do patrocínio de origem estatal mantido – com as devidas variações e particularidades – pelos diferentes governos e regimes políticos vigentes na História do Brasil, no entanto, como uma instituição privada e portanto, não sendo pública, o financiamento do IHGB se colocou como uma questão central – e um problema – ao longo de toda a sua história.

Criado por membros da elite imperial, em sua maioria políticos e funcionários da burocracia estatal, e tendo nomeado o Imperador Dom Pedro II como o seu “protetor”, o IHGB garantiu, além do prestígio das autoridades, o patrocínio necessário para a sua manutenção e a realização das suas atividades durante esse período. Um dos símbolos do amparo financeiro recebido pelo IHGB foi a concessão pelo Imperador do Paço Imperial para ser a sede da Instituição que permaneceu nesta instalação até o final do período monárquico. Responsável por boa parte do orçamento geral do Instituto, em torno de 75% (GUIMARÃES, 1988) os subsídios estatais financiavam as suas atividades, como as “viagens científicas” que visavam descobrir e catalogar as várias partes que compunham o país, a manutenção e ampliação do seu acervo, a publicação da sua Revista, os congressos, eventos e datas comemorativas, entre inúmeros outros projetos. Conforme demonstrei em minha dissertação de mestrado (TREVISAN, 2017a), através de um levantamento histórico sobre a relação financeira entre o Instituto e os diferentes governos, o Estado monárquico garantiu o financiamento do IHGB durante toda a sua vigência. Embora houvessem reclamações e pedidos por mais verbas ao poder público nesse período, o Estado manteve o constante repasse com aumento progressivo nos recursos direcionados à instituição a partir da segunda metade do século XIX (idem, *ibidem*), tendo registrado apenas uma pequena queda nestes valores no período final do período monárquico, como uma provável consequência da crise e posterior queda do regime.

Com a proclamação da República, em 1889, o IHGB, fortemente identificado com o regime deposto, e por esse motivo, visto pela elite republicana como um reduto monarquista, passaria por momentos de instabilidades e incertezas. Entre 1892 e 1893, a Instituição teve os seus subsídios cortados pela metade pelo Congresso, passando de 9:000\$000 (nove contos de réis) para 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos mil réis) no ano seguinte (*ibidem*, p. 33). A situação do Instituto tornou-se tão crítica, visto as inúmeras reclamações e apelos junto ao poder público por mais recursos nesse período, que se chegou a cogitar o encerramento das suas

atividades. A situação só mudaria com a aproximação do Instituto com a elite política republicana. Com a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, o IHGB enviou uma comissão para cumprimentá-lo, o gesto foi correspondido pelo chefe do Executivo que compareceu à Sessão Aniversária do IHGB no ano de 1894 (RIHGB, 1894, pp. 387-388). A aproximação com a nova elite dirigente republicana passou pela articulação do seu presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro (1891-1908), nomeado presidente do Supremo Tribunal Federal por Deodoro da Fonseca em 1890,<sup>185</sup> e, posteriormente, pela eleição à presidência do IHGB, em 1907, de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores do Brasil (1902 a 1912). Não tardou para que a proximidade entre o IHGB e o governo republicano se traduzisse no aumento de 100% dos subsídios estatais direcionados à instituição: os valores repassados ao IHGB passaram de 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos mil réis) referente ao ano de 1893 para 9:000\$000 (nove contos de réis) no ano seguinte, 1894 (RIHGB, 1944, p. 430). A aproximação com o governo republicano foi, sem dúvida alguma, exitosa para o IHGB, depois de um período turbulento e de incertezas com a derrubada do regime monárquico, a Instituição agora gozava de estabilidade financeira, tendo o seu subsídio garantido e progressivamente reajustado pelo governo republicano (TREVISAN, 2017a), o custeio para a publicação trimestral da sua revista (RIHGB, 1903, p. 143; RIHGB, 1904, p. 471) e podendo pleitear reformas em sua sede (RIHGB, 1902, pp. 524-525; RIHGB, 1904, p. 444).

Conforme verificamos através deste levantamento histórico sobre a relação econômica entre o IHGB e os diferentes regimes políticos e governos, em nenhum momento desde a sua fundação o Instituto prescindiu dos auxílios financeiros oriundos do Estado para o seu funcionamento, tornando crônica a sua dependência com relação às verbas de origem estatal, sendo necessário, mesmo com a contribuição dos sócios, recorrer ao poder público para a sua manutenção e a realização das suas atividades e projetos, o que fundamentou a nossa tese – já exposta na dissertação de mestrado e em artigos científicos (TREVISAN, 2017a, pp. 136-161) – da *insustentabilidade financeira* do IHGB.

Um ano após assumir o comando do Estado, em 1931, Getúlio Vargas fez a sua primeira visita ao IHGB como chefe de Estado – visto que já estivera na instituição. Na ocasião, o secretário perpétuo do Instituto, Max Fleiuss (o qual já referimos a sua proximidade com Getúlio), expôs ao novo chefe de Estado um histórico das doações, medidas e auxílios

---

<sup>185</sup> Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=AquinoCastroDadosDadas>>. Acesso em: 04.09.2020.

financeiros concedidos ao Instituto desde a sua fundação pelos diferentes governos e regimes políticos, sempre ressaltando a necessidade do amparo público para o funcionamento da instituição:

Em correspondência aos inestimáveis serviços que, de há perto de um século, vêm prestando a esta Casa, como guarda fiel das suas tradições e o mais rico manancial de conhecimentos acerca do Brasil – carece cada vez mais o INSTITUTO do amparo oficial que, aliás, sempre lhe foi dispensando desde 1839 por todos os governos brasileiros, sendo que o MAGNANIMO PROTETOR desta Casa alojou-nos em seu próprio Paço e legou-nos sua preciosíssima biblioteca. Além disso os imperiais avisos de 4 de Abril desse ano e de 28 de Janeiro de 1847, nas presidências Visconde de São Leopoldo e Marques de Sapucaí, respectivamente, dispuseram sobre a oficialização e o desenvolvimento do INSTITUTO, bem assim o decreto n. 2.842, de 2 de Novembro de 1861. A República igualmente nos concedeu uma subvenção anual permanente (decreto legislativo n. 4.482, de 18 de Janeiro de 1922, sancionado pelo sr. Epitácio Pessoa), além de outros favores concernentes à impressão da sua Revista e das suas publicações e atas das sessões na Imprensa Oficial, a franquia postal da mesma Revista dentro do nosso território. (RIHGB, 1931, p. 536)

Esse levantamento histórico funcionava como uma forma de pressionar o novo chefe de Estado a manter os repasses dos subsídios estatais ao Instituto, a partir da seguinte lógica: se todos os governantes o fizeram, Vargas também o haveria ou deveria fazer. A prova disso é a rogativa na conclusão de Fleiuss ao chefe de Estado: “o patriotismo do Governo do Brasil atenderá, por certo, aos nossos insistentes apelos” (ibidem, p. 537). É interessante perceber que o IHGB elaborou previamente esse histórico financeiro especificamente para a ocasião da visita do chefe de Estado ao Instituto, revelando como finalidade tencioná-lo para manter – e possivelmente aumentar – os subsídios repassados ao Instituto.

Como parte desse retrospecto financeiro, o secretário elencou uma reivindicação – e um problema – antigo e que perpassou toda a história do IHGB: a ausência de uma sede própria para a Instituição. Além de mencionar algumas medidas adotadas por diferentes governos sobre essa questão, o secretário relatou em seu pronunciamento sobre a atual situação das instalações do Instituto: “a deficiência da presente ala de construção, ocupada pela sede atual, incompatível com o alto grau do seu desenvolvimento” (idem, ibidem). Max Fleiuss ainda aproveitou para apresentar à Vargas a Revista do Instituto (*RIHGB*), editada desde 1839, a qual, segundo ele, “atinge a impressão de perto de 200 obras, relativas ao Brasil, mais de duas por ano” (ibidem, p. 531). Segundo Fleiuss, “nenhuma associação nacional ou estrangeira poderá apresentar maior soma de esforço patriótico do que este” (idem, ibidem). O secretário pediu licença para “ter a honra de oferecer ao chefe da Nação o primeiro exemplar do volume, como lembrança



da primeira visita de s. ex. ao Instituto, visita que espera e deseja seja muitas vezes repetida”, sendo acompanhado – segundo o registro da ocasião – de “prolongados aplausos” (idem, *ibidem*). Certamente, o Instituto aproveitava a oportunidade da presença do chefe de Estado em seu recinto para exaltar e propagandear o seu periódico, vislumbrando a manutenção e a ampliação do auxílio do poder público para a publicação em dia da Revista e sua distribuição pelo país e no exterior – como veremos, a Revista do Instituto já contava com esses subsídios.<sup>186</sup>

Na segunda visita de Vargas ao Instituto, em 1932, embora não tenha sido mencionada diretamente a questão financeira da Instituição, o secretário Max Fleiuss, em reconhecimento à regularidade da publicação da Revista do Instituto, agradeceu a “constante solicitude da Imprensa Nacional para com as obras do Instituto” (RIHGB, 1932, p. 537). O secretário referia-se a um contrato realizado pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e autorizado pelo Congresso Nacional, aonde o Instituto obteve uma subvenção permanente de 40 contos para a edição da sua Revista feita na Imprensa Nacional, a publicação das atas das suas sessões e expediente no *Diário Oficial* e a franquia postal da Revista do Instituto em todo o território brasileiro (*ibidem*, p. 811). O contrato feito pelo governo de Epitácio Pessoa, membro do IHGB desde 1901,<sup>187</sup> e que, como mencionamos anteriormente, como presidente da República concedeu uma série de benefícios ao Instituto, revela como as redes e articulações destes indivíduos na esfera do Estado eram fundamentais para a obtenção dos auxílios e benefícios econômicos ao Instituto.

Como anexo desta sessão aniversária, entre notícias do evento em jornais e relatórios das atividades daquele ano, constava um pequeno resumo da história do Instituto, aonde destacamos o trecho em que a associação manifestou novamente a imprescindibilidade dos recursos públicos para a sua manutenção. O Instituto recorria à sua própria exaltação e enaltecimento, à valorização da sua história, ao devido merecimento pelos serviços prestados à “causa cívico-patriótica” e, novamente, ao fato de todos os governos anteriores o terem patrocinado como argumentos e justificativas para a continuidade destes auxílios econômicos pelo atual governo comandado por Vargas:

É indispensável, contudo, que patrocinando suas mais esforçadas realizações, cujo marco centenário está prestes a atingir, o poder público brasileiro, em que mais de dois anos do período regencial, cerca de meio século do segundo Império e de mais de 40 anos do regime republicano o amparou continue a dispensar ao INSTITUTO todo o apoio que lhe é rigorosamente indispensável.

<sup>186</sup> Segundo Fleiuss, a Revista do Instituto era “divulgada por todo o Velho Mundo, com os principais países civilizados” (RIHGB, 1932, p. 812).

<sup>187</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ESPessoa.html>>. Acesso em: 11.09.2020.

Solenizando a data magna da velha Casa de brasilidade, cumpre não olvidar que ela em sua longeva benemerência, por seus inestimáveis serviços em prol da cultura do povo brasileiro, tudo deve merecer do governo do Brasil, pois é o mais grandioso dos templos cívicos nacionais – é o mais alto e secular monumento histórico, erigido pelos nossos maiores, à perpetuidade e revivescência continua da grandeza da Pátria. (RIHGB, 1932, p. 812)

Neste mesmo ano (1932), como mencionamos no primeiro tópico, o então ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório, Francisco Campos, visitou o IHGB e naquela ocasião, expressou “palavras de admiração por tudo quanto lhe foi dado observar”, no entanto, também teria notado “a insuficiência da instalação dos vários, e constantemente em aumento, serviços da associação”, tendo se comprometido a tomar “providencias a respeito” (ibidem, p. 696).

Na terceira (e última) visita do chefe de Estado ao Instituto, em 1933, na qual Vargas novamente presidiu aquela Sessão Aniversária, após as comemorações, homenagens, relatórios e balanços das atividades daquele ano, o secretário Max Fleiuss, da tribuna do Instituto, dirigindo-se “ao alto espírito do sr. Chefe do Governo Provisório” que tinha “por factos, patenteado sua estima ao Instituto”, solicitou “permissão para dirigir estas palavras” e manifestou uma reivindicação ao chefe de Estado, bem como a todas as autoridades do governo presentes naquela sessão:

Encerrando a resenha dos nossos trabalhos sociaes no anno findo, insistiremos nos appellos, já por várias vezes feitos, aos representantes do poder público, em relatórios annuaes desta Secretaria. Appellamos aqui, novamente para os dirigentes dos destinos do Brasil, que jamais nos negaram seu indispensável apoio, afim de atenderem a uma deficiência material, de character premente – necessidade urgente e principal, com que, nestes últimos tempos vimos seriamente lutando – qual é a falta sensível de espaço e de garantia das installações, defesa e conservação dos preciosíssimos acervos. Dentro de um lustro completará o INSTITUTO seu 1º centenário de fundação – cem anos de insignes, infatigáveis, proficientes, conscienciosos, beneméritos e heroicos serviços à Pátria, na gloriosa causa de tornar o Brasil outrora, hoje e do futuro, cada vez mais conhecido, amado e revelando tanto a si próprio, ao grande amor de seus filhos, como ao intercâmbio da cultura exterior. E, que melhor forma, meus senhores, de consagrar officialmente a passagem do primeiro século de existência desta instituição, tradicionalmente patriótica, do que seja dotá-la de um edificio adequado à grandeza e exigências de sua sede? (RIHGB, 1933, p. 785)

O secretário solicitava pessoalmente a Vargas uma sede própria e condigna com o tamanho e a importância do Instituto, para isso, exaltava o seu riquíssimo acervo e enaltecia os serviços prestados em prol da pátria pelo Instituto ao longo de toda a sua trajetória. Como um argumento a mais para convencer o chefe de Estado a conceder uma nova sede ao Instituto, o secretário citou o caso do governo do México que, no ano de 1928, “offerecia um palácio sumptuoso para a actual sede do Instituto Panamericano de Geographia e História.” Para

finalizar o seu pronunciamento, Fleiuss desejava que “esta Casa veterana da nossa História, ao solenizar o seu 1º centenário de existência, possa ver a realidade de seu máximo desejo – possuir uma sede própria e condigna” – seguido de aplausos (RIHGB, 1933, p. 786). Como se denota, a aquisição de uma nova sede era uma questão central – e urgente – para o IHGB naquele momento, sendo uma das principais reivindicações durante as visitas do chefe de Estado e das autoridades do governo – sobretudo os ministros da Educação.

Nesse período, o Instituto localizava-se, desde 1913, “na ala que edificara para sua sede, ao flanco do Silogeu, na esquina das Avenidas Augusto Severo e Teixeira de Freitas”,<sup>188</sup> no mesmo local em que, em 1972, foi construída e inaugurada a sede aonde localiza-se o Instituto atualmente. Em resumo, a primeira sede do IHGB foi nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em cuja sala de sessões fundou-se o Instituto - aonde posteriormente passou a abrigar o Arquivo Nacional. Em 1840, o Instituto mudou-se para o Paço Imperial (antigo Paço Real<sup>189</sup>), a princípio nas dependências do Almojarifado, depois na sala à esquerda da Portaria das Damas e, finalmente, no terceiro pavimento do antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial. No Paço Imperial, a “proteção” se fazia presente inclusive na presença do Imperador, frequentador assíduo das reuniões da Instituição: de 1849 a 1889, foram mais de quinhentas sessões que contaram com a sua presença e a presidência. O passadiço através do qual o Imperador teve acesso a tantas reuniões é um símbolo da proximidade entre o Instituto e o Estado monárquico. Com a necessidade de obras nesse local, o Instituto funcionou, de Junho a Agosto de 1906, no Real Gabinete Português de Leitura. Em 21 de outubro de 1913, o então presidente Conde de Afonso Celso realojou o Instituto nesta mesma sede em que se encontrava durante o Governo Vargas e na qual, em 3 de agosto de 1955, o presidente João Café Filho autorizou que fosse cedido este terreno ao Instituto.

O problema relacionado às suas sedes e que perpassou toda a história do IHGB desde a sua fundação (TREVISAN, 2017a),<sup>190</sup> só seria resolvido em definitivo quando o então chefe de Estado da ditadura civil-militar (1964-1985), Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) (RIHGB,

---

<sup>188</sup> Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html>>. Acesso em: 14.09.2020.

<sup>189</sup> Antiga residência do governador e do Vice-Rei no século XVIII, o Paço Imperial no Rio de Janeiro foi o centro das movimentações políticas e sociais da época, registrando importantes eventos do Brasil Colônia, Real e Imperial, entre eles, o Dia do Fico, a abolição da escravidão e a Proclamação da Independência do Brasil. Em 1808, com a vinda de Dom João VI, o local passou a se chamar Paço Real, após a Independência, o edifício passou a Paço Imperial, com Pedro I e Pedro II, até a proclamação da República, em 1889, quando as propriedades da Família Imperial foram leiloadas e o prédio foi transformado em Agência Central dos Correios e Telégrafos. Em 1938, o Paço Imperial foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <[http://www.amigosdopacoimperial.org.br/?page\\_id=52](http://www.amigosdopacoimperial.org.br/?page_id=52)>. Acesso em: 12.10.2020.

<sup>190</sup> Em minha dissertação de mestrado, realizei um levantamento histórico sobre as sedes do Instituto desde a sua fundação (TREVISAN, 2017a).

1971, p. 121), autorizou, através da Caixa Econômica Federal, um empréstimo com o valor necessário para a construção de uma nova sede para o Instituto que seria inaugurada no ano de 1972 e aonde localiza-se o IHGB até os dias atuais.<sup>191</sup> O agradecimento ao general Médici seria eterno e o seu nome ficaria “desde o presente momento, para sempre, entre os grandes beneméritos do Instituto, ao lado de Dom Pedro II” (RIHGB, 1972, p. 257).

Se analisarmos o histórico das sedes do IHGB, notaremos que, apesar de ser uma Instituição de caráter privado, as suas sedes e instalações quase sempre foram em locais ou dependências concedidas pelo poder público (com exceção da sua primeira sede, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>192</sup>), o que não apenas configurou, como simbolizou a proximidade e sobretudo a dependência da Instituição com relação ao amparo do Estado.

Com Getúlio Vargas já eleito Presidente de Honra do IHGB no ano de 1934, embora não viesse mais a frequentar a Instituição, as reclamações e reivindicações financeiras prosseguiram, desta vez, na presença do seu representante, o general Pantaleão da Silva Pessoa. Na 96ª Sessão Aniversário do Instituto, novamente mencionou-se, nas palavras do secretário Max Fleiuss, o fato de todos os governantes anteriores haverem patrocinado o Instituto: “por isso mesmo, esta Casa, a quem todos os governos, desde o da regência de Araújo Lima, o império de Pedro II até o momento do atual, nunca lhe negaram o apoio, que lhe é essencial”. “Proteger o Instituto”, ou seja, patrociná-lo, significava para Fleiuss “não descurar de um dos aspectos em que se divide a existência nacional” (RIHGB, 1934, p. 493). O secretário ainda relembrou em seu pronunciamento da visita do então ministro da Justiça, Vicente Rao, o qual, segundo ele, havia tido “impressões antagônicas” ao conhecer a sede do Instituto, “de satisfação pelo que via e examinava” e de “tristeza, reconhecendo a insuficiência das instalações” (ibidem, p. 494). Novamente, a necessidade de uma nova sede pautou uma boa parte do pronunciamento do secretário que relatou as precárias condições na qual se encontrava o seu valioso acervo. Assim, segundo ele, “levaremos aos ouvidos dos Poderes Públicos quanto nos falta para cumprir invariavelmente nossos deveres” (idem, ibidem). O recado dado era claramente endereçado ao representante do chefe de Estado presente naquela sessão:

---

<sup>191</sup> Em meu artigo “O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985)”, ao analisar a relação financeira do IHGB com os generais, abordei a construção da nova sede do Instituto patrocinada pelos militares (TREVISAN, 2017c).

<sup>192</sup> Apesar do amparo (inclusive financeiro) do governo e de também ter Dom Pedro I como o seu “protetor”, a SAIN era uma associação civil, uma entidade de natureza jurídica privada. Cf. MALAVOTA, 2020, p. 14.

Diremos, pois, que cada vez mais se torna premente a construção de um prédio adequado, onde possamos ter, além do salão das sessões, salas para a frequentada leitura pública, conferências, para o nosso museu, criado em 1851, para comissões, a vastíssima biblioteca, arquivos, mapas, para as coleções de Revista e das publicações extraordinárias, depósitos dos jornais, secretaria, presidente e secretário. Os cômodos de que dispomos, salvo o salão de sessões, não oferecem o menor conforto, alguns mesmo impõe imediata remodelação. Nosso museu, por exemplo, acrescido de novas riquíssimas coleções, entre estas a do comandante Andrade Pinto, avaliada pericialmente em cem contos de réis, acha-se situado numa sala do terceiro pavimento, quase inacessível, e a estupenda mapoteca jaz num diminuto espaço, onde se aglomeram cartas geográficas e atlas, sem a possibilidade duma organização eficiente. E o que mais nos desola, devido ainda em mor-parte a essa exiguidade, é a destruição constante pelo cupim e pelas traças, não obstante os cuidados que empregamos. (idem, *ibidem*)

O que o Instituto necessitava, conforme Fleiuss, era de “um prédio isento de qualquer sinistro, sem o menor luxo, porém com amplitude conveniente para a sistemática disposição de nossas riquezas”, esta seria, segundo ele, “a nossa mais palpitante necessidade”. Dotando o IHGB desse elemento, de acordo com o secretário, o governo da República “ampará um dos maiores repositórios sobre a nossa vida colonial e de nação autônoma”. E esse problema, segundo ele, não seria de difícil solução, pois o Instituto já possuía um vasto terreno que foi concedido pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa, “nosso consócio grande benemérito” (idem, *ibidem*). Além da precariedade das suas instalações, Fleiuss ainda relatou a “escassez de pessoal de funcionários”, segundo ele: “exíguo e mal remunerado”. O secretário questionou os presentes: “como atender, catalogar, resguardar livros, documentos, estampas e as centenas de objetos com pouquíssimos serventuários?”. Conforme ele, “quem nos frequenta, quem nos visita reconhece que fazemos muito para manter e desenvolver os vários serviços” (RIHGB, 1934, p 495).

Como percebemos até aqui, a relação – ao menos financeira – com o Governo Vargas em seus primeiros anos não foi benéfica para o Instituto. Por mais que o novo chefe de Estado prestigiasse a instituição, visitando-a, presidindo as suas sessões aniversárias e tornando-se o seu presidente honorário, as reclamações e os pedidos por mais verbas foram constantes nesse período, sobretudo nas ocasiões em que o chefe de Estado ou autoridades do seu governo estiveram presentes no Instituto. Outro indício disso é que não há qualquer vestígio de agradecimento a Vargas devido a repasses ou medidas que beneficiassem economicamente o IHGB, apenas menções a medidas de governos anteriores. Uma outra conclusão que se pode tirar destas reiteradas reclamações e reivindicações é que, apesar do subsídio estatal repassado anualmente desde 1922, a situação financeira do IHGB nesse momento era bastante crítica,

visto os excessivos apelos feitos diretamente ao chefe e às autoridades do governo por maiores auxílios do poder público que, conforme afirmamos desde o início, eram imprescindíveis para a manutenção e o funcionamento do Instituto.

Uma questão fundamental na relação financeira entre o IHGB e os diferentes governos era a publicação da sua Revista, a *RIHGB*. Elaborada por um dos seus fundadores, Januário da Cunha Barbosa, e lançada um ano após a fundação do Instituto, em 1839, a Revista do IHGB tinha como principal objetivo contribuir com a História do Brasil, por um lado, construindo um arquivo de documentos que pudessem ser preservados e aproveitados pelos escritores da história e da geografia do Brasil, e por outro, produzindo e divulgando os trabalhos e ensaios relativos à história e à geografia produzidos pelos seus membros, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral<sup>193</sup>. O propósito de divulgação dos documentos e do conhecimento histórico e geográfico produzido pelo Instituto já constava no primeiro artigo dos seus estatutos de fundação:

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, *publicar* ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil; e assim também promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza. (RIHGB, 1839, p. 18, grifo nosso)

E o objetivo específico de criar um periódico do Instituto constava no terceiro artigo dos seus estatutos de 1839:

Art. 3º Publicará de tres em tres mezes hum folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte – Revista de Historia e Geographia; ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. – Nesta revista se publicaráo, além das actas e trabalhos do Instituto, as memorias de seus membros, que forem interessantes á historia e geographia do Brasil; e assim tambem as noticias ou extractos de historia e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades, e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatorio de huma commissão do seu seio, para esse effeito nomeada. (RIHGB, 1839, p. 3-4)

A *Revista do Instituto* desempenhou um papel fundamental no arquivamento e na publicação destes documentos, de acordo com a oportuna ponderação de Sanchez (2003, p. 27): “julgados pelos homens do Instituto como interessantes para a História do Brasil”. Segundo

<sup>193</sup> Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>. Acesso em: 16.09.2020.

Mendes (2017, p. 2), é necessário pensar a *Revista do IHGB* como um “ambicioso e bem-sucedido projeto de construção nacional” no qual “se preocupava basicamente na seleção, coleta, sistematização e publicação de documentos para a escrita de uma História Geral”. Nas palavras do sócio Rodrigo Octavio, a Revista é “a síntese da atividade intelectual do Instituto” e que “lhe avulta o tesouro constituído pela contribuição das maiores vocações brasileiras em estudos históricos” (RIHGB, 1935, p 556). De acordo com a nota comemorativa do 101º aniversário do Instituto, a sua Revista foi “modelo para tantas outras revistas impressas depois de criados outros tantos institutos congêneres pelos Estados”; ela é “a guarda de documentos e o arquivo que o brasileiro precisa conhecer para saber da história do seu país. É, pois, um depositário da História do Brasil” (RIHGB, 1939, p. 969). Realmente, dificilmente um tema ou questão relacionada ao passado nacional passou despercebida ou não foi abordada pelo IHGB nas páginas da sua Revista desde a sua fundação.

Circulando regularmente desde a sua criação, a Revista do Instituto tinha como meta inicial ser uma publicação trimestral, no entanto, após variações em sua periodicidade, esse objetivo efetivou-se somente a partir de 1943.<sup>194</sup> Desde o início, a *Revista* tinha como público certo os sócios do Instituto (cada membro recebia um exemplar) e as instituições nacionais e internacionais com as quais o IHGB mantinha correspondências (SANCHEZ, 2003). Segundo levantamento feito por Sanchez, a lista das instituições estrangeiras que recebiam a RIHGB em 1889 chegava a 136, sendo a Europa responsável por mais de dois terços delas (92), e em território nacional, 97 instituições de diferentes províncias a recebiam. A sua tiragem durante este período não consta nem em sua versão impressa e nem nas atas do Instituto. Conforme Sanchez, que pesquisou em todos os tomos da *Revista* entre 1839 e 1889, o único vestígio de tiragem encontrado por ele foi em uma ata de sessão de setembro de 1839 que informava o número de 500 exemplares impressos (ibidem, p. 102). Atualmente, em sua última edição de nº 483, de maio-agosto de 2020, informou a impressão de 300 exemplares (RIHGB, 2020, p. 3). O número é inferior aos primeiros anos, no entanto, deve-se considerar a publicação e o acesso digital à revista proporcionada pelas novas mídias e formatos de pesquisa e leitura. Durante um longo período a RIHGB foi impressa em gráficas privadas; porém, em 1922, através de um decreto assinado pelo então Presidente da República e sócio do Instituto, Epitácio Pessoa, a Revista passou a ser editada e impressa pela “Imprensa Nacional”, um órgão do governo<sup>195</sup>.

---

<sup>194</sup> Essa informação é trazida por Nunes e Garcia (2011, p. 22).

<sup>195</sup> Fundada em 13 de maio de 1808, a Imprensa Nacional é um órgão do governo responsável por “publicizar e realizar a gestão do conhecimento sobre as informações dos atos oficiais para a sociedade e prestar serviços

A Revista do Instituto é hoje uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. De acordo com Garcia e Nunes, desde o século XIX até hoje, a RIHGB é vista como “um grande acervo, repositório de investigações e de documentos e se constitui como um lugar de memória, um lugar que arquiva a história e a geografia do Brasil” (NUNES & GARCIA, 2011, p. 20). Para Sanchez (2003, p. 117), a *Revista do IHGB* é “a grande obra do Instituto Histórico” que, desde a sua criação, “sempre serviu como o principal veículo e vitrine das ideias e atividades desenvolvidas no Instituto”. Segundo Guimarães (1988, p. 21), que também a utilizou em seus trabalhos, a Revista do Instituto é uma fonte riquíssima, pois, “além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos”, as suas páginas se abrem “à publicação de fontes primárias como forma de preservar a – informação nelas contidas aliás, parte substancial de seu conteúdo nos – primeiros tempos de artigos, biografias e resenhas de obras.

A *Revista* organiza-se basicamente em duas partes: na primeira, situam-se os artigos e os ensaios sobre história e geografia produzidos em sua grande maioria pelos sócios do Instituto, mas também por convidados externos da Instituição, e também para a publicação de obras e documentos na íntegra. Em sua maioria, estes artigos abordam temas relativos à História do Brasil, mas também, em menor número, respectivamente, sobre os países da América e da Europa. Na segunda parte da Revista, estão os registros das atividades internas e externas do Instituto, como relatórios das atividades, atas de reuniões, sessões ordinárias e magnas, atos administrativos, discursos de membros e convidados do Instituto, contabilidade e balanços financeiros, registro de doações, levantamentos de acervo, registros de datas comemorativas, biografias, quadro e cadastro de sócios, organização e realização de eventos, correspondências com órgãos e membros do governo, nomeações de sócios e presidentes honorários, bem com os seus respectivos discursos de posse, dentre inúmeras outras informações.

Na “Sessão Aniversária” do ano de 1934, novamente na presença do representante de Vargas, o secretário Max Fleiuss direcionou um agradecimento ao diretor, ao chefe e aos funcionários da Imprensa Nacional pelo trabalho realizado na Revista do Instituto, e dirigindo-se “respeitosamente ao eminente sr. Presidente da República”, pediu-lhe que autorizasse a execução de tarefas extraordinárias naquele estabelecimento” (referindo-se a Imprensa Nacional), pois, só assim “poderão ser postas em dia as publicações do Instituto, cuja distribuição é feita gratuitamente pela Biblioteca Nacional, às bibliotecas e estabelecimentos



nacionais e estrangeiros” (RIHGB, 1934, p. 496) – devido ao mencionado contrato celebrado entre o Instituto e o governo de Epitácio Pessoa. Para valorizar e exaltar a Revista do Instituto e logo angariar os recursos necessários para a sua publicação, Max Fleiuss afirmou que “nenhuma questão importante, que interessasse ao Brasil, lhe passou despercebida” (idem, *ibidem*).

No ano seguinte, em ata das atividades relativas ao ano de 1935, o Instituto registrou que a publicação da sua *Revista* “não se acha em dia” devido “ao acúmulo de serviços na Imprensa Nacional” aonde “por lei, é impressa”. Porém, o Instituto fez questão de não “esquecer o interesse que sempre os funcionários daquele estabelecimento, desde o mais graduado ao mais modesto, patentearam e patenteiam pelas publicações do Instituto” (RIHGB, 1935, p. 535). Ou seja, por mais que a Imprensa Nacional devesse por lei publicar a sua Revista, pelo que verificamos, ocorriam diversos atrasos em sua publicação, o que explica os pedidos do Instituto a Vargas para “que autorizasse a execução de tarefas extraordinárias naquele estabelecimento”. Para se ter uma ideia do atraso, neste ano, 1935, ainda haviam volumes referentes aos anos de 1932 e 1933 para serem publicados, o que mostra uma defasagem bastante considerável na sua publicação (idem, *ibidem*). No entanto, ao final da nota, o Instituto ponderou que “com os auxílios nunca recusados pelo Governo e com a boa vontade da Imprensa Nacional, desaparecerão essas lacunas” (*ibidem*, p. 537). Visto que, a Revista do Instituto “merece toda a proteção e cuidados, pois constitui uma obra de sadio e útil patriotismo, apreciadíssima em nossa Pátria e no Estrangeiro” (idem, *ibidem*).

As reivindicações, feitas inclusive pessoalmente a Vargas e aos seus representantes no Instituto, parecem terem surtido efeito. No ano seguinte, 1936, o Instituto registrou que “apareceram no último ano os volumes 166 e 167, correspondentes aos anos de 1932 e 1933, devendo, dentro em pouco, aparecer o volume 168, segundo do ano de 1933”. A publicação da Revista estava sendo regularizada graças ao presidente Vargas, ao qual o Instituto direcionava o seu agradecimento: “com as providências asseguradas pelo sr. Presidente da República, até o dia do Centenário estará rigorosamente em dia a nossa Revista”, a qual “aparece regularmente desde 1839, sendo, no gênero, a mais antiga da América e uma das mais antigas do mundo” (RIHGB, 1936, p. 403). Além da *Revista*, as “publicações especiais” também estavam sendo colocadas em dia com a ajuda do governo, ou seja, o presidente Vargas “tomou providências”, alguma medida ou iniciativa para que a publicação da Revista do Instituto fosse regularizada, o que comprova como a proximidade do Instituto com o chefe de Estado (e seu “presidente de honra”) mostrava-se estratégica e benéfica para a obtenção dos recursos necessários às demandas do Instituto – dentre as principais, a publicação do seu periódico.

Anos mais tarde, em 1943, durante o Estado Novo, o Instituto manifestou que a sua *Revista*, “a mais frequente manifestação da vida mental do Instituto”, iria passar por uma oportuna alteração: em vez de um número anual “volumoso e de manuseio difícil”, voltaria a velha tradição para reaparecer trimestralmente” (RIHGB, 1943, p. 160). A nota também afirmava que a publicação da *Revista* se achava “perfeitamente em dia”, pois já havia saído o volume correspondente ao 3º trimestre daquele ano, “graças à operosa dedicação do respectivo diretor, nosso companheiro Cláudio Ganns e da ativa boa vontade do diretor da Imprensa Nacional, Dr. Rubens Porto”. Na sequência, no tópico relativo as finanças do Instituto, foram expressados os “merecidos agradecimentos ao Sr. Presidente Getúlio Vargas pelo acréscimo da subvenção federal, de que necessita o Instituto para desenvolver as suas atividades culturais” (idem, ibidem).

Com base nestas informações e nos elementos aqui apresentados, podemos concluir que o governo de Getúlio Vargas – e o próprio presidente – não apenas garantiram os recursos e auxílios necessários e exigidos pelo Instituto para a edição, a publicação e a distribuição da sua *Revista*, como viabilizaram os meios para que o IHGB regularizasse a publicação do seu periódico (constantemente defasado), durante todo o período em que Vargas esteve no comando do Estado.

Neste momento, setembro de 2020, o IHGB lançou uma campanha de financiamento coletivo para a sua *Revista*. O Instituto alega que não pode deixar que um “periódico desse porte deixe de ser publicado por falta de verbas!”. A nota da campanha menciona a crise pela qual passou o IHGB no ano de 2016 e que se tornou ainda mais grave com a pandemia, dessa forma, “não foram poucas as dificuldades financeiras e pessoais para compor seus números”, mesmo assim, a *Revista* “luta e sobrevive ainda que com muitas dificuldades”, e por isso, precisa do “apoio para ela continuar trilhando seu caminho de êxito de uma tradição que se renova há mais de 190 anos”.<sup>196</sup> Por esse motivo, foi aberta uma campanha de financiamento coletivo para que os próximos números da centenária revista do IHGB possam ser lançados. No *site* do Instituto, há a informação de que a *Revista* recebe o apoio do Ministério da Cultura e da gráfica do Senado Federal, a exemplo do que anteriormente ocorria com a Imprensa Nacional.<sup>197</sup>

<sup>196</sup> Disponível em: <[https://benfeitoria.com/revistadoIHGB?fbclid=IwAR02Gcfp9P9cHxux0aZYqX-poipjFQk\\_OfslQPFsy5WKKlgtu7zpMomhr40](https://benfeitoria.com/revistadoIHGB?fbclid=IwAR02Gcfp9P9cHxux0aZYqX-poipjFQk_OfslQPFsy5WKKlgtu7zpMomhr40)>. Acesso em: 24.09.2020.

<sup>197</sup> Informação disponível em: <[https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb?fbclid=IwAR2-WLvVzbdESsMqyXkAAeNJYScjQLS\\_w7tT7hnnNLJUTrnk3PHJynUOjYk](https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb?fbclid=IwAR2-WLvVzbdESsMqyXkAAeNJYScjQLS_w7tT7hnnNLJUTrnk3PHJynUOjYk)>. Acesso em: 24.09.2020.

A partir de 1935, uma nova pauta entrou na agenda do IHGB: o Centenário do Instituto, a ser comemorado no ano de 1938. Na 97ª Sessão Aniversária do Instituto, sob a presidência interina de Rodrigo Octavio de Langard Menezes<sup>198</sup> (visto que o presidente, conde de Afonso Celso, estava com problemas de saúde), e que contou com a presença do representante de Vargas, o capitão de Mar e Guerra, Américo Pimentel, o qual tomou assento na mesa diretora, o presidente interino abordou à comemoração do Centenário do Instituto em seu pronunciamento, segundo ele, “é preciso que o Brasil inteiro, numa unidade significativa, se prepare para celebrar esse notável acontecimento”, pois era “incalculável o acervo de serviços que o Instituto, em sua longa existência, tem prestado ao Brasil, na pesquisa, na seleção, na elucidação de elementos para o conhecimento completo e perfeito de sua História” (RIHGB, 1945, p. 532). Na sequência, destacamos o trecho em que Langard Menezes afirmou – na presença do representante do chefe de Estado – que o Brasil (ou seja, o governo brasileiro) tinha a obrigação de pagar (literalmente) o evento: “O Brasil está na obrigação de pagar tão assinalados serviços prestados com exemplar desinteresse, como reconhecimento de suas benemerências” (ibidem, p. 533). Nesta mesma sessão, o orador do Instituto, Ramiz Galvão, após citar textualmente as palavras pronunciadas por Vargas no Dia da Pátria daquele ano, desejou que o IHGB “possa celebrar o seu Centenário em 1938, festa solene, a que não podem ser indiferentes os poderes públicos” (ibidem, p. 537), porque “este cenáculo é arca santa das tradições nacionais”. Na presença do representante de Vargas em sua Mesa Diretora, a instituição solicitava reiteradamente e contava com o auxílio financeiro do governo para a comemoração do seu Centenário.

Os pedidos chegaram até o Palácio do Catete e surtiram o efeito desejado no governo: no ano seguinte, no 98º aniversário do Instituto, novamente na presença de Américo Pimentel representando Getúlio Vargas e do ministro da Educação, Gustavo Capanema, o secretário do Instituto, Max Fleiuss, da tribuna do Instituto, anunciou: “Senhores! Estamos nas vésperas do nosso grande dia: o Centenário do Instituto. Preparemo-nos para celebrá-lo com eficiência”. E comunicou que, “autorizados por Afonso Celso, elaboramos Manoel Cícero e eu, um programa que o nosso Presidente aprovou e que mereceu igual e ampla sanção do Sr. Presidente da República, cujo apoio decidido nos assegurou” (RIHGB, 1936, p. 400). Isto é, Vargas havia aprovado e assegurado, sobretudo financeiramente, o projeto da comemoração do Centenário

---

<sup>198</sup> Rodrigo Octavio de Langard Menezes não chegou a ser considerado presidente do IHGB, ocupando o cargo interinamente até a eleição de José Carlos de Macedo Soares em 1939-1968. O Conde de Afonso Celso veio a falecer no ano de 1938. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>. Acesso em: 24.09.2020.

do IHGB. Fleiuss ainda destacou “o modo cavalheiresco, extremamente cordial, por que foi atendido pelo Sr. Getúlio Vargas, nosso ilustre Presidente Honorário” (ibidem, p. 401). O que nos confirma, como afirmamos no primeiro tópico, que o secretário Max Fleiuss tinha proximidade e acesso a Getúlio Vargas que, como Presidente Honorário da Instituição, mantinha as portas do seu governo abertas ao IHGB e às suas demandas. Para finalizar, Fleiuss reiterou que “com seu apoio” (do presidente Vargas), “podemos confiar na realização integral de nossos projetos para a comemoração do Centenário” (idem, ibidem).

No ano seguinte, no 99º aniversário do Instituto, celebrado em 21 de outubro de 1937 – portanto, há um ano da comemoração do seu Centenário –, em uma sessão que contou com a presença do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar, representando Vargas, o secretário Max Fleiuss apresentou aos presentes a programação das comemorações do Centenário, como mencionado, aprovada pelo presidente Vargas e pelo presidente do Instituto, Afonso Celso. Na apresentação do relatório das atividades desenvolvidas pela Instituição naquele ano, Fleiuss declarou, como “manda a justiça proclamar desde logo”, que “todos os projetos, ou quase todas, ficariam tão somente no capítulo dos desejos, se não fora o apoio decisivo, completo, eficiente que nos há concedido o eminente Sr. Dr. Getúlio Vargas”, presidente da República e “presidente honorário desta Casa” (RIHGB, 1937, p. 626). Segundo o secretário, o Instituto “manteve sempre, norma inflexível, o culto da gratidão”, e por esse motivo, “o nome de Getúlio Vargas pertence ao quadro de seus maiores beneméritos” (ibidem, p. 627).

Como parte da programação das comemorações, constavam uma série de eventos, projetos e iniciativas, dentre elas: convocar o 3º Congresso de História Nacional e publicar os respectivos anais; realizar uma exposição dos livros, documentos e cartas geográficas mais importantes do Instituto; organizar e publicar o catálogo da biblioteca, arquivo, mapoteca e museu; publicar o histórico das atividades do Instituto desde a sua fundação; publicar a biografia dos seus fundadores, a continuação do *Dicionário* do Instituto, as contribuições para a biografia do Imperador e a tradução da obra de Von Martius, *Reise in Brasilien*; um prêmio de cinco contos de réis ao autor brasileiro da melhor História do Brasil, um ao autor americano da melhor História da América e outro ao melhor Geografia da América; promover a cunhagem de uma medalha comemorativa e de um selo comemorativo; erigir um monumento a Vernhagen, colocados no sopé os restos mortais do grande historiador; pôr completamente em dia a Revista do Instituto, da qual se acham em atraso dez volumes, tendo sido o último publicado o primeiro do ano de 1933 (RIHGB, 1937, p. 643).

Como constata-se, o Instituto aproveitou a ocasião do seu Centenário para reivindicar uma série de demandas (inclusive antigas) ao governo e ao seu Presidente Honorário. É bem provável que Fleiuss tenha apresentado pessoalmente a Vargas o projeto das comemorações completo (fechado) e o chefe de Estado tenha aceitado e assegurado o seu patrocínio na íntegra, não sendo possível recusar ou excluir um determinado item do projeto. Fleiuss finalizou conclamando a todos os presentes para prepararem-se para o Centenário que, segundo ele, “constituirá por certo uma das mais brilhantes páginas da História do Brasil” e também “uma afirmativa de tenacidade patriótica” (ibidem, p. 644).

Em ata, nos anexos desta sessão aniversária, o Instituto agradeceu o “atual governo do Dr. Getúlio Vargas” pela “abertura de um crédito necessário ao brilho do próximo Congresso de História Nacional, a realizar-se por ocasião do Centenário de sua fundação, no próximo ano” (ibidem, p. 657) e também informou que haviam iniciado as cerimônias da próxima comemoração do Centenário que tem “merecido precioso apoio e animadores estímulos do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, presidente honorário do Instituto” e a quem o Instituto “creditou mais um título de gratidão, com o lançamento da pedra fundamental do monumento a Vernhagen, nosso máximo historiador” (ibidem, p. 659). A obra feita de bronze já se encontrava em “adiantado andamento”. Ou seja, as reivindicações contidas no projeto de comemoração do Centenário estavam sendo devidamente cumpridas pelo chefe de Estado que, além disso, dava “apoio e animadores estímulos” às comemorações do Instituto.

A comemoração do Centenário ocorreu no dia 21 de outubro de 1938, sob a presidência de Manuel Cícero Peregrino da Silva e contou com a presença do general de Divisão, Francisco José Pinto, representando o Presidente da República (o qual ocupou um lugar na mesa diretora) e do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (que sentou na cadeira do patrono do Instituto, marechal Cunha Mattos), dentre outras autoridades, inclusive estrangeiras e membros de outras instituições congêneres. No discurso de abertura do evento, o presidente interino, Manoel Cícero, expressou que se sentia no dever de manifestar ao Ex. Sr. Presidente da República, Getúlio Vargas, “os seus mais vivos agradecimentos pelo decidido apoio que lhe há dispensando e pelas facilidades que lhe há concedido no sentido da execução deste centenário” (RIHGB, 1938, p. 924). E, agradecendo a “grande honra” da presença do seu “digno representante”, pediu que este transmitisse ao chefe de Estado os agradecimento do Instituto.

Na sequência dos pronunciamentos, o secretário Max Fleiuss, ao fazer um levantamento das atividades e dos projetos realizados pelo Instituto naquele ano, mencionou a tradução integral da obra *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius, e agradeceu ao chefe de Estado “o inexcédível auxílio concedido para o surgimento deste trabalho pelo dr. Getúlio Vargas,

presidente da República, Presidente Honorário do Instituto e, provadamente, nosso grande amigo” (ibidem, p. 928). Fleiuss também informou que o monumento a Varnhagen, uma das atrações do Centenário aprovadas por Getúlio, havia sido inaugurado naquele mesmo dia, na cidade de São Paulo,<sup>199</sup> devido “aos auxílios do sr. Presidente da República, dos prefeitos do Distrito Federal, do Estado de São Paulo, das Prefeituras de Petrópolis e Sorocaba” (ibidem, p. 929).

O evento contou com a apresentação da história do Instituto, os incontáveis projetos e atividades realizadas ao longo do tempo, com destaque para a sua Revista, as efemérides da Instituição, homenagens aos ex-presidentes e sócios, um balanço das atividades daquele ano, etc. Ao final do evento, o secretário Fleiuss, ao agradecer todos os envolvidos na comemoração, “os que trabalharam e trabalham nesta casa, os que nos tem ajudado com seu concurso pessoal ou de cargo que exerceram ou exercem” (estaria mencionando os cargos de presidente ou ministros de Estado?), direcionou um agradecimento especial para o chefe de Estado, Getúlio Vargas:

E neste ponto manda a justiça citar o nome do sr. dr. Getúlio Vargas, testemunhando aqui, nesta ocasião de solenes comemorações, todo o reconhecimento do Instituto! Palavras – dirão, talvez, os pessimistas. Palavras, não! Fatos constantes. Não fosse o apoio de s. ex. não poderíamos realizar as obras que se verificaram na tradução de Martius, no monumento a Varnhagen, nos bustos de Cunha Mattos e de Cunha Barbosa, que serão colocados no cemitério de São Francisco de Paula, nos grandes trabalhos de catalogação. (ibidem, p. 931)

Para arrematar, Fleiuss relatou que, poucas semanas antes de falecer, o presidente do Instituto, conde de Afonso Celso, havia começado a escrever uma monografia que pretendia apresentar no 3º Congresso de História Nacional, no entanto, este trabalho (cujo a sua família ofereceu ao Instituto) não passou do primeiro capítulo, porém, em suas primeiras linhas, lê-se o seguinte: “cumpre lembrar, sob o regime republicano, as presidências Rodrigues Alves, Affonso Penna, Eptácio Pessoa e a do dr. Getúlio Vargas, a quem muito se deve a efetividade da atual celebração” (idem, ibidem). Conforme Fleiuss, tratava-se de um depoimento “insuspeitíssimo de um brasileiro que se impunha ao maior respeito, sob todos os prismas”. De acordo com o secretário *perpétuo* do IHGB, “o nome do sr. Getúlio Vargas está para sempre

---

<sup>199</sup> Existem diversos monumentos em homenagem a Francisco Varnhagen em outras cidades do país. Este, inaugurado em 1938, encontra-se no bairro Jardim da Glória, na cidade de São Paulo. Para saber mais, cf. CEZAR, 2007.

insculpido na história deste sodalício” (idem, *ibidem*), encerrando as comemorações da agora secular instituição.

As comemorações do Centenário patrocinadas pelo governo marcaram uma inflexão na relação financeira entre o IHGB e o Governo Vargas, se até então haviam apenas reclamações e reivindicações por maiores recursos e contribuições financeiras, a partir desse período já se verificam nos registros do Instituto inúmeros agradecimentos e elogios ao chefe de Estado pelos auxílios e apoios concedidos ao Instituto para a sua manutenção e a realização dos seus projetos e atividades.

A grande questão que ficou em aberto neste caso é: porque Vargas não compareceu na comemoração do Centenário? Visto que o chefe de Estado, presidente de honra do Instituto, acompanhou e aprovou a sua programação, assegurou o apoio do seu governo e patrocinou o evento e todas as suas atrações. Certamente, Vargas foi um dos principais convidados do evento, no entanto, como vimos, enviou um representante seu ao Centenário. Fomos pesquisar em seu diário e verificamos que no dia da comemoração, 21 de outubro de 1938, Vargas realizou despachos e participou de audiências, dentre elas, com o representante do governo americano em viagem pelo Brasil (VARGAS, 1995, p. 167). Neste período, Vargas reclamou reiteradas vezes em seu diário do excesso de trabalho, reuniões e audiências que “testavam a sua paciência” e o deixavam um tanto “irritado” – e, por isso, são constantes as manifestações do chefe do regime de estar “fatigado” e que precisava de “repouso e descanso” (*ibidem*, pp. 166-171), o que pode explicar o porquê Vargas não compareceu nas comemorações do Centenário do Instituto. A título de curiosidade, o Palácio do Catete, do qual Vargas despachava, ficava a 1,3 km da sede do IHGB, um trajeto que a pé, levaria em torno de 15 minutos.<sup>200</sup> Ou seja, a acessibilidade e a proximidade entre o Instituto e o chefe de Estado era inclusive geográfica.

Entretanto, no dia anterior ao Centenário (20 de Outubro), verificamos que Vargas registrou em seu diário que havia recebido no Catete “os representantes do Congresso Histórico Nacional, que solenizava o primeiro centenário do Instituto (Histórico e Geográfico Brasileiro)” e que “houve troca de saudações” entre eles (*ibidem*, pp. 166-167). Como mencionamos, nos

<sup>200</sup> Disponível em: <

diários de Vargas eram registrados poucos e somente os mais importantes acontecimentos – selecionados e filtrados – pelo chefe de Estado, o que corrobora com a importância e o reconhecimento que Vargas tinha pelo IHGB e comprova mais uma vez que a Instituição tinha pleno acesso ao comandante do regime.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente do IHGB, em 1939, José Carlos de Macedo Soares abordou a questão financeira do Instituto. Ao falar das perspectivas e projetos da Instituição para o ano seguinte, Macedo Soares fez o seguinte alerta aos consócios: “Meus senhores: os que temos experiência de altos cargos do governo” (lembrando que Macedo Soares foi o Secretário do Interior no Governo Provisório, ministro das Relações Exteriores de 1934 a 1937 e da Justiça em 1937), “já passado o meridiano da vida, devemos ser especialmente cuidadosos em depositarmos esperanças na cooperação eficiente dos poderes públicos”, no entanto, “toda prudência não deve, porém, excluir qualquer esforço no sentido de atrair a atenção dos poderes públicos para uma instituição do extraordinário valor cívico e cultural” (RIHGB, 1939, p. 781). O Instituto deveria, segundo o seu novo presidente, “cogitar oportunamente de um plano que nos habilite a prestar os serviços que o Instituto deve ao Brasil, reclamando a colaboração do Governo”; para isso, teria que “despertar a sua atenção para um dos mais graves deveres do Estado Moderno” que seria, em sua concepção, “orientar a formação da mentalidade nacional que, como se sabe, baseia-se no conhecimento perfeito do passado, no culto das grandes tradições” para, conforme Soares, “compormos o ideal brasileiro, legitimamente inspirado no complexo espiritual da Nação” (ibidem, p. 782).

Em nota publicada no *Jornal do Commercio*, no dia 21 de outubro de 1939, relativa à comemoração do seu 101º aniversário, o Instituto afirmou que “tem sabido trabalhar” porém “revelou sempre o alto critério de se dirigir” (referindo-se ao poder público), “razão porque completa hoje o centésimo primeiro ano de existência com a grande expressão que conserva e sempre teve do Brasil”, sendo “alvo do apoio, que aliás lhe é indispensável, dos poderes públicos” (RIHGB, 1939, p. 971). Isto é, o IHGB expressava publicamente em uma nota de jornal que sempre obtivera e que lhe era indispensável o apoio financeiro do Estado, revelando a sua crônica dependência com relação às verbas públicas.

No que se refere ao orçamento interno do Instituto, os estatutos vigentes desde 1926 estabeleciam, em seu capítulo VI, art. 83., que os fundos da Instituição procedem: 1.º das joias de admissão, dos emolumentos, dos diplomas e das contribuições dos sócios; 2.º do produto das remissões; 3.º dos donativos feitos ao Instituto; 4.º da receita liquidante resultante da venda da *Revista* e das obras avulsas que publicar; da subvenção concedida pelo Congresso Nacional, nos termos da lei nº 4.492 de 18 de Janeiro de 1922; com destaque para o parágrafo único que



previa que “na galeria do Instituto ou em uma das suas salas poderá ser colocado o retrato da pessoa que fizer importante donativo para o aumento do patrimônio social” (RIHGB, 1940, p. 753). E os fundos do Instituto, de acordo com o art. 84. deveriam ser aplicados: 1.º ao seu expediente, reparação e conservação dos objetos de sua propriedade ou uso; 2.º aos vencimentos dos funcionários administrativos;<sup>201</sup> 3.º à impressão dos seus trabalhos e publicações; 4.º à compra de livros, manuscritos, mapas e objetos históricos, a depositar no arquivo, biblioteca e museu histórico; 5.º ao pagamento dos prêmios criados pelo Instituto de acordo com o art. 63, nº 3. Com os seguintes aditivos: 1.º. o patrimônio social não poderá ser alienado ou onerado no todo, ou em parte, sem autorização da assembleia geral. 2.º. os rendimentos, porém, dos bens do referido patrimônio serão aplicados às despesas fixadas no orçamento e autorizadas pelo presidente (idem, ibidem).

Quanto à contribuição dos seus sócios, relativo ao ingresso de indivíduos na Instituição, o art. 11 dos estatutos previam que “todo sócio efetivo ou correspondente de nacionalidade brasileira pagará, de uma só vez, a quantia de 100\$ como joia de admissão, 50\$ pelo diploma e 5\$ como prestação adiantada do primeiro mês – ficando isentos os sócios honorários e os correspondentes (RIHGB, 1940, p. 738) (que, como vimos, residiam fora do país). Os sócios que pagassem as taxas de admissão receberiam um exemplar da *Revista do Instituto* em sua casa, pagando apenas as taxas do Correio (art. 14). Porém, os sócios residentes no país que, dentro de um prazo de três meses da data da sua eleição, e de seis meses para estrangeiros, não quitassem as suas contribuições, seriam considerados como renunciantes ao título de sócio, conforme o art. 17. A contribuição mensal dos sócios do Instituto estabelecida em seu art. 12, seria de 5\$ devendo ser paga até o dia 10 do mês seguinte. O sócio que fosse devedor das suas contribuições por um ano perderia o direito a receber a *Revista do Instituto* (art. 15). E o sócio que por um espaço de dois anos não pagasse as suas contribuições seria considerado como renunciante à sua qualidade de sócio, independentemente de qualquer aviso ou comunicação, e eliminado da lista geral de sócios, de acordo com o art. 16 (idem, ibidem). Os estatutos, após aprovados em assembleia geral, seriam publicados no *Diário Oficial* e registrados em cartório no registro especial de Títulos e Documentos (art. 94) (ibidem, p. 755).

---

<sup>201</sup> O quadro de funcionários do Instituto nesse período era composto pelo diretor da Revista, o bibliotecário, três oficiais da secretaria, dois colaboradores e o porteiro. Devendo todos comparecerem diariamente assinando o respectivo ponto (RIHGB, 1940, p. 749).

À *Comissão de Fundos e Orçamento*, como uma das comissões permanentes do Instituto,<sup>202</sup> caberia: 1.º) examinar as contas submetidas à sua verificação; 2.º) interpor parecer sobre a proposta anual do orçamento da receita e despesa; 3.º) dar parecer quando for consultada pelo presidente (ibidem, p. 744). Um dado emblemático relacionado a esta questão e que evidencia o vínculo financeiro do IHGB com o Estado é o fato de o Instituto prestar e apresentar as suas contas ao governo.

No ano de 1942, a Comissão de Fundos e Orçamento, ao apresentar o seu parecer favorável à receita e despesa do Instituto daquele ano, informou que o mesmo balanço já havia sido aprovado pelo sr. ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (RIHGB, 1940, p. 512). Em sessão ordinária no ano de 1931, o secretário Max Fleiuss leu o aviso nº 1.984 do ministério da Justiça e Negócios Interiores, assinado pelo Sr. dr. Oswaldo Aranha, declarando “haver aprovado a prestação de contas do auxílio entregue no corrente ano e referente à metade da subvenção que era sempre arbitrada no orçamento” (ibidem, p. 457). Isto é, o governo aprovou, através do ministro Oswaldo Aranha, a prestação de contas do IHGB com relação aos repasses feitos naquele ano pelo Governo Vargas e ao subsídio repassado regularmente ao Instituto desde 1922. Lembrando que, anos mais tarde, o ministro Oswaldo Aranha seria nomeado sócio honorário do IHGB pelos “notáveis serviços” prestados ao Instituto.

Verifica-se assim que o Instituto prestou contas ao Governo Vargas ao longo de todo esse período, mudando apenas o departamento ao qual deveria apresentar as suas contas para serem aprovadas, passando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (existente anteriormente a 1930) para o Ministério da Educação e Saúde, criado pelo governo Provisório em 1930. No entanto, considerando a possibilidade de continuidades sobre essa questão, verificamos que a prestação de contas do Instituto ao governo é anterior a 1930, pois, em 1927, a Comissão de Fundos e Orçamento comunicou que as contas daquele ano do Instituto haviam sido apresentadas e aprovadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (RIHGB, 1927, p. 256).

Adentrando na década de 1940, durante o Estado Novo, constatamos que o Governo Vargas deu um significativo aumento no subsídio repassado anualmente ao IHGB no ano de 1940. Tratava-se do subsídio aprovado pelo Congresso Nacional em 1922 e repassado anualmente ao Instituto. Verificamos nos chamados *Atos do Governo Provisório* que o valor desse subsídio se manteve em 25:000\$0 (vinte e cinco contos de réis) durante toda a década de

---

<sup>202</sup> As comissões permanentes do Instituto são: Fundos e Orçamento, Estatutos, História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, Bibliografia e Admissão de Sócios (RIHGB, 1940, p. 739).

1930<sup>203</sup> tendo sido aumentado para 40:000\$0<sup>204</sup> (quarenta contos de réis) no ano de 1940, representando um significativo aumento de 60%. O aumento se deu por meio do Decreto-Lei Nº. 2.204 da Presidência da República que estabelecia a abertura, através do ministério da Educação e Saúde, de um “crédito especial de cinco mil cento e quarenta e seis contos de réis (5.146:000\$0) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de subvenções relativas aquele ano”. O decreto, assinado por Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 17 de maio de 1940, referia-se aos subsídios repassados às instituições educacionais e culturais (centros artísticos, colégios, faculdades, academias de letras, clubes esportivos...) e filantrópicas (asilos, hospitais, orfanatos, abrigos...), totalizando 412 instituições beneficiadas em diferentes estados, dentre elas, o IHGB. Para se ter uma noção comparativa, o IHGB estava entre as instituições que recebiam os maiores valores dessa lista, ficando abaixo somente de alguns hospitais e Santas Casas que recebiam em média de 60:000\$0 sessenta contos de réis (Santa Casa de Manaus) até 100:000\$0 cem contos de réis (Hospital São Francisco de Assis, do Ceará). A Academia Brasileira de Ciências, por exemplo, recebia 30:000\$0 (trinta contos de réis), a Academia Nacional de Medicina, 25:000\$0 (vinte e cinco contos de réis) e a Associação dos Artistas Brasileiros, 15:000\$0 (quinze contos de réis) – portanto, o IHGB estava no topo da lista das instituições que mais recebiam recursos do Governo Vargas.

Em sessão ordinária ocorrida no dia 14 de abril de 1942, o Instituto propôs “um voto de agradecimento ao Sr. Presidente da República por haver elevado a subvenção do Instituto por um decreto-lei”, e por essa razão, o presidente do Instituto dirigiu um telegrama de agradecimento ao chefe de Estado (RIHGB, 1942, p. 513). Na 104ª Sessão Aniversária do Instituto comemorada naquele ano, o vice-presidente e presidente interino naquela ocasião,

---

<sup>203</sup> Conforme estabelece o decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 14 de Agosto de 1933: “O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no artigo 24 do Decreto Nº 20.351, de 31 Agosto de 1931, conceder os seguintes auxílios, relativos ao 1º semestre de 1933, às instituições do Distrito Federal abaixo indicadas”, dentre as quais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recebendo o valor total de 25:000\$0 (BRASIL, 1934, p. 371).

<sup>204</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao5.html>>. Acesso em: 15.10.2020.

Augusto Tavares de Lyra,<sup>205</sup> na presença do comandante Octavio de Medeiros<sup>206</sup> representando o chefe de Estado, realizou um agradecimento especial à Getúlio Vargas pelo aumento do subsídio anual e pelos auxílios que havia concedido ao IHGB ao longo de todo o período em que esteve no comando do Estado:

Resta-me ainda um imperioso dever a cumprir, - o maior de todos -: o de apresentar ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, em nome do Instituto Histórico, de que é S. Excia. digníssimo presidente honorário, as homenagens de nossa gratidão e profundíssimo reconhecimento pelos auxílios que tem concedido a esta douta associação. Esses auxílios cumularam no aumento da subvenção que nos é anualmente assegurada, único recurso de que dispomos para conservar e enriquecer as preciosas coleções que possuímos em livros, manuscritos, mapas e objetos de valor histórico. Semelhante ato de S. Excia. nunca mais será esquecido nesta casa, que vive das memórias do passado. (RIHGB, 1942, p. 655)

Em nota publicada, como de costume, no *Jornal do Commercio*,<sup>207</sup> na cidade do Rio de Janeiro, com data de 21 de outubro de 1942, o Instituto mencionou e agradeceu o aumento concedido por Getúlio Vargas no subsídio repassado anualmente ao Instituto. Segundo a nota, o chefe de Estado havia compreendido a “finalidade” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

O Presidente Getúlio Vargas, na sua grande clarividência compreendeu a finalidade desse sodalício, em que vivem figuras expressivas inteiramente voltadas ao estudo das cousas brasileiras e acaba de lhe aumentar os meios para que ele prossiga no programa de ampliar sua biblioteca, e arquivo, e de

---

<sup>205</sup> Foi deputado estadual no Rio Grande do Norte em 1893, em 1894 deputado federal, até 1903. Em 1904 assumiu o cargo de governador do Rio Grande do Norte. Em 1906, a convite do Presidente Afonso Pena assumiu o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Em 1910 é eleito senador pelo Rio Grande do Norte. Assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas em 1914 e ocupou interinamente a pasta da Fazenda por duas vezes: de março a abril de 1916 e em novembro de 1918. Deixou a pasta da Viação em agosto de 1918, ano em que abandonou a política e aceitou o cargo de ministro do Tribunal de Contas, do qual veio a ser presidente de 1938 a 1940. No IHGB, foi eleito sócio correspondente em setembro de 1907, passou a honorário em maio de 1914, a benemérito em 1917 e a grande-benemérito em abril de 1948, tendo ocupado sucessivamente as três vice-presidências. Foi professor de História Geral e do Brasil (1892-1897) no Ateneu Norte-rio-grandense e publicou diversos livros sobre História do Brasil. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-augusto-tavares-de-lyra-1918-1941.htm>>. Acesso em: 01.10.2020.

<sup>206</sup> Otávio Figueiredo de Medeiros, filho do general Luís Antônio de Medeiros, militar de carreira, durante o Estado Novo (1937-1945) foi subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República em 1939, sendo promovido a capitão-de-mar-e-guerra em janeiro de 1941. De 1942 a 1945, foi novamente subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Teve uma longa carreira militar até a década de 1960 sendo ministro do Superior Tribunal Militar em 1949. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-figueiredo-de-medeiros>>. Acesso em: 01.10.2020.

<sup>207</sup> O *Jornal do Commercio*, fundado em 1827 pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé, era considerado um dos órgãos de imprensa mais importantes da Corte Imperial no final do século XIX. O periódico concedia espaços e publicava documentos do governo Imperial, atos do executivo e debates parlamentares em sua seção intitulada “Publicações a pedido”, na qual publicavam-se as notas do IHGB. Cf. RAMOS, 2015.

divulgar bem como de incentivar a literatura histórica, como tem feito com um barão do Rio Branco. É uma instituição austera e operosa, essa em que vivem historiadores e geógrafos. Dirigida por uma figura de grande projeção como a do embaixador Macedo Soares, tem o Instituto Histórico intensificado suas energias mantendo-se sempre em nível de superior austeridade e servindo, com firmeza, isenta de quaisquer partidarismo, a quantos a procuram. Em suma – uma instituição que honra o Brasil, trabalha pelo Brasil, serve ao Brasil. (RIHGB, 1942, p. 691)

Podemos questionar porque Vargas não concedeu o aumento no repasse de verbas ao IHGB desde os primeiros momentos do seu governo, concedendo-o somente em 1940? Haja vista a sua presença no Instituto desde 1931, a Presidência de Honra em 1934 e as constantes reclamações da Instituição por maiores repasses de verbas nesse período, inclusive na presença do chefe de Estado. É possível conjecturar que, em função da crise econômica mundial de 1929 e seus reflexos no Brasil<sup>208</sup> e das constantes manifestações do governo<sup>209</sup> de ter recebido como “herança” do regime antecessor uma situação econômica desastrosa (“assoberbado pela derrocada financeira, pela crise econômica e pela desordem administrativa”),<sup>210</sup> seria pouco provável que o governo concedesse aumento ao IHGB. Essa era uma das principais pautas nos primeiros anos do Governo Provisório<sup>211</sup> com Vargas constantemente denunciando a crise das finanças internas e as medidas do seu governo para cortar gastos e saná-la.<sup>212</sup> Nas palavras do próprio IHGB, o “Governo Provisório se esforça por sanar males financeiros e lapsos administrativos de alto porte, contrariando pretensões indébitas, recompondo um organismo depauperado e irrequieto” (RIHGB, 1931, p. 558). Considerando essa contextualização, é plausível supor que Vargas não concederia um aumento no repasse de verbas ao IHGB no início do seu governo, sob o risco de incongruência, ao passo em que denunciava a crise econômica e administrativa do governo brasileiro.

---

<sup>208</sup> Para aprofundar os aspectos políticos e econômicos da crise de 1929 e as suas repercussões no Brasil que, sendo um país agroexportador e tendo os Estados Unidos como o maior comprador do café brasileiro, o país sofreu fortemente com o colapso econômico. Cf. MARTINS & KRILOW, 2015.

<sup>209</sup> Podemos conferir uma forte queda no Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 1930. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil>>. Acesso em: 24.04.2021.

<sup>210</sup> Cf. VARGAS, 1932, p. 32.

<sup>211</sup> Basta analisarmos os primeiros volumes de *A Nova Política do Brasil* para constatarmos que a crise financeira herdada do regime antecessor é uma das principais e mais recorrentes pautas nos discursos de Vargas (VARGAS, 1933).

<sup>212</sup> Getúlio Vargas reclama em seu diário da falta de reconhecimento do esforço realizado no início do seu governo “por uma política de rigorosa economia, de cortes nas despesas, de supressão de serviços, de redução de vencimentos”, a começar pelo próprio presidente da República que, conforme ele, “reduzi à metade nos dois orçamentos sucessivos feitos no ano de 1931” (VARGAS, 1995, p. 420).

Um dado relevante que obtivemos pesquisando os Atos do Governo Provisório (1930-1934), Atos do Poder Executivo (1934-1940) e os Decretos-leis do Governo Vargas foi que durante todo esse período o governo repassou verbas também para os Institutos Históricos e Geográficos estaduais. Apesar de serem instituições congêneres, os institutos estaduais possuem autonomia administrativa e financeira com relação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Naturalmente, os valores são bem inferiores aos que eram repassados para o IHGB. Alguns exemplos dos valores destes repasses: 1:000\$00 (um conto de réis) para o IHG de Sergipe em 1934, 5:000\$0 (cinco contos de réis) para o da Bahia em 1936, 3:000\$0 (três contos de réis) para os institutos de Belo Horizonte e Curitiba e 10:000\$0 (dez contos de réis) para o de Porto Alegre no ano de 1939, 5:000\$0 (cinco contos de réis) para o Instituto de Alagoas em 1940, e assim sucessivamente.<sup>213</sup>

Outra informação significativa que obtivemos nestes documentos foi o existência do repasse de verbas do governo para projetos específicos do IHGB, como para a publicação do Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que recebeu a quantia de 6:000\$0 (seis contos de réis) do governo no ano de 1932, registrado no Decreto nº 21.639 em 18 de Julho de 1932 entre os Atos do Governo Provisório daquele ano.<sup>214</sup> O *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* era um antigo projeto do Instituto iniciado em 1917 e publicado parcialmente sob o título *Introdução Geral* em 1922, no centenário da Independência. Segundo Lucia Paschoal Guimarães (2006, p. 96), o Dicionário do Instituto “representava a tentativa de organizar um grande repertório, onde estariam reunidos os conhecimentos básicos que os bons brasileiros deveriam dominar sobre a Pátria”.

Para termos uma noção básica do que representavam estes valores apresentados ao longo deste tópico, devemos contextualizá-los historicamente e termos um entendimento de como funcionava a moeda daquele período. Se é quase impossível sabermos exatamente o valor que eles representariam nos dias de hoje, devido a inúmeros fatores econômicos que os relativizam (como a inflação, por exemplo), é possível estabelecermos como método um parâmetro comparativo utilizando como “base” outros valores daquele contexto e obtermos uma aproximação do que representavam estes valores naquele período.

Em primeiro lugar, faz-se necessário entendermos qual era a moeda daquele período e como ela funcionava. Em linhas gerais, a moeda que circulava no Brasil desde a época da

---

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao5.html>. Acesso em: 16.10.2020.

<sup>214</sup> Idem, ibidem.

colonização era o “Real”, com a independência, o “Réis” foi mantido como a nossa unidade monetária e, após a proclamação da República, em 1889, a moeda continuou chamando-se “Real”, mas passou a denominar-se “Mil-réis”, visto que valia mil dos antigos reais do Império. O seu símbolo era o “Rs” ou “\$” e ela seria substituída pelo Cruzeiro em 1942.<sup>215</sup> O Mil-réis era organizado da seguinte forma: singular (\$001 um real), até um mil réis, valores após o cifrão (exs: \$100 cem réis, \$010 dez réis), acima dos mil réis (também chamados de “mirréis”), valores antes do cifrão (ex: 100\$00 cem mil réis ou “cem mirréis”), valores acima de um milhão de réis eram chamados de “contos” (um conto era equivalente a um milhão de réis) e localizavam-se antes de dois pontos antes do cifrão (exs: 100:000\$00 cem contos de réis; e um valor superior: 4.124.543:033\$00 quatro milhões cento e vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e três contos e trinta e três mil réis).

Para contextualizarmos estes valores, utilizaremos como parâmetro o salário mínimo implementado por Vargas no ano de 1940 que era de 240\$00 (duzentos e quarenta mil réis).<sup>216</sup> Dessa forma, podemos concluir, por exemplo, que a taxa de admissão no IHGB de 100\$00 (cem mil réis) era quase a metade de um salário mínimo; que o valor repassado para o *Dicionário do IHGB*, 6:000\$00 (seis contos de réis), seria o equivalente a 25 salários mínimos da época; o prêmio do IHGB ao autor brasileiro da melhor História do Brasil de 5:000\$00 (cinco contos de réis), somaria aproximadamente 21 salários mínimos. E o valor repassado anualmente pelo governo ao IHGB de 45:000\$00 (quarenta e cinco contos de réis) seria o equivalente a 185 salários mínimos da época. Comparado às outras fontes de receita do Instituto, como a admissão de sócios (100\$00 cem mil réis), diplomas (50\$00 cinquenta mil réis) e mensalidades (5\$00 cinco mil réis),<sup>217</sup> mais os donativos e vendas da Revista, o subsídio estatal era um valor consideravelmente superior às receitas internas da Instituição, sendo responsável pela maior parte do orçamento do Instituto e, por isso, imprescindível para o seu funcionamento.

Em síntese, para identificarmos todos os tipos específicos de auxílios econômicos que o Governo Vargas concedeu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo desse período, elencamos: 1) o aumento de 60% do subsídio regular e anual (aprovado pelo Congresso Nacional em 1922) de 25:000\$0 para 40:000\$0 no ano de 1940; 2) o patrocínio de congressos

---

<sup>215</sup> Disponível em: <<http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/reformas.asp>>. Acesso em: 21.10.2020.

<sup>216</sup> Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores/salario-minimo/evolucao>>. Acesso em: 20.10.2020.

<sup>217</sup> Nesse período, o Instituto contabilizava em seu cadastro social, com exceção dos sócios que não pagavam mensalidades, como Presidentes Honorários, Sócios Honorários e Correspondentes, um total de 40 sócios ativos. Multiplicando pela mensalidade de 5\$00 (cinco mil réis), somaria um total de 200\$00 (duzentos mil réis) em mensalidades. Um valor baixo comparado ao subsídio público da Instituição (RIHGB, 1938, p. 848).

(como o de História Nacional), eventos da Instituição (como a comemoração do seu Centenário) e projetos específicos (como o *Dicionário do Instituto* ou o monumento a Vernhagen); 3) o constante repasse de verbas para os institutos estaduais; 4) dentre outras medidas em favor do Instituto, como a articulação do governo junto a Imprensa Nacional para colocar em dia a publicação da sua Revista.

Conforme demonstramos, o governo de Getúlio Vargas e o próprio chefe de Estado garantiram o financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo de todo o período em que esteve no comando do Estado. Além do significativo aumento do subsídio anual garantido por lei, Vargas financiou inúmeras atividades e projetos do Instituto, viabilizou a regularização da publicação da sua Revista e patrocinou a comemoração do seu Centenário. A única reivindicação não atendida pelo chefe de Estado foi uma sede nova para o Instituto. Certamente, o fato de ser seu presidente de honra aproximou Vargas e estabeleceu um compromisso com o Instituto, assim como a proximidade de alguns membros do primeiro escalão do seu governo com a instituição, sobretudo os titulares da Pasta da Educação, o ministro Oswaldo Aranha e os seus representantes em sessões de destaque.

Por outro lado, os membros do IHGB que ocuparam cargos no governo de Vargas certamente auxiliaram na articulação para angariar os recursos financeiros necessários para o Instituto que, conforme demonstramos, eram imprescindíveis para o seu funcionamento, visto a crônica dependência da Instituição com relação às verbas públicas. Esse tópico também demonstra que o IHGB estava incluído nas despesas do Ministério da Educação e, portanto, estava inserido – mesmo que indiretamente – na política educacional e cultural do Governo Vargas.

Relacionando os dois tópicos – político e financeiro – podemos problematizar as seguintes hipóteses: caso o IHGB tivesse se posicionado veementemente contra a Revolução de 1930 e à proclamação do Estado Novo ou se manifestasse contra Getúlio Vargas, o Instituto continuaria recebendo o patrocínio do governo? E, mais, receberia o aumento que lhe foi concedido? Ou, ainda, em sentido inverso, caso o Governo Vargas tivesse cancelado o repasse de verbas para a instituição, continuariam os elogios e a exaltação ao chefe de Estado? É bastante provável que não.

Mais do que patrocinar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante todo o período do seu governo, Vargas havia “compreendido a finalidade” (RIHGB, 1942, p. 691) do Instituto e, por esse motivo, o chefe de Estado pertencia “ao quadro de seus maiores beneméritos” (RIHGB, 1937, p. 627) e o seu nome “nunca mais seria esquecido naquela casa” (RIHGB, 1942, p. 655), o que nos leva a conclusão de que Getúlio Vargas foi – termo



oportunamente alcunhado por Guimarães (2006, p. 33) – o grande “mecenas” do IHGB até aquele período, comparável somente ao grande protetor do Instituto, o Imperador Dom Pedro II, e mais tarde, ao general Médici, responsável pela nova sede do Instituto.

## CAPÍTULO IV

### INICIATIVAS, ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS EM CONJUNTO ENTRE O IHGB E O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Para além das relações institucional, política e financeira estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o governo de Getúlio Vargas, conforme demonstramos nos capítulos anteriores, o IHGB também desenvolveu inúmeras iniciativas, atividades e projetos em conjunto com o Governo Vargas direcionados principalmente para as áreas da história e da geografia, realizados em sua maioria por meio do Ministério da Educação.

Através de um levantamento prévio das fontes constatamos que o IHGB colaborou com as políticas educacional e cultural implementada pelo Governo Vargas, sobretudo aquelas direcionadas para as áreas da história e da geografia – com destaque para a primeira delas. Dentre estas iniciativas, destacamos a participação do Instituto na política de monumentos e patrimônios históricos do país, na comemoração de efemérides (datas e personagens da História do Brasil), na realização de solenidades e atos cívicos patrióticos (como o “Dia da Pátria”), na política educacional do Ministério da Educação, principalmente com relação ao ensino de História do Brasil. Além disso, o governo frequentemente solicitava serviços e consultas ao IHGB para fornecer informações e emitir pareceres referentes à história e à geografia do país.

Como vimos no primeiro capítulo, a partir dos anos 1930 e 1940, a História ganhou dimensão e diretrizes de uma política de Estado, como parte fundamental da política educacional e cultural do governo de Getúlio Vargas, ocupando um lugar de destaque e estratégico em seu projeto político e ideológico (GOMES, 2013, pos. 95). Nesse sentido, a área da história tornou-se objeto de investimento e de políticas públicas, sobretudo através do novo Ministério da Educação criado em 1930, com iniciativas e projetos direcionados para o âmbito da história – traduzidas nos seus mais variados aspectos e modalidades – como a política de monumentos do regime, a criação de museus, solenidades e atos cívicos, a comemoração de datas e personagens da História do Brasil, o ensino de História, leis de incentivo e valorização do passado nacional, entre diversas outras iniciativas.

Por outro lado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição secular, de tradição assentada e reconhecido prestígio, seguramente era a principal referência na produção e divulgação do conhecimento histórico e geográfico do – e sobre – o país daquele período,

considerando-se a inexistência e o incipiente surgimento dos cursos superiores de História durante a década de 1930, como veremos adiante.

Portanto, dada a centralidade estratégica da história no projeto educacional, cultural, político e ideológico do Governo Vargas e sendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a principal referência de conhecimento histórico do período, e, considerando, ainda, o financiamento da Instituição pelo governo, abria-se a possibilidade da realização de atividades e projetos em conjunto na área da História. Como vimos no capítulo anterior, o IHGB estava incluído nas despesas do Ministério da Educação (e a ele prestava contas), ou seja, o Instituto estava inserido – mesmo que indiretamente – na política educacional e cultural do Governo Vargas, em vista disso, podemos analisar como se efetivou essa relação de “trocas” e, de certa forma, uma “prestação de serviços” da Instituição para o governo nessa área.

Deste modo, como se verá a seguir, pretendemos verificar como se desenvolveram estas atividades e projetos realizados conjuntamente entre o IHGB e o Governo de Getúlio Vargas nos âmbitos educacional e cultural, isto é, como se deu a participação e a colaboração do Instituto na elaboração e realização dessas iniciativas, propostas e políticas do Governo Vargas direcionadas principalmente para a área da história, a partir de quatro tópicos: 1) o IHGB representando o governo em eventos internacionais; 2) a participação do IHGB na comemoração de efemérides e atos cívicos do governo; 3) a inserção do Instituto na política educacional e “parcerias” com o Ministério da Educação; 4) a colaboração do IHGB na política patrimonial do regime.

#### **4.1. O IHGB representando o governo em eventos internacionais**

Por ocasião da primeira visita de Getúlio Vargas ao IHGB, em sessão realizada no dia 21 de outubro de 1931, o secretário perpétuo do Instituto, Max Fleiuss, apresentando o relatório das atividades daquele ano, anunciou que pelo “Governo Provisório da República Brasileira, por intermédio do seu ministério da Educação”, o IHGB teria sido “incumbido de dirigir a reunião a ser convocada nesta Capital, no ano próximo futuro, do *Instituto Pan Americano de Geografia e História*”, cuja sede oficial era a capital da República do México (RIHGB, 1931, p. 534). Como mencionamos anteriormente, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) é um órgão técnico e científico da Organização dos Estados Americanos (OEA), especializado nas áreas de História, Geografia, Cartografia e Geofísica, fundado em 7 de fevereiro de 1928, durante a VI Conferência Internacional Americana realizada em Havana,

Cuba. O Instituto é composto por vinte um Estados Membros, dentre os quais, o Brasil. Cada um dos países membros do IPGH nomeia uma Seção Nacional para representá-lo nos diferentes órgãos do IPGH<sup>218</sup>. Conforme a resolução do Instituto Pan-Americano:

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição benemerita fundada há quase um século, guarda das tradições brasileiras, confiou o governo da República dos Estados Unidos do Brasil a honrosa missão de promover a realização da Assembleia e nomeou com esse objetivo uma comissão organizadora, que é, ao mesmo tempo, a delegação brasileira. (RIHGB, 1934, p. 8)

Convém detalharmos o processo de escolha do IHGB para representar o país: a Sexta Conferência Pan-Americana deliberou que a direção central da União Pan-Americana, com sede em Washington, “se entendesse com os governos de todas as Repúblicas da América, sobre a Instituição, em cada uma, de comitês formados de pessoas competentes em Bibliografia, diretores de bibliotecas e arquivos e agremiações de ciências e letras, públicos e particulares”. Isto é, o Instituto Pan-Americano estabelecia que o governo de cada país decidisse sobre a instituição ou a formação de comitês responsável pelo projeto em seus respectivos países e, por isso, o Ministério da Educação escolheu o IHGB (RIHGB, 1931, p. 535).

Embora fosse o governo de cada país o incumbido de escolher a instituição responsável pelo encontro, Max Fleiuss ponderou que essa “prioridade” caberia ao IHGB graças a iniciativa do seu “humilde secretário perpétuo” (referindo-se a si mesmo), pois – Fleiuss prossegue falando de si em 3º pessoa – “foi o secretário desta Casa, quem cerca de oito meses antes de reunir-se a assembleia havanesa”, propôs com a aprovação plena do Instituto “que fosse dirigido aos ministérios da Instrução Pública de todos os países americanos” um “ofício-circular solicitando a participação de todos os povos do nosso continente” com o “intuito de ampliar tanto quanto possível o conhecimento recíproco dos povos americanos, no que concerne aos estudos da História, Geografia, Etnografia e Arqueologia do Novo Continente” (idem, *ibidem*). Ou seja, Max Fleiuss alegava ter sido o precursor e antecipado o que viria a ser a proposta do Instituto Pan Americano de Geografia e História e, por esse motivo, reivindicava o direito à prioridade dessa iniciativa, chegando inclusive a escrever para a *União Pan-Americana*, em Washington, solicitando-a ao seu diretor geral, Léo Rowe, que lhe respondeu parabenizando o Instituto pelo “mérito da iniciativa” e reconhecendo o IHGB como o responsável pela “organização dos trabalhos bibliográficos em todo o Continente Americano”, formalizado no

---

<sup>218</sup> Disponível em: <<https://ipgh.org/quienes-somos.html>>. Acesso em: 31.03.2021.

documento intitulado *O boletim da União Pan-Americana*, que, na avaliação de Fleiuss, “não pode haver documento mais valioso” (ibidem, p. 536).

O evento, que foi a Assembleia inaugural do Instituto Pan Americano de Geografia e História, aconteceu na sede do IHGB, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 27 de dezembro de 1932 e 1º de janeiro de 1933, e contou com representantes dos diferentes países da América. Destacando e referindo-se ainda às *redes* de indivíduos circulando entre o Instituto e o Governo Vargas, vale mencionar que o discurso de abertura do evento coube a Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório e sócio do IHGB; o presidente do IHGB, Afonso Celso, foi intitulado o 1º vice-presidente do IPGH; e o então ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires,<sup>219</sup> esteve presente na sessão de abertura do evento no IHGB.<sup>220</sup>

Esse evento nos permite tirarmos três conclusões iniciais: 1º) a consideração da importância desse evento por parte do Governo Vargas – por conseguinte, da área da História – devido à presença dos ministros da Educação e das Relações Exteriores na assembleia; 2º) o reconhecimento da centralidade do IHGB como a principal referência sobre conhecimento histórico do país; 3º) a constatação da rápida aproximação entre o Instituto e o novo Ministério da Educação do Governo Vargas, marcando o início de uma relação de cooperação entre ambos.

Outro episódio em que o IHGB foi convocado pelo governo de Getúlio Vargas para representar o país foi no *Segundo Congresso Internacional de História da América* que seria realizado em Buenos Aires em julho de 1937. O convite está registrado nos anexos da sessão de 13 de Agosto de 1937, o qual informa que: “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil resolve nomear Dr. Max Fleiuss para representar o Brasil no Segundo Congresso Internacional de História da América” (RIHGB, 1937, p. 580). Além de ser um “representante oficial do Brasil”, o secretário perpétuo representaria o IHGB no evento internacional. A nomeação de Max Fleiuss consta no livro de *Leis, Decretos e Portarias* do Ministério das Relações Exteriores, e foi assinada por Getúlio Vargas e Mário de Pimentel Brandão, embaixador que nesse período comandava a secretaria do Itamaraty a convite do então titular da pasta, José Carlos de Macedo Soares, sócio do IHGB e que, no ano seguinte, se tornaria

---

<sup>219</sup> Washington Pereira Pires, bacharel em direito, médico e professor pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, foi o ministro da Educação do Governo Provisório no período de 16 de setembro de 1932 a 25 de julho de 1934. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/ministro-washington-pereira-pires>>. Acesso em: 01.04.2021.

<sup>220</sup> As informações deste parágrafo, sobre a realização do evento, foram retiradas da tese de doutorado de Silva (2019, pp. 207-220).

presidente do Instituto.<sup>221</sup> Lembrando que Max Fleiuss era bastante próximo a Getúlio Vargas, tornando muito provável que essas *redes* influenciaram na indicação do seu nome para representar o país neste congresso internacional.

O *Segundo Congresso Internacional de História da América* foi realizado em Julho de 1937, na cidade de Buenos Aires, Argentina. A primeira edição ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1922. Organizados pelo IHGB e pela *Junta de Historia y Numismática Americana* da Argentina, em conjunto com os ministérios das Relações Exteriores, estes congressos formavam parte de um esforço de aproximação e fortalecimento da integração entre o Brasil e a Argentina e demais países Ibero-americanos através da pesquisa, do ensino e da escrita de uma História da América. A *Junta de Historia y Numismática Americana* foi fundada em 4 de Junho de 1893 pelo general Bartolomé Mitre, “padre de la historiografía argentina, y por otros destacados cultores de esa disciplina”, passando a denominar-se, a partir de 1938, *Academia Nacional de la Historia da Argentina*.<sup>222</sup> De acordo com Silva (SILVA, 2015, p. 232), estes congressos (1922 e 1937) estavam inseridos em um amplo debate sobre “integração regional estimulado pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países e por instituições históricas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a *Junta de Historia y Numistica Americana*”; segundo a autora, estes projetos “visavam à reciprocidade, cordialidade e solidariedade entre os países ibero-americanos”. Nesse sentido, os “diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina inseriam-se em um processo de integração regional que incluía, simultaneamente, a reaproximação com as antigas metrópoles de forma a enfatizar as matrizes europeias e católicas” (ibidem, p. 244). A autora destaca ainda como o IHGB e a *Junta* “inseridas em uma forte relação com o poder político [...] funcionaram como legitimadores de uma consciência nacional através da história” (ibidem, p. 324).

A delegação comandada por Max Fleiuss, também composta por Pedro Calmon, chegou a Buenos Aires no dia 7 de junho, como “convidados de honra do governo argentino”. Em sua recepção, no Museu Mitre, Fleiuss leu um discurso que “impressionou muito bem a todos os assistentes, recordando a aproximação leal entre os dois países” (idem, ibidem). Max Fleiuss manifestou que representava o Brasil “por delegação do eminente dr. Getúlio Vargas, benemérito presidente da República” (ibidem, p. 588).

---

<sup>221</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brandao-mario-de-pimentel>. Acesso em: 19.08.2020.

<sup>222</sup> Disponível em: <<https://anh.org.ar/historia>>. Acesso em: 21.04.2021.

Em sua conferência no Congresso, o secretário abordou o histórico da relação entre Brasil e Argentina, destacando personalidades e líderes políticos, acordos comerciais e diplomáticos entre as duas nações. Segundo o relato da ocasião, o discurso do secretário do IHGB “foi por vezes interrompido por aplausos e, no fim, houve verdadeiramente uma aclamação” (ibidem, p. 582). Consta ainda que “o representante oficial do Governo do Brasil tem tido atuação relevantíssima nos trabalhos” (RIHGB, 1937, p. 581). O diário argentino *Lá Nacion* também noticiou em suas páginas, na data de 14 de Julho de 1937, a realização do congresso internacional de história no país e que contou com a presença de ministros de Estado, políticos, escritores e autoridades religiosas. O periódico concedeu um destaque para “una brillante improvisación del doctor Max Fleiuss, secretario del Instituto Historico y Geográfico del Brasil” (ibidem, p. 587).

A comissão brasileira conseguiu aprovar diversas propostas no congresso, dentre estas: “que sejam conservados e estudados os vestígios da colonização jesuítica em toda a América, afim de se organizar uma história americana da Companhia de Jesus”; para que “nas universidades americanas se estude a história da Espanha, como aditivo à história de Portugal”; e a “organização de uma biblioteca de coletânea da História Nacional, que serão trocadas entre os países do continente” (ibidem, p. 583).

Essas representações do país e do governo brasileiro pelo IHGB nestes eventos internacionais demonstram, além de uma estreita relação e a existência de *redes* de pertencimento e circulação entre o Instituto e o Governo Vargas e os seus ministérios da Educação e das Relações Exteriores, a consideração da relevância da História para o governo, visto o prestígio concedido pelos ministros de Estado aos eventos, e o reconhecimento – sobretudo por parte do governo – do IHGB como a principal instituição de referência sobre conhecimento histórico do país naquele período.

#### **4.2. A participação do IHGB na comemoração de efemérides e atos cívicos do governo**

No decorrer desse período, verificamos que o IHGB participou e colaborou em comemorações promovidas pelo Governo Vargas de efemérides relacionadas a eventos e personagens da História do Brasil, seja na organização e realização destas celebrações em conjunto com o Governo Federal ou mesmo na solicitação ao governo para a celebração e instituição de feriados em determinadas datas da história nacional. Conforme a própria definição do Instituto, “é das tradições desta Casa, quase secular, a homenagem tributada às

nossas mais notáveis datas históricas e bem assim à memória dos grandes vultos nacionais” que representaram um “papel de alto relevo da acidentada existência do nosso muito amado Brasil” (RIHGB, 1935, p. 480). O Instituto também participou de atos cívicos promovidos pelo governo e de solenidades na implementação de políticas do Governo Vargas.

Em sessão no dia 17 de abril de 1933, o presidente conde de Afonso Celso comunicou aos presentes que havia enviado um telegrama ao “Chefe do Governo Provisório” com duas moções que haviam sido aprovadas por unanimidade no plenário do Instituto e as quais deveriam que “se impetrasse do Governo”. A primeira delas solicitava “fixar-se definitivamente a celebração anual oficial brasileira daquela solenidade confraternizadora, em vinte de Abril, data natalícia do grande americano barão do Rio Branco” (RIHGB, 1933, p. 737). A moção referia-se à comemoração do “Dia da América”. A segunda moção requeria “o restabelecimento do feriado nacional de 21 de Abril, aniversário do sacrifício heroico e santo de Tiradentes, pela liberdade da Pátria” (idem, *ibidem*). Na solicitação, o IHGB intitulava-se o “zelador dos nomes e dos feitos que impõe o Brasil e o Novo Mundo à veneração universal”, e por esse motivo, dirigindo-se a Vargas, “submete estes anhelos cívicos ao alto critério patriótico de V. Ex., a quem tem a honra de, reverentemente, saudar”, e, “confiando em pronta e favorável decisão, antecipa os protestos do seu reconhecimento, compartilhado, de certo, pela consciência do país” (idem, *ibidem*).

Repare-se que o telegrama com a solicitação dos feriados foi enviado diretamente ao chefe de Estado, e não ao Ministério da Educação, tamanha a relação de proximidade e o acesso que o Instituto tinha com Getúlio Vargas. Sobre a primeira solicitação, referente ao Dia da América, acreditamos que o pedido do Instituto não tenha surtido efeito, pois não há qualquer indícios de sua celebração nesta data, e, visto que, o dia 20 de Abril passou a comemorar o Dia do Diplomata a partir de 1970, em homenagem ao nascimento de Rio Branco.<sup>223</sup>

Quanto à segunda moção, retomemos um pouco a sua trajetória: poucos meses após a proclamação da República, o 21 de abril, Dia de Tiradentes, tornou-se feriado nacional instituído pelo governo de Deodoro da Fonseca em 1890.<sup>224</sup> Com a vitória do Movimento de 1930’, o chefe do Governo Provisório emitiu um decreto, em 15 de dezembro de 1930, no qual anulava a maioria dos feriados instituídos pela Primeira República em 1890, dentre os quais, o 21 de abril de Tiradentes, e os substituiu – alguns permaneceram, como o 7 de setembro da

---

<sup>223</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66217-17-fevereiro-1970-407718-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08.04.2021.

<sup>224</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/militares-transformaram-tiradentes-em-heroi-nacional.shtml>>. Acesso em: 08.04.2021.



Independência – por outras datas comemorativas, como a “comemoração da fraternidade universal”, a “confraternidade universal das classes operárias”, a “comemoração da unidades espiritual dos povos cristãos”.<sup>225</sup> Anos depois, exatamente no dia 17 de abril de 1933, o Governo Provisório emitiu um novo decreto reestabelecendo o feriado nacional de Tiradentes no dia 21 de abril. Conforme o decreto, dentre os feriados “oprimidos” pelo decreto de 1930, “o de 21 de Abril era o de maior expressão histórica, por isso que fora consagrado à memória dos precursores da República, simbolizados no mártir, alferes José da Silva Xavier, o Tiradentes”.<sup>226</sup>

Surpreendentemente, o decreto foi emitido no mesmo dia em que o presidente Afonso Celso comunicava o envio do telegrama ao governo solicitando o feriado, no dia 17 de abril de 1933, sendo publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União. Se o telegrama tivesse sido enviado na mesma data do decreto, ficaria difícil estabelecer uma relação de causalidade, porém, o presidente do IHGB informou que havia (no pretérito) enviado o telegrama. Ou seja, é muito provável que o reestabelecimento do feriado de Tiradentes por parte do Governo Vargas tenha sido responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo em vista o prestígio e a influência da instituição diante do chefe de Estado. Sendo assim, o IHGB não estava apenas colaborando como pautando o calendário cívico do Governo Vargas.

O próprio fato de o novo governo emitir um decreto pouco tempo depois de assumir o poder (em 15 de Dezembro de 1930) mudando as datas festivas nacionais demonstra a dimensão da relevância do calendário cívico nacional para os novos governantes. Embora o decreto alegasse que a mudança e a diminuição dos feriados nacionais se daria em “vantagem do trabalho nacional” e que se manteriam apenas “os que, por sua mais larga significação humana e nacional, sensibilizam, mais profundamente, a consciência coletiva”<sup>227</sup>, seguramente tratava-se de um movimento estratégico e bem orquestrado do novo regime para, através de um novo calendário cívico, instituir e fomentar as suas diretrizes e concepções – sobretudo históricas – mediante a sua política de efemérides.

---

<sup>225</sup> O decreto foi assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>>. Acesso em 08.04.2021.

<sup>226</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22647-17-abril-1933-558774-publicacaooriginal-80337-pe.html>>. Acesso em 08.04.2021.

<sup>227</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>>. Acesso em 26.06.2021

Segundo Angela de Castro Gomes, foi com o Estado Novo que teve uma “série de comemorações oficiais que procuravam destacar certas datas, envolvendo a população em um calendário festivo” (GOMES, 2005, p. 206). Dentre estas cerimônias públicas, a autora destaca a comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro; o Dia do Trabalho, em 1º de maio, que passou a assumir “contornos rituais” nos quais Vargas “em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores”; e a comemoração do aniversário do presidente, no dia 19 de abril. Segundo Gomes, estas três atos comemorativos constituíam “três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores”, formando um “calendário de encontros significativos” (ibidem, p. 217). A essas comemorações somavam-se outras datas como o Dia da Independência Nacional (7 de setembro), e os dias de Natal e “Ano-bom”, formando o que Gomes chamou de “calendário de festas magnas do Estado Novo” (ibidem, p. 218).

Analisando as comemorações do dia 1º de maio, Isabel Bilhão (2011, p. 71) sustenta que “tais celebrações foram progressivamente apropriadas, tornando-se momentos muito importantes no esforço pedagógico e de legitimação realizado pelo Estado Novo”. A implementação de um “calendário cívico”, segundo a autora, tornou-se um “recurso poderoso para a ampliação e manutenção da legitimidade do governo” (ibidem, p. 75). Analisando a “cultura cívica” construída pelo regime de 1937, Mauricio Parada (2009, p. 401) defende que “um dos recursos mais poderosos foi o planejamento e a manutenção de um calendário cívico comemorado através de monumentais cerimônias públicas”, nas quais “eram encenados os valores cívicos desejados pelo projeto civilizatório do governo”. Para o autor, a relação entre a mudança do regime e a alteração nas datas cívicas indica “que o calendário foi objeto de intensa atenção política, uma vez que seria o fundador do novo tempo cívico, da memória coletiva, e um modelo para as virtudes públicas”; conformando o que chamou de a “natureza comemorativa do regime” (ibidem, p. 408). Segundo ele, o regime de 1937 elevou a cultura cívica a uma de suas principais prioridades, por esse motivo, “patrocinar eventos cívicos foi, para os administradores culturais do regime, uma oportunidade para estabelecer uma ponte entre política e cultura” (ibidem, p. 409).

Dentre as datas comemoradas, o dia 7 de setembro da Independência, também chamado de “Dia da Pátria”, foi uma das datas cívicas mais celebradas pelo governo. Aline Vaz (2006, p. 90), que abordou a inserção das escolas neste comemoração, descreve que na capital do país, a data era comemorada com desfiles dos militares e diversas associações e entidades; Getúlio Vargas fazia o seu habitual discurso, depois aconteciam as apresentações artísticas que envolviam temas nacionais. A bandeira do Brasil e as ornamentações em verde e amarelo

compunham o cenário de exaltação dos símbolos nacionais. De acordo com a autora, as instituições de ensino eram a grande atração das comemorações, sendo sempre relacionadas e encarregadas de organizar o evento.

O IHGB participou ativamente das comemorações do “Dia da Pátria” ao longo desse período. De acordo com o Instituto, “estas solenidades cívicas tornam-se, cada vez mais, necessárias, para que o povo saiba quanto praticaram no ponto de vista patriótico os nossos maiores”. O Instituto registrou nos “fatos sociais” do ano de 1935 a sua participação nas “comemorações do Sete de Setembro, o ‘Dia da Pátria’”, segundo o IHGB, “tão justamente consagrado pelo Governo” (RIHGB, 1935, p. 537). Na sessão aniversária daquele ano, na presença do representante do chefe de Estado no salão, o orador do Instituto, Ramiz Galvão, convidou os presentes para ouvir “as belas palavras proferidas há bem pouco, no Dia da Pátria, pelo nosso honrado e benemérito presidente honorário, sr. dr. Getúlio Vargas” (idem, *ibidem*),<sup>228</sup> reproduzindo-as textualmente no plenário do Instituto e transcrevendo-as nas páginas da *Revista*:

Devemos ter fé. Não existem esforços inúteis, se empenhados em prol do bem comum. As nossas dificuldades são mínimas em confronto com os nossos recursos e com os que enfrentam, no momento, outros povos. Haveremos de vencê-las. (idem, *ibidem*)

Ao que Ramiz Galvão complementou com uma avaliação extremamente otimista e positiva do país naquele momento, segundo ele, de “restauração financeira” no campo econômico e de “amparo solícito às Letras e às Ciências” no âmbito cultural (possivelmente considerando o apoio do governo ao IHGB); por fim, o orador projetou um período de “luz e de glória”, concluindo a sua manifestação com uma insígnia de exaltação e confiança no país, por conseguinte, no governo de Vargas:

É com esta mesma fé, Senhores, que o orador do Instituto Histórico hoje conclui as suas breves palavras, vaticinando com esperança, para a nossa amada Terra da Santa Cruz, um período de trabalho compensador e de restauração financeira – de ordem – de confraternização e de arrefecimento de paixões; de expansão cultural pela difusão larga do Ensino leigo e religioso – de amparo solícito às Letras e às Ciências, sem as quais o Progresso é uma utopia; em uma palavra, patricios ilustres, um período de luz e de glória [...]. É com esta mesma Fé, que eu repito o meu estribilho de todos os anos: “Viva o Brasil!” (idem, p. 548)

---

<sup>228</sup> Apuramos em seu diário que nesse ano Vargas participou das atividades do Dia da Pátria na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal. Segundo o seu registro, as festividades “salientaram-se pela sua correção, brilho e entusiasmo” (VARGAS, 1995, p. 420).

O IHGB colaborou inclusive com solenidades para a implementação de políticas do Governo Vargas, dentre estas, destacamos a instituição pelo Estado Novo do novo quadro territorial, administrativo e judiciário do Brasil que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1939. O IHGB foi convidado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o responsável pela implementação do novo quadro territorial – para organizar um “projeto de ritual para as solenidades cívicas” e elaborar um “modelo de atas em que tais solenidades serão registradas” (RIHGB, 1938, p. 877). O Instituto, em nota de agradecimento, “regozija-se vivamente com o honroso convite” que lhe trazia “a grata oportunidade de colaborar num empolgante movimento cívico”, “cujo alcance é inavaliável pelo seu sentido deveras construtivo e como impulso de ordenação e unidade nacional” e que trará, segundo o IHGB, “o revigoramento da consciência municipalista da Nação” (RIHGB, 1938, p. 879). O convite firmou, segundo a Instituição, “o ritual das cerimônias cívicas”, tanto no “aspecto de registro histórico, como no seu alcance cívico e político”. A medida foi exaltada nos salões do Instituto pelo seu “sentido deveras construtivo e como impulso de ordenação e unidade nacional” (ibidem, p. 897).

Nesta “grande parada cívica”, cuja solenidade estava a cargo do IHGB, os municípios brasileiros estariam “irmanados numa mesma liturgia patriótica e num só pensamento de integração e ordenação da grande Pátria comum”. As manifestações e argumentos favoráveis à política municipalista do Estado Novo continuaram ao longo de toda a sessão, sendo definidas como medidas “oportunas e habilmente postas em prática pelo Governo Federal” e de “alto cometimento patriótico” (RIHGB, 1938, p. 881). O Instituto exaltou e justificou a sua participação nesse projeto:

Em primeiro lugar, porque dará às solenidades um expressivo significado de união nacional, constituindo-as simultaneamente a grande festa das comunidades locais, que por elas se veem na posse dos seus forais e uma grande parada cívica dos municípios brasileiros, irmanados numa mesma liturgia patriótica e num só pensamento de integração e ordenação da grande Pátria comum. Em segundo lugar, esse ritual dará ensejo a que, por hábil adaptação, a solenidade se revista de uma alta finalidade informativa e educativa para as comunidades municipais, pondo-as ao par da relevante significação para elas próprias e para todo o país, da delimitação dos respectivos âmbitos territoriais e da sua hierarquização bem assim das características de estabilidade periódica, de racionalização estrutural e de sistematização nacional de que vão ficar revestidos os novos quadros primários da vida brasileira. (ibidem, p. 882)

O Instituto aproveitou a oportunidade para sugerir ao Governo a instituição do “Dia do Município” na data de 1º de janeiro. Segundo o Instituto, aproveitando a solenidade a nível nacional da nova lei, “seria o caso, de ser criada oficialmente, por decreto do Governo Federal, essa festa brasileira, que irmanaria, sem nenhuma separação de grupo, todas as pequenas comunidades locais”, o que lhes cultivaria “a consciência cívica e dando-lhes a compreender melhor a sua sucessiva integração no município, no termo, na comarca, no Estado e no Brasil” (RIHGB,1938, p. 883). De acordo com a argumentação do Instituto, seria “altamente aconselhável que os Poderes Federais e Estaduais participem dessa exaltação cívica da *célula-mater* da grande comunhão nacional”. Além disso, o IHGB colocava-se à disposição do governo para comandar as comemorações desta data.

O pedido do Instituto surtiu efeito e o governo publicou o Decreto-lei n. 846 de 9 de Novembro de 1938, instituindo a festa nacional do “Dia do Município”, a ser comemorada todo 1º de Janeiro. Supreendentemente o decreto cita o IHGB como o responsável pela proposta (!): “Considerando a proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apoiada pelo Conselho Nacional de Geografia, para que a data de 1 de janeiro de 1939, seja oficialmente consagrada à exaltação do papel do Município na organização da Pátria Brasileira”, declara em seu art. 1º que: “Fica instituída a festa nacional do "Dia do Município", a ser celebrada a 1 de janeiro”.<sup>229</sup> Mais uma vez, o IHGB solicitava ao Governo Vargas a instauração de um feriado no calendário de comemorações do país e tinha o seu pedido atendido.

A chamada *Lei Geográfica do Estado Novo* foi implementada através do Decreto-lei n.º 311 de 2 de Março de 1938, assinada por Getúlio Vargas e Francisco Campos, e deliberava sobre a criação, a jurisdição e a delimitação territorial dos municípios brasileiros. Dentre as medidas, destacamos o artigo 8º que estabelecia que “os limites inter-distritais ou inter-municipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais”; o Art. 10º determinando que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação”; o Art. 12º prevendo que “nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias”; e o artigo 13º exigindo que “dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei [...] os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território”.<sup>230</sup>

---

<sup>229</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-846-9-novembro-1938-350312-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27.05.2021.

<sup>230</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm)>. Acesso em: 26.05.2021.

De acordo com José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, com essa *lei*, “desapareceram as anomalias, as incoerências, as aberrações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República, no que interessa à divisão judiciária e administrativa”.<sup>231</sup> Destacando que nesse período José Carlos Macedo Soares era simultaneamente presidente do IHGB (1938 a 1964) e do IBGE (1936 a 1951 e 1955 a 1956) a convite de Getúlio Vargas, seu amigo de longa data,<sup>232</sup> o que nos indica a possibilidade de articulação de Macedo Soares no convite ao IHGB para participar da implementação desse projeto.

Essa *lei* estava inserida no contexto de fortalecimento da instância municipal do Estado Novo, em simetria com a crítica às forças estaduais e ao “faccionalismo” dos partidos políticos. Nesse contexto, sobretudo no Estado Novo, conforme Melo, “o municipalismo foi elevado à condição de princípio programático das elites governamentais e de peça importante da estratégia de *nation-building* perseguida”.<sup>233</sup> Paradoxalmente, durante um regime centralizador, o município estava “orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central”, nesse sentido, a Constituição de 1937 elege o município “como órgão constituinte dos poderes”.<sup>234</sup> O episódio da queima das bandeiras estaduais em um ritual cívico realizado na Praça Roosevelt no Rio de Janeiro, no dia 27 de novembro de 1937, apenas um mês após a instauração do Estado Novo, é a expressão dessa concepção centralizadora. Segundo Oliven (2012, on-line),<sup>235</sup> a cerimônia da queima das bandeiras “marca, a nível simbólico, o enfraquecimento do poder regional e estadual e pode ser vista como um ritual de unificação da nação sob a égide do Estado”. Ressaltando que a Constituição de 1937 aboliu as bandeiras estaduais ao determinar em seu artigo 2º que: “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais” (BRASIL, 1937).

O ritual proposto pelo IHGB foi aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia. A solenidade, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 1939, sob a incumbência do Instituto, teria como objetivos estabelecidos pelo governo, três itens que visavam fixar: “um sentido jurídico, um significado cívico e uma finalidade histórica” ao ato. O “sentido histórico” da solenidade

---

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv15211.pdf>>. Acesso em: 26.05.2021.

<sup>232</sup> Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20968-jose-carlos-de-macedo-soares.html>>. Acesso em: 26.05.2021.

<sup>233</sup> Disponível em: <[http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23\\_07.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23_07.pdf)>. Acesso em: 27.05.2021.

<sup>234</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>235</sup> No artigo “O nacional e o regional da construção da identidade brasileira”, publicado na *ANPOCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2012. Disponível em: <[http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02\\_07.pdf](http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02_07.pdf)>. Acesso em: 27.05.2021.

estabelecia que todo município registrasse na ata do evento “a certidão do seu registro histórico”, o qual a nova lei asseguraria que “nunca se apagará dos arquivos pátrios” (RIHGB, 1938, p. 885), posto que:

[...] os acontecimentos dessa natureza, sem embargo de constituírem fatos de grande relevo, tanto na história regional, como na história nacional, pois sobre eles repousa toda a organização política, administrativa, social e econômica da vida nacional, não tinham até agora a consagração que mereciam e nem deixaram, via de regra, o competente registro nos anais da história pátria. Mas, a partir de 1º de Janeiro de 1939, cada circunscrição do quadro territorial brasileiro terá, na ata da solenidade aqui regulada, a certidão do seu registro histórico, o qual, já pela sua solenidade e natural repercussão, já pela publicidade que a lei lhe assegura, nunca se apagará dos arquivos pátrios. (idem, *ibidem*)

No protocolo da solenidade a ser seguido pelos municípios, elaborado de forma padrão em escala nacional pelo IHGB, deveria ser composta uma mesa com as autoridades locais e “à sombra da bandeira nacional, todos ouviram ou cantaram, de pé, o Hino Nacional” (*ibidem*, p. 887). Após esse protocolo inicial, o presidente do ato deveria reproduzir o discurso elaborado pelo Governo Vargas, o qual expressava concepções e insígnias correspondentes às diretrizes políticas do Estado Novo. Transcrevemos o documento na íntegra:

Na forma da lei, e de acordo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, e resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu ... (declarar a qualidade), em nome do Governo do Estado, declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938, e nos decretos-leis estaduais nº. (1) ... e ... respectivamente de ... de ... e de ... do mesmo ano, todas as circunscrições que tem por sede esta localidade, que conserva (ou ora recebe) os foros da cidade, bem assim os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila. Assim, fique registrado na história pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível! Paz ao Brasil rico e forte! (idem, *ibidem*)

Evidencia-se assim o quão entrelaçados estavam neste processo a política governamental, o civismo e a história nacional. O civismo operando em prol de um projeto político maior, de acordo com as orientações e diretrizes políticas e ideológicas de um regime com viés centralizador e autoritário traduzidas em expressões como “espírito de hierarquia”, “ordenada distribuição das responsabilidades” e “submissão harmoniosa desses sentimentos a outros mais altos e mais altruístas”:

Como objetivo cívico, finalmente, as solenidades inaugurais do novo quadro territorial visarão a confraternização entre todos os grupos sociais brasileiros. Dando motivo à solenidade a outorga escalonada de diferentes parcelas de autonomia e das prerrogativas correlatas, as comunidades interessadas, ao mesmo tempo que se poderão solidarizar e rejubilar sem qualquer dissonância de sentimento pelo auspicioso evento, também se sentirão penetradas pelo espírito de hierarquia, de ordenada distribuição das responsabilidades e regalias na escala dos valores que demarcam o campo social, e assim aprendendo a cultivar os justos sentimentos grupais, vão-se também apercebendo da submissão harmoniosa desses sentimentos a outros mais altos e mais altruístas, e, portando, mais nobres, que aproximam e fundem os corações, as inteligências e as vontades na integração da “grande alma” da Pátria comum. (ibidem, p. 886)

A *Lei Geográfica do Estado Novo* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1939 e teve os seus resultados divulgados pelo IBGE no documento intitulado *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil*, publicado em 1940. O número de municípios que enviaram os seus mapas de acordo com o modelo exigido pelo IBGE foi de 1.574. Os principais veículos de comunicação cobriram o evento: *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *Correio Português*, *Correio da Manhã*, *A Pátria*, *Jornal do Comércio* e *O Estado de São Paulo*<sup>236</sup>. O projeto realizou-se sob o ritual proposto pelo IHGB que permitiu, segundo o IBGE, a “primeira celebração daquela solenidade cívica em todas as cidades do país”<sup>237</sup>. Na avaliação do IHGB, a implementação da lei tratou-se de uma “campanha admirável pelo cunho de sabedoria política e previdência administrativa” e de uma “cruzada magnífica de integração do Brasil” (RIHGB, 1939, p. 953).

Sobre esse caso, podemos tirar algumas conclusões e destacar: 1) o IHGB como um grande aliado do Governo Vargas na implementação dessa política territorial de grande magnitude em âmbito nacional; 2) A existência de *redes* de pertencimento, circulação, relações e influências de indivíduos entre o Governo Vargas, o IBGE e o IHGB; 3) O quão entrelaçados estavam neste processo a política, o civismo e a história; 4) Novamente a pauta da unidade nacional (“Brasil uno e indivisível”) unificando o governo e o IHGB; 5) A influência do IHGB na política de efemérides do governo ao propor o “Dia do Município” como feriado, sendo aceito e instituído por Getúlio Vargas, inclusive citando o Instituto no decreto.

---

<sup>236</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv15211.pdf>>. Acesso em: 28.05.2021.

<sup>237</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13618.pdf>> Acesso em: 27.05.2021.



### 4.3. A inserção do Instituto na política educacional e no ensino de História – parcerias com o Ministério da Educação

Como uma instituição centenária e sendo a principal referência de conhecimento histórico daquele período, o IHGB tinha inserção e exercia influência no ensino de história das instituições educacionais do país há muito tempo, e por esse motivo, a Instituição frequentemente era consultada e convidada a participar na elaboração e no desenvolvimento de atividades e projetos educacionais voltados para a área da história, sobretudo pelo Ministério da Educação do Governo Vargas.

Antes, é necessário contextualizarmos o IHGB como a principal referência de saber histórico daquele período. Os primeiros cursos superiores de História do Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP)<sup>238</sup> no ano de 1934 (SILVA & FERREIRA, 2011, p. 4 e 7) (de início, integrado à Geografia, tornando-se independente apenas em 1955<sup>239</sup>) e, em seguida, pela Universidade do Distrito Federal (UDF<sup>240</sup>) em 1935, desde o início a História como uma disciplina autônoma. No entanto, não devemos pensar a criação dos cursos superiores de História em termos de antagonismo ou oposição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, visto que, representantes do Instituto irão participar e influenciar os estudos de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (NADAI, 1992-1993). Devemos ressaltar também a participação central e precursora do IHGB na trajetória da disciplina e da pesquisa histórica no Brasil, na coleta e organização de documentos e na produção de conhecimento histórico sobre o país. De acordo com José Honório Rodrigues:

A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes existia apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver. (RODRIGUES, 1969, p. 33)

---

<sup>238</sup> Criada em 1934 através do Decreto Estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acesso em: 26.03.2021.

<sup>239</sup> Através da lei n.º 2.594, de 08 de setembro de 1955, que dispõe sobre a desvinculação dos cursos de História e Geografia nas faculdades de Filosofia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26.03.2021.

<sup>240</sup> Com o fechamento da UDF em 1937, foi transferido para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB).

Em *O ensino de História no Brasil: da “História natural” à História Naturalizada*, Guilherme de Lima (2011, p. 50) traçou um percurso sobre a História enquanto disciplina ensinada no Brasil. O autor mencionou, entre vários eventos, as reformas pelas quais passou o ensino da História, a importância do Colégio Pedro II, fundado em 1837, onde a disciplina teve o seu lugar, destacando a participação do IHGB em todos estes momentos como “um ator decisivo para os estudos históricos no Brasil”. Nesse sentido, Thaís de Melo (2015), analisando as propostas educacionais do IHGB, constatou a existência de uma *rede* formada entre os membros do IHGB, a Associação Brasileira de Educação (ABE), professores do Colégio Pedro II e membros do Ministério de Educação e Saúde Pública nos anos 1930. Segundo a autora, no âmbito acadêmico, o IHGB “acabou proporcionando a criação de bases documentais e teóricas para o desenvolvimento, de estudos acerca da trajetória histórica da educação brasileira, bem como de experiências na política educacional” (idem, *ibidem*). Isto é, o IHGB esteve estreitamente vinculado ao surgimento e à trajetória do ensino e da pesquisa de História no Brasil.

Também não podemos deixar de mencionar a iniciativa pioneira do IHGB no campo educacional brasileiro chamada de *Escola de Altos Estudos*, uma instituição de ensino superior, criada em 1915 na cidade do Rio de Janeiro que visava a promoção de estudos científicos nas áreas de política, sociologia e história. Em 1919, a Escola foi reformulada para atender à formação de professores secundários, passando a chamar-se Faculdade de Philosophia e Letras, oferecendo cursos das ciências de referência como Filosofia, Letras, História e Geografia. A faculdade do Instituto encerrou as suas atividades no ano de 1922.

Durante o Estado Novo, em Agosto de 1938, o Sr. Euclides Roxo,<sup>241</sup> diretor da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, enviou um ofício ao IHGB comunicando a organização de uma competição denominada “Maratona Intelectual” que seria realizada “entre os alunos de cada uma das séries do curso fundamental dos estabelecimentos do ensino secundário, sob a inspeção do Governo Federal”, com “prêmios para alunos, professores e estabelecimentos” (RIHGB, 1938, p. 864). Por esse motivo, o diretor do Ministério solicitava ao IHGB que elaborasse “os prêmios destinados aos estudantes que se distinguirem na competição relativa ao estudo da história”, sob a denominação que fosse julgada conveniente pelo Instituto (idem, *ibidem*).

---

<sup>241</sup> Euclides de Medeiros Guimarães Roxo nasceu em Aracaju, Sergipe, formou-se em engenharia e em 1915 tornou-se professor de Matemática no Colégio Pedro II, do qual também foi diretor. Em 1937 foi nomeado diretor do Ensino Secundário no Ministério da Educação e Saúde, tendo desempenhado importante papel na Reforma Campos e na Reforma Capanema. Cf. CARVALHO, 2000.

O IHGB aceitou a incumbência e elaborou o chamado “Prêmio Conde Affonso Celso”, em homenagem ao “grande e pranteado presidente”, que seria composto de um exemplar encadernado da História do Brasil, do autor Gotfried Handelman, com uma declaração assinada pelo presidente do Instituto (ibidem, p. 847). No entanto, o interessante a se observar neste caso é que, na resposta de aceitação à solicitação do Ministério da Educação, o IHGB se propôs a elaborar um prêmio específico para a “História Pátria”, acontece que, nesse período, os assuntos relativos à História do Brasil estavam inseridos na disciplina geral de “História da Civilização”. O Ministério percebeu a especificidade na resposta do IHGB e enviou outro telegrama alegando que “na impossibilidade de modificar o programa (curricular) estabelecido e no desejo de corresponder à honrosa adesão do Instituto”, pedia licença para sugerir a entrega do prêmio “Conde de Affonso Celso” ao concorrente que “melhor se distinguir em História da Civilização da 5ª série”, pois, “é nesta série que a História do Brasil é tratada com desenvolvimento maior”. O Ministério agradecia e aguardava uma resposta do Instituto. O IHGB, em nota, lamentou que a História do Brasil, “cheia de ensinamentos cívicos e de estímulos ao patriotismo da mocidade, tenha sido relegada a plano tão secundário nos programas de ensino”, sendo assim, o Instituto reafirmava “a tese que a muito vem sustentando: a necessidade inadiável do restabelecimento do estudo especial da História Pátria nas várias séries do concurso secundário”. Como não podia alterar a deliberação já votada, o Instituto propôs, como modo de conciliação, que o prêmio fosse destinado ao alunos que, dentro do programa da 5ª série, demonstrassem os maiores conhecimentos da “História Pátria” (ibidem, p. 877).

Esse caso é emblemático porque demonstra que, embora houvesse uma relação de proximidade com estreitos vínculos entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Governo Vargas e o seu Ministério da Educação, tratava-se de uma relação com margens de autonomia e de negociação, e não de uma completa submissão da Instituição às autoridades governamentais, embora estas estivessem prestigiando e patrocinando as atividades do Instituto durante este período.

Essa era uma demanda antiga do IHGB e que remonta a trajetória do ensino de História no país. É consenso entre os autores aqui mencionados que a História só se constituiu como uma disciplina escolar em 1838, quando ela se tornou oficialmente um componente curricular do Colégio Pedro II, isto é, como um “conjunto de saberes escolares originados da produção científica e dotados de métodos pedagógicos próprios” (FARIAS JUNIOR, 2013, p. 129). Repare-se que este é o ano de fundação do IHGB, configurando dois importantes marcos no ensino de História no Brasil. Conforme Coelho et al. (2009, p. 11040), “o ensino de História no país passou a ser amplamente difundido a partir de 1838, com a fundação do Instituto Histórico

Geográfico Brasileiro (IHGB)”. Manoel (2012, p. 151) destaca a centralidade do Colégio Pedro II no que tange o ensino de História e a sua “estreita vinculação” com o IHGB, segundo o autor, “porque os professores de História do Colégio Pedro II também pertenciam aos quadros do IHGB, de tal sorte que as deliberações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a pesquisa e ensino de história se tornavam matéria de ensino e eram inseridas no currículo do colégio”. Matias (2011, p. 43) também aponta que “os membros do IHGB acumulavam as tarefas de professores do Colégio Pedro II” e destaca que, até a década de 1930, “o IHGB deteria grande autoridade nos ditames a serem seguidos no ensino de história no Brasil e seria o único centro de estudos históricos no país”. Nesse mesmo sentido, Bittencourt (2008, p. 245) menciona que “no Colégio Pedro II e nos liceus provinciais, com vários professores oriundos dos Institutos Históricos que se espalhavam pelo país com o objetivo de compor uma história nacional”, “foram sendo elaborados os currículos da História da nação como disciplina autônoma”. Deste modo, concluímos que o surgimento e o desenvolvimento do ensino de História no Brasil está associado e diretamente vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No que se refere ao (sinuoso) percurso da disciplina de História do Brasil no ensino, podemos afirmar – em síntese, pois existem nuances e particularidades de cada período – que a cadeira de História do Brasil foi estabelecida no Colégio Pedro II, “por ordem do Imperador”, no dia 3 de abril de 1849, mediante o chamado “Decreto Monte Alegre”, que dividiu a cadeira de História e Geografia, até então juntas, tornando autônoma a disciplina de História do Brasil.<sup>242</sup> Cinco décadas depois, no ano de 1901, a disciplina de História do Brasil seria integrada à cadeira de “História Universal”. Conforme o levantamento de Moreira (2011, p. 60), no programa de ensino de 1912, “a História do Brasil não constava como disciplina autônoma nas seis séries do secundário, seu conteúdo estava integrado na disciplina História Universal ministrada na 6ª série” (idem, *ibidem*). De acordo com José de Farias Junior (2013, p. 130), “era comum que se perpetuasse nos livros didáticos o prisma eurocêntrico, no interior do qual a História do Brasil detinha um papel secundário, já que muitas vezes apenas atuava como apêndice ou ilustração dos processos históricos que ocorriam no continente europeu”.

A chamada *Reforma Francisco Campos* implementada pelo então ministro da Educação e Saúde Pública através do Decreto n.º 19.890, em 18 de abril de 1931, estabeleceu inúmeras mudanças e diretrizes no sistema educacional brasileiro, sendo reconhecida como a primeira

---

<sup>242</sup> Estas informações foram retiradas da tese de Kênia Hilda Moreira (2011, p. 65), que analisou detalhadamente a trajetória da disciplina de História do Brasil, inclusive sintetizada pela autora em uma tabela didática.

reforma educacional de caráter nacional no país (ALVES & COELHO, 2019, p. 279). Dentre as principais medidas, estabelecia em seu art. 10º que “os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino passariam a ser expedidos pelo “Ministério da Educação e Saúde Pública”,<sup>243</sup> tornando-se uma responsabilidade exclusiva do Estado, configurando uma medida centralizadora e também unificadora, através da homogeneização dos conteúdos. Em simetria a esta medida, Wendt afirma que a reforma de Campos pretendia “romper o sistema educacional dual e descentralizado herdado do antigo regime republicano” (WENDT, 2015, p. 23).

No que se refere especificamente ao ensino de História, a Reforma Francisco Campos dividiu o curso secundário em dois ciclos: o fundamental, com duração de cinco anos, no qual o ensino de História estaria presente nas matérias de “História da Civilização” e “História Natural”; e, no segundo, de dois anos, necessário para o ingresso no ensino superior, o ensino da História estaria presente nas matérias de “História da Civilização”, “História Natural” e “História da Filosofia”. Isto é, o ensino de História do Brasil permaneceu fundido à “História da Civilização”. A Reforma de Francisco Campos, de acordo com o seu art. 3º, apenas integrou a História Geral e História do Brasil e da América à História da Civilização. No entanto, faz-se necessário ponderar que a Reforma de Francisco Campos instituiu a História como uma disciplina escolar obrigatória em todas as séries no ensino secundário e no curso suplementar (conforme os artigos 3º e 4º).<sup>244</sup> A explicação, de acordo com Abud et al. (2007), deve-se ao fato de que o ensino de História foi reconhecido pela reforma de Francisco Campos como “a disciplina mais eficaz, instrumento ideal, na formação da consciência social do alunado brasileiro. Mesmo assim, a reforma sofreu inúmeras críticas por não ter tornado autônoma a disciplina de História do Brasil, dentre os principais críticos, estava o IHGB.

Durante todo esse período o IHGB esteve reivindicando o reestabelecimento da História do Brasil como uma disciplina autônoma e independente. Em uma sessão em Agosto de 1935, o Instituto fez questão de ressaltar entre os seus “fatos sociais” que “reunir a história do Brasil ao estudo geral da História da Civilização é um erro pedagógico, que incide numa negação do patriotismo” (RIHGB, 1935, p. 538). Vale mencionar que no parecer de Basílio Magalhães para o Plano Nacional de Educação já constava essa reivindicação do IHGB.

---

<sup>243</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19890impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890impresao.htm)>. Acesso em: 23.06.2021.

<sup>244</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19890impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890impresao.htm)>. Acesso em: 24.06.2021.

Schmidt (2012, p. 62) elencou a atuação do Instituto que participou de debates, realizou palestras, expediu notificações, como em 1934, quando o secretário perpétuo, Max Fleiuss, expôs em um memorial as razões para a inclusão da História do Brasil no curso secundário alegando que a exclusão da disciplina poderia “originar um povo órfão de caráter”. A autora menciona a articulação de membros do IHGB nos espaços institucionais com esse objetivo, como o caso de Wanderley Pinho, membro do IHGB e deputado federal, que apresentou um projeto para a manutenção da cadeira de História do Brasil na 5ª série, alegando que “o conhecimento do passado e da tradição possibilitaria a (re) criação do orgulho nacional e do sentimento patriótico”. Além dele, Levy Carneiro e Pedro Calmón, ambos deputados e sócios do IHGB, também defenderam na casa legislativa o reestabelecimento da disciplina de História do Brasil (idem, ibidem).

Pedro de Alcantara Cavalcanti de Albuquerque, autor de inúmeras obras de política e História do Brasil, militar e ministro interino da Guerra do Governo Vargas no ano de 1933, em seu discurso de ingresso no IHGB, fez questão de afirmar que “à mocidade brasileira cumpre que se ensine a História do Brasil”, lembrando que há vários anos havia dado o “brado de alerta” de que “a falta de uma cadeira de História do Brasil nos nossos cursos era uma ato de desnacionalização partido da casa” (RIHGB, 1944, p. 164). Tratava-se de um ex-ministro do Governo Vargas denunciando e exigindo, da Tribuna do IHGB, o retorno do ensino de História do Brasil nas instituições educacionais. Quando foi nomeado para instalar a Inspeção Geral do Ensino do Exército, em 1937, Pedro Cavalcanti implantou o ensino de História e Geografia do Brasil nos colégios militares.<sup>245</sup>

Depois de várias campanhas realizadas, sobretudo pelo IHGB, o ministro Gustavo Capanema começou a tomar medidas gradativas no sentido de retomada da autonomia da disciplina a partir da expedição da Portaria Ministerial n.º 142, no ano de 1939, que estabelecia a separação das aulas de História do Brasil no curso secundário fundamental e na 1ª série do complementar. No ano seguinte, com a expedição de uma nova portaria em 19 de Março de 1940, “a História do Brasil passa a constituir-se como uma disciplina autônoma da História Universal nas 4ª e 5ª séries” (ibidem, p. 64), consolidando o seu processo de autonomia com a reforma educacional empreendida pelo ministro Gustavo Capanema no ano de 1942.

---

<sup>245</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-de-alcantara-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 14.07.2020.

A *Reforma Capanema* foi estabelecida por meio do Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, e estabelecia as bases da organização do ensino secundário no país.<sup>246</sup> Com essa reforma, a História do Brasil emancipou-se de História das Civilizações e tornou-se uma disciplina independente (art. 11) tornando-se uma das classificadas pelo ministério como “disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico” (art. 12). Além disso, a disciplina ganhou espaço tendo a sua carga horária aumentada: no curso ginásial, para a disciplina de “História Geral” reservou-se as duas primeiras séries e para a “História do Brasil” as terceira e quarta séries. No curso colegial, a História Geral seria ministrada nas duas primeiras séries e a História do Brasil na terceira série (ALVES & COELHO, 2019, p. 283).

Destacamos o inciso 1º do artigo 24 da reforma que estabelecia que “para a formação da consciência patriótica, serão utilizados os estudos históricos e geográficos” (idem, *ibidem*). Nessa perspectiva, a História seria, por excelência, a disciplina por meio da qual se estudaria a história pátria (seus grandes nomes e feitos) e se fortaleceriam os sentimentos patrióticos. De acordo com o próprio ministro Capanema, o ensino secundário deveria formar uma “verdadeira consciência patriótica” que desse aos adolescentes “a compreensão da continuidade histórica da pátria” (CAPANEMA, 1924). Segundo Schwartzman e Bomeny (2000, pp. 208-209), o predomínio da formação humanística clássica na Reforma Capanema “cuidava-se em substituir o aprendizado de física, química e ciências biológicas pelo estudo dos discursos e relatos heroicos de cidadãos e soldados na construção de impérios”, abordados nos tópicos de “consciência humanística e consciência patriótica”. De acordo com Abud (2016, p. 297), mudanças governamentais se traduzem em “concepções de escola e de ensino” e o conhecimento histórico é o “principal instrumento de construção da consciência histórica e formação política do alunado”, mostrando-se “capaz de articular o passado com as orientações do presente e determinar o modo de agir e pensar da sociedade”.

Se analisarmos de uma perspectiva de longo prazo, verificaremos que o IHGB, como a principal referência nessa campanha, teve o seu objetivo alcançado. Se por um lado, é difícil afirmarmos que foi unicamente devido ao IHGB que o Ministério da Educação adotou essa medida, visto que outras instituições e indivíduos mobilizaram-se pela autonomia da disciplina de História do Brasil, por outro lado, como a principal referência na área da História do país e considerando todo o seu prestígio e a sua proximidade com Getúlio Vargas e com o próprio ministro Capanema, o Instituto certamente exerceu influência sobre essa relevante decisão

---

<sup>246</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm)>. Acesso em: 23.06.2021.

sobre o ensino de História do Brasil. Se for assim, mais uma vez, além de ter uma reivindicação (antiga) sua atendida pelo Ministério da Educação, o IHGB pautava a política do Governo Vargas direcionada ao ensino de História.

Ao mesmo tempo em que era frequentado pelos ministros da Educação e que estava incluído no orçamento da pasta, o IHGB frequentemente era consultado pelo Ministério da Educação a respeito de questões relacionadas às áreas da educação e cultura, sobretudo os assuntos relacionados à história e a geografia do país, sendo constantemente solicitado para fornecer informações ou emitir opiniões e pareceres com relação a estes temas.

Em sessão aniversária no ano de 1936 e que contou com a presença do próprio ministro da Educação, Gustavo Capanema, o Instituto comunicou que, em 12 de fevereiro daquele ano, o “sr. ministro da Educação enviou ao Instituto um longo questionário com o plano nacional de educação, pedindo o parecer desta agremiação” (RIHGB, 1936, p. 404). Em vista disso, o presidente interino na ocasião, dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, “designou para emitir parecer uma comissão composta do ministro Rodrigo Octavio, como presidente, Max Fleiuss e Basílio Magalhães, sendo este o relator”. A resposta do IHGB foi enviada no dia 22 de maio ao ministro da Educação que, segundo consta no registro, “em carta dirigida ao Presidente louvou o trabalho do Instituto (idem, ibidem). O parecer do Instituto, que ficou a cargo do relator, Basílio Magalhães, professor e uma referência na área da história,<sup>247</sup> teve um total de 53 páginas e foi publicado em um boletim na Revista do Instituto. Mais uma vez, o Ministério da Educação solicitava a opinião do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre as diretrizes da educação e do ensino no país, tendo a sua resposta “louvada” pelo comandante da pasta.

Elaborado pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, com a colaboração de Lourenço Filho e outros técnicos da pasta, o inquérito tinha como finalidade ouvir os círculos mentais do país a respeito dos novos rumos que o ministério pretendia dar ao sistema educacional brasileiro. O documento continha 213 questões, divididas em 12 títulos e um total de 13 capítulos sobre educação e ensino, com tópicos sobre princípios, finalidade, organização, administração, conteúdo, didática, metodologia, disciplina, etc. O inquérito foi enviado a

---

<sup>247</sup> Basílio Magalhães, mineiro, advogado e jornalista, trabalhou em inúmeros periódicos, exerceu o magistério particular e público, sendo professor catedrático de História Geral do Brasil da Escola Normal, (depois Instituto de Educação do Rio de Janeiro) da qual foi diretor, da Escola Amaro Cavalcanti, do Colégio Pedro II, da Escola Nacional de Belas Artes e da Academia de Altos Estudos criada pelo IHGB. Na política, foi senador estadual e deputado federal por MG. Pertenceu a inúmeras instituições culturais, como as Academias Fluminense e Paulista de Letras, a Academia de Ciências de Lisboa, a National Geography Society de Washington. É autor de uma vastíssima obra nas áreas da literatura, do folclore e, principalmente, da história. Foi eleito sócio correspondente do IHGB em 1914, efetivo em 1917, benemérito em 1931 e grande-benemérito em 1944. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/bdemagalhaes.html>>. Acesso em: 15.04.2021.



inúmeras associações, personalidades, escolas de ensino médio e superior, organizações e instituições como a Igreja Católica<sup>248</sup>. Segundo o ministro Capanema, este documento deveria ser enviado “aos brasileiros, professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes, militares, políticos, profissionais das várias categorias” todos que estejam “convencidos de que a educação é o problema primeiro, essencial e básico da Nação”, e, por isto, “a queriam orientada no mais seguro sentido e dotada da melhor organização” (BRASIL, 1936, p. 2). O ministro alegava que esta era “a primeira vez que se vai fazer em nosso país, uma lei de conjunto sobre a educação”, pois, de acordo com ele, “não dispomos, assim, de um corpo coeso de disposições legais sobre a educação nacional” (OSÓRIO, 1943, pp. 2-3). Conforme Sakinski e Ruckstadter (2016, p. 44), o questionário tinha como propósito “amealhar sugestões de diferentes setores da sociedade civil brasileira, com vistas à elaboração de um Plano Nacional de Educação”.

O estabelecimento de um *Plano Nacional de Educação* (PNE) se deu a partir da criação do *Conselho Nacional de Educação* (CNE)<sup>249</sup>, por iniciativa do ministro Francisco Campos, através do Decreto nº. 19.580 de 11 de Abril de 1931, o qual determinava em seu o artigo 1º que o Conselho “será o órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino”, sendo “constituído de conselheiros nomeados pelo Presidente da República” (art. 3º) e “presidido pelo ministro da pasta” (art. 6º).<sup>250</sup> Ao órgão caberia, de acordo com o artigo 5º, “firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior”,<sup>251</sup> o que em seu conjunto passou a denominar-se de um *Plano Nacional de Educação*. Mais tarde, a Constituição de 1934 estabeleceu, em seu artigo 150, que era competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”.<sup>252</sup> Essa seria uma atribuição do Conselho, pois, conforme o art. 152, “compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas

---

<sup>248</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, pp. 198-204) analisam o debate e a mobilização de instituições, como a Igreja Católica e os militares, em torno do inquérito.

<sup>249</sup> Para saber mais sobre o Conselho Nacional de Educação, cf. *O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado*, de Sérgio Miceli.

<sup>250</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15.04.2021.

<sup>251</sup> Idem, ibidem.

<sup>252</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 15.04.2021.

que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos”.<sup>253</sup> O Plano Nacional de Educação, definido como um “código da educação nacional”, seria destinado a “servir de base ao funcionamento de instituições educativas escolares e extraescolares, públicas e privadas, em todo o país” e que definia “os princípios gerais da educação nacional, regulamentava a liberdade de cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, a educação cívica” (SCHWARTZMAN et. al, 2000, p. 198). De acordo com Cury:

Esta demanda já vinha dos anos 20 e graças aos esforços, empenho e pressão de vários grupos, em especialmente aquele articulado em torno do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, vai ter um desfecho na Constituição de 1934. Esta contém um capítulo próprio da educação no qual vários dispositivos outros concorreram para que a educação tivesse um perfil nacional como a gratuidade, a obrigatoriedade, a vinculação de impostos para a área, o plano nacional de educação e o Conselho Nacional de Educação. (CURY, 2015, p. 401)

A parte do *Plano* que mais nos interessa, referente à área da história, estabelecia que a educação moral e cívica deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que, no curso secundário a matéria deveria ser uma atribuição do professor de História do Brasil (nesse período, atrelada à História das Civilizações). A matéria deveria ter “uma parte teórica” que trataria “dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes”; e uma parte “prática” que incluiria “desde o estudo da vida de grandes homens de virtudes heroicas até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos “a prática efetiva do bem” (SCHWARTZMAN et. al, 2000, p. 199).

No dia 17 de maio de 1937, o anteprojeto do Plano Nacional de Educação foi entregue ao ministro da Educação que, no dia seguinte, encaminhou-o ao chefe de Estado que, no mesmo dia, enviou-o ao Congresso Nacional para ser votado. No entanto, em virtude da instauração do Estado Novo e do fechamento da Câmara em 10 de novembro de 1937, o trâmite e a possível implementação do Plano Nacional de Educação foram interrompidos.<sup>254</sup>

No decorrer deste período, constatamos que o Ministério da Educação constantemente solicitava informações e pareceres do IHGB, sobretudo de questões relacionadas à história e à geografia. Um destes casos, entre tantos, de consultas do Ministério da Educação ao IHGB, foi registrado nos “fatos sociais” da Instituição na sessão aniversária de 21 de outubro de 1937. A

---

<sup>253</sup> Idem, ibidem.

<sup>254</sup> Estas informações foram retiradas de Cury (2015), que analisou o percurso do Plano Nacional de Educação.

nota informava que “o Dr. Carlos Drummond de Andrade, diretor do gabinete do Sr. ministro Capanema, da Educação e Saúde” (RIHGB, 1937, p. 639), havia remetido ao Instituto “um trabalho do Sr. Federico Llaverías, deputado ao Congresso, ex-consul geral da Republica Dominicana em Porto Rico, intitulado “La primera missa em la América” solicitando “a manifestação do Instituto” sobre a referida obra. Para isso, o presidente do Instituto, Afonso Celso, designou o sócio correspondente, monsenhor Federico Lunardi, para “estudar o assunto e dar parecer” (ibidem, p. 640).

Carlos Drummond de Andrade foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema durante toda a sua gestão à frente do Ministério da Educação (1934 a 1945).<sup>255</sup> Conforme Bomeny (2011, p. 29), Drummond era conhecido pelos políticos e intelectuais que estavam ligados ao Ministério como uma extensão do ministro Capanema, ao ponto de, por falta do titular da pasta, exercer algumas funções ministeriais e ser reconhecido como tal. O livro sobre o qual Drummond solicitava o parecer do IHGB, *La primera missa em la América*, foi escrito por Federico Llaverías, dominicano, formado em direito consular, escritor, jornalista, chanceler e autor de inúmeras obras sobre a história e as relações entre os países americanos. A obra foi publicada pela primeira vez em 1935 e continha apenas 28 páginas<sup>256</sup>. O parecer do Instituto ficou a cargo do italiano Federico Lunardi,<sup>257</sup> um arcebispo católico, etnólogo, arqueólogo e historiador que, em passagem pelo Brasil, tornou-se sócio correspondente do IHGB. O seu parecer em nome do Instituto, além de ser enviado ao Ministério da Educação, foi publicado no *Jornal do Comércio* em 11 de novembro e no *Diário Oficial* em 21 do mesmo mês (RIHGB, 1937, p. 640).

---

<sup>255</sup> Dado disponível em: <[http://www.projetomemoria.art.br/drummond/vida/a-burocracia\\_no-mec.jsp](http://www.projetomemoria.art.br/drummond/vida/a-burocracia_no-mec.jsp)>. Acesso em: 16.04.2021. Existem, ademais, inúmeros trabalhos que abordam a atuação (e os dilemas) de Drummond na burocracia do Governo Vargas em paralelo à sua produção poética, ao que o próprio Drummond se autodenominou de “poeta-funcionário”. Para aprofundar essas questões, recomendamos o trabalho: *Um gauche nos trópicos: a ação política de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945* de Geovani Lever de Mendonça e a entrevista *Eu fui um homem qualquer*, concedida à Revista Veja em Novembro de 1980, na qual Drummond alega não ter qualquer ligação com o Estado Novo, e que só serviu ao Ministério da Educação pelo seu amigo pessoal de longa data e com o qual já havia trabalhado em Minas Gerais, Gustavo Capanema.

<sup>256</sup> Federico de Jesús Llaverías Arredondo nasceu em 1888 na cidade de Santo Domingo, capital da República Dominicana. Graduado em direito, ocupou as funções de Consul e Diretor de Protocolo da Secretaria de Estado de Relações Exteriores. Foi membro de diversas associações culturais e estrangeiras e publicou inúmeras obras, principalmente sobre história e relações diplomáticas entre países americanos. Disponível em: <<https://acento.com.do/opinion/miembros-numero-fundadores-la-academia-dominicana-la-lengua-lic-federico-llaverias-8502012.html>>. Acesso em: 16.04.2021.

<sup>257</sup> Federico Lunardi nasceu em 1880 em Livorno, na Itália, e faleceu em 1954 em Assunção, Paraguai. Foi um arcebispo católico, etnólogo, arqueólogo e historiador que percorreu diversos países da América Latina, dentre eles, o Brasil, aonde tornou-se sócio correspondente do IHGB. Disponível em: <<http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/blun.html>>. Acesso em: 16.04.2021.

O IHGB também participou e colaborou com a realização de diversas atividades e projetos implementados na área de História do Brasil pelo Governo Vargas, principalmente através do Ministério da Educação. Dentre estes projetos, destacamos a chamada *Exposição José Bonifácio*, realizada no ano de 1938, em homenagem ao centenário de falecimento do “patrono” da independência do Brasil. Segundo o relato do Instituto, foi um “fato de grande relevo” a exposição promovida pelo Ministério da Educação e organizada pelo Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN e que mais tarde ingressaria no IHGB. De acordo com o próprio IHGB, o Instituto “foi o maior expositor, tendo concorrido com documentos da maior relevância, inclusive com a máscara mortuária do Patriarca” (RIHGB, 1938, p. 930). Sobre a exposição, o presidente do IHGB, Afonso Celso, publicou um “belíssimo artigo” no *Jornal do Brasil* aonde “teceu todos os aplausos àquela exposição” (idem, ibidem).

Localizamos o artigo do presidente do IHGB no arquivo do *Jornal do Brasil* com data de 3 de maio de 1938, nele, obtivemos informações relevantes sobre o evento. Conforme Afonso Celso, a exposição foi organizada pelo SPHAN/Ministério da Educação, com a colaboração de estabelecimentos públicos e instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O presidente do IHGB elogiou o trabalho de Rodrigo Melo à frente da exposição (“mostrou capacidade e zelo vivamente louváveis”), e explicou o porquê da exposição ocorrer no antigo Paço de São Cristovam<sup>258</sup>, pois, naquela residência, ocorreram fatos ligados a trajetória política de Bonifácio, como a sua prisão em 15 de Dezembro de 1883. A exposição contou com diversos documentos e objetos pessoais de Bonifácio. Naturalmente, Afonso Celso exaltou a “larga, valiosa e preciosa” contribuição do IHGB à exposição, como “genuíno arquivo e museu nacional”, contando com “magnífica biblioteca, mapoteca, depósito de retratos, desenhos e autógrafos, memórias inéditas”. O presidente do Instituto destacou os diversos documentos sob a guarda do Instituto presentes na exposição, como o título de Conselho concedido por Dom João a José Bonifácio em 1820, a carta autografada de Dom Pedro I a Bonifácio conferindo-lhe a tutela dos seus filhos, entre inúmeros outros.

Por fim, Afonso Celso classificou como “valiosíssimo” o serviço prestado pelo IHGB na exposição. De acordo com ele, “nada mais nobre, e útil ao povo, em geral, nessa comemoração do que se proporcionar à casa tradicional meios de aguardar, e exhibir ela condignamente as suas riquezas científicas, literárias, artísticas e patrióticas”<sup>259</sup>. Dessa forma,

---

<sup>258</sup> Prédio que posteriormente abrigou o Museu Nacional e que sofreu um incêndio em 2018.

<sup>259</sup> Disponível em:

<<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19380503&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 04.06.2021.

o IHGB dava uma importante contribuição para a realização desse projeto desenvolvido pelo SPHAN/Ministério da Educação direcionado para a exaltação de um dos personagens da história nacional, desse modo, o IHGB colaborava com a implementação da política de história e memória do regime varguista.

#### **4.4. A colaboração do IHGB na política patrimonial do Regime Varguista**

Embora o Governo Vargas dispusesse de instituições criadas e destinadas especificamente para a questão de patrimônios e monumentos históricos, não impediu a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em inúmeras atividades e projetos desenvolvidos nessa área pelo governo, ao contrário, o que verificamos foi o estabelecimento de inúmeras “parcerias” entre o IHGB e o Ministério da Educação/Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para a elaboração e implementação da política de monumentos e preservação patrimonial do regime varguista. O IHGB também deu a sua contribuição para a criação pelo governo de instituições culturais direcionadas para a história nacional, como o Museu Imperial e o Instituto Duque de Caxias.

Embora existam iniciativas voltadas à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional na década de 1920, porém, circunscritas aos âmbitos local e estadual, somente em 1934 tem-se a criação do primeiro órgão de caráter nacional voltado para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, a *Inspetoria de Monumentos Nacionais* (IMN), criada através do Decreto n.º 24.735 de 14 de Julho de 1934, assinado por Getúlio Vargas e pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires.

À instituição, que ficaria sob a tutela do Museu Histórico Nacional (MHN), caberia “a inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades” assim como realizar um levantamento dos edifícios dotados de “valor e interesse artístico-histórico existentes no país” para propor ao Governo Federal aqueles que deveriam ser declarados “monumentos nacionais”, não podendo ser “demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização da entidade”. Gustavo Barroso, que também era membro do IHGB desde 1931, foi quem ficou à frente da instituição durante todo seu tempo de funcionamento.<sup>260</sup>

---

<sup>260</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>>. Acesso em: 05.05.2021.

A Inspeção encerrou as suas atividades em 1937, quando foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. O órgão, integrado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde, foi criado pelo ministro Gustavo Capanema em 13 de janeiro de 1937 mediante a promulgação da Lei n.º 378, que estabelecia em seu art. 46: “fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, com a “finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.<sup>261</sup> Faz-se necessário mencionar que Mário de Andrade foi solicitado por Gustavo Capanema para preparar um anteprojeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio em 1936;<sup>262</sup> este documento, apesar de receber significativas mudanças, foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do SPHAN.<sup>263</sup> Como o órgão estava subordinado ao Ministério da Educação, o ministro Capanema convidou o seu conterrâneo mineiro, Rodrigo Melo de Franco Andrade, para dirigir a instituição recém criada, na qual se manteve como diretor até o seu falecimento em 1969. Melo Franco havia sido o chefe de gabinete do ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, e viria a ingressar no IHGB no ano de 1943.<sup>264</sup> Nesse período, Melo Franco recebeu a colaboração de importantes nomes no SPHAN, como Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Heloísa Alberto Torres, Vinícius de Moraes, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Renato Soeiro e Lúcio Costa.<sup>265</sup> Posteriormente, após reformulações, a instituição passou a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como denomina-se atualmente.<sup>266</sup>

---

<sup>261</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm)>. Acesso em: 05.05.2021.

<sup>262</sup> Não é nosso objetivo aqui analisar a atuação dos intelectuais modernistas, os debates e as concepções de patrimônio em disputa no interior do SPHAN. Para uma introdução ao tema, recomendamos: *O IPHAN e a construção da autoridade para a preservação do patrimônio cultural do Brasil* de Denílson Fidalgo Malheiro; *A Invenção do patrimônio e a memória nacional* de Cecília Londres em *Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Ação Cultural, presença do modernismo em Tempos de Capanema*; A dissertação de mestrado *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista* de Glaci Braga da Silva; e o artigo *Modernistas, arquitetura e patrimônio* em *Repensando o Estado Novo* de Lauro Cavalcanti.

<sup>263</sup> Disponível em: <<https://vivermuseu.wordpress.com/2015/07/01/a-criacao-e-a-atuacao-do-sphan>>. Acesso em: 05.05.2021.

<sup>264</sup> Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/RMFAndrade.html>>. Acesso em: 05.05.2021.

<sup>265</sup> Para conferir a trajetória de Rodrigo Melo Franco de Andrade, cf.: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>>. Acesso em: 05.05.2021.

<sup>266</sup> Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso em: 05.05.2021.

Analisando a política de patrimônio da gestão de Gustavo Capanema, Cecília Londres (2001, p; 85) insere a fundação do SPHAN na construção de uma “estrutura institucional que assegurasse a ação do Estado na proteção do patrimônio histórico e artístico”, situando a atuação do órgão no “projeto de construção da memória nacional conduzida pelo Estado”; nesse sentido, a política voltada para a constituição de monumentos prestava-se a “funcionar como símbolos de um projeto para a nação” (ibidem, p. 89). A autora ressalta como a seleção destes monumentos “indicam as relações de poder que prevalecem numa sociedade”, deste modo, “a produção desses monumentos está intimamente ligada a uma demonstração de poder daqueles que detêm, numa sociedade, os meios para mobilizar recursos materiais e simbólicos” (ibidem, p. 87). Conforme assinala Jacques Le Goff (2003), “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, de modo que, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

Glaci Teresinha Braga da Silva (2010, p. 8) examina a relação do Estado Novo com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – a partir da tese de que a atuação do órgão e de seus colaboradores foi fundamental para dar concretude ao projeto de criação da nação e da identidade nacional. A autora defende que a criação do SPHAN foi motivada pela “necessidade de construção da identidade nacional e da afirmação da nação brasileira como moderna, ao mesmo tempo que portadora de arte e cultura de caráter universal, e reveladora de nossa brasilidade”. Nesse sentido, a criação do órgão “atendia aos interesses políticos do regime que via na cultura um instrumento de unificação importante para garantir a unidade nacional”, além disso, “a identidade que foi construída durante o Estado Novo necessitava de um suporte material para sua efetivação” (ibidem, p. 52), por esse motivo, “a atuação do SPHAN assumia um lugar de destaque dentro do MES”, pois ele “fornecia os símbolos indenitários necessários, ao mesmo tempo em que contribuía para a afirmação do novo e colocava o país no mesmo patamar das nações desenvolvidas” (ibidem, p. 24). Segundo a autora, o SPHAN se tornou “guardião da memória e da história nacionais e ao mesmo tempo permitiu a construção de um discurso em defesa do novo, do moderno” (ibidem, p. 11), o que explica o investimento do Estado na criação do SPHAN, “responsável por grande parte da política de recuperação e valorização do passado nacional” (ibidem, p. 17).

Sobre a relação do SPHAN com o IHGB, Silva ainda menciona o papel do “Conselho Consultivo” da entidade que, nos anos trinta, era formado pelo diretor do SPHAN e o diretor do Museu Nacional, além de membros escolhidos pelo presidente do país que, conforme a autora, tratava-se de indivíduos que exerciam cargos públicos no governo e membros de

instituições culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

Jamile Silva Neto elenca e analisa a atuação dos intelectuais que integraram o Conselho Consultivo do SPHAN e pertenceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro concomitantemente entre os anos de 1938 a 1966 – um recorte cronológico estabelecido de acordo com a vigência da presidência da instituição de Rodrigo Melo Franco de Andrade. São onze os intelectuais (sendo seis destes indicados pelo Presidente da República): Afonso Arinos de Melo Franco (tio de Rodrigo Melo), Alcindo Sodré, Américo Jacobina Lacombe, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade (NETO, 2017). O que evidencia as *redes* de pertencimento, circula o e influência entre o SPHAN e o IHGB. Conforme a autora, nessa rede de intelectuais, “os laços de amizade eram fundamentais, uma vez que os intelectuais considerados de maior prestígio iam incorporando, nomeando, integrando seus amigos nas institui es às quais pertenciam” (ibidem, p. 10). Em outro trabalho, a autora também evidencia que “as concep es de história manejadas pelos intelectuais que faziam parte de ambas as institui es e o traçado das trajetórias individuais e de grupo foram elementos cruciais para compreensão das rela es travadas entre SPHAN e IHGB” (NETO, 2018, p. 13).

  significativa e reveladora a declara o do presidente do SPHAN e sócio do IHGB, Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre a rela o de proximidade entre as duas institui es e a atua o precursora do IHGB na questão patrimonial no Brasil, chegando ao ponto de declarar o SPHAN como uma continuidade do trabalho que já vinha sendo realizado pelo IHGB:

Em verdade, foi no seio desta benemérita agremia o que os nossos monumentos e obras de arte tradicional encontraram os pioneiros da sua história e os precursores da campanha pela sua defesa efetiva. Foi aqui, em verdade, que se assentaram os fundamentos dos estudos e da a o cujo encargo só muito mais tarde os poderes públicos vieram a assumir, em benefício do patrimônio de arte e das relíquias históricas do Brasil. Por isso mesmo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não   senão um prolongamento deste insigne Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro. (ANDRADE, 1944)

Esta declara o corrobora a nossa constata o de que o IHGB atuava no campo patrimonial anteriormente   cria o de órgãos específicos, sendo assim, o Instituto e o Governo Vargas já realizavam conjuntamente algumas iniciativas na área de monumentos históricos. Como mencionamos, em sessão no ano de 1932, na presença de Getúlio Vargas, o secretário Max Fleiuss informou os presentes que “duas resolu es de origem oficial” (ou seja, do



Governo Federal), “vieram pôr em foco o justo prestígio do Instituto”; uma delas foi a “solicitação do sr. ministro da Educação e Saúde Pública, para que o Instituto elabore um trabalho minucioso e documentado sobre os monumentos históricos existentes nessa capital” (RIHGB, 1932, p. 792). O ministro da Educação e Saúde Pública nesse período era Francisco Campos que comandou a pasta de 6 de Dezembro de 1930 até 16 de Setembro de 1932.<sup>267</sup> Como a informação “oficial” foi dada na presença do chefe de Estado, concluímos que Vargas tinha pleno conhecimento de que o seu Ministério da Educação solicitava “serviços” ao IHGB, ao passo em que o seu governo repassava verbas regularmente para ao Instituto. Talvez esse seja o principal motivo para Francisco Campos solicitar tal serviço ao Instituto, pois é bem provável que isto havia sido combinado exteriormente à sessão. A outra conclusão é a de que, na inexistência de órgãos específicos sobre a área de monumentos e sendo o IHGB a principal referência de conhecimento histórico daquele período, o Instituto foi escolhido e encarregado pelo governo para realizar esse levantamento sobre os monumentos históricos existentes na capital federal.

Outros serviços e consultas do governo ao IHGB sobre questões patrimoniais foram registradas posteriormente à criação dessas instituições pelo governo: em Novembro de 1936, a Diretoria do Patrimônio da União solicitou que o Instituto “estudasse o caso da ocupação e aforamento da ilha Xibinga”, localizada no Estado do Maranhão (RIHGB, 1937, p. 640). A Diretoria do Patrimônio da União foi criada em 11 de Novembro de 1930, mas passou por uma reorganização e reestruturação no ano de 1932, constituindo, segundo o art. 1º do seu decreto, “um departamento do Tesouro Nacional e compreenderá todos os serviços pertinentes aos bens da União”, dentre estes, questões territoriais, como por exemplo, “as ilhas situadas em rios que limitam o Brasil” – e, por isso, a consulta ao IHGB sobre a referida ilha. O governo argumentava que era “ponto de capital importância para que a União tenha regularmente registradas e cadastrados os bens de seu domínio”; dessa forma “ter-se-á maior e mais perfeita eficiência na organização e fiscalização do patrimônio nacional”.<sup>268</sup> Para tal estudo, o presidente do Instituto “incumbiu desse trabalho o sócio Basílio de Magalhães” que, sobre o assunto, “deu completo parecer, que foi encaminhado à repartição consulente” (RIHGB, 1937, p. 640). Deste modo, o IHGB colaborava inclusive com a política de bens e patrimônios pertencentes à União.

---

<sup>267</sup> Francisco Campos acumulou os ministérios da Educação e da Justiça (interinamente) em alguns momentos durante o ano de 1932. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>>. Acesso em: 07.04.2021.

<sup>268</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22250-23-dezembro-1932-514892-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03.06.2021.

O IHGB registrou em sua sessão de “consultas” realizadas referente ao ano de 1937, que “o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em ofício de 13 de maio” – Rodrigo Melo Franco de Andrade, membro do IHGB – “dirigiu uma consulta sobre bibliografia geral da América Latina”, ao que o presidente perpétuo do Instituto, o conde de Afonso Celso, respondeu por ofício no dia 25 do mesmo mês (idem, *ibidem*). Como vimos, diversos sócios do IHGB compunham os quadros do SPHAN, estabelecendo assim, além de uma circulação destes indivíduos, um intercâmbio intelectual e de informações entre as duas instituições.

Faz-se necessário questionarmos: porque o governo continuava solicitando serviços e consultas ao IHGB mesmo dispondo de instituições destinadas especificamente para a política de patrimônios e monumentos históricos? A nossa hipótese é de que estes órgãos não dispusessem inicialmente de estrutura adequada para realizar tarefa de tamanha magnitude, e por esse motivo, as constantes solicitações ao IHGB. Lauro Cavalcanti (1999, p. 187) menciona a primeira fase do SPHAN, frequentemente referida como “heroica”, pela escassez de recursos e número de funcionários para a “hercúlea tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional”. Glaci Braga da Silva (2010, p. 49) também assinala a falta de estrutura do SPHAN que “se organizava com pouca verba e número reduzido de profissionais”.<sup>269</sup> Ambas as afirmações parecem corroborar a nossa hipótese. E, sendo o IHGB a principal instituição de conhecimento histórico do país, já tendo atuado na área de monumentos e, além disso, recebendo o apoio financeiro do governo, compreende-se a contribuição da Instituição na política de patrimônios do regime varguista.

Por ocasião da comemoração do 102º aniversário do IHGB, em 21 de outubro de 1940, o seu presidente, José Carlos de Macedo Soares, informou aos presentes que, naquele mesmo dia, o Instituto estava “inaugurando no belo jardim da praça da República um monumento”, erguido para “consagrar a memória do operoso ministro da Guerra e nosso ilustre consócio, o Sr. João Pandiá Calógeras” (RIHGB, 1940, p. 610).<sup>270</sup> Segundo o presidente, o mérito da iniciativa devia-se ao “entranhado patriotismo e à ação sempre moça do nosso eminente Secretário Perpétuo o Sr. Max Fleiuss” (RIHGB, 1940, p. 610). Provavelmente, referindo-se à

---

<sup>269</sup> Constatação feita a partir das reclamações da falta de verbas nas correspondências de Rodrigo Melo Franco ao ministro Gustavo Capanema (SILVA, 2010, p. 49).

<sup>270</sup> João Pandiá Calógeras nasceu em 1870 na cidade do Rio de Janeiro. Engenheiro, foi deputado federal por Minas Gerais (1897-1899 e 1903-1914), Ministro da Agricultura (1914-1915), Ministro da Fazenda (1915-1917), Ministro da Guerra (1919-1922) e Deputado Constituinte em 1934. Publicou inúmeras obras nas áreas de sociologia, história, finanças, indústria, administração, engenharia e política. Foi eleito sócio correspondente do IHGB em Setembro de 1905, passou a efetivo, graduado e tornou-se benemérito em dezembro de 1929. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JPCalogeras.html>>. Acesso em: 07.05.2021.

articulação do secretário junto aos poderes públicos para angariar os recursos necessários para a realização dessa obra, como mencionamos, Max Fleiuss tinha acesso e proximidade com o chefe de Estado e autoridades do governo. Entretanto, a informação mais relevante de Macedo Soares é a de que aquele era “o quinto monumento erigido nesta capital, em sítios públicos, por diligência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (idem, *ibidem*), o que nos revela uma atuação significativa e contínua do IHGB na área de patrimônios históricos no país – bem anterior a criação de instituições como a Inspetoria e o SPHAN, por exemplo. Os três primeiros monumentos são anteriores a 1930: o primeiro em homenagem a Dom Pedro I, inaugurado em 30 de Março de 1862 na Praça da Constituição, posteriormente Praça Tiradentes; o segundo, a José Bonifácio de Andrada e Silva, no Largo de São Francisco, em 7 de setembro de 1872; o terceiro, uma estátua de Dom Pedro II, na Quinta da Boa Vista (*ibidem*, pp. 610-612). O quarto foi em homenagem a Francisco Varnhagen, o qual foi patrocinado por Vargas e inaugurado em 1938 por ocasião do Centenário do Instituto, o qual mencionamos no segundo capítulo.

No relatório das atividades do Instituto daquele ano verificamos que a proposta do monumento a Calógeras foi de autoria de Max Fleiuss, sendo aprovada pelo presidente e pela unanimidade dos sócios. De acordo com o próprio Fleiuss, o projeto recebeu aplausos inclusive do ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra<sup>271</sup>, do prefeito do Distrito Federal, Dr. Henrique Dodsworth,<sup>272</sup> e contou com o “indispensável concurso” oferecido pelo “prestimoso e ilustre consócio, Dr. Roberto Simonsen”.<sup>273</sup> O secretário ainda relatou que o General Dutra “teve a gentileza de, em minha companhia, ir à casa do professor Correia Lima, a quem se deve o trabalho artístico”, acompanhados da sra. Adriana Janacopulus, sobrinha de Calógeras (RIHGB, 1940, p. 620).

---

<sup>271</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá (MS) em 1883. Com uma extensa carreira militar, após ficar inicialmente contra a Revolução de 1930, combateu o Movimento Constitucionalista de 1932 e a Intentona Comunista em 1935, tornando-se o Ministro da Guerra entre 1936 e 1945. Apoiou a destituição de Vargas e candidatou-se a presidência da república pelo PSD, sendo eleito (com o apoio de Vargas) em 2 de Dezembro de 1946, exercendo o mandato até 1951. Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/143-eurico-gaspar-dutra>>. Acesso em: 06.04.2021.

<sup>272</sup> Henrique de Toledo Dodsworth Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1895. Formado em direito e medicina, foi deputado federal por vários mandatos pelo Distrito Federal e, após apoiar o Movimento Constitucionalista de 1932, aproximou-se do Governo Federal e foi nomeado por Vargas para assumir a interventoria do Distrito Federal. Apoiou o Estado Novo e ficou no cargo de interventor durante toda a sua vigência. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/henrique\\_dodsworth](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/henrique_dodsworth)>. Acesso em: 06.04.2021.

<sup>273</sup> Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) nasceu em Santos e teve uma extensa e destacada atuação nas áreas industrial, política, intelectual, relações externas, engenharia, econômica. Autor de uma vasta obra, membro, presidente e fundador de inúmeras instituições empresariais e culturais (nacionais e internacionais) e uma referência do pensamento social brasileiro. Tornou-se sócio do IHGB em Maio de 1939. Cf. CARONE, 1971.

O monumento, um busto em bronze assentado em um pedestal de granito com 1,80 de altura, foi colocado no jardim da Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>274</sup> A inauguração contou com a “prestigiosa presença de generais e de todas as corporações do exército (RIHGB, 1940, p. 621). Encarregado do discurso, Max Fleiuss lembrou como o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, “acolheu de melhor grado essa sugestão oferecida pelo Instituto Histórico, vindo associar-se com o glorioso Exército Nacional a esta homenagem” (ibidem, p. 646); o secretário agradeceu “o apoio franco que patrocinou essa realização cívica, recebido do Sr. Prefeito Federal, Dr. Henrique Dodsworth”, assim como ao Sr. Dr. Roberto Simonsen, “nosso distintíssimo consócio, que se prontificou a custear as despesas deste monumento” e ao Ministério da Guerra que “encarregou-se do seu embasamento segundo os planos dos Srs. Coronel de Engenheiros Miranda Leal e Major Raul de Albuquerque” (idem, ibidem).

Embora a realização destes dois projetos, de Varnhagen (1938) e Calógeras (1940), na área patrimonial tenham sido iniciativas do IHGB, eles contaram com a aprovação e o significativo apoio dos poderes públicos, em escala municipal e federal, mediante a articulação de membros do Instituto e a participação de autoridades do governo e do próprio Vargas, viabilizando a construção desses monumentos históricos conjuntamente entre o IHGB e o poder público.

O IHGB também desenvolveu projetos na área patrimonial em parceria com o Ministério das Relações Exteriores que, conforme vimos nos capítulos anteriores, tinha uma estreita relação com o Instituto. Assim que assumiu o Ministério das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha tomou a iniciativa da construção de um monumento em homenagem ao ex-chanceler José Paranhos Junior, o Barão de Rio Branco. O ministro expôs ao chefe de Estado um estudo sobre a viabilidade do monumento, ao que Vargas, convencido, baixou o Decreto n.º 1.353 em 16 de Junho de 1939, instituindo uma “Comissão Executiva para proceder à ereção de um monumento, nesta Capital, ao Barão do Rio Branco, com plenos poderes para solicitar a coadjuvação de todas as autoridades federais, estaduais e municipais”<sup>275</sup>. A comissão seria comandada por José Roberto de Macedo Soares, ministro Plenipotenciário do Itamaraty e irmão de José Carlos de Macedo Soares, presidente do IHGB e ex-ministro das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores do Governo Provisório.

---

<sup>274</sup> Disponível em: <[http://www.brasilcult.pro.br/rio\\_antigo2/esculturas/esculturas13.htm](http://www.brasilcult.pro.br/rio_antigo2/esculturas/esculturas13.htm)>. Acesso em: 07.05.2021.

<sup>275</sup> Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/525326/publicacao/15612927>>. Acesso em: 07.05.2021.

No dia 7 de setembro de 1943, como programação de encerramento das comemorações da “Semana da Pátria”, o governo inaugurou oficialmente o *Monumento ao Barão de Rio Branco*, localizado na Esplanada do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O monumento ao Barão do Rio Branco mede trinta e um metros de altura e localiza-se na atual Praça do Expedicionário, no centro do Rio de Janeiro. A escultura representa o chanceler em frente a um marco de fronteira, que simboliza a sua obra de defesa e demarcação dos limites do Brasil. Nas partes laterais foram fundidos, em bronze, dois altos relevos, representando a entrega dos laudos de Washington (Missões) e de Berna (Amapá). O monumento ostenta dois escudos – o das armas do Brasil e o das armas pessoais (brasões) do Barão do Rio Branco.<sup>276</sup> O evento contou com a presença de Getúlio Vargas e de todos os ministros de Estado, autoridades jurídicas, políticas, militares e representantes de estados estrangeiros (RIHGB, 1943, p. 249). A solenidade, comandada por José Roberto de Macedo Soares, contou com a presença de José Carlos de Macedo Soares, representando o IHGB, e teve o discurso oficial do lançamento – por convite de Oswaldo Aranha – a cargo de Augusto de Tavares Lira, então vice-presidente do IHGB e antigo colega de ministério de Rio Branco (ibidem, p. 251), o que demonstra a proximidade e os estreitos vínculos entre o IHGB e o ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas na cooperação para a construção desse importante monumento ao Barão de Rio Branco, até hoje presente no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois, o IHGB organizou uma série de eventos e atividades em homenagem ao centenário do nascimento de Rio Branco, a ser comemorado no dia 20 de Abril de 1945. Dentre as iniciativas da programação, constavam: que seja cunhada uma medalha comemorativa da efeméride; a realização de uma sessão especial em sua homenagem; que sejam convidados os IHG estaduais para se juntarem às comemorações; uma exposição com os autógrafos do chanceler presentes no Instituto; que sejam publicadas todas as contribuições de sócios do Instituto sobre a vida e os feitos de Rio Branco (RIHGB, 1945, p. 37).

A chamada *Sessão comemorativa do centenário do nascimento do Barão de Rio Branco*, realizada “em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores” (ibidem, p. 152), ocorreu no dia 30 de Maio. No registro da ocasião, consta que “o Instituto Histórico e o Itamaraty ufanaram-se da carinhosa dedicação que lhes demonstrou o preclaro Chanceler” (Rio Branco), e por esse motivo, “aliaram-se com o mais compreensível entusiasmo patriótico para, irmanados pelos mesmo impulsos, festejarem a data grandiosa” (ibidem, p. 80).

---

<sup>276</sup> Disponível em: <<https://reficio.cloud/rio/monumento/dn-monumento-ao-barao-do-rio-branco>>. Acesso em: 07.05.2021.

Dessa forma, a conferência “prevista para ser proferida no ambiente discreto do Instituto”, ganhou “maior amplitude, quando o ministro das Relações Exteriores, Dr. J. R. de Macedo Soares, convidado a presidir a sessão”, atribuiu-lhe “o realce inaugural da série que o Ministério promovera em honra a quem soubera acrescer-lhe a fama” (idem, ibidem). Relembramos que o ministro mencionado, José Roberto de Macedo Soares, era irmão do Presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares. José Roberto ocupava neste momento o interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores. O conferencista na ocasião foi o embaixador Hildebrando Acióli que ficou encarregado de dissertar a respeito do tema *Rio Branco e a Segunda Conferência de Haia*. Para o Instituto, tratava-se de uma “feliz coincidência” o fato de Acióli fazer parte do IHGB e do Itamaraty, sendo considerado “uma das figuras ilustres de seus quadros, por igual um dos nomes mais acatados entre os mestres de Direito Internacional” (ibidem, p. 152). No entanto, o mais importante é que, examinando as atas da organização do evento, descobrimos o motivo para a celebração do centenário de Rio Branco realizar-se no IHGB:

O Itamaraty, nas comemorações do centenário do seu mais insigne servidor, entendeu de dirigir-se às várias instituições culturais do país, a muitas das quais pertencia, como a este Instituto, para solicitar-lhes que estudassem, consagrassem e glorificassem a figura de Rio Branco. Assim, o ensejo deste centenário se torna uma oportunidade a mais para uma revisão de toda a obra do eminente chanceler. Podemos, assim, nos dar conta novamente da sua benemerência e verificarmos como, no curso do tempo, se vão engrandecendo, cada vez mais, os méritos daquele que demarcou os limites da Pátria e alargou-lhe o prestígio internacional. (idem, ibidem)

Isto é, o Itamaraty solicitou às instituições culturais do país, dentre as quais, o IHGB, para comemorarem o centenário do nascimento do Barão de Rio Branco. Em seguida, verificamos que as homenagens foram “determinadas pelo Sr. Presidente da República” (ibidem, p. 133). Dois pontos chamam a atenção neste caso: o primeiro, o fato de o IHGB afirmar categoricamente que o Itamaraty “pertencia” ao Instituto, tamanho o vínculo e a proximidade entre os membros pertencentes às duas instituições. E o segundo, o Ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas solicitar a celebração de um determinado personagem da história política do Brasil, ou seja, tratava-se de uma escolha e uma diretriz do governo acerca do passado nacional que foi acatada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que nos possibilita constatar – além da estreita relação entre o Instituto e o Itamaraty – uma convergência quanto a compreensão com relação a esse nome da história nacional: a figura do Barão de Rio Branco unia o IHGB, o Itamaraty e o Governo Vargas.

Outra informação relevante nas atas da comemoração é a de que o interventor federal do Rio de Janeiro e o seu secretário da Educação e Saúde Pública, “determinaram que as homenagens à memória do Barão de Rio Branco se realizem nesse recinto”, ou seja, que deveriam ocorrer necessariamente no IHGB. A justificativa era a de que “ocorrerão no centro da nossa metrópole, tornando-se muito mais acessíveis ao grande público” que teria “maior facilidade em apreciar este preito do Governo da República pelo Ministério das Relações Exteriores, em ação conjunta” (ibidem, p. 132).

Nesse mesmo ano, 1945, aconteceu o IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul,<sup>277</sup> organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e realizado neste mesmo Estado. O IHGRGS já havia realizado quatro Congressos de História e Geografia, ao qual concorreram estudiosos dos campos de conhecimento de história, geografia e ciências humanas e sociais com representantes de instituições culturais e universitárias nacionais e estrangeiras. O tema do Primeiro Congresso, em 1935, foi o Centenário da Revolução Farroupilha; do Segundo Congresso, em 1937, o Centenário da fundação do Rio Grande; no Terceiro Congresso, em 1940, a fundação de Porto Alegre; e o Quarto Congresso, em 1945, o Centenário da Paz de Poncho Verde.

O presidente do IHGB nomeou uma comissão para representar o Instituto na capital gaúcha, composta de Alcindo Sodré, General Souza Docca e Virgílio Correia Filho (RIHGB, 1945, p. 249). O congresso, que teve como temática central o centenário da Paz de Poncho Verde, contou com uma série de atra es e atividades, como palestras e debates. O evento contou com o auxílio dos poderes públicos e teve dentre a sua programa o, a institui o do feriado no dia 1  de março pelo Governo do Estado (nesse período, Ernesto Dorneles),<sup>278</sup> em comemora o   pacifica o do Rio Grande do Sul (data em que foi assinado o Tratado ou Conven o de Poncho Verde, em 1  de março de 1845), e o lançamento da “pedra fundamental do futuro monumento a Caxias no Parque Farroupilha”.<sup>279</sup> No evento de lançamento do monumento a Caxias estiveram presentes autoridades federais, estaduais e municipais, e o

---

<sup>277</sup> Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 13.05.2021.

<sup>278</sup> Interventor do Estado entre setembro de 1943 e outubro de 1945.

<sup>279</sup> Conhecido comumente como Parque da Reden o (em fun o do movimento de liberta o dos escravos na capital), foi renomeado de Parque Farroupilha em 1935, em comemora o aos cem anos da revolta dos farrapos. O parque foi tombado como patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico de Porto Alegre em 1997. Disponível em: <<https://www.senacrs.com.br/noticiasDetalhe.asp?idNoticia=59049>>. Acesso em: 13.05.2021.

responsável pela alocação foi Souza Docca, gaúcho e um dos fundadores do IHGRGS, que proferiu uma exposição sobre *Caxias e a pacificação do Rio Grande do Sul*.<sup>280</sup>

Após passar por um processo de restauração junto a outros monumentos em 2016, o busto em homenagem ao Duque de Caxias ainda se encontra no Parque da Redenção, na cidade de Porto Alegre. Um projeto desenvolvido em conjunto entre IHGRGS, IHGB, Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Assim, Poder Público e Institutos Históricos e Geográficos foram delineando juntos a política de patrimônios implantada no país durante as décadas de 1930 e 1940.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também participou da criação de inúmeras instituições culturais direcionadas à história nacional, como o *Instituto Duque de Caxias*, fundado em 1936, “sob auspícios do Instituto Histórico” (RIHGB, 1936, p. 404). O Instituto tinha como finalidade “cultuar a memória do valoroso soldado, seu patrono e os nossos grandes feitos militares” (idem, ibidem). A inauguração da instituição realizou-se no dia 5 de Setembro de 1936. Curiosamente, o primeiro presidente do Instituto Duque de Caxias foi o Conde de Afonso Celso, então presidente do IHGB. O responsável pela conferência (sobre Caxias) de inauguração da instituição foi Pedro Calmon, orador oficial do IHGB. Assim, o Instituto Duque de Caxias foi fundado com esse vínculo ao IHGB; no entanto, não se encontram maiores informações ou registro de continuidade das atividades da instituição criada para cultuar a figura de Caxias.

Outra instituição na qual o IHGB teve uma importante participação foi o *Museu Imperial*, criado pelo Governo Vargas mediante o Decreto-lei n.º 2.096 de 29 de Março de 1940 que estabelecia em seu artigo 1º: “fica criado o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis”, prevendo entre os seus principais objetivos, “recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II”.<sup>281</sup> O museu deveria ser instalado no antigo Palácio Imperial (art. 4º) e seria administrado por dois cargos diretamente vinculados ao Ministério da Educação, um de diretor e o outro de secretário (art. 5º). O primeiro diretor da instituição, nomeado por Getúlio Vargas, foi Alcindo Sodré, que foi o grande idealizador e organizador do Museu Imperial.<sup>282</sup> Sodré era membro e

---

<sup>280</sup> A título de curiosidade, neste mesmo dia, o prefeito municipal doou ao IHGRS o terreno para a sua futura sede na Avenida Borges de Medeiros.

<sup>281</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2096-29-marco-1940-412175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24.05.2021.

<sup>282</sup> Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens>>.. Acesso em: 24.05. 2021.



frequentador do IHGB, chegando a ministrar conferências no Instituto, como a intitulada *Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul* (RIHGB, 1945, p. 56).

O IHGB foi o grande articulador e mediador junto ao Governo Vargas no processo de repatriação e doação do acervo da Família Real brasileira ao Museu Imperial. Esse movimento iniciou-se com a manifestação do Príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança, em carta dirigida ao presidente Getúlio Vargas, oferecendo ao governo do Brasil o arquivo de doze mil cartas e documentos que pertenceram ao Imperador Pedro II, localizados no Castelo d’Eu, na França. Na carta, o príncipe explica que esse “patrimônio histórico” constitui-se de “um acervo preciosíssimo de documentos ligados à nossa tradição e que a dinastia nacional, conservando, salvou da dispersão e reservou para a Pátria” (RIHGB, 1941, p. 311). O chefe de Estado decidiu positivamente pelo retorno destes documentos e pelo seu encaminhamento ao Museu Imperial. O IHGB “aplaudiu” o príncipe doador pelo “gesto de alta elegância patriótica” e a “determinação do Sr. Presidente da República” nesse processo (ibidem, p. 313).

Entretanto, anteriormente a isto, o IHGB e o seu secretário, Max Fleiuss, tiveram um papel fundamental no processo de repatriação desse acervo da Família Real, pois, segundo Fleiuss, desde 1918 solicitavam o retorno destes documentos ao Brasil. O secretário elencou as inúmeras iniciativas nesse sentido, destacando que, em 1940, o presidente do Instituto, José Carlos de Macedo Soares, enviou um ofício ao presidente da República manifestando esse desejo:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem a honra de fazer chegar à mão de Vossa Excelência, por meu intermédio, a cópia da moção que, justificada pelo Sr. Claudio Ganns e assinada por mais 22 consócios, foi aprovada por unanimidade, na sua sessão ordinária de 31 de maio último (...) Trata-se da feliz e oportuna sugestão no sentido de ser preservado o hoje talvez mais rico e inédito arquivo histórico sobre o Brasil – pertencente à Família Imperial e guardado no Castelo d’Eu, em França. (ibidem, p. 316)

Max Fleiuss concluiu assegurando estar “certo que o Museu Imperial de Petrópolis saberá tratar o relevante acervo com interesse e carinho” (idem, ibidem). Dois anos mais tarde, ao comentar a publicação do *Anuário do Museu Imperial*, o IHGB exaltou a “feliz iniciativa do governo federal” de criar o Museu Imperial e elogiou a “superior orientação que lhe vem emprestando o respectivo diretor, Sr. Alcindo Sodré”, consócio do Instituto (RIHGB, 1943, p. 273). Chama a atenção nesta nota a informação de que, na sessão do *Anuário* intitulada “Arquivo do Museu Imperial”, aparecem diversos documentos relativos ao Conde d’Eu, de acordo com o IHGB, “por ordem do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra” (ibidem,

p. 274), o que denota a consideração e a intervenção nos assuntos relativos ao passado nacional por parte de altas autoridades do Governo Vargas.

No livro intitulado *Museu Imperial*, escrito pelo próprio Alcindo Sodré (1950, p. 145) e publicado em 1950, o diretor do museu relatou como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “patrocinou o apoio do governo   remo o do arquivo, através de longa e fundamentada moço assinada a 21 de maio de 1940 por José Carlos de Macedo Soares”, presidente do IHGB, e demais consócios do Instituto. Sodré citou textualmente os trechos da moço enviada pelo IHGB diretamente a Vargas:

Formula o mais veemente apelo ao governo do país, no sentido da aquisi o imediata dos referidos objetos e documentos e de obter, com a aquiescência prévia da família Imperial, o seu transporte para o Brasil, ainda por conta da na o, que lhe dará o melhor destino, confiando sua guarda e consulta ao “Museu Imperial” de Petrópolis, em tão boa hora recém criado. [...] Ouso assim esperar que vossa excelência veja, na sugestão que o Instituto apadrinhou e fez sua, apenas o zelo e o carinho de homens que, como vossa excelência, também amam o Brasil de outrora, desejos de colaborar nessa bela obra de preserva o das nossas coisas antigas, que se revela num constante e comovido apreço ao patrimônio cultural da na o. (ibidem, p. 146)

Dessa forma, o IHGB desempenhou um papel fundamental junto ao Governo Federal para o retorno do arquivo da Família Real ao Brasil e para a sua aloca o no Museu Imperial, utilizando-se do seu prestígio, da sua proximidade e do acesso às autoridades governamentais e com o próprio Getúlio Vargas. Além desses vínculos, o IHGB e o Museu Imperial desenvolveram inúmeras atividades e projetos conjuntamente até os dias de hoje.<sup>283</sup>

Conforme verificamos, o IHGB concedeu uma relevante contribui o para a política de patrimônios e monumentos históricos do regime varguista, anteriormente e inclusive posteriormente   cria o de institui es destinadas   essa área pelo governo. O Instituto também participou da cria o de importantes institui es culturais destinadas   celebra o da história nacional. Sendo a principal institui o de conhecimento histórico do período e tendo experiência na área de monumentos, e, além disso, recebendo o auxílio financeiro do governo, foram fatores que possibilitaram a significativa colabora o do IHGB na política patrimonial implementada pelo Governo Vargas ao longo desse período.

Devemos considerar que o IHGB foi financiado pelo governo – inclusive recebeu aumento – durante esse período, o que pode caracterizar-se como uma presta o de “serviços” da Institui o. Por esse motivo,   bastante plausível supor que o governo esperasse receber

---

<sup>283</sup> Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/tag/ihgb>> Acesso em: 24.05.2021.

algum retorno da Instituição. Nesse sentido, é provável que as solicitações de serviços do governo tenham sido combinadas exteriormente às sessões e não tenham sido registradas nas suas atas. Por outro lado, como uma instituição secular e de prestígio, ao participar desses projetos e eventos, o IHGB não apenas contribuía com o seu conhecimento, como cancelava e legitimava a implementação da política educacional e cultural do Governo Vargas.

Com relação às diferenças entre 1930 e o Estado Novo, percebemos uma maior sistematização e estruturação das políticas públicas destinadas para o âmbito da História: de iniciativas “isoladas” em um primeiro momento (1930-1937), passam-se a políticas sistematizadas e de maior abrangência (nacional) durante o Estado Novo, sobretudo a partir da criação de órgãos específicos para estas áreas, como o SPHAN – o que está em simetria com o que aponta a historiografia sobre outros setores da política cultural e educacional do Governo Vargas (GOMES et al., 2013).

Deste modo, demonstramos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esteve inserido e colaborou com a política educacional e cultural do Governo Vargas. Como a principal instituição e referência de conhecimento histórico daquele período, o IHGB participou ativamente e concedeu uma relevante contribuição – inclusive, tendo muitas vezes pautado – a elaboração e o desenvolvimento de iniciativas, atividades e projetos do Governo de Getúlio Vargas direcionados principalmente para a área da História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, analisar a relação estabelecida entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir de quatro tópicos de análise: as relações institucional, política e financeira e as atividades e projetos desenvolvidos conjuntamente entre a Instituição e o regime comandado por Vargas.

Por um lado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, uma instituição secular, de tradição assentada e prestígio entre as principais autoridades intelectuais e políticas do país, sendo reconhecida como uma das mais – se não a mais importante instituição cultural daquele período. Seguramente, tratava-se da principal referência de produção e divulgação de conhecimento histórico do – e sobre – o país daquele contexto, com uma extensa trajetória de inserção no sistema educacional brasileiro, mais especialmente, no ensino de História.

Por outro lado, a partir do Movimento de 1930, temos o Governo de Getúlio Vargas que, conforme vimos, teve, em um primeiro momento, iniciativas e projetos na área da História, passando, sobretudo a partir do Estado Novo, às políticas mais elaboradas e sistematizadas direcionadas para o campo da História, como na política de monumentos, por exemplo. Desse modo, em simetria ao que aponta a historiografia (GOMES, 2013), a História tornou-se objeto de políticas públicas e de investimentos por parte do Estado, inseridas na política educacional e cultural do governo, mas também como parte do projeto político e ideológico do regime varguista.

Nesse sentido, buscamos, na primeira parte do trabalho, contextualizarmos essa importância que a História assumiu nesse período: por um lado, através do resgate e da valorização de um – determinado – passado nacional como parte estratégica do Governo Vargas e da construção do seu “lugar” na História do Brasil; por outro, procuramos demonstrar como essa valorização traduziu-se em diversas iniciativas e projetos do governo destinados à recuperação e exaltação da história e do passado brasileiro. Por fim, ainda abordamos a relação do Governo Vargas com outras instituições culturais e intelectuais a fim de situar, na sequência, a sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sobre a relação institucional, procuramos demonstrar que, muito além de meramente formal ou protocolar, o IHGB e Getúlio Vargas estabeleceram uma relação de proximidade, sobretudo a partir do título de Presidente Honorário da Instituição concedido ao chefe de Estado, as frequentes visitas de Vargas ao Instituto, inclusive presidindo as “sessões

aniversárias”, as comitivas de visitas do Instituto a Vargas, além da troca de telegramas e correspondências entre ambos. Além do chefe de Estado, outros membros do primeiro escalão do seu governo frequentaram a Instituição, como os ministros da Educação, Justiça e das Relações Exteriores, alguns deles, vieram a ingressar na Instituição durante esse período. Em função disso, construímos a hipótese de que alguns membros do governo ingressaram no quadro de sócios do IHGB devido justamente à influência do cargo que ocupavam e possivelmente pelos “serviços” prestados ao Instituto. Por outro lado, diversos sócios do IHGB ocuparam importantes cargos no Governo de Vargas, o que configurava *redes* de pertencimento, trânsito e influências recíprocas entre estes indivíduos – organizados e sintetizados na nossa tabela – delineando um estreito vínculo entre a Instituição e o Governo Vargas.

Com relação às manifestações políticas do IHGB, evidenciamos que o Instituto se posicionou claramente favorável à “Revolução de 1930”, à eleição de Vargas como presidente constitucional em 1934 e à implementação do Estado Novo em 1937. Além disso, foram constantes os elogios e a exaltação – dos atributos pessoais e políticos – do chefe de Estado na Instituição. Longe de permanecer “indiferente” e “alheio”, ou “acima das paixões e disputas partidárias”, o Instituto pronunciou-se com relação aos principais debates e acontecimentos políticos do tempo presente, como quando a Instituição exigiu de maneira veemente “medidas de exceção” por parte do governo para conter a “hidra comunista” em 1935. É importante destacar que muitos destes posicionamentos eram fundamentados a partir da interpretação e mobilização do passado nacional. Deste modo, o IHGB, como uma instituição secular e de prestígio, desempenhou um papel fundamental no processo de legitimação e justificação do Governo Vargas durante todo esse período.

No aspecto financeiro, considerando a insustentabilidade financeira da Instituição, constatamos que o Governo Vargas manteve o constante repasse de verbas ao IHGB durante todo esse período com destaque para o significativo aumento concedido à instituição no ano de 1940. Além disso, o governo patrocinou inúmeras atividades e projetos do Instituto, como a publicação da sua Revista e a comemoração do Centenário da Instituição.

Além destes fatores, tratamos das iniciativas e projetos desenvolvidos conjuntamente entre o IHGB e o Governo Vargas no âmbito da História, sobretudo através do Ministério da Educação. O Instituto colaborou com inúmeras políticas do governo direcionadas para a área da História, dentre estas, abordamos a política de patrimônios históricos do regime, a representação do país em eventos internacionais, a inserção do Instituto no ensino de História, na política de efemérides, em atos cívicos e solenidades promovidas pelo Governo, na criação de instituições culturais e em projetos direcionados para a História do Brasil, entre outros. Deste

modo, o IHGB, como a principal referência de conhecimento histórico do período, deu uma relevante contribuição para a implementação da política educacional e cultural do Governo Vargas direcionada para a área da História.

É fundamental e imprescindível ressaltarmos a intersecção destes tópicos: institucional, político, financeiro e projetos em conjunto. Embora, por uma questão metodológica, os tenhamos divididos em capítulos, estes fatores estavam ocorrendo de forma simultânea. Por exemplo, em uma mesma sessão, com a presença de Getúlio Vargas, o IHGB manifestava-se politicamente a favor do governo, o governo solicitava algum “serviço” ao Instituto, ao passo em que financiava a Instituição. Essa percepção é necessária para compreendemos a relação do Instituto com o governo como um todo, na íntegra.

Com relação às continuidades na história do IHGB e na sua relação com o Estado, sustentamos que a relação do Instituto com o Governo Vargas foi marcada por inúmeras particularidades e nuances em relação a outros períodos da sua história. Estabelecendo um comparativo, podemos citar como exemplo: após a proclamação da República, o IHGB teve seus subsídios cortados pela metade e esteve na iminência de encerrar as suas atividades, enquanto que o governo de Vargas garantiu o constante repasse de verbas, concedeu um expressivo aumento, além de patrocinar projetos e eventos da Instituição – o que explica a alcunha de “mecenas do IHGB”. Neste aspecto, a principal especificidade é que Getúlio Vargas foi o chefe de Estado que mais prestigiou a Instituição, estabelecendo uma estreita relação e de tamanha proximidade com o IHGB – pelos inúmeros fatores que elencamos – que não se verifica no mesmo nível com relação a outros chefes de Estado, sendo comparável somente ao Imperador Dom Pedro II.

Podemos afirmar que se estabeleceu uma “aliança” entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Governo de Getúlio Vargas com benefícios para ambos os lados: de um lado, o governo prestigiava e patrocinava a Instituição, solicitava os seus “serviços” e era por ela legitimado politicamente; de outro, o IHGB obtinha o prestígio do Chefe de Estado, recebia o financiamento do governo e colaborava com a sua política cultural implementada na área da História. Realmente, podemos concluir que Getúlio Vargas havia “compreendido a finalidade” (RIHGB, 1942, p. 691) do IHGB, e o Instituto já conhecia as benesses de manter-se próximo ao poder.

Acreditamos que a importância desta tese se dê em duas formas: em primeiro lugar, uma contribuição à própria história do IHGB, sobre a qual ainda não havia sido escrito este capítulo. Conforme a própria historiografia havia apontado, os estudiosos “ainda não haviam se ocupado das relações entre Getúlio Vargas e o IHGB”, tendo “passado ao largo da contribuição do

Instituto na construção do conhecimento histórico nas primeiras décadas dos anos 1900” (GUIMARÃES, 2006); e portanto, ainda eram “pouco numerosos os estudos sobre o IHGB, principalmente sobre o período republicano” (GOMES, 2012; 2013). Nesse sentido, esta tese visa preencher essa lacuna na historiografia e na história da Instituição, e por esse motivo, tem como ineditismo abordar e desenvolver as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Governo de Getúlio Vargas.

Em segundo lugar, consideramos estarmos colaborando com a historiografia referente ao período Vargas. Por um lado, através da contribuição à compreensão da política educacional e cultural implementada pelo governo, sobretudo, à política direcionada para o âmbito da História, ou seja, as iniciativas, atividades e projetos elaborados e desenvolvidos nessa área pelo governo de Getúlio Vargas – muitos destes, em parceria com o IHGB. Por outro lado, contribuindo com o entendimento e às explicações para a vigência e a sustentação social de regimes autoritários – como o varguista – através da legitimação, justificação e, inclusive, explicação/fundamentação histórica de uma das instituições culturais mais importantes daquele período, o IHGB.

Nesse sentido, este trabalho serve inclusive para refletirmos sobre a produção do conhecimento histórico: quais são as relações entre a escrita da História e as esferas da política e do Estado, entre o *métier* dos historiadores e as relações de poder em uma determinada sociedade. Isto é, em que condições – subjetivas e objetivas – se processa a escrita da História, ou ainda, como essas condições balizam ou mesmo determinam a produção do conhecimento histórico em um determinado período?

Esta tese é também um convite para que outros pesquisadores venham a se debruçar sobre essa temática, sobretudo os historiadores, visto que, por mais de um século, esta Instituição foi a principal referência de produção e divulgação de conhecimento histórico em nosso país e muitas das políticas e diretrizes delineadas na área da História durante esse período entre Instituição e o Governo Vargas moldaram e perduram até os dias de hoje,<sup>284</sup> como os monumentos históricos ou a comemoração de determinadas efemérides, de modo que, demais pesquisadores possam ter conhecimento e selecionar tópicos ou assuntos abordados neste trabalho – como os congressos de História ou a política de patrimônios – e desenvolvê-los.

---

<sup>284</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes, “a proposta de História do Brasil construída durante o Estado Novo marcou a cultura histórica de nosso país durante muito tempo, sendo seus ecos sentidos até hoje” (GOMES, 2013, pos. 106).

Compreendemos a produção do conhecimento histórico como um processo contínuo e em permanente construção, nesse sentido, esta tese abre perspectivas e possibilidades de novos questionamentos a partir das suas conclusões. Por exemplo, verificar quem eram os personagens, as datas e os eventos da história nacional que estavam sendo celebrados e cultuados pelo Governo Vargas em conjunto com IHGB, através das políticas de monumentos, das efemérides e comemorações. A partir dessa constatação, temos um entendimento maior sobre qual História do Brasil estava sendo fomentada e divulgada pelo Governo Vargas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; podemos inclusive analisar as convergências e/ou divergências entre as interpretações da História do Brasil do regime varguista e a história produzida pelo IHGB; entre inúmeras outras possibilidades de pesquisas.

Deste modo, esperamos ter contribuído com este importante capítulo da história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Governo de Getúlio Vargas, da história da historiografia no país e – por que não – da História do Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. *Dossiê Política e Sociedade*, n. 12, abr. 2008.

ABUD, Katia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Orgs.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar. *Fronteiras*, v. 18, n. 31, p. 296-304, jul. 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5470/2814>>. Acesso em: 23.06.2021.

ALVES, Leonardo de Carvalho; COELHO, Maria Carlota de Rezende. Um olhar sobre o ensino de História escolar no contexto da “Era Vargas”. *Pensar Acadêmico*, Manhuaçu, v. 17, n. 2, p. 277-290, mai.-ago. 2019.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Azevedo%20Amaral-1.pdf>>. Acesso em: 15.03.2019.

ANDRADE, Almir de (Dir.). A ordem política e a evolução intelectual III. *Cultura Política*, ano I, n. 3, mai. 1941a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. Política e cultura. *Cultura Política*, ano 1, n. 2, abr. 1941c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil. *Cultura Política*, ano 1, n. 1, p. 228-229, mar. 1941b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. O pensamento político do presidente. *Cultura Política*, ano 3, n. 26, abr. 1943. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 15.03.2019.

ARANHA, Oswaldo. *O sindicalismo no Rio Grande do Sul* (1929).

ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York: The Viking Press, 1963.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. v. 7. n. 14, jun.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/88/81>>. Acesso em: 23.06.2020.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp. 161-183, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200161](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200161)>. Acesso em: 21.01.2021.

BARRETO, Alvaro. A representação das associações profissionais na Subcomissão do Itamaraty. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXVIII, n. 1. p. 127-140, jun. 2002. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23791>>. Acesso em: 02.04.2021.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo Vargasista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 71-92, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/53Jxf4ctGT3Gg33BrPMXyGc/?lang=pt>>. Acesso em: 25.06.2021.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 127-150, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562>>. Acesso em: 30.04.2021.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 61ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1933. Atos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao5.html>>. Acesso em: 15.10.2020.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em: 16.06.2020.

\_\_\_\_\_. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 15.07.2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 21.402*, de 14 de maio de 1932. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21402.htm)> Acesso em: 02.04.2021.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação. Questionário para um inquérito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BRESCIANI, Maria Stella. Projetos políticos nas interpretações do Brasil da primeira metade do século XX. *Revista de História*, edição especial, 2010.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/5vx9v4hVmFGQpFXxSf73mTS/?lang=pt>>. Acesso em: 10.05.2019.

CAPANEMA, Gustavo. *Anotações manuscritas sobre as diretrizes que deveriam ser impressas à nova reforma do ensino secundário*. Rio de Janeiro: Gabinete do Ministro, 36.03.1924. Pasta VII.

CARDOSO, Vanessa Clemente. *A história do ensino de História e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da história nova do Brasil (1963-1965)*. 2019. 362f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9833>>. Acesso em: 11.05.2020.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua obra. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, São Paulo, outubro-dezembro de 1971. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901971000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000400002)>.

Acesso em: 06.04.2021.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira. Euclides Roxo e o movimento de reforma do ensino de Matemática na década de 30. *Revista Estudos. Brasília*, v. 81, n. 199, p. 415-424, set.-dez. 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1333>>. Acesso em: 28.04.2021.

CASA, Aloísio Augusto. *O Julgamento e o pinheirinho*. Editora Casa dos Autores, 2009.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo* Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CEZAR, Temístocles. Vernhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2007000200159&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2007000200159&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 23.09.2020.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

COELHO, João Paulo Pereira; COELHO, Marcos Pereira. Bertolleti; ALVES, Vanessa. Uma análise histórica do ensino de História do Brasil: Regime Militar (1968-1972) e conservadorismo pedagógico. *IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, 26 a 29 out. 2009. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2631\\_1897.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2631_1897.pdf)>. Acesso em: 30.04.2021.

CORREIO DA MANHÃ. *As instruções do Komintern para a acção dos seus agentes contra o Brasil*, 1º de outubro de 1937, p. 3. Disponível em: <[memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1937\\_13158.pdf](memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1937_13158.pdf)>. Acesso em: 28.01.2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424. jul.-dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4556>>. Acesso em: 23.07.2021.

DECCA, Edgar de. 1930. *O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes Intelectuales en américa latina. Hacia la constitución de una comunidad intelectual*. 1ª ed. Santiago de Chile: Colección Idea, 2007.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2008.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras. *Cultura Política*, 1942. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 12.06.2019.

FLEIUSS, Max. *Recordando... casos e perfis*. Editora Nacional. 1941.

FRANCO, Virgílio de Melo. *Outubro*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

GARCIA, Dantielli Assumpção; NUNES, José Horta. A documentação e a divulgação do saber linguístico na revista do IHGB. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão/SC, v. 11, n. 3, p. 463-495, set.-dez. 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. O redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

GOMES, Ângela de Castro & ABREU, Martha. A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia”. *Tempo*, v. 13, n. 26, 2009.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

GUERRA, Jacinto. *JK Triunfo e exílio. Um estadista em Portugal*. Editora Thesaurus. 2005.

GUIMARÃES, Alfredo. *O Cardeal Cerejeira no Brasil*. Editora Alba Ltda., 1935.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

JUNIOR, José Petrucio de Farias. Ensino de História: trajetórias de uma disciplina na educação básica. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 35, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/17663>>. Acesso em: 30.04.2021.

JUNIOR, Oriomar Skalinski; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. A resposta de Alceu Amoroso Lima ao inquérito expedido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública em 1936: um intelectual em defesa dos “princípios pedagógicos” católicos. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 41, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/39379>>. Acesso em: 15.04.2021.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Um interpretação. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História da civilização brasileira. O Brasil republicano. 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953/4740>>. Acesso em: 11.05.2020.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. São Paulo. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Guilherme Pontieri. *O ensino de História no Brasil: da “História natural” à História Naturalizada*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251116>>. Acesso em: 26.03.2021.

LONDRES, Cecília. A Invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MALAVOTA, Leandro Miranda. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as patentes de invenção: tecnologia e propriedade no Império do Brasil. *Revista Maracanan*, n. 23, p. 12-33, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/45211>>. Acesso em: 04.11.2020.

MANOEL, Ivan. O ensino de História no Brasil: do colégio Pedro II aos parâmetros curriculares nacionais. *Conteúdos e Didáticas de História*, Unesp, p. 148-171, 2012. Disponível em: <[https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46194?locale=pt\\_BR](https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46194?locale=pt_BR)>. Acesso em: 30.04.2021.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. A crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. *Alcar2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. Disponível em: <[www.ufrgs.br/alcar2015](http://www.ufrgs.br/alcar2015)>. Acesso em: 24.04.2021.

MARTINS. Henrique Moreira Luiz. A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, v. 13, n. 1, jan.-jun. 2016.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. *História Unisinos*, v. 15, n. 1, jan.-abr., p. 40-49, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/959>>. Acesso em: 30.04.2021.

MELO, Thaís de. Um projeto de ensino superior: a Academia de Altos Estudos do IHGB (1915-1922). *XXVIII Simpósio Nacional de História*, 27-31 jul. 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org>>. Acesso em: 26.03.2021.

MENDES, Luís César Castrillon. Publicar ou arquivar? A revista do IHGB: um periódico a serviço do Império no oitocentos brasileiro. *Revista Latino-Americana de História*, v. 6, n. 18, ago.-dez. 2017.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Editora Difel, 1979.

MOREIRA, Kênia Hilda. *O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100934>>. Acesso em: 30.04.2021.

MOURA, Carlos André Silva de. A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca Dom Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934. *Lusitania Sacra*, v. 35, 2017. Disponível em: <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/LusitaniaSacra/index.php/journal/article/view/512>>. Acesso em: 01.07.2020.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 13, n. 25-26, p. 143-162. set. 1992 – ago. 1993.

NETO, Jamile Silva. Atuação, posição e produção dos intelectuais no SPHAN e no IHGB (1938-1966). XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília. UNB, jul. 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825193\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825193_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2017.pdf)>. Acesso em: 05.05.2021.

\_\_\_\_\_. *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. 2018. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12080>>. Acesso em: 28.06.2021.



OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: GOMES, Ângela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

OLIVEN, Rubem George. O nacional e o regional da construção da identidade brasileira. *ANPOCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2012. Disponível em: <[http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02\\_07.pdf](http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02_07.pdf)>. Acesso em: 27.05.2021.

OLÓRIO, Amílcar. *Elaboração do Plano Nacional de Educação*. Secretaria do Conselho Nacional de Educação, 1943.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. Cultura cívica e memória no Estado Novo brasileiro. *Revista Diálogos*, v. 13, n. 2, p. 401-412, 2009. Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36737>>. Acesso em: 25.06.2021.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, fev. 2010.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu; SALGADO, Ivone. Conflitos políticos e articulações sociais: a história dos limites entre São Paulo e Minas Gerais na formação do território nordeste paulista – 1720 a 1935. Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. Urbanização em territórios luso-brasileiros. *Paranoá*, Brasília, n. 13, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10770>>. Acesso em: 20.01.2021.

PINTO, Tales dos Santos. Território Iguazu no sul do Brasil. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-territorio-iguacu.htm>>. Acesso em: 20.01.2021.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Emblemas de Brasil en la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural. In: PALACIOS, Guillermo (Coord.). *La nación y su historia. Independências, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México, DF: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. 1942 - Brasil corta relações diplomáticas e declara Guerra a Alemanha. Como isto aconteceu? *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n 26, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uffrs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8022>>. Acesso em: 24.06.2020.

RAMOS, Paula da Silva. O Jornal do Commercio e as representações sobre a Argentina na crise do Brasil Império (1870-1889). *Faces da História*, São Paulo, v. 2. p. 143-158, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/196>>. Acesso em: 19.10.2020.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, José. Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1969.

RODRIGUES, Luiz Antonio Belleti. O afundamento de navios e os protestos de rua no Brasil durante a segunda guerra mundial: estrangeiros na mira da imprensa. *ANPUH Brasil. 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019. Disponível em: <[www.snh2019.anpuh.org](http://www.snh2019.anpuh.org)>. Acesso em: 23.06.2020.

ROLLEMBERG, D. & QUADRAT, S. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RTP ARQUIVOS. *Noticiário Nacional de 1968. Partida de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, para o Brasil*. Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-do-cardeal-patriarca-de-lisboa-para-o-brasil>>. Acesso em: 01.07.2020.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Trad. F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. In: FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, J. (Eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003.

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, v. 23, n. 43, jan.-jun. 2009.

SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil militar brasileira*. 2018. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7294>>. Acesso em: 10.05.2020.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, mai.-ago. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/24245>>. Acesso em: 30.04.2021.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro. História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, p. 231-247, ago. 2015. Disponível em: <<https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/865>> Acesso em: 19.08.2020.

SILVA, Gabriela Correa da. *Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194606>>. Acesso em: 01.04.2021.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. 2010. 138f. Dissertação Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3858>>. Acesso em: 30.06.2021.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da Institucionalização do ensino superior de História. *História e Ensino*, Londrina. v. 2. n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. *Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7294>>. Acesso em: 10.05.2020.

\_\_\_\_\_. Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 465-498, 2017b. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/16962>>. Acesso em: 10.03.2021.

\_\_\_\_\_. O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). *Revista de História UEG*, Porangatu, v. 6. n. 1, pp. 136-161, jan.-jul. 2017c. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/6244>>. Acesso em: 11.03.2021.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. Advogados e corporativismo de classe média no Brasil pós-1930. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. 2016.

\_\_\_\_\_. Os juristas liberais contra o Estado Novo 1944-1945. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Volume II: O ano de 1932. A Revolução e o Norte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume III: A realidade nacional em 1933. Retrospecto das realizações do governo, em 1934. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume IV: Retorno à terra natal: Confraternização sulamericana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-iv/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume V: O Estado Novo 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-v/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume VII: O Brasil na guerra – 14 jul. 1941 a 1º jan. 1943. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-vii/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume VIII: Ferro, Carvão, Petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *A nova política do Brasil*. Volume IX: No limiar de uma nova era – 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937. (Improvisado perante a grande concentração operária da Esplanada do Castelo, a 9 de novembro de 1940). Brasília: Imprensa Nacional, 1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/39.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *Diário (1930-1936)*, v. 1 e 2. São Paulo: Editora Siciliano e Fundação Getúlio Vargas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado na cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal*, em 2 de dezembro de 1937, p. 107. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/06.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo em celebração à “Hora da Independência”, no “Dia da Pátria”*, em 07 de setembro de 1936. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/05.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. *Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934)*. Brasília: Imprensa Nacional, 1935. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas>>. Acesso em: 15.03.2019.

\_\_\_\_\_. O Imperador D. Pedro II e os seus grandes serviços ao Brasil. Brasília: Imprensa Nacional, 1939. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1939/08.pdf/view>>. Acesso em: 15.03.2019.

VAZ, Aline Choucair. A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). *Portal Mineiro de História da Educação*, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/34139088-A-escola-em-tempos-de-festa-poder-cultura-e-praticas-educativas-no-estado-novo.html>>. Acesso em: 25.06.2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, Ângela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato e Co. Editores, 1923.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1939.

WANDERLEY, Helio Irany. Questão Letícia: análise da atuação militar brasileira no conflito colombo-peruano (1932- 1934). *Revista de Trabalhos Acadêmicos*, Niterói, 2018. Disponível em:

<[http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path\[\]=7351](http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path[]=7351)>. Acesso em: 29.06.2020.

WENDT, Wanessa Tag. *A República nos livros didáticos de história da Era Vargas (1938-1945)*. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7540>>. Acesso em: 10.06.2019.

## Fontes primárias

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (RIHGB). Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. Acervo do CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>.

VERBETES CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>.

## Sites consultados

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discurso de posse de Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>>. Acesso em: 18/08/2019.

\_\_\_\_\_. *Discurso de recepção por Ataulfo de Paiva*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-recepcao>>. Acesso em: 15.08.2019.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Augusto Limpo Teixeira de Freitas*. Disponível em: <<http://expagcrj.rio.rj.gov.br/teixeira-de-freitas-augusto-afonso-limpo>>. Acesso em: 30.11.2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Fundação*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-imprensa-abi>>. Acesso em: 05.09.2019.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Ministérios. Ministério da Guerra*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>>. Acesso em: 14.07.2020.

CASA ROSADA. *Galeria de Presidentes. Agustin Pedro Justo Rolón*. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 01.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Galeria de Presidentes. Julio Argentino Roca*. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 01.07.2020.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. *José Maria da Silva Paranhos Júnior*. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 01.07.2020.

GOOGLE MAPS. *Palácio do Catete – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir/Pal%C3%A1cio+do+Catete++Rua+do+Catete++Catete,+Rio+de+Janeiro++RJ/IHGB+Instituto+Hist%C3%B3rico+e+Geogr%C3%A1fico+Brasileiro++Av.+Augusto+Severo,+8+-+10%C2%BA+Andar++G1%C3%B3ria,+Rio+de+Janeiro++RJ,+20021-040/@-22.9202481,-43.1810147,16z/data=!3m1!4m1!4m13!1m5!1m1!1s0x997f803ec73051:0x5400742dbf6a3c01!2m2!1d-43.1762207!2d-22.9258592!1m5!1m1!1s0x997f62efae2001:0xc2ca9474a6310a53!2m2!1d-43.1764769!2d-22.9145677!3e2>>. Acesso em: 14.10.2020.

IMPRENSA NACIONAL. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao5.html>>. Acesso em: 16.10.2020.



\_\_\_\_\_. *Institucional*. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 09.10.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13618.pdf>> Acesso em: 27.05.2021.

\_\_\_\_\_. *Memória. Sínteses históricas. Censos Demográficos*. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 21.01.2021.

\_\_\_\_\_. *Pioneiros do IBGE. Teixeira de Freitas*. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>>. Acesso em: 08.12.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Museu Imperial e IHGB celebram aniversário de d. Pedro II em Petrópolis*. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/tag/ihgb>>. Acesso em: 24.05.2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Afrânio de Melo Franco*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/admfranco.html>>. Acesso em: 08.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Alcindo de Azevedo Sodré*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adasodre.html>> Acesso em: 15.07.2020.

\_\_\_\_\_. *As sedes*. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html>>. Acesso em: 14.09.2020.

\_\_\_\_\_. *Epitácio da Silva Pessoa*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ESPessoa.html>>. Acesso em: 11.09.2020.

\_\_\_\_\_. *Fotografia. Visita ao Brasil de Sua Eminência o Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, legado pontifício à inauguração de Brasília*. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/24022-visita-ao-brasil-de-sua-emin%C3%A2ncia-o-cardeal-dom-manuel-gon%C3%A7alves-cerejeira,-legado->>

[pontif%C3%ADcio-%C3%A0-inaugura%C3%A7%C3%A3o-de-bras%C3%ADlia.html](#)>.

Acesso em: 01.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Histórico Presidentes Honorários.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em: 12.05.2019.

\_\_\_\_\_. *Histórico. Fundação.* Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/fundacao-instituto.html>>. Acesso em: 10.05.2019.

\_\_\_\_\_. *Histórico. Fundadores.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 20.05.2019.

\_\_\_\_\_. *José Maria Moreira Guimarães.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JMMGuimaraes.html>>. Acesso em: 30.11.2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil. Joaquim de Souza Leão Filho.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jdslfilho.html>>. Acesso em: 29.06.2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil. Luiz Alves de Lima e Silva.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LALSilva.html>>. Acesso em: 11.08.2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil. Mario Augusto Teixeira de Freitas.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MATFreitas.html>>. Acesso em: 08.12.2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil. Max Fleiuss.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MFleiuss.html>>. Acesso em: 03.08.2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil. Oswaldo Aranha.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/OAranha.html>>. Acesso em: 09.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Ramiz Galvão.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/bfdrgalvao.html>>. Acesso em: 04.08.2020.

\_\_\_\_\_. *Presidentes de Honra.* Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em: 12.05.2019.

\_\_\_\_\_. *Presidentes.* Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>>. Acesso em: 13.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Sócios falecidos brasileiros. Francisco José Pinto.* Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJPinto.html>>. Acesso em: 20.07.2020.

\_\_\_\_\_. *Sócios fundadores.* Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 20.05.2019.

\_\_\_\_\_. *Sócios. Thiers Fleming.* Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TFleming.html>>. Acesso em: 20.01.2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. *Manuel Tavares Cavalcanti.* Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial8.htm>>. Acesso em: 25.01.2021.

INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFÍA E HISTORIA. *Quienes Somos.* Disponível em: <<https://ipgh.org/quienes-somos.html>>. Acesso em: 02.07.2020.

LÁ NACIÓN. *Paz del Chaco: se cumplen 85 años del final de la guerra sudamericana más importante del siglo XX.* Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/pais/2020/06/12/paz-del-chaco-se-cumplen-85-anos-del-final-de-la-guerra-sudamericana-mas-importante-del-siglo-xx>>. Acesso em 25.07.2020.

MUSEU DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Ministro Alfredo de Vilhena Valladão.* Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-alfredo-de-vilhena-valladao-1915-1935.htm>>. Acesso em: 25.01.2021.

MUSEU IMPERIAL. *Histórico e Personagens.* Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br>>. Acesso em: 15.07.2020.

OEA. *Nossa história.* Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/nossa\\_historia.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp)>. Acesso em: 26.01.2021.

PAÇO IMPERIAL. *Histórico.* Disponível em: <[http://www.amigosdopacoimperial.org.br/?page\\_id=52](http://www.amigosdopacoimperial.org.br/?page_id=52)>. Acesso em: 12.10.2020.

PATRIMÔNIO BELGA NO BRASIL. *A visita do Rei Albert e da Rainha Elisabeth da Bélgica em Belo Horizonte em 1920.* Disponível em: <<http://www.belgianclub.com.br/pt-br/visita-do-rei-albert-i-e-da-rainha-elisabeth-da-b%C3%A9lgica-em-belo-horizonte-em-1920>>. Acesso em: 01.07.2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. *António José de Almeida*. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32>>. Acesso em: 01.07.2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Pasta dos Ministros*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=AquinoCastroDadosDatas>>. Acesso em: 04.09.2020.

THE HIERARCHY OF THE CATHOLIC CHURCH. *Archbishop Federico Lunardi*. Disponível em: <<http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/blun.html>>. Acesso em: 16.04.2021.

WHITE HOUSE. *Theodore Roosevelt*. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/theodore-roosevelt>>. Acesso em: 01.07.2020.

# ANEXOS

## ANEXO I

Reproduzimos aqui o trecho do Estatuto do Instituto que se refere à estrutura dos sócios, da sua composição, regulamentos e requisitos, aprovados pela Assembleia Geral de 6 de agosto de 1921 e modificados pela Assembleia Geral de 6 de março de 1926, ou seja, o regime estatutário em vigência durante o recorte cronológico deste trabalho.

**Art. 4º.** O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO compor-se-á das seguintes classes de sócios:

- I) Sócios grandes beneméritos, em número de cinco.
- II) Sócios beneméritos, em número de quinze.
- III) Sócios honorários, em número de cinquenta.
- IV) Sócios efetivos, em número de quarenta.
- V) Sócios correspondentes, em número de quarenta.

1º A classe dos efetivos e a dos correspondentes poderão compreender maior número de sócios, no caso previsto no art. 6º. parágrafo único.

2º O número de sócios grandes beneméritos, beneméritos, efetivos e correspondentes em caso algum poderá ser aumentado.

**Art. 5º.** Para ser admitido como sócio efetivo, deverá o candidato preencher os seguintes requisitos:

- 1º. Residir na cidade do Rio de Janeiro.
- 2º. Apresentar diretamente, ou por intermédio de algum sócio, trabalho próprio sobre História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia, ainda inédito ou já estampado, que prove a capacidade do referido candidato.
- 3º. A proposta de admissão será feita por escrito e conterá o nome e o sobrenomes do candidato, sua naturalidade, profissão, e a menção de trabalhos e títulos de recomendação social, científica ou literária.

4°. A aludida proposta, assinada por três ou mais sócios, para ser aceita, deverá vir acompanhada do trabalho ou obra, a que se refere o n. 2°, com oferecimento do seu autor ao Instituto.

5°. Apresentada a proposta, a Diretoria, julgando-a em termos de aceitação, a remeterá, por intermédio de seu presidente, à Comissão de História ou de Geografia ou de Etnografia e Arqueologia, conforme a natureza do trabalho ou trabalhos oferecidos pelo candidato, devendo a comissão submeter à Diretoria, em tempo oportuno, o seu respectivo parecer.

6°. Discutido em sessão do Instituto, e aprovado, será o aludido parecer enviado à Comissão de Admissão de Sócios, para dizer sobre a idoneidade do candidato e conveniência de sua admissão.

7°. O parecer da Comissão de Admissão de Sócios será discutido em sessão do Instituto e submetido à votação por escrutínio secreto, na sessão seguinte, considerando-se aceito o candidato se aparecer maioria de esferas brancas, e, nesse caso, o presidente proclamá-lo-á sócio efetivo do Instituto.

8°. Se, porém, a maioria for de esferas pretas, o presidente declarará rejeitada a proposta de admissão.

**Art. 6°.** Para ser sócio correspondente, deverá o candidato cumprir as condições prescritas no art.5°, menos quanto a da residência, feita a proposta da mesma forma que para sócio efetivo, e observado idêntico processo.

*Parágrafo único.* O sócio correspondente, que tem os mesmos direitos do efetivo, passará para esta classe, independente de vaga, desde que fixe vaga na cidade do Rio de Janeiro; o efetivo, que estabeleça residência fora da mesma cidade, será transferido para a dos correspondentes.

**Art. 7°.** Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia.

*Parágrafo único.* A proposta para sócio honorário, assinada, pelo menos, por doze sócios, será apresentada à diretoria e pelo presidente remetida à Comissão de Admissão de Sócios, cujo parecer será discutido em uma sessão do Instituto, e votado em escrutínio secreto, na sessão seguinte; o candidato será eleito e proclamado pelo presidente – sócio honorário do Instituto, se a maioria for de esferas brancas; no caso contrário, declarar-se-á rejeitada a proposta.

**Art. 8º.** A classe de beneméritos será constituída somente por sócios efetivos ou correspondentes, que houveram prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos consecutivos.

1º. Os sócios grandes beneméritos serão tirados da classe dos beneméritos, que tiverem, no mínimo, vinte anos de serviço na diretoria ou nas comissões permanentes.

2º. A proposta para sócios grandes beneméritos ou beneméritos deverá conter pelo menos a assinatura de doze sócios, e, apresentada à Diretoria, será pelo presidente remetida à Comissão de Admissão de Sócios, cujo parecer será discutido e votado em assembleia geral, sendo proclamados eleitos para qualquer das aludidas classes, de acordo com as respectivas propostas, os que obtiverem a maioria absoluta de votos dos sócios presentes.

**Art. 9º.** Quando algum sócio honorário, efetivo ou correspondente, tiver de tomar posse, enviará a cópia do discurso de recepção, acompanhada de apontamentos autobiográficos e de esclarecimentos convenientes à apreciação de individualidade do mesmo recipiendário, que serão entregues ao presidente do Instituto, o qual verificando achar-se em ordem o discurso, marcará a sessão para a cerimônia de posse, dentro nos 30 dias seguintes à data da referida entrega.

1º. No discurso, o recipiendário, se for brasileiro, deverá desenvolver assunto sobre matéria de História, Geografia ou Etnografia do Brasil, e, sendo de nacionalidade estrangeiro, dissertará sobre essas mesmas matérias, relativas, porém, ao país a que pertence.

2º. Contendo, porventura, o discurso opiniões suscetíveis de perturbar a serenidade dos trabalhos do Instituto, o presidente deverá submetê-lo à consideração da Diretoria e de acordo com o resolvido na respectiva reunião, ou o devolverá ao recipiendário, convidando-o a fazer as alterações indispensáveis, sem o que não se efetuará a posse, ou, julgando estar nos devidos termos, designará a sessão em que se realize a posse como fica determinado no princípio do art.

9º.<sup>285</sup>

---

<sup>285</sup> RIHGB. p. 734, 735, 736, 737. 1940.

## ANEXO II

**Tabela 1.** Levantamento dos sócios do IHGB que ocuparam cargos/funções no Governo Vargas e, em sentido inverso, de membros do governo que ingressaram no IHGB entre os anos 1930-1945\*

NOME	DATA DE INGRESSO NO IHGB	CARGOS/FUNÇÕES NO GOVERNO VARGAS	CONFERÊNCIAS OU OBRAS PUBLICADAS NO IHGB
Manuel Cícero Peregrino Da Silva	Pré-1930. Primeiro Vice-Presidente (1938-1939)	Designado por Getúlio para representar o Brasil no Congresso de História Portuguesa em Lisboa	
Jose de Alcântara Machado de Oliveira	Sócio Correspondente (1931)	Embora opositor de Getúlio, foi chamado por Francisco Campos para elaborar o projeto do Código Criminal Brasileiro	
Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Sócio (1931)	Político de extenso currículo. Apoiou a instituição do Estado Novo.	
Oliveira Vianna	Sócio (1924)	Consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940). Participou ativamente na formulação da legislação social e sindical do Estado Novo.	
Agenor de Roure	Sócio (1917) Honorário (1924)	Comandou interinamente o Ministério da Fazenda da Junta Governativa em 1930. Presidente do TCU até 1933. Participou da Comissão do anteprojeto de <i>Constituição</i>	Palestra sobre o artigo <i>Reverbero Constitucional Fluminense (1822)</i> em 1932
Gustavo Barroso	Sócio (1931)	Diretor do Museu Nacional e da Inspetoria de Monumentos Nacionais	
Hildebrando Accioly	Sócio (1931)	Embaixador durante o Estado Novo (1937 a 1944)	
Levi Fernandes Carneiro	Sócio (1931)	Com a vitória da Revolução de 30, recusou o convite para ocupar a pasta da Justiça, sendo nomeado Consultor-Geral da República (1930-1932)	Conferência <i>Rio Branco e Seu Espírito da Tradição</i> em 1945
Otávio Tarquínio de Sousa Amaranto	Sócio (1931)	Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União em 1932	



Fernando Augusto Ribeiro Magalhaes	Sócio (1931)	Nomeado membro da Seção de Segurança do Ministério da Educação em 1941	
Sylvio Rangel de castro	Sócio-correspondente (1930)	Embaixador do Brasil na Argentina	
Getúlio Vargas	Presidente Honorário (1934)	Chefe de Estado (1930-1945) - (1951-1954)	
Afrânio de Melo Franco	Sócio correspondente (1921). Efetivo (1931). Honorário (1937)	Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório. Presidiu a comissão nomeada por Vargas para elaborar o anteprojeto da Constituição	
Francisco José Pinto	Sócio Honorário (1938).	Em 1934 assumiu a chefia de gabinete do Ministro da Guerra. Em 1935, foi nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, simultaneamente com a chefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional	
Augusto Tasso Fragoso	Sócio Honorário (1939)	Comandou a Junta Governativa que destituiu Washington Luís e transferiu o governo a Getúlio	
Caio de Melo Franco	(?)	Um dos grandes nomes da política externa no pós-1930	
Oswaldo Aranha	Sócio Honorário (1939)	Ministro da Justiça e Negócios Interiores, da Fazenda e das Relações Exteriores	
Raul Tavares	Sócio (1912). Honorário (1940)	Foi chefe do Estado Maior do Governo Provisório, de 6 de janeiro a 7 de maio de 1931	
João Martins de Carvalho Mourão	Sócio (1943)	Nomeado Ministro do STF em 1931. Formou a comissão nomeada em cumprimento do disposto da Constituição de 1934 para elaborar um código uniforme de Processo Civil e Comercial	<i>Homenagem ao Dia Pan-Americano em 1944</i>
Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	Sócio Benemérito (1943)	Nomeado diretor do Museu Histórico Nacional em 1930, substituindo Gustavo Barroso	

Álvaro Alberto da Mota e Silva	Sócio Honorário (1943)	Nomeado para presidir o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), novo órgão diretamente subordinado à Presidência da República.	
Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	Sócio (1944)	Chefe do gabinete do Ministro da Guerra (1932 a 1933). Após a instauração do Estado Novo, foi promovido a general-de-divisão e nomeado comandante da 5ª RM	Palestra <i>O Dia Pan-Americano</i> em 1945
José Carlos de Macedo Soares	Sócio (1921). Benemérito (1939), Presidente do Instituto (1939). Presidente Perpétuo (1941). Grande Benemérito (1942)	Foi o Secretário do Interior no Governo Provisório. Ministro das Relações Exteriores em 1934. Assume a pasta da Justiça em 1937.	
Valentim Benício da Silva	Sócio (1945)	Ocupou a Secretaria da Junta Governativa. De 1936 a 1937 foi Chefe de gabinete do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Em 1939 foi nomeado embaixador extraordinário do Brasil no Peru	
Jorge Dodsworth Martins	Sócio Honorário (1945)	Na Revolução de 1930, comandava o encouraçado São Paulo. Promovido a capitão-de-fragata em 1932, a capitão-de-mar-e-guerra em 1936 e a contra-almirante em 1941. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) comandou a Divisão de Cruzadores	
Afrânio de Melo Franco	Sócio Correspondente (1921). Honorário (1937).	Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório	
Max Fleiuss	Sócio 1900. Secretário perpétuo (1907). Honorário (1914). Benemérito (1917). Grande benemérito (1920)	Representou o governo brasileiro em congressos internacionais de História	
Joaquim de Sousa Leão Filho	Sócio correspondente (1934). Efetivo (1963). Benemérito (1968). Segundo-secretário (1969)	Ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres	

Alcindo de Azevedo Sodré	Sócio correspondente (1939). Efetivo (1943)	Nomeador por Vargas diretor do Museu Histórico de Petrópolis.	Conferência intitulada <i>Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul</i> em 1945
Mario Augusto Teixeira de Freitas	Sócio (1944)	A convite do Governo Provisório, colaborou na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, do qual passou a chefiar a Direção de Informações, Estatística e Divulgação	Conferência intitulada <i>O reajustamento territorial do quadro político do Brasil</i> em 1932
Emílio Fernandes Souza Docca	Sócio correspondente (1921). Benemérito (1939)	Militar de carreira. Apresentou e acompanhou Getúlio Vargas em suas primeiras visitas ao IHGB na década de 1920	Conferência sobre a <i>Tradição Pan americanista do Brasil</i> em 1943
Augusto Tavares de Lyra	Sócio correspondente (1907). Honorário (1914). Benemérito (1917). Grande benemérito (1948). Vice-presidente	Nomeado Ministro do Tribunal de Contas, do qual veio a ser presidente de 1938 a 1940	
Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	Sócio (1944)	Ministro interino da Guerra em 1933	

\* Tabela elaborada pelo autor entre os anos de 2018 e 2021. Fonte: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB). Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>.

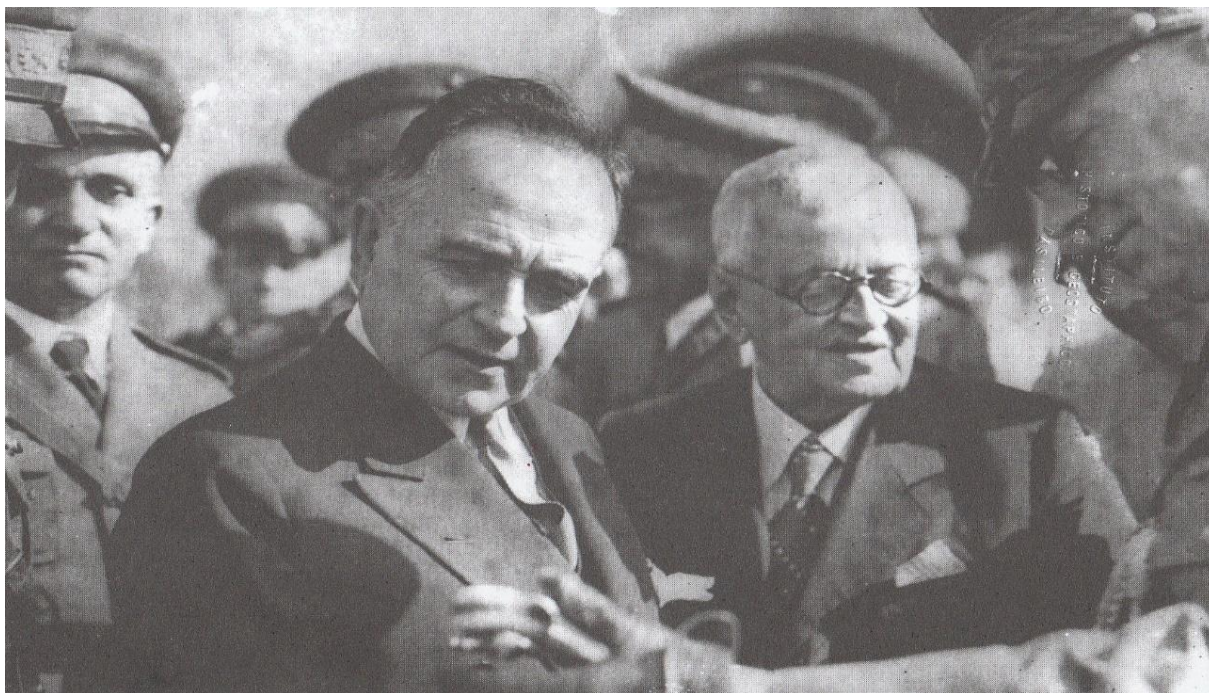
## ANEXO III

**Figura 1.** Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, em sua segunda visita ao IHGB na 94ª Sessão Aniversária do Instituto. Da esquerda para a direita, veem-se: Ramiz Galvão, Conde de Afonso Celso (presidente do Instituto), Max Fleiuss (um pouco atrás) e Getúlio Vargas.



Fonte: Imagem reproduzida de Guimarães (2006, p. 207).

**Figura 2.** Getúlio Vargas e Max Fleiuss observando a espada de Duque de Caxias nas comemorações do Dia do Soldado. Rio de Janeiro, 1938.



Fonte: Imagem reproduzida de Guimarães (2006, p. 210).

**Figura 3.** Visita da Sra. Darcy Vargas, acompanhada da diretoria do IHGB, ao túmulo da Imperatriz Leopoldina no convento de Santo Antônio.



Fonte: Imagem reproduzida de Guimarães (2006, p. 211).

**Figura 4.** A diretoria do IHGB. Da esquerda para a direita, à frente, a chamada “Trindade do Silogeu”: Max Fleiuss, Ramiz Galvão e Afonso Celso . Rio de Janeiro, 1936.



Fonte: Imagem reproduzida de Guimarães (2006, p. 209).

**Figura 5.** Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, compareceu ao IHGB, em 1940, para receber o título de “sócio honorário” da instituição.



Fonte: Arquivo CPDOC.<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/OA/audiovisual/oswaldo-aranha-candido-rondon-e-outros-em-solenidade-no-instituto-historico-e-geografico-brasileiro>>. Acesso em: 16.06.2021.



**Figura 6.** Em 4 de abril de 1942, o chanceler Oswaldo Aranha compareceu ao Instituto para ministrar conferência sobre o Dia Pan Americano. No centro, ao seu lado (de roupa clara), José Carlos de Macedo Soares, presidente do IHGB, ambos ministros das Relações Exteriores do Governo Vargas.



Fonte: Arquivo CPDOC.<sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/OA/audiovisual/oswaldo-aranha-jose-carlos-macedo-soares-e-outros-no-instituto-historico-e-geografico-brasileiro>>. Acesso em: 16.06.2021.